



A FORMAÇÃO DOS  
MERCADOS  
DA REFORMA  
AGRÁRIA  
POPULAR PELO  
MST NO BRASIL

(2003 - 2023)

Angela dos Santos Machado

2024

ANGELA DOS SANTOS MACHADO

**A FORMAÇÃO DOS MERCADOS DA REFORMA AGRÁRIA  
POPULAR PELO MST NO BRASIL (2003-2023)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, como requisito para obtenção do título de Doutora, área de concentração Produção do espaço Geográfico.

Orientador: Dr. Bernardo Mançano  
Fernandes

Presidente Prudente, 2024

M149f Machado, Angela dos Santos  
A formação dos mercados da Reforma Agrária Popular pelo MST no Brasil (2003-2023) / Angela dos Santos Machado. -- Presidente Prudente, 2024  
246 f. : il., tabs., fotos, mapas  
  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente  
Orientador: Bernardo Mançano Fernandes  
  
1. Geografia. 2. Questão Agrária. 3. Mercados. 4. Movimentos sociais rurais. 5. Políticas públicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**Câmpus de Presidente Prudente**

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

TÍTULO DA TESE: "A formação dos mercados da Reforma Agrária Popular pelo MST no Brasil (2003-2023)"

**AUTORA: ANGELA DOS SANTOS MACHADO**

**ORIENTADOR: BERNARDO MANÇANO FERNANDES**

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Geografia, área:  
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES (Participação Presencial)  
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Profa. Dra. ANA TERRA REIS (Participação Virtual)  
Geografia / Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Profa. Dra. JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA (Participação Virtual)  
Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS) - Departamento de Geografia /  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Presencial)  
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Prof. Dr. JAN DOUWE VAN DER PLOEG (Participação Virtual)  
Rural Sociology / Wageningen University

Presidente Prudente, 05 de junho de 2024

  
Digitally signed by  
Bernardo M.  
Fernandes  
Date: 2024.06.12  
10:15:06 -03'00'

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, a Unesp, por todas as oportunidades maravilhosas de estudo que me proporcionou ao longo de mais de 15 anos, desde o cursinho pré-vestibular até o doutorado. Agradeço a todas as instituições públicas de ensino em que estudei e pelas bolsas de estudos recebidas ao longo de minha formação acadêmica.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - processo nº 2020/14998-7 e nº 2022/12318-4<sup>1</sup>.

Não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, Dr. Bernardo Mançano Fernandes, por me encorajar, incentivar e inspirar, assim como todos os colegas do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e do DATALUTA – Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios.

Aos membros da banca examinadora que aceitaram avaliar o meu trabalho, muito obrigada, Dr. Jan Douwe van der Ploeg, da Universidade de Wageningen, Dra. Ana Terra Reis, representante do MST, Dr. Carlos Alberto Feliciano, da Unesp, e Dra. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Aos membros do MST que atenderam as minhas solicitações e me receberam com muita hospitalidade nos trabalhos de campo, os meus sinceros agradecimentos.

Eu não teria alcançado essa conquista sem as pessoas que estiveram ao meu lado durante esses últimos quatro anos me oferecendo apoio, amizade e suporte nos momentos em que mais precisei. Meu agradecimento especial vai para o meu irmão, Filipe dos Santos Machado, que foi meu melhor amigo nesse último período, e para o meu noivo Victor Hugo Quissi, que foi meu porto seguro nessa caminhada.

Agradeço a minha amiga Nilde que esteve comigo mesmo distante. As companheiras do grupo de pesquisa com quem tive uma aproximação especial: Lara, Silmara e Aline. Ao Eusébio e ao Gustavo pelos momentos vividos. À Débora, ao Cristiano, ao Marcos e ao Estevão com quem, felizmente, compartilho uma amizade de longa data.

---

<sup>1</sup> As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Agradeço à minha mãe, Edneia dos Santos, e à minha tia, Andreia dos Santos, que são mulheres incríveis na minha vida. Estendo esse agradecimento a todas as tias e tios, primas e primos. Agradeço a Deus que me iluminou até aqui e que continuará me mostrando o caminho sempre.

## RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem uma longa trajetória de luta pela transformação da sociedade e pela democratização do acesso à terra no Brasil. Sua luta promoveu o assentamento de centenas de milhares de famílias por meio da reforma agrária. Após o assentamento, inicia-se as lutas por condições de produção e geração de renda. Políticas públicas emancipatórias, entre 2003 e 2016, foram importantes para o fortalecimento das cadeias produtivas e abriram caminhos para a formação de mercados da Reforma Agrária Popular (RAP). Dentre esses mercados estão a rede Armazém do Campo, fruto das lutas do MST, e o mercado institucional, conquista dos movimentos e instituições do campo. Também analisamos a estratégia de acesso ao mercado convencional através da marca Raízes do Campo. O objetivo da tese é compreender o processo de formação e territorialização dos mercados da RAP pelo MST no Brasil, entre 2003 e 2023, buscando entender as alternativas construídas pelo Movimento para comercializar os produtos oriundos da reforma agrária, mapear os mercados e dimensionar suas potencialidades. Para atingir esse objetivo, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, pesquisa documental, trabalho de campo e entrevistas com militantes atuantes nos mercados da RAP, sistematização de dados e elaboração de mapas para analisar a espacialização do fenômeno. Conclui-se que os mercados são essenciais para a reprodução das famílias assentadas e que sua auto-organização promove mercados alternativos que tendem a desenvolver a autonomia e o controle das cadeias produtivas. As políticas públicas emancipatórias são importantes para o fortalecimento da produção e criação de novos mercados. A rede Armazém do Campo se constitui como território do MST no espaço urbano, possibilitando um diálogo permanente entre campo e cidade, além de promover atividades culturais e espaços de formação política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mercados da Reforma Agrária Popular; Mercado Institucional; Armazém do Campo; Políticas Públicas Emancipatórias; MST.

## ABSTRACT

The Landless Workers' Movement (MST) has a long history of fighting to transform society and democratise access to land in Brazil. Its struggle has led to the settlement of hundreds of thousands of families through land reform. After the settlement, the struggles for production conditions and income generation began. Emancipatory public policies between 2003 and 2016 were important for strengthening production chains and opened the way for the formation of the Popular Agrarian Reform (RAP) markets. Among these markets are the Armazém do Campo network, the result of MST struggles, and the institutional market, an achievement of rural movements and institutions. We also analysed the strategy of accessing the conventional market through the Raízes do Campo brand. The aim of this thesis is to understand the process of formation and territorialisation of RAP markets by the MST in Brazil between 2003 and 2023, seeking to understand the alternatives built by the Movement to market products from agrarian reform, map the markets and size their potential. To achieve this goal, we used the following methodological procedures: a literature review, documentary research, fieldwork and interviews with activists working in RAP markets, data systematisation, and mapping to analyse the spatialisation of the phenomenon. The conclusion is that markets are essential for the reproduction of settled families and that their self-organisation promotes alternative markets that tend to develop autonomy and control over the supply chain. Emancipatory public policies are important for strengthening production and creating new markets. The Armazém do Campo network is the MST's territory in the urban space, enabling a permanent dialogue between the countryside and the city, as well as promoting cultural activities and spaces for political education.

**KEYWORDS:** Popular Agrarian Reform Markets, Institutional Market, Armazém do Campo, Emancipatory Public Policies; MST.

## LISTA DE SIGLAS

APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial Estado de São Paulo

BACEN - Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CaC – Camponês a Camponês

CAE - Conselhos de Alimentação Escolar

CCA – Cooperativa Central dos Assentados

CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar

CIMAs - Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONCENTRA - Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais

CONCRAB - Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONSULATI - Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios

COOPACERES – Cooperativa Agroindustrial Ceres

COOPAN - Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita

COOPAT - Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes

COOPERCONTESTADO - Cooperativa do Contestado

COOPERLAT – Cooperativa Agropecuária e Laticínios Pontão

COOPEROESTE - Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste

COOPERSUL – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos assentados da região Sul

COOPTAR - Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata

COOPVIDA - Cooperativa dos Produtores de Alimentos Orgânicos em Economia Solidária

COPAESB - Cooperativa Agropecuária do Extremo Sul da Bahia

COPAVI - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória

COPCRAF - Cooperativa de Produção e Comercialização da Reforma Agrária e Agricultura Familiar

COPIRECÊ - Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê

COPOM - Conselho de Política Monetária

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DATALUTA – Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios

ECI - Escritório de Comercialização Institucional

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IALA - Instituto Latino-americano de Agroecologia “Paulo Freire”

IF – Instituto Federal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MST – Movimento dos trabalhadores Rurais Sem terra

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PROCERA - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PTS – Programa Terra Sol

RAP – Reforma Agrária Popular

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

SEAD - Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

TAC – Técnico em Administração de Cooperativas

UHT – *Ultra High Temperature*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Trabalhos de campo realizados para a pesquisa.....	35
<b>Figura 2</b> - Nuvem de palavras - entrevista com a coordenadora do ECI.....	37
<b>Figura 3</b> - Evento cultural no Armazém do Campo de Belo Horizonte.....	39
<b>Figura 4</b> - Pesquisadora recebendo produtos na CONCENTRA.....	42
<b>Figura 5</b> - Visita à escola Milton Santos de Agroecologia (Maringá).....	43
<b>Figura 6</b> - Visita à escola Milton Santos de Agroecologia (Maringá).....	43
<b>Figura 7</b> - Armazém do Campo de Londrina.....	47
<b>Figura 8</b> - Armazém do Campo de Ortigueira - PR.....	50
<b>Figura 9</b> - Cooperativa Central dos Assentados de Curitiba.....	52
<b>Figura 10</b> - Armazém do Campo de Porto Alegre.....	55
<b>Figura 11</b> - 50 Tons de Pretas no Armazém do Campo de Porto Alegre.....	57
<b>Figura 12</b> - Deputada federal Mária do Rosário no Armazém do Campo de Porto Alegre.....	58
<b>Figura 13</b> - Cooperativa Terra Livre em Nova Santa Rita - RS.....	59
<b>Figura 14</b> - Armazém do Campo de Cascavel.....	60
<b>Figura 15</b> - Camiseta do MST do Mato Grosso do Sul com mulher indígena.....	62
<b>Figura 16</b> - Armazém do Campo de São Paulo.....	64
<b>Figura 17</b> - Festival da Reforma Agrária em São Paulo.....	65
<b>Figura 18</b> - Festival da Reforma Agrária em São Paulo.....	66
<b>Figura 19</b> - Armazém do Campo do Rio de Janeiro.....	67
<b>Figura 20</b> - Feira Estadual da Reforma Agrária do Rio de Janeiro.....	68
<b>Figura 21</b> - Sabonete fitoterápico produzido pelo coletivo de saúde do MST - RJ.....	68
<b>Figura 22</b> - Café Terra Justa do MST da Bahia.....	71
<b>Figura 23</b> - Samba da Democracia no Armazém do Campo de Salvador.....	75
<b>Figura 24</b> - Fachada do Armazém do Campo de Recife.....	78
<b>Figura 25</b> - Produtos da marca Terra Conquistada do MST do Ceará.....	80
<b>Figura 26</b> - Produtos da marca Terra Conquistada do MST do Ceará.....	81
<b>Figura 27</b> - Armazém do Campo de São Luís do Maranhão.....	85
<b>Figura 28</b> - Resumo dos objetivos do MST (1995).....	93
<b>Figura 29</b> - Principais marcas dos produtos do MST.....	106
<b>Figura 30</b> - Produtos da marca Raízes do Campo.....	109
<b>Figura 31</b> - Marcas, produtos e cooperativas do MST.....	110
<b>Figura 32</b> - Cooperativas associadas à Terra Livre.....	111
<b>Figura 33</b> - Creme de leite Terra Viva no Supermercado Avenida – Presidente Prudente/SP.....	124
<b>Figura 34</b> - Linha do tempo do Armazém do Campo por cidade e ano de abertura – até abril de 2024.....	162
<b>Figura 35</b> - Objetivos do Armazém do Campo.....	170
<b>Figura 36</b> - Farinha de jatobá, produto agroextrativista do Armazém do Campo de Campo Grande.....	181
<b>Figura 37</b> - Argila preta, produto agroextrativista do Armazém do Campo de Campo Grande.....	182
<b>Figura 38</b> – As múltiplas possibilidades de mercados.....	205
<b>Figura 39</b> - Mercados da Reforma Agrária Popular na intersecção entre a produção camponesa e o mercado capitalista.....	207
<b>Figura 40</b> - Protesto do movimento Right to Roam em Devon, na Inglaterra.....	211

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> - Vendas do Escritório de Comercialização Institucional (2017-2021) .....	156
<b>Mapa 2</b> - Rede de lojas do Armazém do campo por ano de abertura (2016-abr. 2024).....	163
<b>Mapa 3</b> - Organização Logística do MST .....	187
<b>Mapa 4</b> - Cadeias produtivas do MST por estado .....	194

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2020 (milhões de reais) .....	139
<b>Gráfico 2</b> - Vendas do Escritório de Comercialização Institucional – contratos por estado (2017-2021).....	154
<b>Gráfico 3</b> - Idade dos trabalhadores das unidades do Armazém do Campo visitadas .....	182

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Número de matrículas da educação básica por estado (2022).....	157
<b>Tabela 2</b> - Características dos trabalhadores (as) das unidades do Armazém do Campo visitadas .....	175
<b>Tabela 3</b> - Mulheres trabalhadoras das unidades do Armazém do Campo visitadas.....	176
<b>Tabela 4</b> - Homens trabalhadores das unidades do Armazém do Campo visitadas .....	176

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Entrevistados: nomes fictícios e local de atuação.....	33
<b>Quadro 2</b> - Apresentação de Dorcelina Folador (coordenadora do ECI).....	36
<b>Quadro 3</b> - Concepção de mercado da entrevistada Dorcelina Folador.....	38
<b>Quadro 4</b> - Apresentação de Valmir Mota do Armazém do Campo de Belo Horizonte.....	40
<b>Quadro 5</b> - Apresentação de Francisca Veras, responsável pela logística da CONCENTRA. ..	41
<b>Quadro 6</b> - Apresentação de Dorothy Stang, coordenadora da Escola Milton Santos de Agroecologia.....	44
<b>Quadro 7</b> – Concepção de mercado da coordenadora da Escola Milton Santos de Agroecologia. ....	46
<b>Quadro 8</b> - Apresentação das trabalhadoras do Armazém do Campo de Londrina .....	48
<b>Quadro 9</b> - Apresentação das trabalhadoras do Armazém do Campo de Ortigueira .....	50
<b>Quadro 10</b> - Apresentação da trabalhadora do CCA de Curitiba.....	52
<b>Quadro 11</b> - Apresentação dos trabalhadores do Armazém do Campo de Porto Alegre .....	55
<b>Quadro 12</b> - Apresentação da trabalhadora do Armazém do Campo de Cascavel .....	60
<b>Quadro 13</b> - Apresentação do trabalhador do Armazém do Campo de Campo Grande .....	62
<b>Quadro 14</b> – Apresentação de membro do grupo gestor do Armazém do Campo. ....	64
<b>Quadro 15</b> - Apresentação da trabalhadora do Armazém do Campo de Porto seguro.....	69
<b>Quadro 16</b> - Concepção de mercado da trabalhadora do Armazém do Campo de Porto Seguro .....	71
<b>Quadro 17</b> - Apresentação da trabalhadora do Armazém do Campo de Salvador.....	73
<b>Quadro 18</b> - Apresentação do coordenador do Armazém do campo de Recife .....	76
<b>Quadro 19</b> - Apresentação das trabalhadoras da CCA de Fortaleza .....	79
<b>Quadro 20</b> - Apresentação do coordenador do Armazém do Campo de São Luís.....	84

<b>Quadro 21</b> - As maiores empresas de alimentos do mundo em 2022 .....	126
<b>Quadro 22</b> - Cooperativas atendidas pelo Escritório de Comercialização Institucional e produtos comercializados (2022) .....	153
<b>Quadro 23</b> - Vendas do Escritório de Comercialização Institucional – contratos por estado, entidades e municípios (2017-2021) .....	155
<b>Quadro 24</b> - Produtos comercializados pela CONCENTRA e sua origem (2022) .....	192

## SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO .....	14
2.	INTRODUÇÃO .....	18
<b>CAPÍTULO 1: O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DA TESE.....</b>		<b>24</b>
1.1	Os conceitos fundamentais utilizados na pesquisa .....	24
1.2	A relação entre as metodologias e o método .....	29
1.3	Os caminhos percorridos para a elaboração da pesquisa .....	34
<b>CAPÍTULO 2: O MST E A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO .....</b>		<b>87</b>
2.1	O MST e a Reforma Agrária Popular .....	87
2.2	Produção, cooperação e mercados para o MST .....	90
2.3	Produtos, marcas e cooperativas .....	106
<b>CAPÍTULO 3: DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO CAPITALISTA À CONSTRUÇÃO DE NOVOS MERCADOS E TERRITÓRIOS.....</b>		<b>116</b>
3.1	As mercadorias camponesas no sistema capitalista .....	116
3.2	A resistência camponesa aos impérios alimentares: os novos mercados.....	125
3.3	A conquista das Políticas Públicas Emancipatórias .....	136
<b>CAPÍTULO 4: OS MERCADOS DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR .....</b>		<b>148</b>
4.1	O Escritório de Comercialização Institucional (ECI) .....	149
4.2	O Armazém do Campo .....	161
4.3	A CONCENTRA .....	185
<b>CAPÍTULO 5: CONSTRUINDO UMA AGENDA DE PESQUISA .....</b>		<b>196</b>
5.1	A construção do conceito de mercados da Reforma Agrária Popular .....	196
5.2	Uma luta internacional .....	209
5.3	Recomendações e indicações para pesquisas futuras.....	213
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>218</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>223</b>
APÊNDICE A - Modelo de roteiro de entrevista .....		237
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....		239
APÊNDICE C – Ícones da luta pela terra no Brasil .....		241

## 1. APRESENTAÇÃO

Escreverei a apresentação em primeira pessoa, fugindo das regras acadêmicas apenas nesta seção. Sou uma mulher branca, cisgênero, heterossexual, paulista do interior, cresci em uma família humilde, pai pedreiro, mãe empregada doméstica, e sou irmã mais velha de dois rapazes. Sempre vivi no meio urbano, de cidade pequena. Da família da minha mãe, fui a primeira geração a não nascer no campo. Durante a maior parte da minha vida não havia pensado sobre as questões em que hoje me vejo debruçada.

Sempre estudei em escola pública, no último ano do ensino médio estudava e trabalhava. Não obtive aprovação no vestibular nas duas primeiras tentativas (em jornalismo e geografia, respectivamente). Fiz curso técnico em administração e até consegui um estágio na área, mas logo vi que aquele trabalho não era o que queria para minha vida. Eu também já estava cansada de ser mão de obra barata como atendente, vendedora, operadora de caixa, auxiliar de secretaria e garçoneiro.

Eu sempre tive o desejo de estudar na Unesp, pois eu morava no bairro próximo ao campus de Assis, achava um espaço bonito, arborizado e via os estudantes passando pelas ruas, era fácil constatar quem eram os “unespianos”, destacavam-se dos outros moradores da cidade.

Minha primeira entrada na Unesp foi pelo cursinho pré-vestibular Primeira Opção. Lá eu recebi a ajuda necessária para entender como funcionava o vestibular e como me preparar para a prova. Por ser aluna do cursinho, ganhei isenção da taxa de inscrição do vestibular. Era um exame de meio de ano, por isso não havia muitas opções de cursos. Na área de humanas, tinha geografia e administração. Administração eu já sabia que não gostava e geografia tinha a vantagem de ser em uma cidade próxima da minha, Ourinhos. Além disso, eu me recordava com carinho das aulas da D. Gracinha no ensino médio, ela me fez decorar todos os estados e capitais do Brasil, o que hoje é visto como uma geografia tradicional, porém foi importante para mim e guardo esse aprendizado comigo.

Eu costumava dizer que eu não escolhi fazer geografia, foi ela que me escolheu. Foi a opção que se apresentou para mim naquele momento. Eu pretendia prestar o vestibular apenas para treinar porque achava que não passaria de novo, já que fiz o cursinho por apenas um semestre e eu sempre perdia as aulas de exatas porque tinha que sair mais cedo para ir trabalhar. Mas, para a minha surpresa eu passei e fui chamada na primeira lista. Após a matrícula, pedi demissão do trabalho em que eu não estava feliz e decidi começar

uma nova vida. No cursinho, já haviam me orientado sobre as oportunidades de bolsa de estudos. Foi assim que aos 21 anos realizei meu sonho de entrar na Unesp e saí de Assis pela primeira vez. Eu mal sabia pegar o ônibus até Ourinhos, tanto é que na primeira viagem para Ourinhos, desci na cidade errada e fui parar em Salto Grande.

A Unesp e o curso de geografia transformaram totalmente aquela menina ingênua e inexperiente. As viagens de trabalho de campo e participação em eventos foram uma abertura para o mundo. Logo no primeiro ano, visitei uma caverna no Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira. Vi também escarpas, morros testemunhos, furnas e relevos ruiformes no Parque Estadual de Vila Velha. Visitei uma mina de carvão, paleocanais e cachoeiras. Mas, com certeza o trabalho de campo que mais marcou a minha vida foi nos acampamentos e assentamentos do MST, no Pontal do Paranapanema, em 2012.

Esse trabalho de campo me fez entender que havia uma questão agrária no Brasil e que esse assunto interessava à Geografia. Após um tempo, procurei o professor Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal, que havia conduzido aquele trabalho de campo, e pedi a ele que me orientasse no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O TCC foi minha primeira aprendizagem no mundo da pesquisa científica e da questão agrária brasileira. O título foi “Campesinato e agronegócio: a resistência dos pequenos produtores rurais frente à expansão canavieira em Paraguaçu Paulista”. Naquele momento, meu atual orientador, Dr. Bernardo Mançano Fernandes, já tinha grande influência no meu pensamento.

Após quatro anos de curso para me formar em licenciatura e mais um ano para o bacharelado, não apenas uma nova geógrafa foi formada, mas também um ser humano que conseguia entender melhor o mundo, as relações políticas, econômicas, sociais e culturais que estruturam a sociedade. Alguém que consegue se posicionar diante das grandes questões do Brasil e do mundo e que busca ser um agente de transformação da sociedade.

Com o diploma na mão, nem tudo foram flores. Após formada, passei pelo desemprego e retorno para a casa dos meus pais. Reprovei na prova de mestrado na primeira tentativa, mas obtive sucesso na segunda. A vida na pós-graduação também apresentou diversos desafios, dentre eles, a dificuldade de obtenção de bolsa de estudos, a necessidade de proficiência em línguas estrangeiras, as demandas do grupo de pesquisa, a participação nas aulas e seminários, a realização de estágios e obtenção de créditos complementares, participação em eventos e publicação de trabalhos científicos, e o mais importante: a produção da pesquisa científica.

No mestrado, na Unesp de Presidente Prudente, continuei sendo orientada pelo meu professor da graduação, Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal, e contei com a valiosa coorientação da Profa. Dra. Ana Lúcia de Jesus Almeida. Fiz parte do grupo de pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e participei do projeto temático “Mapeamento e análise do território do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema - São Paulo - Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água e a saúde ambiental”. Minha contribuição ao projeto temático foi a dissertação intitulada “A reestruturação produtiva canavieira e as implicações para a saúde dos trabalhadores assentados no Pontal do Paranapanema (SP)”.

Minha coorientadora de mestrado, Dra. Ana Lúcia de Jesus Almeida, esposa do meu atual orientador Dr. Bernardo Mançano Fernandes, foi a grande responsável por fazer a ponte entre nós e me abrir a oportunidade de ser orientada da minha principal referência bibliográfica. A presente tese não teria sido escrita sem a experiência e *expertise* do meu orientador que estuda o MST há pelo menos 30 anos.

E como surgiu a ideia de estudar os mercados da Reforma Agrária Popular? O interesse pelo tema da produção, cooperação e comercialização adveio do desejo de falar de esperança, de iniciativas transformadoras, de prosperidade, ao contrário do que foi desenvolvido no mestrado em que tivemos que falar sobre adoecimento, degradação da saúde dos trabalhadores, assentados que não conseguem produzir e precisam trabalhar para o agronegócio, precarização do trabalho e outros aspectos que revelam os problemas e não as possíveis soluções.

Nossa proposta de pesquisa foi sendo construída aos poucos e não era o projeto inicial do doutorado. De início, eu tinha a ideia de estudar apenas uma cooperativa do MST e fazer um estudo comparativo com uma cooperativa mexicana. Abrindo um parêntese, durante o mestrado tive a oportunidade de fazer um estágio de pesquisa na *Universidad Autónoma Metropolitana* (UAM), na cidade do México. Na ocasião, conheci uma cooperativa camponesa-indígena que me encantou, chamada *Tosepan Titataniske*. Quando retornei ao Brasil, voltei com a ideia de trabalhar com essa cooperativa no doutorado, proposta que o professor Bernardo aceitou, incentivou e me ajudou a eleger uma cooperativa do MST para a realização de um estudo comparativo.

No entanto, no primeiro ano de doutorado, em 2020, fomos surpreendidos pela pandemia de coronavírus e a necessidade de distanciamento social. Como fazer uma pesquisa internacional nessas condições? Sem saber quando voltaríamos a normalidade, comecei a repensar o projeto de doutorado.

Recordo-me de estar preocupada com isso e lendo um texto do Milton Santos para alguma disciplina, era a respeito do conceito de espaço geográfico e sua constituição por fixos e fluxos. Foi aí que comecei a pensar: e se eu estudasse os fixos e os fluxos produzidos pelo MST? Os fluxos das mercadorias e os fixos dos espaços de comercialização. Após muitas reuniões de orientação, rascunhos e idas e vindas do projeto entre meu orientador e eu, o projeto foi tomando forma e se estruturando. Enviamos o projeto para a FAPESP, mas a bolsa foi denegada. Continuamos trabalhando e aprimorando o projeto até que conseguimos o financiamento em janeiro de 2022. A partir de então a produção da pesquisa se deu de forma mais efetiva com a realização de trabalhos de campo.

Durante nossa trajetória de doutorado, não podemos deixar de mencionar outra conquista: a realização de um estágio de pesquisa na *Cardiff University*, no País de Gales, durante 6 meses, no ano de 2023. Foi uma oportunidade incrível, pois foi minha primeira vez em um país de língua inglesa e no continente europeu, e me trouxe muito aprendizado sobre a situação agrária e as lutas dos pequenos produtores em países de capitalismo avançado.

Estudamos o *Landworkers' Alliance* visando comparar com as ações do MST, sobretudo de formação de mercados alternativos. O estágio nos ajudou a ver como o MST está avançado na luta pela terra e na construção de mercados da Reforma Agrária Popular, pois não encontramos nada semelhante em termos de conquista de acesso à terra, de políticas públicas e muito menos de uma rede como o Armazém do Campo.

Todas essas experiências vividas traçaram os caminhos de desenvolvimento da presente pesquisa de doutorado. Sei que ainda sou uma jovem pesquisadora e tenho uma longa estrada pela frente, então a tese não é o meu trabalho intelectual final, mas sim o começo da vida profissional de uma educadora e pesquisadora.

## 2. INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social que organiza a classe trabalhadora, sobretudo os sem-terra, para lutar pela efetivação do direito à reforma agrária. De acordo com a Constituição Federal, as terras onde não se produz, não se gera emprego, onde tem desmatamento, trabalho escravo, ou outras práticas ilegais, devem ser direcionadas para a reforma agrária (Brasil, 1988). Para fazer valer a lei suprema do Brasil, os sem-terra se organizam e ocupam tais terras para reivindicar que sejam desapropriadas por interesse social e democratizadas por meio dos assentamentos de reforma agrária.

A concentração fundiária gera conflitos, disputas e violência no campo, desencadeando a questão agrária brasileira, isto é, um problema de difícil solução e diálogo entre as partes interessadas. De um lado, temos o MST e outros movimentos sociais e sindicais que representam a classe trabalhadora, de outro, há a hegemonia da classe dominante que controla o sistema alimentar, os bancos, a mídia, os centros de pesquisa etc. Os produtores rurais são subordinados às corporações que controlam sementes, patentes, tecnologias, mercados e concentram conhecimento e poder.

Os consumidores, por sua vez, acessam produtos alimentícios de má qualidade, rico em açúcares, gorduras, sódio e outros componentes que prejudicam a saúde. A desnutrição em todas as suas formas (subnutrição, deficiência de nutrientes, sobrepeso e obesidade) é o maior desafio global da atualidade. Cerca de 2 bilhões de pessoas não tem acesso a alimentos seguros, nutritivos e suficientes, vivendo em situação de pobreza. Ironicamente, são os agricultores familiares que se encontraram majoritariamente nessa situação (FAO, 2021). Por outro lado, pouco mais de uma dúzia de gigantes do setor de alimentos dominam o sistema alimentar mundial e acumulam lucros extraordinários (ver quadro 21).

Diante de tamanho desafio, o MST luta para implementar seu projeto de Reforma Agrária Popular. O adjetivo “popular” foi adicionado para diferenciar do projeto de reforma agrária clássica, do período de desenvolvimento industrial (1930 a 1980), quando a formação de assentamentos em áreas improdutivas apresentava-se como interesse nacional, a fim de produzir alimentos para o mercado interno, enquanto a agricultura especializada era voltada à exportação (MST, 2015).

No entanto, as novas dinâmicas do capital, como veremos a seguir, acirrou as disputas por terra, de modo que o agronegócio passou a pleitear as terras improdutivas

competindo com os movimentos camponeses. Assim, não há mais lugar para a reforma agrária clássica. O termo “popular” tem o objetivo de evocar a união entre todos os trabalhadores, do campo e da cidade, na luta pela democratização do acesso à terra e a produção de alimentos saudáveis, visto que toda a sociedade é prejudicada pelo sistema alimentar hegemônico (MST, 2015).

Os mercados da Reforma Agrária Popular (RAP) têm o objetivo de comercializar os alimentos produzidos nos assentamentos de modo que sejam acessíveis para a população e que gere renda para os produtores. São mercados criados para serem uma alternativa ao mercado convencional que é dominado por “poderosos agentes privados” cujo objetivo é apenas auferir lucro (Schneider, 2016, p.124). Os agricultores que vendem seus produtos no mercado convencional costumam ser altamente dependentes de contratos, especialmente os produtores de *commodities* (soja, milho, cana-de-açúcar, carnes etc.). Por serem fortemente dependentes do mercado capitalista, esses produtores são mais vulneráveis (Schneider, 2016).

Diferente do mercado convencional, os mercados da RAP são socialmente construídos (Schneider, 2016), pois são formados pelos próprios produtores que se organizam para formar canais de comercialização mais justos e autônomos, desenvolvendo coletivamente formas de gestão da produção, do beneficiamento, da logística e da comercialização dos produtos. A origem dos produtos, os assentamentos de reforma agrária, confere um elemento de distinção que não é valorizado no mercado convencional, mas que é essencial nos mercados da RAP.

O mercado convencional, mesmo sendo menos vantajoso, ainda é o principal mercado acessado pela agricultura familiar, até mesmo nos assentamentos de reforma agrária. Geralmente, os produtores se integram a esse mercado de forma subordinada, pois são as empresas contratantes que decidem o que e como deve ser produzido, além de exigirem certa padronização da produção que não convém com a natureza do cultivo de alimentos. A integração dos agricultores ao mercado convencional pode ser extremamente danosa para as famílias produtoras (Martins, 2018).

Nosso trabalho evidencia a importância dos mercados da Reforma Agrária Popular como alternativa aos mercados convencionais e contribui para visibilizar a produção dos assentamentos e os resultados da reforma agrária. Esperamos que este trabalho possa ajudar a orientar políticas públicas de desenvolvimento rural, sobretudo voltadas para o fortalecimento da produção e da comercialização dos assentamentos de reforma agrária.

Este estudo é inédito por diferentes razões. Primeiro, é um trabalho sobre o MST em escala nacional, a maior parte dos estudos são sobre assentamentos específicos ou sobre regiões onde se localizam assentamentos ou até mesmo sobre a atuação do Movimento em determinados estados. Segundo, tem como eixo central a discussão sobre os mercados, tema pouco debatido na ciência como um todo, sobretudo na perspectiva da produção social de mercados. Terceiro, é uma contribuição à ciência geográfica no que se refere à discussão sobre os processos de espacialização e territorialização. Por fim, esperamos que seja também uma colaboração aos estudos da questão agrária brasileira e para os sem-terra que são os protagonistas dos mercados Reforma Agrária Popular.

Nosso objetivo geral é compreender a formação dos mercados da Reforma Agrária Popular pelo MST no Brasil, entre 2003 e 2023, analisando-os conceitualmente e em uma perspectiva geográfica, buscando entender as alternativas construídas pelo Movimento para comercializar os produtos oriundos da reforma agrária, mapeando os mercados e dimensionando suas potencialidades.

Os objetivos específicos se desmembram em:

- Compreender teoricamente os mercados da Reforma Agrária Popular em sua relação dialética com o mercado convencional, reconhecendo suas limitações, desafios e possibilidades, sobretudo nas disputas por espaços e territórios;
- Aprender a dimensão imaterial dos territórios dos mercados da Reforma Agrária Popular, isto é, as ideias, ações, estratégias de construção e representações que dão suporte à criação de mercados;
- Analisar a importância das políticas públicas emancipatórias, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), avaliando criticamente as consequências da disrupção dessas políticas para as famílias assentadas;
- Analisar a espacialização dos fluxos dos produtos camponeses, buscando entender as estratégias de organização logística;
- Entender a origem, a importância, as dificuldades e os desafios dos mercados da Reforma Agrária Popular.
- Avaliar dados sobre os mercados da RAP com informações sobre os pontos de comercialização, a origem dos produtos vendidos, os tipos de produtos, a quantidade e a qualidade (convencional, orgânico ou agroecológico).

A hipótese inicial da pesquisa era de que a rede Armazém do Campo havia sido criada como uma alternativa para o escoamento das mercadorias após a disrupção de

políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, tal como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (ver seção 3.3). Por isso, a nossa análise abrange o período de 2003 (início do PAA) a 2023. No entanto, as entrevistas realizadas revelaram que não foi a falta de política pública que provocou o surgimento do Armazém do Campo em 2016, mas foi justamente o período anterior de promoção dessas políticas que fortaleceu a produção camponesa e abriu possibilidades emancipatórias. As políticas públicas de agroindustrialização, aquisição de alimentos, habitação rural, educação, dentre outras, são resultado das lutas dos movimentos do campo. O desenvolvimento da rede Armazém do Campo é fruto das lutas do MST por condições produtivas, acesso aos mercados e criação de mercados alternativos. A partir de décadas de experiência de luta pela/na terra, ampliou-se o leque de produtos com as marcas do MST e as alternativas de comercialização para além do mercado convencional, como é o caso da rede Armazém do Campo.

A análise dos mercados da Reforma Agrária Popular é realizada pela perspectiva geográfica em que o espaço é compreendido como produto e produtor de relações sociais. A espacialização dos produtos da reforma agrária nas cidades traz consigo as simbologias da luta pela terra, da agroecologia e da possibilidade de construção de uma outra sociedade. O Armazém do Campo aparece como território do MST no espaço urbano construindo um diálogo permanente entre campo e cidade.

A abordagem espacial dos mercados abre possibilidades para entender as suas múltiplas dimensões, pois o aspecto econômico é apenas uma face dos mercados da RAP. A dimensão política tem importância fundamental na medida em que traz as pautas dos camponeses para discussão com a população urbana. A dimensão cultural também é um componente importante desses mercados, pois valoriza os saberes camponeses, a diversidade regional alimentar, além de promover a troca cultural entre aqueles que participam desses espaços. A dimensão social pode ser evidenciada nas trocas de saberes, nas relações de solidariedade e no apoio dos consumidores à reforma agrária e à produção de alimentos saudáveis.

Para compreender a formação dos mercados da RAP realizamos 16 trabalhos de campo em 9 estados, nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. Entrevistamos 21 pessoas, sendo 14 mulheres e 7 homens. Dentre os entrevistados estão representantes do Armazém do campo, da Cooperativa Terra Livre, da Escola Milton Santos de Agroecologia, da Cooperativa Central dos Assentados de Curitiba, da Cooperativa Central dos Assentados do Ceará, do Escritório de Comercialização

Institucional e da Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA).

Nossa pesquisa tem caráter qualitativo, isto é, desdobra-se das observações realizadas em campo, dos relatos de entrevistas, da análise documental e da revisão bibliográfica. Não está no nosso escopo apresentar análise de formação de preços ou cálculos de custo, apenas trabalhamos com alguns dados quantitativos que tivemos acesso para análise da espacialização dos mercados da RAP.

Conclui-se que os mercados são essenciais para a reprodução das famílias assentadas, pois não há possibilidade de viver sem trocas monetárias no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. No entanto, não existe apenas uma possibilidade, um único mercado, o capitalista. Existem diferentes mercados, com distintos graus de autonomia para os agricultores. Os mercados da RAP são mercados construídos coletivamente pelas famílias assentadas para atender as suas necessidades. Nesse processo de construção de mercados, as políticas públicas emancipatórias (Fernandes et al., 2017) se apresentam como de grande importância para a produção de autonomias na medida em que possibilitam o fortalecimento da agricultura camponesa e abrem caminhos para a construção de novos mercados.

A tese foi organizada com a seguinte estrutura:

- **Capítulo 1:** discutimos o percurso de construção da tese, fundamentando os elementos teóricos, metodológicos e o método utilizado na pesquisa. Apresentamos, resumidamente, cada um dos trabalhos de campo realizados e cada participante da pesquisa, pois consideramos que essa apresentação, logo no início do trabalho, ajuda a posicionar o leitor sobre o que são os mercados da RAP e quem são as pessoas que constroem essas iniciativas.
- **Capítulo 2:** abordamos, brevemente, o histórico do MST, a luta pela Reforma Agrária Popular e como desde o início o Movimento incentivava a produção cooperada e a construção de redes de comercialização autônomas. Apresentamos algumas das principais cooperativas, produtos e marcas do MST, que são frutos de 40 anos de organização do Movimento.
- **Capítulo 3:** discutimos a relação entre capitalismo, mercados e campesinato, evidenciando as questões que envolvem a integração dos camponeses ao mercado capitalista e as lutas por novos mercados. Tratamos da conquista das políticas públicas emancipatórias que abriram caminho para a expansão dos mercados da RAP.

- **Capítulo 4:** evidenciamos como o fortalecimento do mercado institucional impulsionou a abertura do Escritório de Comercialização Institucional (ECI), que, por sua vez, possibilitou a abertura do primeiro Armazém do Campo. Em seguida, discutimos os principais aspectos ligados à rede Armazém do Campo, aos desafios logísticos enfrentados pelo MST e à atuação da CONCENTRA na busca de soluções para essas questões.
- **Capítulo 5:** discutimos o conceito de mercados da Reforma Agrária Popular em uma perspectiva geográfica e de construção social de mercados. Mostramos que as lutas pela terra, pela soberania alimentar e pela agroecologia são internacionais e trazemos exemplos do Reino Unido, a partir de nossa experiência de estágio no exterior. Por fim, delineamos algumas recomendações para os poderes públicos e para o MST, a partir dos resultados evidenciados pela pesquisa.

A seguir, no capítulo 1, discutimos os caminhos trilhados no desenvolvimento da tese.

## **CAPÍTULO 1: O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DA TESE**

Neste capítulo, primeiramente, apresentamos as principais abordagens teóricas utilizadas na pesquisa a partir dos conceitos de espaço geográfico, espacialização, espacialidade, escala, território, territorialização, territorialidade, campesinato e mercados. Em seguida, discutimos a relação entre as metodologias utilizadas na pesquisa (trabalho de campo, produção de entrevistas e pesquisa documental) e o método que conduziu a linha de raciocínio desenvolvida na tese, o materialismo histórico-dialético. A tríade teoria-metodologia-método formam os fundamentos da tese.

Na última parte deste capítulo, apresentamos os trabalhos de campo realizados, destacando os relatos dos entrevistados e ilustrando com fotos significativas para a compreensão dos territórios da RAP. Os participantes da pesquisa também são apresentados por meio de suas trajetórias de luta e militância de modo a evidenciar a relação recíproca entre a produção dos espaços de formação política e os sujeitos que formam e são formados por esses espaços.

### **1.1. OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS UTILIZADOS NA PESQUISA**

Na ciência geográfica, a teoria deve nos ajudar a compreender a relação entre a sociedade e o espaço, pois “não existe Geografia sem teoria espacial consistente” (Silva, 2011, p.52). O espaço geográfico é uma totalidade formada pela natureza e pelos objetos que são resultado da ação humana. Milton Santos (2006) entende essa totalidade, que é o espaço geográfico, como um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações. Esse conjunto é dinâmico e está sempre em processo de transformação.

Podemos pensar no conceito de espaço de Milton Santos partindo do problema de pesquisa aqui apresentado. O espaço geográfico envolve os assentamentos de reforma agrária com as plantações, animais, casas, máquinas, pessoas etc.; as grandes plantações de monocultura destinadas para exportação; os latifúndios improdutivos; os territórios em conflito pela terra; as indústrias que processam os alimentos; as estradas por onde passam os caminhões que abastecem os centros urbanos e as cidades onde se encontram a maior parte do comércio e dos consumidores.

Nesse exemplo temos sistemas de objetos (plantações, máquinas, casas, indústrias, estradas, cidades) e sistemas de ações (produção, processamento de alimentos,

transporte, venda, consumo). Os sistemas são indissociáveis, pois para produzir é preciso plantar; para processar tem que haver indústrias; o transporte precisa de infraestruturas; a cidade consome etc.

Os sistemas são também solidários. De acordo com Santos (2006), existem três tipos de acontecer solidários: homólogo, complementar e hierárquico. O homólogo pode ser exemplificado com a implementação de uma cooperativa de leite e a especialização de uma área ao redor dessa cooperativa com produção leiteira. O complementar é aquele da relação entre campo e cidade, uma relação de intercâmbio. E o hierárquico é aquele em que o cotidiano é comandado pela informação privilegiada e o poder. É o caso dos camponeses que compram as sementes e insumos das grandes corporações transnacionais e que não conseguem um bom preço para os seus produtos no mercado capitalista.

Os sistemas de objetos e os sistemas de ações que conformam o espaço geográfico são, além de indissociáveis e solidários, contraditórios. No entanto, a contradição não é entre os objetos geográficos em si e as ações humanas, mas sim entre o conteúdo social imbuído nos objetos e as práticas sociais (Santos, 2006). Um exemplo pode ser um assentamento de reforma agrária criado para que as famílias produzam alimentos para seu autossustento e para a comercialização, mas que sem acesso ao crédito, à assistência técnica e a outros requisitos básicos, os assentados podem acabar arrendando seu lote para a produção de cana-de-açúcar, por exemplo, fato que implica em uma contradição entre o conteúdo social do assentamento e as ações produtivas ali empregadas. As formas geográficas não são apenas formas, são formas-conteúdo.

Por isso, [as formas-conteúdo] estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social. Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma. A *ação*, que é inerente a *função*, é condizente com a forma que a contém: assim, os *processos* apenas ganham inteira significação quando corporificados (Santos, 1988, p.02, grifo do autor).

O espaço, como uma totalidade, pode ser caracterizado pela forma, função, estrutura e processo. A forma se constitui pelo arranjo dos objetos geográficos (assentamento, indústria, cidade etc.). A função é a ação (produção, processamento, comercialização, consumo). A estrutura é o modo de organização que implica na interrelação das partes com o todo (sistema capitalista, estrutura de mercados). E o

processo se refere à noção de tempo e a capacidade de transformação, tais como as mudanças na relação entre o campo e a cidade e a evolução dos mercados (Santos, 1988).

A escala também é um elemento importante na análise geográfica para interpretação da realidade. “É através da articulação das escalas que podemos efetivamente construir uma interpretação geográfica da realidade, indo do particular ao geral, e retornando a este, assim como da prática à teoria e vice-versa (Alentejano; Rocha-Leão, 2006, p.58).

Na escala local podemos pensar como os mercados da RAP afetam os assentamentos (produtores) e as cidades (consumidores). Podemos nos questionar como as relações de troca acontecem nas escalas estaduais e regionais. Como as políticas públicas, em diferentes escalas, impactam os mercados da RAP? No âmbito nacional, como o Estado pode criar facilidades ou obstruções para a formação dos mercados da RAP? Como o MST organiza a logística para o abastecimento das mercadorias na rede Armazém do Campo? Como os mercados da RAP se relacionam com o comércio global?

Na análise espacial dos fenômenos estudados, podemos pensar também como se dão os processos geográficos, demonstrados por Fernandes (2005a), que se manifestam pela espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. A partir desses processos podemos entender como as relações sociais produzem espaços e como as relações sociais também são produzidas pelos espaços.

A espacialização são os fluxos e refluxos nos espaços. Os mercados da RAP representam a espacialização do MST por meio dos fluxos de mercadorias camponesas. Uma vez que as mercadorias se movem pelo espaço, a espacialização torna-se um fato que não pode ser desfeito.

Mas, a espacialização leva consigo a espacialidade. “A espacialidade carrega o significado da ação [...] A espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva” (Fernandes, 2005a, p.29). Quais significados estão por trás da comercialização dos produtos da reforma agrária? Podemos mencionar a luta pela terra, a alimentação saudável, a agroecologia, a soberania alimentar etc. Uma vez que esses símbolos (territórios imateriais) estão presentes na produção camponesa, eles são carregados junto com as mercadorias até as prateleiras do Armazém do Campo.

Daí a importância da produção de espaços e territórios do MST também nas cidades. Por território entendemos o espaço apropriado e mediado pelas relações de poder (Raffestin, 1993). Quando o MST cria uma rede de lojas está praticando uma ação de territorialização, ou seja, está expandindo seu território. Além dos acampamentos e dos

assentamentos que são territórios do Movimento (espaços ocupados ou conquistados), o Armazém do Campo se constitui como território do MST no espaço urbano.

Assim como a espacialização traz consigo a espacialidade (símbolos, subjetividades), a territorialização é portadora de territorialidades. As territorialidades são as relações sociais que nutrem os territórios. Ao adentrar em uma loja do Armazém do Campo, imediatamente nos deparamos com símbolos de lutas estampados em camisetas e bonés, nos quadros e pinturas nas paredes, nas palavras de ordem e frases que comunicam ideologias, concepções e símbolos do Movimento (seu território imaterial).

O MST é um movimento socioterritorial, pois seu principal objetivo é conquistar frações do território e sua estratégia é a ocupação de terras e formação de novos territórios (acampamentos), que são temporários até que a reforma agrária seja realizada e as famílias sejam definitivamente assentadas. O território é, assim, a razão de ser dos movimentos socioterritoriais (Fernandes, 1999). A expansão do MST no espaço urbano, através da rede Armazém do Campo, é também um aspecto que evidencia a luta por territórios, entendendo os mercados como territórios em disputa.

Outro conceito utilizado na tese é o de campesinato, utilizado para designar as famílias que vivem no campo, lidam com o trabalho na terra, produzem para o autoconsumo e para a comercialização, constroem alternativas criativas para reproduzir seu modo de vida e se relacionam com a sociedade, adaptando-se as condições existentes, mas também buscando construir novas relações sociais e econômicas. Essa definição de campesinato vem da leitura de autores como Chayanov (1974 [1925]), Shanin (1973, 2005, 2008), Ploeg (2000, 2008, 2010), Fernandes (2005b, 2008) e Fernandes e Welch (2008). Quando utilizamos outros conceitos como de agricultores familiares ou produtores agrícolas devem ser entendidos como sinônimos de camponeses.

Utilizamos uma concepção de mercados como construção social para denotar as múltiplas possibilidades de estabelecimento de canais de comercialização. Os mercados constituem as conexões entre os produtores e os consumidores, que por meio de interações sociais realizam trocas, mediados por um conjunto de normas e práticas formais e informais, tais como leis, contratos, valores, hábitos, costumes, práticas culturais e territorialidades (Schneider, 2016; Schneider; Cassol, 2022; Brandão et al., 2023).

Dentro das múltiplas possibilidades de mercados, entendemos que os mercados da RAP se enquadram como um tipo de mercados camponeses, isto é, são mercados cujo objetivo é a comercialização de alimentos produzidos pela agricultura camponesa e essa

origem dos produtos é reconhecida e apreciada pelos consumidores. São mercados que não estão diretamente controlados pelo capital, não buscam o máximo lucro, pelo contrário, buscam ser uma alternativa aos mercados globais, por isso eles representam oposição (Ploeg; Jingzhong Ye; Schneider, 2022). Os mercados serão abordados mais profundamente nas seções 3.2 e 5.1.

No mercado convencional, os consumidores não sabem as origens e as relações de trabalho por trás dos produtos. São mercadorias fetichizadas, isto é, que ocultam sua origem, sua história e suas relações sociais de produção (Marx, 2017 [1867]). Nos mercados da RAP, geralmente os consumidores têm acesso a história de luta por trás de cada mercadoria e os produtores são valorizados. Isso acontece através do diálogo entre consumidor e vendedor, mas também pela presença do símbolo do MST nas embalagens, que comunica a identidade com a luta pela terra, assim como a identificação da cooperativa produtora e do local de produção.

No entanto, as mercadorias produzidas pelo MST também são comercializadas no mercado convencional, onde encontram-se como outra mercadoria qualquer, ocultando suas origens. A marca Raízes do Campo, por exemplo, não carrega o símbolo do MST tendo em vista que tem a função justamente de se inserir no mercado convencional. Além disso, não existe diálogo entre consumidor e vendedor em supermercados comuns.

É por isso que nos mercados da RAP, a informação sobre as relações sociais de produção (quem produziu? Onde? Como?) pode ser considerada como trunfo, isto é, um elemento de distinção desses mercados. Na seção 3.1, discutimos brevemente a questão da fetichização da mercadoria.

Os mercados da RAP se caracterizam pela proximidade e o diálogo entre campo e cidade. Esse caráter é revolucionário em um sistema cada vez mais moldado e padronizado pelo capital, seja no campo, seja na cidade. O acesso à terra não é apenas uma questão agrária, é também uma questão urbana. De um lado, temos fundos de pensão estrangeiros, petrolíferas e outras empresas financeiras atuando na especulação de terras agrícolas, expandindo o monocultivo de *commodities*, aumentando o preço da terra, causando destruição ambiental e deslocamento de comunidades camponesas (Mendonça; Pitta, 2022). De outro, o capital incorporador que especula o solo urbano por meio da aquisição de terrenos e controla a produção e o consumo da habitação e da cidade, controlando também os preços da terra urbana que não são simples decorrência de oferta e procura em um mercado neutro, mas são produto dos agentes que os produzem e/ou controlam (Melazzo, 2019). De ambos os lados, a terra é concebida como ativo de valor.

Portanto, o campo e a cidade cada vez mais apresentam elementos de similaridade do que de distinção. Nesse sentido, o conceito de Reforma Agrária Popular (RAP), elaborado pelo MST, traz a necessidade de união entre a classe trabalhadora, rural e urbana, na luta por uma reforma agrária que vise a produção de alimentos saudáveis e de origem da agricultura familiar para nutrir toda a sociedade, em contraposição à especulação da terra promovida pelo capital.

## **1.2. A RELAÇÃO ENTRE AS METODOLOGIAS E O MÉTODO**

O trabalho de campo demonstrou ser crucial para a elaboração da pesquisa, pois ele é um procedimento metodológico que permite fazer o diálogo entre método, teoria e realidade. De acordo com Suertegaray (2009), o trabalho de campo é uma ação de pesquisa, de busca de respostas a questões que nos instigam.

É interessante notar que o trabalho de campo tem grande relevância na geografia, na pesquisa e no ensino. Nosso interesse em pesquisar Geografia Agrária nasceu em um trabalho de campo da disciplina Geografia Rural, quando tivemos a oportunidade de conhecer o Pontal do Paranapanema e observar a vastidão da monocultura canavieira e o conflito entre esse modelo de produção e os acampamentos e assentamentos conquistados pelos movimentos de luta pela terra.

Silva (2002) estabelece a relação entre o trabalho de campo e o ensino de geografia. Novos conhecimentos são produzidos pelos estudantes por meio da observação investigativa e da análise crítica, mediada pelo docente.

O trabalho de campo constitui-se um instrumento fundamental para essa “leitura”, por meio da qual se desvenda o entorno e se estabelece a mediação entre o registro, o conhecimento já sistematizado e informado e o seu significado, auferido através de um processo dinâmico e dialético para o entendimento da realidade, especialmente naquilo em que ela se apresenta como “inexplicável”, por isso mesmo, instigadora (Silva, 2002, p. 62).

O conhecimento produzido no trabalho de campo, portanto, deve ser mediado pela teoria (conhecimento já sistematizado e informado). Ou, como asseveram Alentejano e Rocha-Leão (2006, p. 56): “[...] o trabalho de campo não deve se reduzir ao mundo empírico, mas ser um momento de articulação teoria-prática”. Suertegaray (2009) fala de práxis, isto é, pensar o mundo para transformá-lo, pesquisar para reconhecer e intervir. Nesse ponto, já estamos falando em método, no caso, o método do materialismo histórico-

dialético de Marx, o qual entendemos como uma forma de raciocínio para pensar as questões que instigaram essa pesquisa.

Além da teoria, o trabalho de campo também deve ser relacionado com o método de pesquisa. Para Silva (2011) as informações empíricas produzidas no trabalho de campo são uma manifestação do real, que serão elaboradas intelectualmente pelo pesquisador que produzirá conhecimento, porém esse conhecimento é sempre uma aproximação do real e não a realidade em si mesma. Esse ponto é importante destacar, pois nas ciências humanas não se tem a pretensão de alcançar uma verdade suprema e absoluta, tendo em vista a complexidade das relações sociais e a posição do(a) pesquisador(a) que tem sua visão de mundo e sua própria subjetividade. A validade ou não de uma pesquisa será validada pela prática social e histórica, que pode confirmar ou refutar ideias e teorias.

O método de Marx pressupõe que para conhecer um objeto de estudo é preciso entender sua estrutura e dinâmica na realidade concreta. A partir disso, podemos produzir um conhecimento teórico, abstrato, mas que reproduza, no pensamento, a essência do objeto de pesquisa. De acordo com o materialismo histórico-dialético, não há neutralidade do pesquisador, pois se o objeto é a sociedade, o sujeito está implicado no objeto e tem papel ativo: precisa mobilizar o máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e usar a criatividade para apreender a estrutura e a dinâmica do objeto (Netto, 2011).

No materialismo histórico-dialético, começa-se pelo real e concreto e, depois, na análise, os elementos são abstraídos chegando-se aos conceitos, isto é, o concreto pensado. Por isso começamos a tese com a análise dos resultados dos trabalhos de campo, evidenciando a concretude dos mercados da RAP e como estão sendo construídos. Procuramos entender como esses mercados se estruturam e se relacionam com os mercados mais amplos, bem como empregamos um esforço para entender o processo histórico e geográfico de formação desses mercados, em sua realidade concreta e dinâmica.

A historicidade dos mercados da RAP é discutida por meio da pesquisa documental. A partir do acesso à Biblioteca da Questão Agrária, no site do MST, analisamos documentos elaborados pelo Movimento, entre 1989 e 2022, com o intuito de compreender suas concepções de produção, cooperação e comercialização.

No trabalho de campo, empregamos a pesquisa qualitativa que é utilizada quando trabalhamos com experiências de vida e discursos repletos de inexatidões, emoções e visões de mundo. Para Meihy (2002), “é exatamente o conjunto dessas alterações que nos interessa”, isto é, os sentimentos e as ideologias são importantes para a compreensão dos

relatos dos entrevistados, não buscamos apenas fatos. Além disso, devemos levar em consideração que os relatos são uma “versão sobre os fatos e não os fatos em si” e que a história contada é sempre uma “construção comprometida” (Meihy, 2002, p. 50).

As entrevistas são produzidas, não “coletamos” informações que estão disponíveis como se a realidade fosse algo que se encontra de forma clara e evidente, mas nós produzimos as informações com as quais trabalhamos. A produção de entrevistas deve ser entendida como uma interação desigual entre sujeitos com contextos sociais diferentes (Colognese; Melo, 1998) e não apenas um diálogo, fato que pode levar a interpretações equivocadas. Além disso, há uma relação de poder exercida nas entrevistas já que são as pesquisadoras e pesquisadores que elaboram as perguntas que devem ser respondidas pelos entrevistados.

Obrigar o outro a falar e, muitas vezes falar sobre aquilo que o outro jamais havia se colocado como questão a pensar, é exercer um grande poder de arbítrio. Arbítrio disfarçado na idéia – falsa – de conexão de comunicação (Colognese; Melo, 1998, p.151).

O pesquisador e o pesquisado têm intencionalidades, pois partimos da premissa que não existe neutralidade na produção da pesquisa. As perguntas podem forçar, mesmo sem perceber, o entrevistado a fornecer determinadas respostas. Ao mesmo tempo, o entrevistado pode omitir informações ou fornecê-las de modo parcial, dentre outras problemáticas.

Além disso, após a entrevista, o investigador ou investigadora realizará a transcrição, a análise e a interpretação das falas dos sujeitos. Silva (2016) aponta que devemos reconhecer essa relação de poder e buscar formas de manter os contextos das falas, assim como precisamos posicionar o entrevistado e o entrevistador, evidenciando os diferentes contextos em que estão inseridos.

Como mencionamos na apresentação da tese, esta pesquisa foi produzida por uma pesquisadora de origem urbana, que começou a se interessar pela questão agrária brasileira na universidade. O interesse pelo tema surgiu com a compreensão da desigual estrutura fundiária brasileira e que existem movimentos socioterritoriais, como o MST, que lutam para democratizar o acesso à terra. Também me posiciono como consumidora que gostaria de ter mais alternativas para a compra de alimentos saudáveis, tendo em vista o domínio das grandes marcas nos mercados que impõe uma dieta para a sociedade, rica em açúcar, sódio, gordura trans, conservantes, agrotóxicos etc. A partir dessa posição,

interagimos com os entrevistados, quase em sua totalidade, militantes do MST que atuam na construção de mercados da RAP.

Com o reconhecimento de todas as implicações presentes na pesquisa qualitativa e da necessidade de coerência entre método-metodologia-teoria, elaboramos roteiros de entrevistas semiestruturados, com perguntas abertas organizadas por eixos temáticos de acordo com os objetivos da pesquisa (Apêndice A). Vale ressaltar que o roteiro não serve para limitar as questões, mas para ser um guia para o(a) entrevistador(a). Questionamentos novos podem aparecer na interação entre os sujeitos, assim como as perguntas abertas dão margem para que os entrevistados elaborem livremente seus relatos. As entrevistas foram conduzidas de forma oral e gravadas com a permissão dos entrevistados que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B).

Foram entrevistadas 21 pessoas, sendo 14 mulheres e 7 homens. Dentre os entrevistados estão representantes do Armazém do Campo, da Cooperativa Terra Livre, da Escola Milton Santos de Agroecologia, da Cooperativa Central dos Assentados de Curitiba, da Cooperativa Central dos Assentados do Ceará, do Escritório de Comercialização Institucional e da Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA).

Por uma questão ética e de segurança dos entrevistados, omitimos seus nomes verdadeiros, substituindo-os por nomes fictícios (Quadro 1). Porém, utilizamos nomes de pessoas reais que deram as suas vidas na luta pela terra no Brasil. Apenas Elizabeth Teixeira está viva, todos os outros nomes são de mártires da luta no campo. Optamos por homenagear Elizabeth Teixeira por ser um ícone das Ligas Camponesas e da luta pela terra no Brasil. No apêndice C, há um resumo do histórico de lutas dessas pessoas e como perderam suas vidas pela violência no campo.

As entrevistas foram transcritas utilizando-se, em um primeiro momento, a função de digitação por voz do *Word*. Com o gravador em volume máximo, o *Word* reconhecia e digitava os relatos. Em seguida, realizamos a revisão da transcrição que continha muitos erros e falta de pontuação. Apesar disso, consideramos que revisar é mais rápido do que ter que digitar toda a entrevista. Algumas entrevistas, no entanto, apresentavam muito ruído (vento, chuva, latidos, falas de outras pessoas etc.), que impossibilitaram a transcrição automática.

**Quadro 1** - Entrevistados: nomes fictícios e local de atuação

<b>Nomes fictícios</b>	<b>Local de atuação</b>
Valmir Mota de Oliveira (Keno)	Grupo Gestor do Armazém do Campo - Belo Horizonte
Oziel Alves Pereira	Armazém do Campo - Campo Grande
Maria da Luz Benício de Sousa	Armazém do Campo - Cascavel
Iari Grosseli	Armazém do Campo - Londrina
Kátia Martins de Souza	Armazém do Campo - Londrina
Marinalva Silva de Souza	Armazém do Campo - Ortigueira
Edilene Mateus Porto	Armazém do Campo - Ortigueira
Vilmar Bordim	Cooperativa Terra Livre e Armazém do Campo - Porto Alegre
Roseli Celeste Nunes da Silva	Armazém do Campo - Porto Alegre
Vitalvino Mori	Cooperativa Terra Livre e Armazém do Campo - Porto Alegre (coordenador)
Margarida Maria Alves	Armazém do Campo – Porto Seguro
João Pedro Teixeira	Armazém do Campo – Recife (coordenador)
Maria Zilda	Armazém do Campo – Salvador
Dorothy Stang	Escola Milton Santos de Agroecologia
Dilma Ferreira Silva	Cooperativa Central dos Assentados de Curitiba
Elisabeth Teixeira	Cooperativa Central dos Assentados do Ceará (coordenadora)
Adelaide Molinari	Cooperativa Central dos Assentados do Ceará
Leonir Orback	Grupo Gestor do Armazém do Campo – São Paulo
Dorcelina Folador	Coordenadora do Escritório de Comercialização Institucional
Francisca Veras	Responsável pela logística da Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA)
João Alfredo Dias (Nego Fuba)	Armazém do Campo – São Luís

Fonte: Trabalho de Campo. Organização: Angela dos Santos Machado.

Após a transcrição das entrevistas, analisamos os relatos. Para facilitar esse trabalho utilizamos duas ferramentas: *WordSmith Tools*<sup>2</sup> e *Infogram*<sup>3</sup>. No *WordSmith*, utilizamos a função *WordList* para criar uma lista com as palavras que apareceram nas entrevistas de acordo com a ordem de frequência. Salvamos a lista no *Excel* e fizemos uma limpeza, excluindo as palavras que não apresentavam sentido sozinhas (de, que, a, e, é, o, não, do, para etc.). Esse processo foi feito até atingir cem palavras significativas. Em seguida, salvamos a nova lista de cem palavras com o número de frequência que apareceram na entrevista e fizemos o upload no site *Infogram* que, automaticamente,

<sup>2</sup> *WordSmith Tools*. Disponível em: <https://www.lexically.net/downloads/version9/index.html>. Acesso em 13 mar. 2024.

<sup>3</sup> *Infogram*. Disponível em: <https://infogram.com/pt/criar/nuvem-de-palavra>. Acesso em 13 mar. 2024.

elaborou a nuvem de palavras. No entanto, decidimos não colocar todas as nuvens de palavras no trabalho, pois ficaria repetitivo.

Na próxima seção, apresentaremos um resumo dos trabalhos de campo realizados e apresentaremos os participantes da pesquisa.

### **1.3 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A ELABORAÇÃO DA PESQUISA**

Os trabalhos de campo foram essenciais para a produção da pesquisa, pois tivemos a oportunidade de conhecer as infraestruturas que sustentam os mercados da Reforma Agrária Popular e as pessoas que trabalham para produzir os espaços de comercialização do MST. O ponto de partida para decidir com quem falar e para onde ir foi conversar com um militante do MST do setor de produção, indicado pelo nosso orientador. Após essa conversa e em acordo com o orientador, decidimos estudar as três frentes de comercialização em que o MST atua: o mercado institucional, o mercado convencional e o Armazém do Campo.

A partir do contato fornecido pela nossa fonte, comunicamo-nos com a coordenadora do Escritório de Comercialização Institucional (ECI) do MST, Dorcelina Folador, explicamos nossa pesquisa e solicitamos uma entrevista com responsáveis de cada uma das frentes de comercialização. A coordenadora prontamente aceitou nosso pedido.

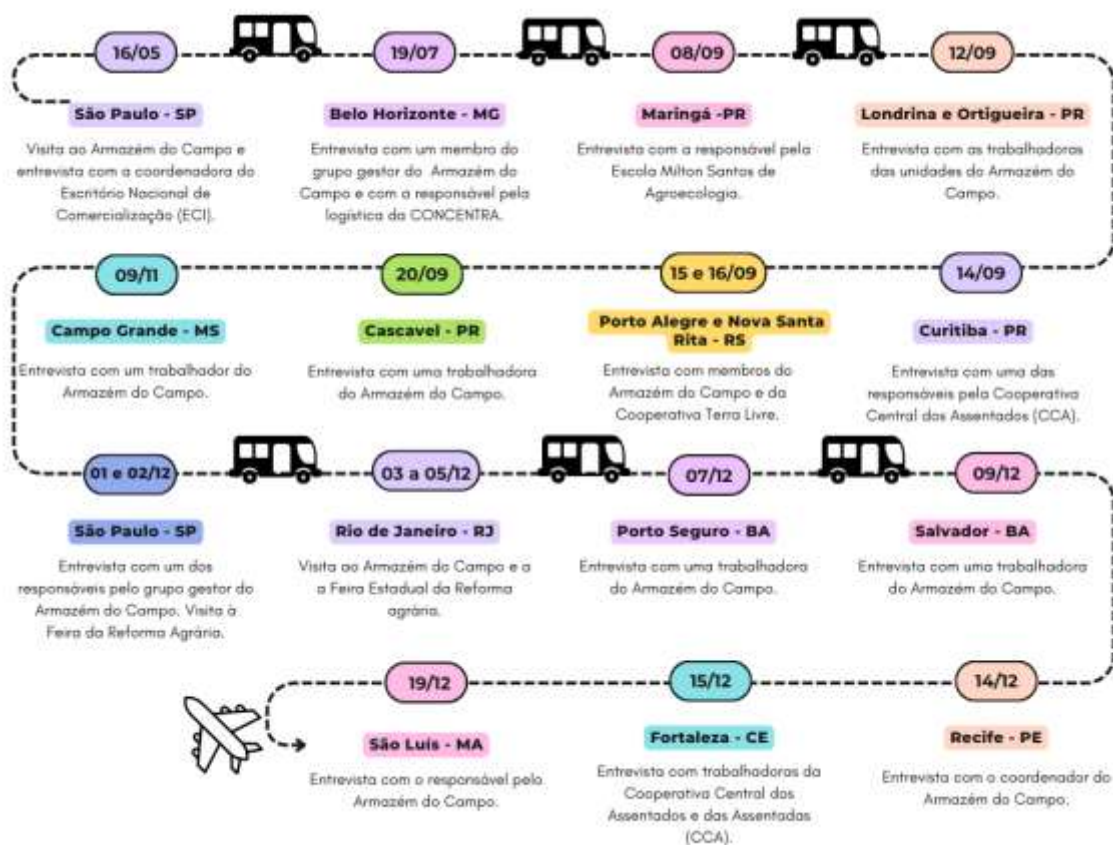
Após a entrevista com a coordenadora do ECI, ela nos indicou conhecer Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA) por sua importância na organização da logística dos produtos que abastecem o Armazém do Campo. Ela nos contactou com Valmir Mota, do grupo gestor do Armazém do Campo de Belo Horizonte, que acabou sendo um grande parceiro para a nossa pesquisa, pois nos indicou diversas outras pessoas e experiências para conhecermos.

Realizamos os trabalhos de campo em blocos. Começamos em São Paulo, em maio de 2022, e em Belo Horizonte, em julho do mesmo ano, em razão das indicações que recebemos. Depois, em setembro de 2022, percorremos a região Sul, visitamos as unidades do Armazém do Campo em Londrina, Ortigueira e Cascavel, no Paraná, e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Aproveitamos a curta distância entre Londrina e Maringá para visitar a Escola Milton Santos de Agroecologia e conhecer a experiência de grupo de consumo com a qual a escola trabalha. Também fomos à Curitiba porque a Cooperativa Central dos Assentados (CCA) acaba sendo um importante ponto de logística que faz o

intercâmbio entre os produtos do Sul e do Sul com o restante do país. No mês de novembro de 2022, fomos para a região Centro-Oeste que, naquele momento, contava apenas com a unidade do Armazém do Campo em Campo Grande.

Para finalizar, em dezembro de 2022, aproveitamos que fomos para São Paulo participar do encontro do DATALUTA – Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios, e entrevistamos um dos responsáveis do grupo gestor do Armazém do Campo, com quem não havíamos conseguido conversar anteriormente. Também participamos da Feira da Reforma Agrária que estava acontecendo naquele momento. De São Paulo, decidimos continuar percorrendo nosso trajeto para conhecer as unidades do Armazém do Campo. Então, de lá fomos ao Rio de Janeiro e, depois, fomos para a região Nordeste, onde visitamos quatro unidades do Armazém do Campo: Porto Seguro, Salvador, Recife e São Luís. Também estivemos em Fortaleza para conhecer a produção dos assentamentos, pois fomos informados de que eles estavam bastante avançados na produção. Todo o trajeto foi feito de ônibus, exceto o retorno de São Luís para Presidente Prudente que foi feito de avião (Figura 1).

**Figura 1** - Trabalhos de campo realizados para a pesquisa.



Elaborado com Canva. Organização: Angela dos Santos Machado.

Em seguida, relataremos sobre cada um dos trabalhos de campo, apresentando as unidades do Armazém do Campo visitadas, assim como outras infraestruturas que fazem parte dos mercados da RAP e as pessoas que participaram da pesquisa e que são produto e produtoras dos espaços de socialização política do MST.

- **O Escritório de Comercialização Institucional - São Paulo**

Nosso primeiro trabalho de campo aconteceu no dia 16 de maio de 2022 na cidade de São Paulo, no Armazém do Campo e no Escritório de Comercialização Institucional (ECI). Nos encontramos com Dorcelina Folador, coordenadora do ECI, no Armazém do Campo, em seguida fomos até o ECI que fica a poucas quadras de distância. No início da entrevista, pedimos para a Dorcelina fazer uma pequena apresentação contando um pouco da sua trajetória de militância e no setor de comercialização. A seguir, temos a resposta da entrevistada na íntegra:

**Quadro 2** - Apresentação de Dorcelina Folador (coordenadora do ECI).

Eu entro no movimento a partir do ano de 1997, com 7, 8 anos, sou filha de produtores, pequenos produtores vindos Paraguai. Nós entramos no Movimento em 97 em uma região chamada região centro-oeste do estado do Paraná, mais especificamente numa ocupação de terra, em uma fazenda chamada Corumbataí. A gente ficou no acampamento por um período de 11 anos. Em 2004, 2005 a fazenda foi comprada e as famílias passaram por um processo de assentamento. Bom, eu me formei dentro desse meio, estudei pela escola itinerante e acabei indo para Curitiba e contribui um tempo dentro das estruturas do Movimento... militância, grupo de jovens, organização de outros acampamentos. E em 2009, eu fui para Curitiba com essa vontade de estudar, fiz um curso com bolsa do Prouni por um período e sou formada em gestão financeira e fiquei ali por 7 anos contribuindo no setor de produção do movimento, já atuei em outros setores, mas é o que eu mais me identifico. Em 2018 eu vim para São Paulo e assumi a coordenação do escritório de comercialização. Bem resumidamente eu acho que é isso, assim, eu sou... meus pais... eu tenho mais quatro irmãos, também uma delas trabalha hoje aqui no Armazém do Campo de São Paulo, o restante é casado e também mora dentro do assentamento.

Fonte: Informação verbal<sup>4</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

A história de vida de Dorcelina mostra como ela foi formada dentro dos espaços de luta pela terra, desde a infância no acampamento, estudando na escola itinerante, passando pelo processo de assentamento, participando de grupo de jovens e auxiliando na organização de outros acampamentos. Estudou na universidade com bolsa do

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do Escritório de Comercialização Institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.



aos mercados. Os detalhes da entrevista serão trabalhados na seção 4.1 que abordará a formação e organização do ECI e a na seção 2.3 sobre os desafios do mercado convencional, a partir da análise da marca Raízes do Campo.

Uma das questões que fizemos aos entrevistados foi “O que é mercado para o MST?”. A resposta de Dorcelina pode ser observada no quadro 3.

### Quadro 3 - Concepção de mercado da entrevistada Dorcelina Folador

**Eu acho que mercado é um espaço de compartilhar e de trocar.** Não necessariamente ele está ligado a comercialização ou a dinheiro ou a renda. Olhando para as práticas do Movimento, o mercado é um espaço de conhecimento e de troca. Onde troca sementes a gente chama de mercado. **É o espaço de socialização e de conhecer outras experiências, é o espaço também de comercialização, de garantir renda para as famílias.** É o espaço de mercado para você colocar marca, é o espaço do mercado para você agregar valor, mas não necessariamente está ligado a lógica do dinheiro. **É um espaço social,** acho que o mercado tem um pouco dessa função dentro do Movimento, ser um espaço social.

Fonte: informação verbal, grifo nosso.<sup>5</sup> Organização: Angela dos Santos Machado.

O mercado, portanto, para Dorcelina Folador, é um espaço onde as pessoas se reúnem e trocam não apenas bens por dinheiro, mas também experiências e saberes. É também um espaço de comercialização e de geração de renda para as famílias assentadas. Vale enfatizar que a palavra “espaço” também tem destaque na fala da entrevistada, como podemos ver na figura 2, e no relato podemos ter uma ideia de como o termo é utilizado para se referir ao mercado, evidenciando a indissociabilidade entre espaço e mercados.

Fomos muito bem recebidos pela coordenadora do ECI que após a entrevista nos convidou para almoçar junto com outros membros do MST que atuam na comercialização. Além disso, continuamos em contato com Dorcelina após a entrevista, que nos forneceu dados sobre as cooperativas que participam do ECI e sobre as mercadorias vendidas, os compradores, as quantidades e as datas de licitação. Esses dados serão discutidos na seção 4.1, que aborda a formação e o funcionamento do ECI.

De maneira geral, a entrevista foi muito proveitosa e nos ajudou a ter uma primeira dimensão sobre os mercados da RAP, direcionando-nos para seguir o trabalho. A segunda parada foi em Belo Horizonte, onde conhecemos o Armazém do Campo e a Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA).

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.

- **Armazém do Campo e CONCENTRA – Belo Horizonte**

A primeira entrevista com representante do Armazém do Campo ocorreu na cidade de Belo Horizonte, no dia 19 de julho de 2022. Chegamos com antecedência para aproveitarmos o final de semana e participar de atividades culturais promovidas pelo Armazém do Campo. Então, em um primeiro momento, fomos prestigiar a “Cultura na Sexta”, evento musical com comida típica mineira que acontece todas as sextas-feiras (Figura 3). A importância dos eventos culturais promovidos pelo Armazém do Campo será discutida na seção 4.2

**Figura 3** - Evento cultural no Armazém do Campo de Belo Horizonte.



Fonte: Trabalho de campo, 16 de julho de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

No dia 19 de julho, voltamos para o Armazém do Campo para realizar a entrevista que estava agendada. O representante do grupo gestor do Armazém do Campo, Valmir Mota, é economista e passou a atuar no MST contribuindo com projetos de produção e comercialização. É gaúcho, mas hoje atua no Armazém do Campo de Belo Horizonte. No quadro 4, podemos conferir a apresentação de Valmir.

#### Quadro 4 - Apresentação de Valmir Mota do Armazém do Campo de Belo Horizonte.

Bom, meu nome é [Valmir Mota], eu entro para o MST em 2013, em outubro de 2013, em um projeto de assistência técnica de agroindustrialização que existia na época, era um programa que acabou não indo para frente e eu fui morar em Rondônia, eu morava no interior de Rondônia, então a gente ajudou a organizar duas cadeias produtivas: leite e cacau. Depois, eu fui fazer algo muito semelhante, morando no Piauí, fiquei mais de dois anos. Há 4 anos eu resido, agora, em Minas Gerais, dois anos eu trabalhei ajudando a organizar o cooperativismo em Minas Gerais e a gestão. E, a partir de janeiro de 2020, eu entro na tarefa de ajudar a gestão administrativa dos Armazéns do Campo no Brasil. Então, faz dois anos e meio que eu estou nessa tarefa.

Fonte: informação verbal<sup>6</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

Diferente da entrevistada anterior, Valmir não tem origem em família acampada ou assentada, ele passou a atuar no MST na vida adulta, depois de já formado como economista, por alinhamento ideológico. Desde então, ele vem atuando em projetos de produção e comercialização dentro do Movimento.

As palavras que mais apareceram na entrevista dele, além de Armazém do Campo, foram MST, 56 vezes, logística, 41, e espaço, com 38 repetições. “MST” aparece bastante no sentido de pertencimento, como produtos do MST, militantes do MST, espaços do MST, símbolos e bandeiras do MST, assim como ações realizadas pelo Movimento, dentre outras conotações. “Logística” aparece quando ele contextualiza como a CONCENTRA começou a organizar um sistema de logística para atender, primeiramente, as demandas de Minas Gerais, e sem seguida, das trocas comerciais de produtos oriundos de assentamentos de diferentes regiões do Brasil. Isso será abordado na seção 4.3. O termo “espaço” aparece no relato para se referir ao próprio Armazém do Campo ou outras estruturas como a cooperativa. Alguns exemplos são: “Ele [o Armazém do Campo] cumpre um papel de ajudar a ser um espaço da classe trabalhadora urbana”, “o espaço de se reunir e fazer troca de ideias”, “espaço de comercialização”, “espaço de se lançar campanhas”, “espaço de ação e trabalho para a juventude” etc.

Após a entrevista com Valmir, no Armazém do Campo, ele nos levou até Contagem, conurbação urbana com Belo Horizonte, onde está localizada a Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA) que se tornou uma intermediária entre as cooperativas e a rede Armazém do Campo, organizando a compra, o armazenamento e o transporte de mercadorias.

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida por Valmir Mota de Oliveira (Keno), Grupo Gestor do Armazém do Campo - Belo Horizonte. **Entrevista II** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Belo Horizonte, 2022.

Além de entrevistar o representante do Armazém do Campo, entrevistamos uma das responsáveis pela logística na sede da CONCENTRA, Francisca Veras. No quadro 5, podemos ver a apresentação dela. Semelhantemente ao Valmir, ela não tem origem em família assentada. Ela se aproximou do Movimento na universidade e, após formada em agronomia, trabalhou em projetos de agroecologia junto à agricultura familiar e, por fim, passou a contribuir com o MST. Em seu relato é interessante notar a importância que ela confere a sua relação com o MST, durante a sua formação profissional, para que ela se tornasse um tipo de agrônoma diferente da maioria de seus colegas (Quadro 5).

**Quadro 5** - Apresentação de Francisca Veras, responsável pela logística da CONCENTRA.

Eu conheci o Movimento porque eu era do movimento estudantil e existe essa relação do MST com as universidades. Fazendo várias ações de projetos, pesquisas, jornadas da reforma agrária, estágio vivência e tal. E aí nesse período que eu era estudante eu conheci e me aproximei mais do MST lá do Vale do Jequitinhonha, que é a região onde eu estudava. Lá na Universidade do Vale do Jequitinhonha. E aí depois que eu me formei, eu não me inseri diretamente no MST não. Eu fui trabalhar em outras cooperativas da agricultura familiar, em outras regiões, e depois de um tempo que uma companheira minha, que também estudou junto comigo e que também se aproximou do MST nesse mesmo período, diferente de mim, assim que a gente formou, ela entrou direto no MST. E ela entrou aqui no MST e virou dirigente do setor de produção e o MST estava procurando pessoas, nesse período, para contribuir com algumas tarefas. E aí ela entrou em contato comigo, viu se eu tinha interesse de vir nesse período e eu vim, em setembro de 2019. Então eu tive essa relação com o Movimento ainda quando era estudante e que, com certeza, essa relação com o Movimento contribuiu muito no meu processo de formação para eu ter virado o tipo de agrônoma que eu virei porque senão eu teria virado outro tipo de agrônoma [risos], estaria servindo ao agronegócio, nesse momento, igual tantos outros colegas meus, formados junto comigo. E tive esse período, assim, de trabalhar em outras entidades da agricultura familiar, outros processos de agroecologia, dentro dessa linha da agroecologia, mas não no Movimento e, depois, que eu me inseri no Movimento. Em setembro de 2019 eu vim, especificamente, para essa tarefa aqui na CONCENTRA e estou aqui desde então.

Fonte: Informação verbal.<sup>7</sup> Organização: Angela dos Santos Machado.

A entrevista de Francisca Veras será abordada na seção 4.3, em que discutimos especificamente a organização logística da CONCENTRA. Ambas as entrevistas realizadas somaram cerca de 3 horas de duração. Após a entrevista fomos presenteados com produtos da reforma agrária pelas representantes da CONCENTRA (Figura 4).

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por Francisca Veras, responsável pela logística da Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA). **Entrevista III** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CONCENTRA, Belo Horizonte, 2022.

**Figura 4** - Pesquisadora recebendo produtos na CONCENTRA



Fonte: Trabalho de campo, 19 de julho de 2022. Foto: Valmir Mota de Oliveira.

Novamente fomos muito bem recebidos pelas pessoas que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Inclusive, fomos convidados a almoçar junto com as(os) trabalhadoras(es) da CONCENTRA e os contatos continuaram via celular para tirar dúvidas e para obter novos contatos e dados para a pesquisa.

Esse trabalho de campo resultou no acesso aos nomes das cooperativas que participam da logística da CONCENTRA e os produtos que são comercializados. Esses dados serão trabalhados na seção 4.3 onde tratamos desse assunto.

- **Escola Milton Santos de Agroecologia - Maringá**

No mês de setembro de 2022, realizamos os trabalhos de campo na região Sul do Brasil, com a finalidade de conhecer as experiências de comercialização. No dia 08 de setembro estivemos na escola Milton Santos de Agroecologia, em Maringá, onde realizamos uma entrevista com uma das responsáveis pela comercialização das cestas agroecológicas, além de conhecer o espaço da escola, a produção de alimentos e o estoque de produtos (Figuras 5 e 6).

**Figura 5** - Visita à escola Milton Santos de Agroecologia (Maringá)



Fonte: Trabalho de campo, 08 de setembro de 2022. Foto: Victor Hugo Quissi.

**Figura 6** - Visita à escola Milton Santos de Agroecologia (Maringá)



Fonte: Trabalho de campo, 08 de setembro de 2022. Foto: Victor Hugo Quissi.

Maringá ainda não tem uma loja do Armazém do Campo, mas a escola de agroecologia tem um estoque com os principais produtos do MST que são vendidos em

conjunto com as hortaliças produzidas na escola e por assentamentos próximos, por meio do site e das redes sociais. Os clientes fazem o pedido *online*, de acordo com a lista de produtos que é disponibilizada, e retiram os produtos em um dia determinado.

Existem inúmeras experiências de cestas agroecológicas no Brasil, não focamos nessas experiências justamente por serem bastante diversas e de difícil sistematização. No entanto, consideramos importante conhecer uma dessas iniciativas, que é um passo importante para a formação de um mercado consumidor dos produtos da reforma agrária, que costuma anteceder a abertura de uma unidade do Armazém do Campo.

Como a escola se encontra na área rural, um sindicato disponibiliza um espaço para a entrega das cestas agroecológicas na cidade de Maringá. Entrevistamos a coordenadora da escola e do projeto das cestas a fim de compreender o funcionamento desse tipo de comercialização e as perspectivas de abertura de uma unidade do Armazém do Campo em Maringá. O quadro 6 traz a apresentação de Dorothy Stang, nome fictício adotado para a coordenadora da escola.

**Quadro 6** - Apresentação de Dorothy Stang, coordenadora da Escola Milton Santos de Agroecologia.

Sou filha de assentados da reforma agrária e já estou há 19 anos no MST, desde 2004, e meus pais são assentados aqui no Eli Vive, próximo a Londrina. Eu me formei no curso técnico de cooperativismo (TAC) do Rio Grande do Sul, o curso do Movimento, e com verbas do PRONERA. A partir dali eu fui me identificando com as atividades tanto administrativas, quanto dessa parte das cooperativas. E aí foi dali que eu fui entendendo e dando sentido, assim, a minha formação, tanto que até hoje eu atuo nessa área, tanto administrativa, quanto da parte da comercialização, com o envolvimento das cooperativas. Contribuí um tempo na secretaria estadual ali em Curitiba, já contribuí também em uma cooperativa do Movimento que é a COPRAN, aqui em Arapongas, cooperativa de laticínios, e depois de tudo isso eu acabei vindo para cá, para escola Milton Santos. Tinha uma demanda de pessoas para tocar aqui a escola, então, eu e minha família viemos para cá para a gente tocar a escola Milton Santos. Atualmente, a gente está há uns quase 3 anos aqui já.

Fonte: Informação Verbal.<sup>8</sup> Organização: Angela dos Santos Machado.

Dorothy é filha de assentados e teve sua formação em Técnico de Administração de Cooperativas (TAC), curso do MST, e estudou com financiamento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Ela se formou nos espaços de socialização política e, hoje, ajuda a construir novos espaços de cooperação e educação.

Apesar de não existir uma unidade do Armazém do Campo em Maringá, a palavra “Armazém” é a que mais aparece na entrevista, 52 vezes, pois Dorothy denomina o estoque de produtos e as vendas *online* como Armazém do Campo. Isso é algo comum

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Dorothy Stang, coordenadora da Escola Milton Santos de Agroecologia. **Entrevista IV** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escola Milton Santos de Agroecologia, Maringá, 2022.

no Movimento, muitas vezes ouvíamos falar que havia Armazém do Campo em determinadas cidades, mas quando procurávamos não encontrávamos, porque se tratava de experiências de comercialização mais informais, como no caso de Maringá. Ela também mencionava “Armazém” para expressar o desejo de que uma unidade fosse aberta no centro da cidade de Maringá.

A segunda palavra que mais apareceu na entrevista foi “produtos”. Ela mencionou o fato de que muitas pessoas têm preconceito com os produtos dos sem-terra e que o Armazém do Campo tem o potencial de aproximar a sociedade desses produtos. Ela também citou a dificuldade de ter um estoque mínimo de produtos para a comercialização, sobretudo das mercadorias que vêm de longe, além da falta de veículo adequado para levar os produtos para a cidade, tendo que fazer, muitas vezes, mais de uma viagem. A entrevistada relatou a dificuldade de tornar os produtos acessíveis para a população sem ter uma unidade do Armazém do Campo.

A terceira palavra que mais apareceu na entrevista de Dorothy foi “espaço” tanto para denominar o local onde funciona a escola, como também para expressar o desejo de conseguir organizar um “espaço físico” para o Armazém do Campo em Maringá, “ter um espaço nosso”, como ela ressalta. Ela também sonha como seria esse lugar, “um espaço bonito”, com “espaço cultural” etc.

A palavra “mercado” também foi bastante mencionada: mercado institucional, dificuldade de acesso ao mercado, a importância de construir espaços autônomos de mercados, “nossos mercados”, como ela diz, e “mercado popular”, que seria os mercados organizados pelo MST. Chama a atenção o fato de que ela compreende o conceito de mercado como uma forma de exclusão, um espaço que foi, por muito tempo, negado aos sem-terra (Quadro 7).

### **Quadro 7** – Concepção de mercado da coordenadora da Escola Milton Santos de Agroecologia.

O que seria o mercado? Parece ser uma pergunta óbvia. É uma coisa que nos foi negada, eu acho que, por muito tempo, se a gente não tivesse conseguido lutar por isso e construído os nossos espaços de mercado, a gente não estaria apresentando os nossos produtos hoje. Então, eu acredito que quando se fala em mercado, a primeira coisa que vem é uma coisa capitalista, onde a gente não consegue se inserir. E de várias formas, não conseguimos mostrar os nossos produtos, tanto que a gente teve que abrir algo nosso para a gente conseguir levar a nossa produção e mostrar a nossa produção. Então, quando fala de mercado, para mim, é um conceito muito capitalista, onde acaba excluindo tanto nós do movimento sem-terra, nossa produção, quanto a produção da agricultura familiar. Então, eu não sei o que mais eu poderia dizer sobre o conceito de mercado.

Fonte: Informação verbal<sup>9</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

A entrevista de Dorothy demonstra o desafio que é conseguir organizar a abertura de uma unidade do Armazém do Campo, sobretudo pela falta de recursos financeiros para obter um espaço apropriado para a loja e abastecer a unidade com os produtos que vem de diferentes partes do Brasil. Saindo de Maringá fomos para Londrina, que tem uma das lojas mais bonitas que visitamos.

- **Armazém do Campo - Londrina**

No dia 12 de setembro, visitamos as lojas do Armazém do Campo de Londrina e de Ortigueira, respectivamente, ambas no Paraná, onde realizamos entrevistas com as trabalhadoras das lojas. Ambas as lojas foram inauguradas no mês de agosto de 2021.

Primeiramente, estivemos no Armazém do Campo de Londrina que se encontra em uma área central da cidade, possui uma boa estrutura e uma decoração que enaltece a luta pela terra (Figura 7).

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Dorothy Stang, coordenadora da Escola Milton Santos de Agroecologia. **Entrevista IV** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escola Milton Santos de Agroecologia, Maringá, 2022.

**Figura 7** - Armazém do Campo de Londrina



Fonte: Trabalho de campo, 12 de setembro 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

Na figura 7 podemos ver a importância da ornamentação do Armazém do Campo, com poesias, palavras de ordem, pinturas e quadros que fazem referência à luta camponesa, à relação com a terra e à produção de alimentos.

A entrevista em Londrina foi agendada previamente e quem nos recebeu foram as irmãs gêmeas que trabalham no Armazém do Campo, filhas de acampados e irmãs de um assentado. Optamos por trazer a apresentação delas na forma de diálogo, pois foi uma entrevista em que a entrevistadora teve que cumprir um papel mais ativo na estimulação da conversa.

## Quadro 8 - Apresentação das trabalhadoras do Armazém do Campo de Londrina

**Iari Grosseli:** Quando eu entrei para fazer a faculdade eu não participava do Movimento ainda. Daí eu entrei porque o meu interesse era fazer agronomia, mas como eu não queria fazer uma faculdade presencial, aí eu fui para o agronegócio que é a distância, só que enfatiza bastante a agricultura familiar, até nos livros, agora eu não vou saber qual matéria que era, mas falava sobre o Movimento, sobre a produção, então, assim, tinham professores que também apoiavam [...]

**Angela:** E vocês, então, são do acampamento? Aqui próximo?

**Iari Grosseli:** Isso. De Centenário do Sul.

**Angela:** Então, vocês participam do MST já há quanto tempo?

**Iari Grosseli:** A gente está há dois anos.

**Angela:** Dois anos?

**Iari Grosseli:** Dois anos, mas ativa um ano [risos]. Nosso pai e nosso irmão já faz uns seis anos, seis, sete anos.

**Angela:** São acampados?

**Iari Grosseli:** Nosso irmão é assentado no mesmo assentamento que a [coordenadora do Armazém do campo de Londrina] mora.

**Angela:** E aí vocês que escolheram vir trabalhar no Armazém ou...

**Iari Grosseli:** Não, a gente foi escolhida na verdade. A gente até brinca porque o nosso sonho é, tipo, ir para um lugar maior. Ter um Armazém em um lugar maior. Aí vieram os gestores dos armazéns e pediram se tem gente para trabalhar, daí a [coordenadora do Armazém do campo de Londrina] falou “não, isso não é problema porque a gente multiplica”, porque a gente é gêmea. Era para vir só uma, aí do nada vieram as duas [risos]. E está dando certo, porque eles precisam de uma pessoa que... não sei, que trabalhasse com venda, responsável e tal, aí escolheram a gente porque a gente já trabalhou com venda em outros lugares, aí a gente tem uma experiência. E foi uma oportunidade de a gente conhecer melhor o Movimento também, conhecer melhor as pessoas porque, até então, a gente conhecia só o pessoal daquele acampamento, não tinha muito contato com o pessoal de fora. E agora a gente tem e isso é bom.

**Kátia Martins de Souza:** E conhecer a cooperativa.

**Iari Grosseli:** É.

Fonte: (informação verbal)<sup>10</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

As trabalhadoras do Armazém do Campo de Londrina são jovens, com 21 anos de idade. No relato, expressam o sonho que tinham de morar em uma cidade maior do que Centenário do Sul que tem um pouco mais de dez mil habitantes. O Armazém do Campo acaba sendo uma oportunidade para a juventude do MST que pode ir para a cidade trabalhar, sem perder o vínculo com o Movimento. A importância do Armazém do Campo para a juventude é discutida na seção 4.2.

Essa entrevista foi curta, com cerca de 40 minutos. Uma das palavras que mais apareceu foi “cooperativa” com 15 repetições, somada a 12 menções à CCA, que é a Cooperativa Central dos Assentados (CCA). As entrevistadas explicaram como a CCA, localizada em Curitiba, facilita a aquisição de produtos pelo Armazém do Campo, pois

<sup>10</sup> Entrevista concedida por Iari Grosseli e Kátia Martins de Souza, trabalhadoras do Armazém do Campo de Londrina. **Entrevista V** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Londrina, 2022.

ao invés de ter que entrar em contato com cada uma das cooperativas separadamente, elas apenas fazem um único pedido para a CCA que compra os produtos das cooperativas e distribui para as unidades do Armazém do Campo no Paraná. Com exceção das cooperativas localizadas nas proximidades de Londrina em que a compra acontece de forma direta.

Elas mencionaram que fazer a compra pela CCA fica mais barato do que direto com as cooperativas, pois a cooperativa central realiza compra em grandes quantidades obtendo um preço melhor nos produtos. O Armazém do Campo compra em pequenas quantidades, o que é uma desvantagem para comprar diretamente com os fornecedores. Além disso, algumas cooperativas têm pedido mínimo, a exemplo da Monte Vêneto, cujo pedido mínimo são cinquenta caixas de suco, o que é um número grande para o Armazém do Campo de Londrina. Sem contar que se comprassem cada produto diretamente dos fornecedores o custo de transporte seria mais elevado. O problema é que, às vezes, a CCA demora para fazer as entregas e a loja fica sem produtos. Isso acontece porque a CCA espera ter um número de pedidos razoável para fazer as entregas.

Outra questão interessante de se ressaltar é que a abertura do Armazém do Campo foi antecedida por outras experiências de comercialização, com destaque ao Feirão da Resistência e da Reforma Agrária, na Vila Cultural Canto do MARL (Movimento dos Artistas de Rua de Londrina) com participação ativa dos produtores do Assentamento Eli Vive de Londrina. Inclusive, as atividades culturais do Armazém do Campo acontecem no Canto do MARL, pois a unidade não tem espaço suficiente para realizar eventos. Esse é um exemplo de como os espaços também são constituídos por relações de solidariedade (Santos, 2006).

Saindo de Londrina, fomos a Ortigueira conhecer outra unidade do Armazém do Campo.

- **Armazém Campo - Ortigueira**

O Armazém do Campo de Ortigueira possui certas peculiaridades por estar localizado em uma cidade pequena com apenas 28.380 habitantes, de acordo com o último censo (IBGE, 2010), sendo que a maior parte das lojas que compõem a rede, até o momento, encontram-se em capitais ou cidades médias, como Londrina.

A loja não apresenta símbolos do MST, apenas uma decoração que lembra a identidade camponesa por meio de tecidos de chita com flores. As duas trabalhadoras do

Armazém do Campo não são militantes, são moradoras da cidade contratadas para trabalhar na loja, fato que também foge à regra do Armazém do Campo (Figura 8).

**Figura 8** - Armazém do Campo de Ortigueira - PR



Fonte: Trabalho de campo, 12 de setembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

As trabalhadoras do Armazém do Campo de Ortigueira, cujos nomes fictícios são Marinalva Silva de Souza e Edilene Mateus Porto, evidenciaram em sua apresentação o fato de estarem aprendendo muitas coisas novas como, por exemplo, o que são produtos orgânicos e o que são produtos transgênicos.

#### **Quadro 9** - Apresentação das trabalhadoras do Armazém do Campo de Ortigueira

**Marinalva Silva de Souza:** Isso, eu moro aqui em Ortigueira, estou aqui no Armazém tem 7 meses, eu estou aqui trabalhando com eles, conheço pouco ainda do que é o Armazém, conheci algumas pessoas que trabalham nele, ainda não tenho muito conhecimento, mas é...mais ou menos isso [risos]. **Edilene Mateus Porto:** Eu sou a [Edilene Mateus Porto], moro aqui mesmo, moro aqui desde sempre e eu comecei a trabalhar no Armazém faz 1 mês e meio mais ou menos. É a minha primeira vez trabalhando no comércio, então, foi bem complicado começar a aprender muitas coisas: o que é orgânico, transgênico...eu estou aprendendo ainda sobre isso e estou pegando as coisas aos poucos ainda.

Fonte: (informação verbal)<sup>11</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

<sup>11</sup> Entrevista concedida por Marinalva Silva de Souza e Edilene Mateus Porto, trabalhadoras do Armazém do Campo de Ortigueira. **Entrevista VI** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Ortigueira, 2022.

A entrevista foi curta, com duração de menos de 20 minutos, pois muitas perguntas tinham relação com a militância no MST. Uma questão que nos chamou a atenção foi a falta de símbolos do MST na unidade. Perguntamos se a população sabe que a loja tem uma vinculação ao Movimento, as trabalhadoras informaram que, quando os clientes perguntam sobre a origem dos produtos, elas contam que são do assentamento Imbauzinho ou Estrela, que são dos produtores da região, dos sem-terra. Elas pontuaram que o Armazém do Campo ajuda a dar visibilidade a essa produção porque muitos na cidade não conhecem os moradores dos assentamentos e não sabem o que eles produzem.

As entrevistadas informaram que o Armazém do Campo é um diferencial na cidade por trabalhar com alimentos orgânicos, pois não há outros estabelecimentos focados nesse tipo de produto. O principal veículo de divulgação é o carro de som, apesar que também utilizam mídias sociais. A unidade de Ortigueira também não promove eventos culturais por falta de espaço, de acordo com as entrevistadas.

- **Cooperativa Central dos Assentados (CCA) - Curitiba**

No dia 14 de setembro, fomos à Cooperativa Central dos Assentados (CCA) de Curitiba, um espaço de armazenamento e distribuição dos produtos do MST. Trata-se de um galpão com caixas de produtos e uma câmara fria (Figura 9). Quando chegamos todos estavam ocupados, pois estavam empacotando produtos e carregando um caminhão. A entrevista havia sido agendada previamente, mesmo assim acabou sendo um momento inconveniente em razão da demanda de trabalho. Para não atrapalhar, oferecemo-nos a ajudar enquanto esperávamos ser atendidos. Fomos ajudando a colocar os produtos nas caixas enquanto conversávamos informalmente com os trabalhadores.

**Figura 9** - Cooperativa Central dos Assentados de Curitiba



Fonte: Trabalho de campo, 14 de setembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

Como havia trabalho para muitas horas, o coordenador do CCA pediu que outra pessoa conversasse comigo cujo nome fictício é Dilma Ferreira da Silva. Ela é acampada e responsável pela comercialização das cestas agroecológicas em Curitiba. Fui conversando com ela enquanto ela trabalhava. No quadro 10, podemos ver a apresentação de Dilma.

#### **Quadro 10** - Apresentação da trabalhadora do CCA de Curitiba

Eu sou [Dilma Ferreira Silva], eu iniciei no MST quando eu tinha uns 8 anos. Daí a gente ficou um tempo, daí a gente saiu e veio para a cidade, daí eu retornei agora, faz 8 anos que eu voltei de novo. Eu sou acampada em Castro, vai fazer 4 anos já o acampamento lá, pré-assentamento, e a gente está fazendo a comercialização em Curitiba. Eu estou aqui, por enquanto, então, vou lá e fico aqui para fazer essa comercialização. A gente iniciou aqui o trabalho com as cestas por causa de o pessoal querer esses produtos, como faz para adquirir além do que vem só para as escolas, não é? Pelo PNAE. Como que eles poderiam adquirir esses produtos? Faz 6 anos, dia 19, faz 6 anos de cestas. A gente tem esse trabalho aqui em Curitiba.

Fonte: informação verbal<sup>12</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

<sup>12</sup> Entrevista concedida por Dilma Ferreira Silva, trabalhadora da Cooperativa Central dos Assentados (CCA) de Curitiba. **Entrevista VII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CCA, Curitiba, 2022.

A entrevista teve duração de 36 minutos e a palavra que mais apareceu foi “produto” com 82 menções. Ela mencionou a diversidade de produtos que chegam na CCA das 24 cooperativas associadas do Paraná, além de produtos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A CCA de Curitiba é um galpão localizado em uma área industrial da capital paranaense o que contribui para a logística de recebimento e escoamento de mercadorias. A viabilidade desse espaço foi possível por meio de parcerias com a Rede Mandala – Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade e o CEFURIA (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo).

De acordo com a entrevistada, antes de ter esse espaço, os produtos que chegavam em Curitiba iam todos para a merenda escolar e não havia possibilidade de ter os produtos disponíveis para outros clientes interessados em comprá-los. Com a conquista desse galpão, os consumidores podem ir até o local para adquirir os produtos em estoque.

O espaço da CCA também é utilizado para a montagem de cestas agroecológicas, cerca de 65 cestas são vendidas semanalmente, os pedidos são feitos pelo *site* e pelo *WhatsApp*. As compras da CCA são feitas para atender o Armazém do Campo, as cestas agroecológicas e três feiras por semana, além do público que compra diretamente na CCA. Vale ressaltar que a infraestrutura também é utilizada para a montagem de cestas solidárias que são doadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os clientes compram os produtos da reforma agrária para serem doados, ajudando tanto as famílias assentadas, quanto as que estão passando dificuldades. O caminhão da CCA também é utilizado para a distribuição de marmitas solidárias.

A CCA de Curitiba é um exemplo de espaço produzido através de relações de solidariedade e complementaridade entre campo-cidade (Santos, 2006), tanto pelas parcerias estabelecidas entre o MST e a Rede Mandala e o CEFURIA, como pelo conteúdo das ações realizadas nesse espaço, isto é, a comercialização dos produtos da reforma agrária e a organização de cestas de alimentos para doação, além da participação na entrega de marmitas.

Com relação ao abastecimento das unidades do Armazém do Campo no Paraná, Dilma comentou que a estratégia é entregar os produtos nas lojas e aproveitar para comprar produtos de cooperativas próximas, retornando, assim, com o caminhão com produtos para utilizar o mesmo frete tanto para as vendas como para as compras. A CCA faz uma lista de produtos disponíveis, a partir dessa lista as unidades do Armazém do Campo fazem o pedido, a CCA elabora a rota e entrega os produtos. Porém, quando os

pedidos são em pouca quantidade, não compensa fazer a distribuição, então os produtos são enviados por transportadora.

Dilma também pontuou a relação da CCA com a CONCENTRA de Minas Gerais. Ela disse que 15 dias antes da entrevista, a CONCENTRA entregou produtos de Minas Gerais e do Nordeste em São Paulo e, ao mesmo tempo, a CCA de Curitiba levou os produtos do Sul para a capital paulista, “daí a gente compra deles esses produtos, e eles também compram os nossos”. Nesse caso, como o Armazém do Campo de São Paulo também foi abastecido, também participou do custeio do frete, gerando um custo-benefício para todos os envolvidos na transação.

Além de “produto”, outra palavra de destaque na entrevista foi “espaço” com 40 menções. A entrevistada fala bastante sobre o quanto foi importante a conquista daquele espaço onde funciona a CCA e como eles tinham a necessidade desse espaço. Ela menciona que o espaço em que trabalhavam antes era da prefeitura que o pediu de volta. A terceira palavra que mais apareceu foi “cestas”, pois Dilma é a responsável pela entrega das cestas agroecológicas, então ela contou como funcionava esse trabalho e pontuou que foram as cestas que impulsionaram a CCA.

Questionamos o porquê de Curitiba, que é uma capital, ainda não ter uma unidade do Armazém do Campo. Dilma respondeu que eles estão estudando para abrir uma unidade, mas que falta recursos e um espaço em uma área central da cidade. Eles tiveram, primeiro, a necessidade de organizar as cestas e a distribuição dos produtos, mas ter uma unidade do Armazém do Campo também está nos planos de médio prazo.

- **Armazém do Campo – Porto Alegre**

De Curitiba seguimos para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde fomos recebidos no Armazém do Campo, no dia 15 de setembro de 2022 (Figura 10). Realizamos uma entrevista com três responsáveis pelo Armazém do Campo e que também contribuem com a Cooperativa Terra Livre.

Os entrevistados receberam os nomes fictícios de Vilmar Bordim, Roseli Celeste Nunes da Silva e Vitalvino Mori. No quadro 11, podemos ver a apresentação dos entrevistados. Vilmar é filho de assentados e contribui com o setor de produção desde 2015, sendo mais atuante na cooperativa Terra Livre. Roseli e o esposo atuam no Armazém do Campo e na cooperativa, respectivamente. E Vitalino, diz ser uma exceção,

porque ele é de origem urbana e passou a atuar no MST em 2006, começando pelo setor de educação.

**Figura 10** - Armazém do Campo de Porto Alegre



Fonte: Trabalho de campo, 15 de setembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

### **Quadro 11** - Apresentação dos trabalhadores do Armazém do Campo de Porto Alegre

**Vilmar Bordim:** Eu sou filho de assentados, do assentamento Rondinha, do município de Joia, região Noroeste aqui do estado do Rio Grande do Sul. Estou contribuindo desde 2015 no setor de produção aqui do MST, estadual. Em 2018, eu passei a contribuir no setor de comercialização de uma das nossas ferramentas econômicas, uma das nossas cooperativas, a cooperativa Terra Livre, que é uma cooperativa que trabalha na área da comercialização, então, eu estou contribuindo no setor. E também estou dando uma força aqui para o pessoal no Armazém que tem uma loja, tem as atividades culturais que está sob a coordenação do [Vitalvino Mori] e da [Roseli Celeste Nunes da Silva]. **Roseli Celeste Nunes da Silva:** Eu vim aqui para Porto Alegre faz 6 meses, eu sou de Santana do Livramento e a gente foi convidado, eu e meu companheiro, ele trabalha na Terra livre ali com o [Vilmar Bordim] e com [Vitalvino Mori], e a gente veio contribuir aqui, mais aprender do que contribuir com esse pessoal que já vem a longo tempo trabalhando na área. **Vitalvino Mori:** Eu sou uma exceção porque eu sou um sem-terra urbano, não venho do campo, eu venho da cidade. Eu estou no movimento desde 2006, comecei no setor de educação, aí fui para o setor de habitação e agora estou na comercialização há alguns anos, na Terra Livre.

Fonte: informação verbal.<sup>13</sup> Organização: Angela dos Santos Machado.

<sup>13</sup> Entrevista concedida por Vilmar Bordim, Roseli Celeste Nunes da Silva e Vitalvino Mori. Representantes do Armazém do Campo de Porto Alegre. **Entrevista VIII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Alegre, 2022.

A entrevista teve uma hora e vinte minutos e rendeu 27 páginas de transcrição. A palavra que mais apareceu na entrevista foi “armazém” com 77 resultados, pois o principal assunto da entrevista foi o Armazém do Campo, seus objetivos, forma de organização, características da unidade de Porto Alegre, dentre outros assuntos relacionados.

Muito antes de surgir a rede Armazém do Campo, Porto Alegre já contava com uma loja da reforma agrária que funcionou por cerca de vinte anos no mercado público da cidade. De acordo com os entrevistados, os custos para manter a loja estavam se elevando muito em razão das reformas realizadas nesse mercado e das tentativas de privatização de sua administração. Assim, decidiu-se pelo fechamento da loja no mercado público e a abertura do Armazém do Campo.

Também foi explicado como escolheram a localização da unidade. O Armazém do Campo está localizado em um bairro boêmio, chamado Cidade Baixa, que é uma área frequentada pelo público de esquerda, sobretudo jovens, com muitos bares e uma vida noturna agitada. A localização foi escolhida com o objetivo de fomentar atividades culturais para um público que apoia o MST. Porém, esse bairro não seria a melhor opção para a comercialização. Se fosse pensar em atender o público que consome mais produtos orgânicos, o ideal seria o bairro nobre Moinho de Ventos. Porém, a identidade do MST teria que ser omitida porque esse seria um público com opção política mais voltada à direita. Diante desse dilema, preferiu-se manter a identidade do MST e abrir a unidade em um bairro em que se obteria maior aceitação.

Para amenizar a questão da comercialização, uma estratégia adotada foi atuar fortemente nas vendas *online*, *e-commerce*. Nove cidades eram atendidas na região metropolitana de Porto Alegre com entregas semanais de produtos das cooperativas Sul-rio-grandenses, de Santa Catarina e do Paraná, além dos produtos de outras regiões, adquiridos via CONCENTRA. No total, os entrevistados contabilizaram um leque de 137 produtos na loja, contando também com os produtos de parceiros da agricultura familiar do estado, que não são assentados.

Outra possibilidade apontada foi de mudar a loja para outra área da cidade que tem passado por um processo de revitalização, chamada Quarto Distrito, a tendência seria de que os estabelecimentos da Cidade Baixa se mudassem para lá.

Para além de Porto Alegre, os entrevistados também relataram a expectativa de expansão do Armazém do Campo no Rio Grande do Sul, com abertura de novas unidades em cidades polos como Pelotas, Caxias do Sul e Passo Fundo, onde já há atuação do

Movimento no mercado institucional. Também foi mencionado o projeto de abertura de uma unidade em Nova Santa Rita, na cooperativa COOPAN, dentro do assentamento, pois já havia um hábito das pessoas irem até lá para comprar os produtos da cooperativa, então a ideia seria aumentar a diversidade de produtos ofertados e utilizar a marca do Armazém do Campo. O que era um projeto, soubemos que foi concretizado em 2024.

Para os entrevistados, a maior contribuição do Armazém do Campo é promover um debate político do MST com a sociedade, possibilitando o acesso aos produtos da reforma agrária e aos eventos políticos e culturais que permitem que as pessoas conheçam o Movimento. Para atingir esses objetivos, há a atuação no Armazém do Campo não apenas do setor de produção do MST, mas também dos setores de cultura, gênero, educação e saúde, dentre outros.

Após a entrevista, à noite, tivemos a oportunidade de participar de uma atividade cultural e política no Armazém do Campo, que celebrou o Dia Internacional da Democracia e contou com presença da deputada federal Mária do Rosário. A atração cultural foi o samba cantado por 50 Tons de Pretas, também teve a participação de lideranças do MST, do setor de gênero e diversidade (Figura 11 e 12).

**Figura 11** - 50 Tons de Pretas no Armazém do Campo de Porto Alegre



Fonte: Trabalho de campo, 15 de setembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

**Figura 12** - Deputada federal Mária do Rosário no Armazém do Campo de Porto Alegre



Fonte: Trabalho de campo, 15 de setembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

No dia seguinte, tivemos a oportunidade de conhecer a Cooperativa Terra Livre, no município de Nova Santa Rita, vizinho de Porto Alegre. Passamos o dia na cooperativa, conversamos com os trabalhadores e conhecemos o funcionamento do dia a dia de trabalho. A Terra Livre é uma cooperativa de comercialização que objetiva estimular a organização da produção e da comercialização de alimentos das famílias assentadas, com destaque aos produtos orgânicos e agroecológicos (Figura 13). Na seção 2.3 abordaremos as cooperativas do MST.

**Figura 13** - Cooperativa Terra Livre em Nova Santa Rita - RS



Fonte: Trabalho de campo, 16 de setembro 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

As pessoas que nos receberam em Porto Alegre foram muito atenciosas. Fomos convidados a almoçar junto com a equipe da cooperativa e, depois, prestigiar um evento com a presença do, então candidato, Lula que estava fazendo campanha na cidade. O compartilhamento de comida e de chimarrão foram características marcantes da hospitalidade gaúcha.

- **Armazém do Campo - Cascavel**

Finalizando as atividades na região Sul e no caminho de volta para casa, passamos por Cascavel, no Paraná, no dia 20 de setembro. Entrevistamos uma das trabalhadoras, Maria da Luz Benício de Sousa, cuja apresentação pode ser vista no quadro 12. Trata-se de uma jovem de 19 anos, filha de assentados, que cresceu nos espaços de militância do MST. A entrevista foi curta, com menos de vinte minutos de duração, e totalizou 9 páginas de transcrição.

O Armazém do Campo de Cascavel está localizado em um bairro residencial da cidade, em uma casa que o Movimento utiliza para abrigar os militantes que vêm dos assentamentos para a realização de tarefas na cidade. Além da casa no fundo do terreno,

há um espaço comercial na parte da frente, no entanto, esse espaço não é utilizado porque precisa passar por reformas, a loja em si funciona em uma pequena sala (Figura 14).

#### **Quadro 12** - Apresentação da trabalhadora do Armazém do Campo de Cascavel

Meu nome é [Maria da Luz Benício de Sousa], eu estou no MST desde que eu nasci, meu pai participa desde 85, 86. Eu tenho 19 anos, eu cresci aqui na região mesmo, sou de um assentamento aqui perto. Aí eu acabei vindo aqui para o Armazém. Desde o início aqui do Armazém eu sempre contribuía. Vieram outras meninas trabalhar aqui, mas elas tiveram que sair e acabaram me chamando para eu contribuir por algum tempo. Daí foi que eu acabei vindo.

Fonte: Informação verbal<sup>14</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

**Figura 14** - Armazém do Campo de Cascavel



Fonte: Trabalho de campo, 16 de setembro 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

A palavra que mais apareceu na entrevista foi “produto” com 44 menções. A entrevistada mencionou que os principais consumidores dos produtos da loja eram os professores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), os próprios militantes do MST e os vizinhos do estabelecimento que costumam comprar as hortaliças. A maioria dos produtos é comprado via CCA, por ter a vantagem de ser mais rápido, ter um frete único e os produtos serem todos entregues no mesmo dia.

<sup>14</sup> Entrevista concedida por Maria da Luz Benício de Sousa, trabalhadora do Armazém do Campo de Cascavel. **Entrevista IX** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Cascavel, 2022.

Os produtos locais, no entanto, são comprados diretamente com os produtores, a exemplo da linha de massas feitas à base de beterraba, de couve ou de cenoura, produzida pela Cooperativa de Produção e Comercialização da Reforma Agrária e Agricultura Familiar (COPCRAF), de Cascavel, com a marca Campo Vivo.

O ponto forte das vendas é o comércio virtual. Há um grupo de *WhatsApp* com os agricultores que, semanalmente, enviam a lista de produtos que eles têm para ofertar. Os clientes recebem as ofertas, fazem os pedidos e compram os produtos.

O Armazém do Campo de Cascavel também realiza eventos culturais, uma vez por mês, como samba, karaokê e feijoada para divulgar o espaço. De acordo com a entrevistada, os clientes que frequentam o espaço cultural dificilmente vão embora sem levar nenhum produto.

Após a entrevista, continuamos a conversa informalmente. Com muita hospitalidade, a entrevistada nos serviu café e bolo. Conhecemos também outros militantes do MST que passaram por lá e que contribuem com o Armazém do Campo e com outros projetos, como as hortas urbanas produzidas em terrenos da cidade.

- **Armazém do Campo – Campo Grande**

Em novembro de 2022, realizamos um trabalho de campo no Mato Grosso do Sul, onde conhecemos o Armazém do Campo de Campo Grande que, naquele momento, acabava de completar um ano. Ainda estava em fase de adaptação, mas já contava com um bom espaço para a loja e para a realização de eventos culturais.

Oziel Alves Pereira foi o mais jovem trabalhador do Armazém do Campo entrevistado, com 18 anos de idade. Desde criança, ele cultivava a identidade sem-terra e acompanha o pai na militância. Estuda publicidade e contribui com a comunicação e a gestão do Armazém do Campo (Quadro 13).

A entrevista teve duração de 34 minutos e 12 páginas de transcrição. A palavra “produtos” foi a mais repetida na entrevista, 39 vezes. Oziel falou sobre os produtos dos assentamentos do Mato Grosso do Sul que são o mel do Apiário Sabor da Natureza e o café da marca Café Caseiro, além dos produtos extrativistas das comunidades indígenas como, por exemplo, a farinha de Jatobá, a castanha de Cumbaru e as máscaras de argila para tratamento estético, além de artesanatos indígenas.

### Quadro 13 - Apresentação do trabalhador do Armazém do Campo de Campo Grande

Eu nasci no MST, no centro de capacitação, em Cantagalo, e depois eu fui morar na escola nacional, o meu pai estava atuando lá e fui do sem-terrinhas. Aí depois disso eu fui para o Paraná com a minha mãe, entrei na faculdade de administração. Aí nisso eu resolvi morar no Mato Grosso do Sul, o meu pai estava por aqui e precisava de alguém nessa questão administrativa, do Armazém. Vindo para cá já para fazer isso, tive que fazer a inscrição no curso de gestão de cooperativas do Movimento que teve lá na ENFF [Escola Nacional Florestan Fernandes], e daí disso eu saí da faculdade de administração e fui para publicidade e me identifiquei mais, gostei mais, e fiquei com essa parte um pouco da comunicação e um pouco da gestão daqui do Armazém, com esse curso que teve lá na ENFF, nesse período. Eu acho que é isso porque eu sou bem novo ainda [risos]. Tenho 18.

Fonte: Informação verbal<sup>15</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

O Mato Grosso do Sul tem uma forte presença indígena e isso transparece no Armazém do Campo. Além dos produtos indígenas, a camiseta do MST tem como diferencial uma mulher indígena junto ao casal de camponeses, com as palavras “Somos todos indígenas, somos todos sem-terra” (Figura 15).

**Figura 15** - Camiseta do MST do Mato Grosso do Sul com mulher indígena



Fonte: Trabalho de campo, 09 de novembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Oziel Alves Pereira, trabalhador do Armazém do Campo de Campo Grande. **Entrevista X** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Campo Grande, 2022.

Além dos produtos locais, o Armazém do Campo adquire produtos de cooperativas do MST de outras regiões, principalmente do Sul do Brasil. No entanto, em razão da distância, os pedidos são feitos no mínimo a cada três meses, em grande volume, para compensar o custo do transporte. O entrevistado afirmou que o maior desafio do Armazém do Campo é o abastecimento da loja com os produtos que vem de longe.

Oziel contou que a ideia de abertura do Armazém do Campo surgiu em razão do grande volume de cestas agroecológicas que estavam sendo vendidas no período da pandemia de Covid-19. O responsável pelo projeto das cestas é o Centro de Capacitação e Pesquisa Geraldo Garcia (CEPEG), localizado no assentamento Geraldo Garcia, em Sidrolândia, município próximo a Campo Grande. Com essa experiência, percebeu-se que havia um público consumidor interessado nesse tipo de produto.

O entrevistado contou que todo final de semana tem evento cultural no Armazém do Campo e que há parcerias com o fórum de cultura e com artistas da cidade. Os produtores também frequentam os espaços culturais quando acontece o Café Camponês em que os produtores dialogam com os consumidores.

- **Armazém do Campo e Festival da Reforma Agrária – São Paulo**

No dia 1º de dezembro de 2022, realizamos uma entrevista com um dos participantes do grupo gestor do Armazém do Campo, na unidade de São Paulo (Figura 16). Essa entrevista foi realizada em conjunto com outra pesquisadora, Lara Dalperio Buscioli, que focou em questões ligadas às práticas agroecológicas do MST, enquanto nossas questões foram referentes ao Armazém do Campo. A entrevista teve duração de uma hora e vinte e três minutos, e vinte e nove páginas de transcrição.

Nosso entrevistado recebeu o nome fictício de Leonir Orback, ele é um militante de longa data do MST que já atuou em diferentes regiões e diferentes setores do Movimento. Leonir é um dos responsáveis pela implementação e gestão da rede Armazém do Campo (Quadro, 14).

**Figura 16** - Armazém do Campo de São Paulo



Fonte: Trabalho de campo, 1º de dezembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

**Quadro 14** – Apresentação de membro do grupo gestor do Armazém do Campo.

Eu sou militante do MST do Rio Grande do Sul. Com 21 anos eu fui para Minas. Fiquei na região metropolitana de Belo Horizonte 10 anos atuando em várias frentes, mas eu ajudei a consolidar ali a regional como frente de massas mesmo, na coordenação do acampamento. Depois virei coordenador estadual, de secretaria, de negociações, de finanças. Em 2008, eu fui convocado para assumir a finança nacional do MST. Fiquei quase 10 anos na direção nacional pelo escritório de finanças, aqui pela secretaria nacional. E aí é nesse contexto que formamos um grupo de militância, a partir da secretaria nacional do setor de produção, fomos nos lembrando da intenção de termos lojas próprias. Então, nesse bojo que surge o Armazém, eu sou um dos que ajudou a pensar, digamos assim, e aí ajudou a implementar. Daí saí do financeiro em 2017 e estou em definitivo aqui desde 2018.

Fonte: Informação verbal<sup>16</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

A palavra mais repetida na entrevista foi “armazém” com 73 menções. Diferente das entrevistas anteriores que foram focadas na experiência de cada loja, nessa entrevista buscamos compreender elementos mais amplos, tais como, o histórico de constituição da

<sup>16</sup> Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

rede Armazém do Campo, a avaliação de seus resultados políticos e econômicos em seus seis anos de existência, sua importância estratégica para o MST, seus objetivos, desafios e perspectivas futuras. Essa entrevista será discutida na seção 4.2. em que dialogamos especificamente sobre a formação e a importância do Armazém do Campo.

No dia seguinte, 02 de dezembro, começou o Festival da Reforma Agrária em São Paulo, onde foram expostos produtos da reforma agrária de todo o Brasil com *stands* separados por regiões e demarcados pelos nomes das cooperativas, associações, assentamentos e acampamentos produtores, além das marcas dos produtos (Figuras 17 e 18).

Além da exposição dos produtos, houve transmissão do jogo do Brasil da Copa do Mundo, venda de comidas e bebidas, oficinas de formação sobre produção, comercialização e economia solidária, uma conferência sobre alimentação saudável e combate à fome; apresentações culturais, lançamento de livros, debates, e a Culinária da Terra com cardápio de comidas típicas brasileiras como moqueca, feijão tropeiro, baião de dois, nhoque de mandioca e caldos.

**Figura 17** - Festival da Reforma Agrária em São Paulo



Fonte: Trabalho de campo, 02 de dezembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

**Figura 18** - Festival da Reforma Agrária em São Paulo



Fonte: Trabalho de campo, 02 de dezembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

O evento foi muito interessante para conhecer a diversidade da produção dos assentamentos no Brasil e para fazer novos contatos. No mesmo dia, seguimos viagem para o Rio de Janeiro onde aconteceria outra feira, a Feira Estadual da Reforma Agrária.

- **Armazém do Campo e Feira Estadual da Reforma Agrária – Rio de Janeiro**

No dia 03 de dezembro de 2022, conhecemos o Armazém do Campo do Rio de Janeiro, localizado no bairro da Lapa, em um casarão antigo (Figura 19). A loja do Rio de Janeiro foi a terceira a ser inaugurada, no ano de 2018. Foi o único Armazém do Campo em que não conseguimos realizar entrevista, pois parte da equipe estava ocupada com os preparativos da Feira da Reforma Agrária Estadual e outra com as atividades do Armazém do Campo que naquele final de semana estava realizando o Samba da Democracia com serviço de almoço e atendimento aos clientes na loja.

Apesar do momento ser inoportuno para os trabalhadores do Armazém do Campo, nossa oportunidade de conhecer a unidade era justamente naquele dia, pois já havíamos organizado a rota e agendado as demais entrevistas que aconteceriam nos próximos dias

nas unidades do Nordeste. Assim, visitamos a loja, fizemos registros fotográficos e participamos do Samba da Democracia.

**Figura 19** - Armazém do Campo do Rio de Janeiro



Fonte: Trabalho de campo, 03 de dezembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

No dia 05 de dezembro de 2022, prestigiamos a Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes, no largo da Carioca, conhecendo a diversidade da produção dos assentamentos do estado do Rio de Janeiro (Figura 20). Além das verduras, frutas, tubérculos e legumes, estavam expostos na feira produtos derivados de milho não transgênico, açúcar mascavo e rapadura, cachaças, cervejas e licores artesanais, uma diversidade de doces, pães e bolos caseiros, ovos caipiras, tapioca, biscoitos, temperos, geleias, banana chips, mel e diversos produtos fitoterápicos produzidos pelo coletivo de saúde Harmonia da Terra do MST regional Norte (Figura 21).

**Figura 20** - Feira Estadual da Reforma Agrária do Rio de Janeiro



Fonte: Trabalho de campo, 05 de dezembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

**Figura 21** - Sabonete fitoterápico produzido pelo coletivo de saúde do MST - RJ



Fonte: Trabalho de campo, 05 de dezembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

O MST é organizado em 14 setores: Frente de Massas, Formação, Educação, Produção, Comunicação, Projetos, Gênero, Direitos Humanos, Finanças, Relações Internacionais, Cultura, Juventude, LGBTQIAPN+ e o setor de Saúde. O papel do setor de saúde é pressionar para que o Estado garanta o direito constitucional de acesso aos serviços de saúde para todos e implemente políticas públicas voltadas à soberania e segurança alimentar. Além disso, o setor de saúde produz diversos produtos fitoterápicos, isto é, feito à base de ervas medicinais com objetivo de promoção da saúde e bem-estar.

- **Armazém do Campo – Porto Seguro**

Do Rio de Janeiro seguimos para a região Nordeste onde a primeira parada foi o Armazém do Campo de Porto Seguro, no dia 07 de dezembro de 2022. A loja havia sido recém-inaugurada há apenas um mês, localizada na parte mais turística da cidade, conhecida como Passarela do Álcool. À primeira vista podia parecer uma loja comum, mas assim que adentramos nela nos deparamos com os símbolos do MST: camisetas, bonés, fotografias e quadros de trabalhadores rurais e ícones da luta por justiça social.

A entrevista teve duração de um pouco mais de uma hora e foi transcrita em vinte e duas páginas. Nossa entrevistada recebeu o nome fictício de Margarida Maria Alves. Ela tem 26 anos de idade, é de família assentada no Espírito Santo, mas mudou-se para a Bahia para cumprir tarefas de militância (Quadro 15).

**Quadro 15** - Apresentação da trabalhadora do Armazém do Campo de Porto seguro

Meu nome é [Margarida Maria Alves], eu sou na verdade do estado do Espírito Santo, do assentamento Giorgina, a minha militância foi por ali muito tempo. No final de 2020, o Movimento da Bahia me fez uma proposta de vir acompanhar, na verdade, o projeto do café, é um projeto que acontece aqui no extremo Sul da Bahia para assentados. Aceitei a proposta e, até então, eu estava trabalhando nesse projeto do café que era a questão de instalação e de trabalho nas unidades produtivas. Mas, logo depois, o Movimento veio discutindo as aberturas dos armazéns do campo na Bahia. Na verdade, já estava discutindo já faz um período e como a gente trabalha com a questão de confiança e também a questão dessa predisposição para as atividades do movimento sem-terra, então, algumas pessoas como eu foram deslocadas de suas atividades para vir trabalhar no Armazém do Campo.

Fonte: Informação verbal<sup>17</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

<sup>17</sup> Entrevista concedida por Margarida Maria Alves, trabalhadora do Armazém do Campo de Porto Seguro. **Entrevista XII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Seguro, 2022.

A palavra mais mencionada durante a entrevista foi “armazém”, 92 vezes. De início, a entrevistada falou sobre a abertura da loja: “a inauguração do Armazém do Campo foi linda, linda, linda, vieram as pessoas assentadas prestigiar esse momento tão grandioso para a gente, para o movimento sem-terra”. Ela disse que o Armazém do Campo representa uma oportunidade para as famílias assentadas exporem seus produtos, conseguirem renda e, ainda, estabelecerem um diálogo com a sociedade. Margarida também falou da importância da identidade do MST nos produtos:

Porque os nossos produtos vão com nossa identidade, então, você está lá consumindo um café que tem a bandeira do movimento sem-terra, que tem a identidade da nossa cooperativa, então, a gente está conseguindo inserir o nosso produto no mercado. Porque o movimento sem-terra não é só ocupar terra, porque a gente produz, a gente comercializa e a gente vende nossos produtos orgânicos ou em processo de transição agroecológica, mas a gente consegue inserir no mercado não um produto qualquer, tradicional, mas é um produto que além de ter a nossa identidade, ele vem com toda a história, todo o processo de como que ele chegou na prateleira (informação verbal)<sup>18</sup>.

O MST da Bahia tem destaque na produção de produtos à base de milho não transgênico, como o flocão para o preparo de cuscuz e misturas para mingau e curau, da Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê (COPIRECÊ). Já a Cooperativa Agropecuária do Extremo Sul da Bahia (COOPAESB) produz chocolate 70% cacau e café com a marca Terra Justa.

Na data do trabalho de campo, o café havia sido recentemente lançado no mercado, em seu pacote estava escrito “Café cultivado com muita luta” (Figura 22). O extremo Sul da Bahia, onde o café é cultivado, é uma área de resistência contra a Veracel Celulose, a pecuária extensiva e a monocultura de café.

Também encontramos no Armazém do Campo de Porto Seguro produtos de cooperativas da agricultura familiar não assentada da Bahia como cafés especiais, castanha de caju, frutas cítricas, palmito, açúcar mascavo, doce de leite de cabra, doce de buriti e goma de tapioca.

Vale ressaltar a concepção de mercado da entrevistada, que mostra a importância de se conhecer a história do produto e de quem o produziu (Quadro 16).

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida por Margarida Maria Alves, trabalhadora do Armazém do Campo de Porto Seguro. **Entrevista XII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Seguro, 2022.

**Figura 22** - Café Terra Justa do MST da Bahia



Fonte: Trabalho de campo, 07 de dezembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

**Quadro 16** - Concepção de mercado da trabalhadora do Armazém do Campo de Porto Seguro

Então, quando a gente fala de mercado no movimento sem-terra a gente quer fugir um pouco da questão convencional, a gente quer introduzir no mercado produtos de qualidade, mas que também dê oportunidades para os assentados e assentadas de comercializar produtos orgânicos, de qualidade. E, além disso, compreender que o mercado não precisa ser invasivo, não é? Como a gente diz, ou agressivo ao ponto de esquecer que existe um indivíduo que está por trás daquele produto, que não importa somente vender um produto, expor um produto, o importante é a gente construir um processo coletivo e também um processo libertário de expor nossos produtos de forma histórica, de forma social, sem ser agressivo ao ponto de esquecer os membros que dele fazem parte. O que a gente muito vê no mercado é que se dá importância aos produtos e os indivíduos que fazem parte do processo são esquecidos e, muitas vezes, não tem a sua valorização tão significativa. Então, a gente quer valorizar os sujeitos participantes do processo, valorizar os sujeitos que fazem esses produtos, e dizer que os produtos que são expostos no mercado são feitos por mãos de pessoas que passaram por dificuldades, que passaram por processos e que eles merecem ser valorizados. Então, a gente queria discutir o mercado que não valorize os produtos em si, só os produtos, mas que valorize os indivíduos que constroem esses produtos.

Fonte: Informação verbal<sup>19</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

<sup>19</sup> Entrevista concedida por Margarida Maria Alves, trabalhadora do Armazém do Campo de Porto Seguro. **Entrevista XII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Seguro, 2022.

A entrevistada deixa claro que o Armazém do Campo significa uma busca de estabelecer relações comerciais diferentes das que são desenvolvidas no mercado convencional e ressalta novamente a importância da identidade sem-terra nesse mercado.

Então, quando a gente fala de que tipo de mercado o Armazém do Campo é, eu acho que é esse tipo de mercado que a gente está falando, **é um mercado de assentados da reforma agrária que tem a cara do povo, que tem em sua identidade, a história do movimento sem-terra**, que carrega várias e várias pessoas e processos de construções nesse Armazém. E que para além disso, o mercado que a gente quer atingir e o mercado que a gente está construindo é sempre dialogando com a nossa base porque a nossa base é o que mantém o nosso Armazém do Campo, é o nosso Armazém do Campo. Então, quando a gente fala o que é o mercado Armazém do Campo, a gente está falando muito mais do que sobre mercado, **a gente está falando sobre construir relações e debater um novo tipo de comercialização dentro da sociedade** porque a gente acha que não tem ainda definitivo, talvez, um nome, assim, o processo, **mas o que a gente quer é construir relações mercadológicas diferentes do convencional** (informação verbal)<sup>20</sup>.

Margarida também expõe quais são os principais desafios para o Armazém do Campo: a questão logística, a inexperience do Movimento com uma rede de lojas e o diálogo que precisa ser estabelecido com diferentes tipos de público, até mesmo com os críticos ao MST. A importância do diálogo foi reiterada diversas vezes na entrevista, e isso perpassa pela escolha das pessoas que fazem o atendimento ao público, daí a importância de serem militantes do MST e conhecerem a história do Movimento e dos produtos. De acordo com a entrevistada, esses quesitos foram fundamentais para a escolha da equipe que estava atuando na unidade de Porto Seguro.

Vale ressaltar a hospitalidade na qual fomos recebidos em Porto Seguro, após a entrevista, fomos convidados para o almoço e continuamos longas horas conversando informalmente com as atendentes do Armazém do Campo e observando a movimentação na loja. No período da noite, voltamos para conhecer as atividades noturnas do Armazém do Campo, que geralmente oferece música ao vivo nos finais de semana e comidas típicas da Bahia.

---

<sup>20</sup> Entrevista concedida por Margarida Maria Alves, trabalhadora do Armazém do Campo de Porto Seguro. **Entrevista XII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Seguro, 2022.

- **Armazém do Campo – Salvador**

De Porto Seguro fomos para Salvador onde realizamos uma entrevista no dia 09 de dezembro de 2022. A loja de Salvador também foi inaugurada no segundo semestre de 2022 e, semelhantemente a unidade de Porto Seguro, estava bem localizada em um ponto turístico, no Pelourinho.

A entrevista teve quarenta e sete minutos de duração e foi transcrita em 15 páginas. Apesar de ser um dia movimentado, pois haveria transmissão do jogo do Brasil na copa do mundo e Samba da Democracia, uma das trabalhadoras da unidade fez a gentileza de nos conceder a entrevista.

Nossa entrevistada, de nome fictício Maria Zilda, é filha de assentados e tem a sua história de vida marcada pelos espaços de militância, no acampamento, no assentamento, em projetos de educação, e na sua própria formação como técnica em agropecuária. Ela passou por outras experiências no setor de produção e comercialização antes de contribuir com o Armazém do Campo. A educação é importante para Maria Zilda que continua estudando e se especializando na área ambiental (Quadro 17).

#### **Quadro 17 - Apresentação da trabalhadora do Armazém do Campo de Salvador**

Então, eu sou [Maria Zilda], e eu sou filha de assentados, meus pais são assentados no município de Santa Cruz Cabrália, no extremo Sul da Bahia e eu sou fruto de Porto Seguro. Nosso assentamento é um projeto de assentamento agroecológico, tem cerca de mais de 12 anos essa área. Hoje nós estamos no lote. E minha militância começou desde pequena, fui para o assentamento assim que foi ocupado, passando por todo o processo de lona e tudo. Hoje a gente já colhe da terra. E eu entrei na militância assim que eu terminei o ensino médio, o MST fez o convite para que eu pudesse participar do projeto de alfabetização de jovens e adultos “Sim, Eu Posso!”, que é um método cubano e que teve aqui na Bahia há alguns anos [...] enfim, participei durante um período desse processo como educadora e foi daí que hoje eu sou fruto da luta, tanto do ponto de vista de formação de consciência, mas também do meu estudo mesmo. Eu sou técnica agropecuária, minha especialidade é agroecologia, estudei na Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egidio Brunetto que também fica no extremo Sul. [...]. E eu fiz um estudo com base tanto na produção dos assentamentos e acampamentos, ou seja, das famílias sem-terra, mas sobretudo, do que era essa identidade, do que nós somos enquanto essa identidade sem-terra. E daí eu participei da direção do setor de produção, logo após dirigi o setor de comercialização. Hoje faço gestão ambiental, sou graduanda, e aí desde o início do ano, em abril, depois de algumas atividades, eu fui chamada para a tarefa de Salvador para inaugurar o Armazém do Campo.

Fonte: informação verbal<sup>21</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Maria Zilda, trabalhadora do Armazém do Campo de Salvador. **Entrevista XIII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Salvador, 2022.

A palavra “armazém” foi a que mais apareceu na entrevista, 37 vezes. Maria Zilda relacionou o Armazém do Campo com a comercialização, a identidade e a cultura da Bahia, a história do MST e o fortalecimento da produção. Ela falou da importância do Armazém do Campo estar em uma casa tombada como patrimônio histórico no Pelourinho, da importância desse lugar para o povo negro, por sua história e significado. Mencionou também que a representatividade negra no MST vem em grande parte do estado da Bahia. Essa temática será abordada novamente na seção 4.2, onde realizamos uma análise sobre o Armazém do Campo.

A entrevistada se referiu ao Armazém do Campo como “casa do MST na cidade”, pontuando que para os militantes do Movimento, estar no Armazém do Campo é como estar em uma área de assentamento ou acampamento, pois as mesmas práticas são produzidas nos diferentes espaços. Ela também mencionou o Armazém do Campo como uma “ocupação na capital”, contando que a unidade era realmente fruto de uma ocupação, pois o prédio estava anteriormente abandonado.

Maria Zilda contou que uma das primeiras atividades realizadas no Armazém do Campo de Salvador foi trazer as pessoas assentadas para elas se reconhecessem naquele lugar.

E aí eles vieram, tiveram atividade aqui em Salvador, vieram conhecer a casa, ele vieram ver como a farinha chegou de tão longe, tão bonitinha, ter conseguido agregar valor, como também o café que vem de tão longe, que é muita luta, plantar café em um solo tão degradado, que foi fruto de uma história...que fugiu, que teve que correr de fuzileiro, teve que fazer isso, que a chuva carregou tudo...que tem um certo processo na história que eles se veem aqui com um resultado lindo, que outras pessoas chegam e falam “nossa, esse produto é muito bom! Vim aqui de novo porque esse produto é muito bom!” (informação verbal)<sup>22</sup>.

A entrevistada definiu o Armazém do Campo da seguinte forma:

Eu diria que o Armazém do Campo seria uma espécie de mercado da diversidade, da diversidade, da cultura, da comida orgânica, da alegria, do sonho, da luta, da ocupação, mas também de muitos sorrisos que tem a função de esperar todo esse processo que é muito difícil, mas que também é muito prazeroso porque para a gente é muito significativo (informação verbal)<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Entrevista concedida por Maria Zilda, trabalhadora do Armazém do Campo de Salvador. **Entrevista XIII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Salvador, 2022.

<sup>23</sup> Idem.

Após a entrevista, fomos prestigiar o evento cultural que estava acontecendo, o Samba da Democracia. A rua havia sido fechada para a transmissão do jogo do Brasil na Copa do Mundo, foi servido um prato típico brasileiro, feijoada, e teve a apresentação de um grupo de samba. O Samba da Democracia se tornou um evento que é realizado em diversas unidades do Armazém do Campo, pois um dos objetivos da rede é valorizar a cultura brasileira e oferecer boas opções de cultura e entretenimento, sempre pautando o debate político (Figura 23).

**Figura 23** - Samba da Democracia no Armazém do Campo de Salvador



Fonte: Trabalho de campo, 09 de dezembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

Alguns dias depois, continuamos nosso trajeto, dessa vez rumo à Recife, onde visitamos o Armazém do Campo.

- **Armazém do Campo - Recife**

Em seguida, nos dirigimos à Recife, onde realizamos entrevista no Armazém do Campo, no dia 14 de dezembro de 2022. João Pedro Teixeira foi o nome fictício escolhido

para o coordenador do Armazém do Campo de Recife, militante com 30 anos de atuação no MST (Quadro 18).

#### **Quadro 18** - Apresentação do coordenador do Armazém do campo de Recife

Bom, eu sou [João Pedro Teixeira], conhecido como [Teixeira], eu atuo no movimento sem-terra desde 1993. Eu estou praticamente na primeira geração de militantes aqui do estado de Pernambuco. Minha atuação, no início, estava ligada às relações políticas no Recife, depois atuei no setor de formação do Movimento, integrei a brigada que foi para a Venezuela constituir o IALA [Instituto Latino-americano de Agroecologia “Paulo Freire”] e hoje estamos aqui no Armazém do campo. Eu chego no Armazém do Campo por meio da ação que foi desenvolvida nesse mesmo espaço onde nós estamos, que é a sede do Armazém, junto com o grupo de militantes que foi destacado para Recife com o trabalho de constituir o Congresso do Povo. Então, ali éramos um grupo de praticamente 40 pessoas, 40 militantes que estávamos atuando, entre eles eu que coordenava o grupo, e a partir daí a direção do Movimento me fez uma proposta de assumir essa frente de atuação que para mim era uma novidade completa, naquele momento, que é o Armazém do Campo. E aqui estamos desde o início.

Fonte: Informação verbal<sup>24</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

A entrevista teve 52 minutos de duração e 14 páginas foram transcritas. A palavra de destaque na entrevista foi “armazém” com 65 menções. A unidade de Recife foi inaugurada em 2019 e está localizada próximo ao centro antigo de Recife, em um prédio histórico. Segundo o entrevistado, a localização da loja oferece duas vantagens: do ponto de vista da comercialização, está próxima ao Mercado São José que é um centro comercial muito frequentado, e do ponto de vista das atividades culturais, está na entrada do Recife Antigo, área estratégica para esse tipo de atuação.

No entanto, ele pontuou que com a pandemia a loja passou a funcionar muito mais na modalidade de compra *online* e *delivery* e que essa tendência continuou mesmo com a volta das atividades presenciais. Além disso, foram abertas muitas lojas de produtos orgânicos espalhadas por toda a cidade, fato que também contribuiu para a diminuição de clientes na loja.

João Pedro Teixeira pontuou que no primeiro ano a unidade estava indo muito bem, com café-bar, almoço todos os dias e atividades culturais nos finais de semana com a casa cheia. Após as mudanças decorrentes da pandemia de Covid-19, o entrevistado relatou que estavam buscando reestabelecer essas atividades.

Durante a pandemia, o Armazém do Campo foi utilizado para a preparação de marmitas que eram distribuídas para a população em situação de rua. De acordo com o entrevistado, cerca de um milhão de marmitas foram preparadas na unidade para doação,

---

<sup>24</sup> Entrevista concedida por João Pedro Teixeira, coordenador do Armazém do Campo de Recife. **Entrevista XIV** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Recife, 2022.

em conjunto com outros movimentos sociais. Novamente, percebemos a associação entre os espaços dos mercados da RAP e as ações de solidariedade.

Com relação aos produtos, havia hortifruti, geleias, doces e pimentas da produção local, além de produtos da reforma agrária de outras regiões do Brasil. O entrevistado informou que um dos desafios para o MST de Pernambuco é ampliar o leque de produtos processados produzidos nos assentamentos do estado.

João Teixeira ressaltou a importância do Armazém do Campo como espaço de diálogo direto com a população urbana, pontuando que as ações de solidariedade do MST realizadas no Armazém do Campo, durante a pandemia, ajudaram a desconstruir a imagem negativa do Movimento apresentada pela mídia. As vendas de bonés do MST foram analisadas como indicadores de aprovação social:

Vendemos no último um ano praticamente 30.000 bonés do movimento sem-terra. O que isso representa? É ato de compra? Não. É ato de adesão, é a pessoa que vem atrás de um símbolo para dizer “eu me identifico com a causa desse movimento social”, é uma mudança e isso tem sido muito importante. O Armazém tem sido esse espaço direto de diálogo com a população urbana, o MST dialoga com o mundo urbano por N portas, mas também pela porta do Armazém do Campo (informação verbal)<sup>25</sup>.

A importância dos espaços culturais também foi observada: “a cultura vivida no espaço do Armazém é uma cultura da resistência, a cultura da resistência poética, a cultura da resistência negra, a cultura da resistência dos ritmos”. Destacou-se a presença do público LGBTQIAPN+ e das mulheres nos eventos culturais por ser um espaço que tende a ser livre de violência, assédio e preconceito.

Sobre os trabalhadores do Armazém do Campo ressaltou-se o fato de serem também militantes.

Nós somos pessoas que carregam duas naturezas, se a gente pensar enquanto trabalhador, nós somos trabalhadores CLT dentro de uma empresa que é o Armazém do Campo, e o mesmo tempo, nós somos militantes do movimento sem-terra...ou do levante popular, ou da Marcha Mundial de Mulheres. Então, na mesma pessoa existe a natureza da pessoa que depende do salário, que depende daquele salário que vem por meio das vendas dos produtos e tem também esse militante que, muitas vezes, dá uma carga de trabalho extra em atividades diferentes, sai daqui e vai se somar na marmita que vai sair para distribuir para a população em situação de rua. Sai por quê? Por que o

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida por João Pedro Teixeira, coordenador do Armazém do Campo de Recife. **Entrevista XIV** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Recife, 2022.

patrão mandou? Não, sai por causa da consciência que tem da necessidade dessa ação (informação verbal)<sup>26</sup>.

Com relação aos desafios, pontuou-se o objetivo de alcançar também as periferias urbanas com outras unidades do Armazém do Campo, disponibilizando alimentos agroecológicos para essa população. Um objetivo de curto prazo para o Armazém de Recife seria a realização de uma reforma no prédio que se encontra bastante deteriorado (Figura 24).

**Figura 24** - Fachada do Armazém do Campo de Recife



Fonte: Trabalho de campo, 14 de dezembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

Após a entrevista, almoçamos juntos com os trabalhadores do Armazém do Campo que, novamente, foram muito hospitaleiros e gentis. No dia seguinte, tomamos o ônibus em direção à Fortaleza.

---

<sup>26</sup> Entrevista concedida por João Pedro Teixeira, coordenador do Armazém do Campo de Recife. Entrevista XIV [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Recife, 2022.

- **Central de Cooperativas dos Assentados e Assentadas - Fortaleza**

Em Fortaleza, realizamos uma entrevista com duas mulheres que atuam na frente de produção e comercialização do MST no Ceará. A entrevista foi realizada na Central de Cooperativas dos Assentados e Assentadas (CCA) do Ceará, em 15 de dezembro de 2022. As entrevistadas receberam os nomes fictícios de Elisabeth Teixeira e Adelaide Molinari. Elisabeth é engenheira de alimentos e Adelaide se formou em logística, ambas atuam na frente de comercialização do estado (Quadro 19).

**Quadro 19** - Apresentação das trabalhadoras da CCA de Fortaleza

**Elisabeth Teixeira:** Eu sou [Elisabeth Teixeira], sou engenheira de alimentos. Desde 2007, quando eu terminei o curso de engenharia, eu entrei no Movimento para contribuir mais com a parte da assistência técnica. Quando foi em 2013, nós começamos com o processo de discussão da industrialização dos produtos do estado do Ceará. Em 2015, mais precisamente em 2015, nós começamos mesmo com a elaboração dos projetos, não é? [...] E aí, quando foi esse mês, agora, de novembro, acho que dia 15 mais ou menos, dia 10, está fazendo um mês que eu entrei para a parte do setor de comercialização, que a gente chama frente comercialização nossa. [...] Antes eu estava como gestora industrial do laticínio. Então é isso.

**Adelaide Molinari:** Eu sou a [Adelaide Molinari], eu comecei a trabalhar no Movimento, em 2014, no Frei Humberto, que é o centro de formação do MST. A priori, o meu contato com comercialização foi através da feira da reforma agrária que acontece no Centro Frei Humberto, então eu contribuía nisso, mas fazia também outras tarefas. Comecei a fazer um curso, de logística, curso técnico. De 2020 para 2021, me formei nessa área [...]. Agora em 2022, eu fui convidada para estar nessa parte da comercialização. Eu estou nessa tarefa há uns 4 meses.

Fonte: informação verbal<sup>27</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

A entrevista teve duração de 46 minutos e 15 páginas de transcrição. As palavras mais citadas na entrevista foram: CCA (38), produtos (36), comercialização (32), produção (24), indústrias (22), cooperativa (18) e assentamentos (17). A CCA tem elaborado projetos de industrialização para as diferentes regiões do Ceará, desde 2013, com foco na assistência técnica. Ela também organiza feiras da reforma agrária em Fortaleza. Pouco antes do dia da entrevista havia acontecido a 74ª feira no Centro de Formação Frei Humberto, uma feira da reforma agrária bastante popular na capital cearense. Também participam da feira pessoas ligadas a economia solidária e de outros movimentos sociais. Vale ressaltar novamente esse exemplo de produção do espaço em

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Elisabeth Teixeira e Adelaide Molinari, representantes da Central de Cooperativas dos Assentados e Assentadas (CCA) do Ceará. **Entrevista XV** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CCA, Fortaleza, 2022.

que prevalecem as relações de solidariedade e complementariedade entre campo-cidade, além de atividades culturais e de formação política. Nessa última feira, havia acontecido o lançamento da marca Terra Conquistada dos produtos do MST do Ceará.

O estado do Ceará ainda não tem Armazém do Campo, no entanto, apresenta avanços na organização produtiva, com uma variedade significativa de produtos da reforma agrária que vai desde carnes congeladas a farinha de mandioca, castanha de caju, mel, laticínios e polpas de frutas (Figuras 25 e 26). Cerca de 120 projetos de agroindústrias foram elaborados para os assentamentos do Ceará, por região, focados em 5 cadeias produtivas: laticínios, ovinos e caprinos, farinha de mandioca, frutas e castanha de caju, e mel.

**Figura 25** - Produtos da marca Terra Conquistada do MST do Ceará



Fonte: Trabalho de campo, 15 de dezembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

**Figura 26** - Produtos da marca Terra Conquistada do MST do Ceará



Fonte: Trabalho de campo, 15 de dezembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

Havia a perspectiva de abertura de unidades do Armazém do Campo não somente na capital, mas também no interior do estado. Os projetos mais avançados de abertura do Armazém do Campo, naquele momento, eram em Quixeramobim e no mercado público de Itapipoca.

As entrevistadas falaram sobre o plano de ter um centro de distribuição em Fortaleza para facilitar as trocas de produtos entre o Nordeste e as demais regiões, por meio da CONCENTRA, de Minas Gerais. Porém, os outros estados nordestinos ainda precisavam organizar melhor a industrialização da produção para ampliar o leque de produtos regionais. A questão logística reflete nos preços dos produtos que vêm de outros estados:

O fato é que o ideal é que a gente conseguisse fazer isso porque se não a gente não vai conseguir comercializar os produtos do Sul e Sudeste. Porque tem procura! O café, o chocolate, o arroz, tem muita procura. Mas, também um arroz de dez, doze, quinze reais, é complicado, o

quilo, não é? Para a gente vender? Ainda revender, não é? Passar para o cliente para vender ainda. Então, fica complicado (informação verbal)<sup>28</sup>.

A questão logística apresenta muitos desafios para a CCA, como a falta de caminhão para o transporte de acordo com as necessidades dos produtos: caminhão refrigerado para as poupas de fruta e caminhão seco para a castanha.

Apesar das dificuldades, houve avanços na produção cearense e as entrevistadas relataram a importância da CCA para a organização da produção, das cooperativas e da assistência técnica.

Então, a CCA é de extrema, extrema importância. A CCA foi quem fortaleceu, quem ajudou nessa questão da elaboração dos projetos. Então, de todos os projetos que foram elaborados, produtivos e industriais, pelo Projeto São José que é um projeto aqui do governo do estado, o do MST que foi via CCA, com a contratação de vários profissionais da engenharia civil e ambiental, foram os que mais se desenvolveram e se destacaram (informação verbal)<sup>29</sup>.

Os relatos também evidenciaram que o sucesso dos projetos de agroindustrialização também está ligado a uma boa relação que se tem com o governo do estado: “E para Fortaleza, nós temos uma grande expectativa agora com o governo também de esquerda aqui, que nós já tínhamos antes, mas temos renovado, e que tem uma ligação muito grande com o MST”.

Elisabeth Teixeira falou sobre a valorização do preço do leite para os produtores dos assentamentos, mas também da competição que ainda há entre as cooperativas e os atravessadores.

Onde o laticínio passa com rota do caminhão, o leite na região é um preço bem mais alto. Onde não passa o leite é bem mais barato. O atravessador compra bem mais barato. Então, quer queira, quer não, se a comunidade rural ou se é mesmo um assentado que não comercializa a sua produção lá para a cooperativa do leite do MST, mesmo assim, ainda é beneficiado. Porque o leite, o atravessador não abaixa [o preço] porque ele sabe que se ele abaixar vão todos para a cooperativa do MST (informação verbal)<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> Entrevista concedida por Elisabeth Teixeira e Adelaide Molinari, representantes da Central de Cooperativas dos Assentados e Assentadas (CCA) do Ceará. **Entrevista XV** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CCA, Fortaleza, 2022.

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> Idem.

Boa parte dos assentados ainda entregavam a produção para os atravessadores ao invés de vender para a cooperativa, isso porque o atravessador está frequentemente nas áreas rurais oferecendo dinheiro emprestado ou ajuda com algo que as famílias necessitem: botijão de gás, remédios, cirurgia etc. “E aí termina aquela família ficando refém, com dívidas, mesmo sabendo que não vai ter retorno nenhum com a sua venda do leite”. A cooperativa, por outro lado, não tem recursos para suprir essas necessidades das famílias. “Por que quem tem hoje um capital? A CCA não tem, as cooperativas regionais não têm, mas o atravessador que está há vinte, trinta anos, explorando lá o leite, comprando por um preço bem baixo dos agricultores, ele tem esse capital”.

Então, a relação com os produtores também apresenta esse desafio. Para Elisabeth, há a necessidade de um acompanhamento permanente das famílias, não só com assistência técnica, mas também na área social. A assistência técnica, no modelo que é ofertada também apresenta dificuldades: primeiro, são realizadas em períodos curtos que não são suficientes para o acompanhamento da produção; em segundo lugar, realizam-se diagnósticos, mas as informações levantadas nunca retornam para as famílias; terceiro, não há a manutenção de uma equipe que conheça a realidade da região e ganhe a confiança dos produtores. A entrevistada acredita que a assistência técnica deveria ser mais participativa, com trocas de experiências.

De modo geral, avaliamos que foi uma entrevista muito rica em informações e trouxe elementos muito importantes para se pensar nos desafios da produção de alimentos nos assentamentos de reforma agrária, bem como nas possibilidades de organização logística para facilitar as trocas de produtos entre as regiões.

- **Armazém do Campo – São Luís**

Finalizamos os trabalhos de campo na região Nordeste no Armazém do Campo de São Luís, no Maranhão, no dia 19 de dezembro de 2022. Entrevistamos o coordenador da unidade, João Alfredo Dias (Nego Fuba), que tem ampla experiência na militância, atuando principalmente no setor de produção. Sua formação também esteve ligada ao Movimento, formou-se como Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) e fez mestrado em Cuba. Quando retornou trabalhou nos projetos de agroindustrialização no Ceará, que vimos anteriormente, ajudou a organizar a rede Armazém do Campo no Brasil, trabalhou na Secretaria de Agricultura Familiar do Maranhão e, depois, retornou para a coordenação do Armazém do Campo de São Luís (Quadro 20).

## Quadro 20 - Apresentação do coordenador do Armazém do Campo de São Luís

Então, meu nome é [João Alfredo Dias (Nego Fuba)], sou do MST já há um bom tempo, sou de Sergipe. Minha mãe é assentada em Sergipe, mas aí eu fui fazer Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) lá no Rio Grande do Sul e depois de lá eu acabei vindo para o Maranhão para a região de Imperatriz, sempre ligado às cooperativas, às associações. Depois aí fui fazer graduação em agronomia no Pará. Aí depois fiz uma trajetória aí, fui para Cuba fazer mestrado e depois fui para o Ceará, trabalhei um período lá no Ceará para fazer as agroindústrias de lá e hoje lá tem cinco agroindústrias, trabalhei nisso. Depois para São Paulo, foi quando iniciamos o debate do Armazém do Campo [...], mas antes de a gente inaugurar o Armazém do Campo lá eu vim para o Maranhão porque a gente tinha uma articulação aqui com o governo do estado e a secretaria de agricultura familiar, que tem uma superintendência de comercialização na secretaria de agricultura do estado, e eu fui para essa superintendência de comercialização, passei um período lá. Depois em função das outras tarefas do MST eu acabei voltando para o [inaudível] na coordenação aqui desse espaço da casa aqui.

Fonte: informação verbal<sup>31</sup>. Organização: Angela dos Santos Machado.

A entrevista teve um pouco mais de uma hora de duração e 18 páginas transcritas. As palavras “armazém” e “espaço” tiveram destaque, com 62 menções e 57, respectivamente. O Armazém do Campo foi implementado em um espaço que o MST já tinha no centro de São Luís. Trata-se de um casarão antigo, adquirido quando estava em ruínas e o centro da cidade era considerado um local perigoso. Agora, o centro já não tem esse estigma, pois por meio de programas como “Meu Centro” e “Adote um Casarão”, os prédios, ruas e praças foram totalmente revitalizados.

O casarão, chamado Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis, nome dado em homenagem à primeira escritora negra do Brasil e que era maranhense, abriga uma série de atividades para além do Armazém do Campo: tem um auditório para a organização de plenárias e debates, uma livraria e um bar no terraço onde as pessoas podem para apreciar o pôr do sol. O Armazém de São Luís, inaugurado em 2019, ocupa uma pequena parte desse espaço (Figura 27).

De acordo com o entrevistado, estrategicamente seria mais interessante se o Armazém do Campo fosse em Imperatriz, cidade com muitos assentamentos em seu entorno, o que facilitaria o abastecimento da loja. São Luís fica distante dos assentamentos e, por isso, o Armazém compra o hortifrutí de outros agricultores familiares próximos. A loja foi implementada em São Luís para aproveitar um espaço que o Movimento já tinha.

---

<sup>31</sup> Entrevista concedida por João Alfredo Dias (Nego Fuba), coordenador do Armazém do Campo de São Luís. **Entrevista XVI** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, São Luís, 2022.

**Figura 27** - Armazém do Campo de São Luís do Maranhão



Fonte: Trabalho de campo, 19 de dezembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

Para complementar a comercialização são realizadas feiras, tanto no Solar Cultural, como em outros espaços da cidade e em instituições parceiras como a Secretaria de Agricultura, a Secretaria das Cidades e a Secretaria de Educação. Também são realizadas vendas *online* com entregas semanais para cerca de 50 clientes, segundo o entrevistado. No Solar Cultural são realizados eventos como feijoada e samba para aumentar a movimentação de pessoas no espaço.

O entrevistado destacou o papel importante da CONCENTRA para o abastecimento da loja e afirmou que os produtos vendem bem, como o arroz que vem do Rio Grande do Sul, o café do Espírito Santo, a cachaça de Minas Gerais e os doces de Goiás. As compras das cooperativas nordestinas são feitas de forma direta, sobretudo, de castanha e cajuína do Ceará e flocão de milho da Bahia. Os produtos locais também são bastante procurados como o arroz local, chamado de arroz da roça batido ou arroz do Maranhão, a farinha, o feijão e os produtos derivados do babaçu.

Por fim, João ressaltou como o Armazém do Campo ajudou a fomentar a discussão sobre a comercialização dentro do próprio MST, escapando da concepção que se tinha antes de que se inserir no mercado era se inserir no sistema capitalista.

E aí a nossa tarefa não é mais só de resistência, mas também de produzir para alimentar a sociedade, produzir diferente, produzir com outros métodos, e que essa relação com o comércio atenda a demanda do povo, da cooperativa, do agricultor. O Armazém criou um pouco isso, facilitou, melhorou a gente discutir comércio, comercialização, o que tem diferente aí é: nos interessa uma relação não exploratória, nos interessa estabelecer um diálogo sobre preço justo, nos interessa estabelecer um diálogo sobre qualidade de produto, nos interessa fazer a sociedade entender o que ela está consumindo e como aquele produto está sendo produzido (informação verbal)<sup>32</sup>.

Ao todo foram realizados 16 trabalhos de campo em nove estados, nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. O contexto dos trabalhos de campo evidenciou as principais características dos mercados da Reforma Agrária Popular: a forte presença de símbolos de luta pela terra e pela reforma agrária, elementos da cultura camponesa, atividades culturais e políticas, a diversidade da produção dos assentamentos e acampamentos, a pauta da alimentação saudável e da agroecologia, a socialização dos resultados da reforma agrária e o diálogo com a população urbana.

A apresentação dos participantes da pesquisa mostrou uma parte dos sujeitos que constroem esses mercados, em que podemos perceber que a maioria dos entrevistados tem uma longa trajetória de luta e militância no Movimento.

No próximo capítulo, continuaremos a apresentação dos mercados da Reforma Agrária Popular, mas com foco nos produtos, marcas e cooperativas produtoras. Discutiremos também a formação do Escritório de Comercialização Institucional e do Armazém do Campo, bem como a importância das políticas públicas para a existência dessas experiências, além de pontuar os desafios da organização logística dos produtos do MST.

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida por João Alfredo Dias (Nego Fuba), coordenador do Armazém do Campo de São Luís. **Entrevista XVI** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, São Luís, 2022.

## **CAPÍTULO 2**

### **O MST E A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO**

Neste capítulo, discutiremos brevemente o histórico de formação do MST e as mudanças atuais que o levaram da luta pela reforma agrária clássica para a luta pela Reforma Agrária Popular. Em seguida, analisaremos documentos históricos do Movimento, de 1989 a 2022, que revelam suas concepções sobre produção, cooperação e comercialização, bem como a introdução da pauta da agroecologia e da alimentação saudável em sua agenda de lutas. Por fim, apresentaremos suas principais marcas, produtos e as cooperativas produtoras.

#### **2.1 O MST E A REFORMA AGRÁRIA POPULAR**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começou a se formar no final da década de 1970 no estado do Rio Grande do Sul, quando 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta. Na década de 1960, existiam outros movimentos de luta pela terra, como o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), que organizavam ocupações de terra (Fernandes, 1999). Portanto, não foi o MST que inaugurou as ocupações de terra, ele deu continuidade a uma luta que já existia.

Fernandes (1999) conta o histórico de lutas e ações de resistências que antecederam o MST, iniciando com as lutas indígenas de resistência à expropriação dos territórios e contra a exploração dos colonizadores, seguida pela luta das populações negras escravizadas, e dos camponeses sem-terra. A Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado, o Cangaço, as Ligas Camponesas, bem como as lutas enfrentadas por diferentes associações e sindicatos de trabalhadores rurais são exemplos de resistências ao coronelismo e à concentração de terra no Brasil.

A história do Brasil é marcada, portanto, pela questão agrária, isto é, a desigualdade no acesso à terra, a expropriação de terras das famílias agricultoras e a exploração dos trabalhadores camponeses (foreiros, meeiros, posseiros, arrendatários, colonos, assalariados etc.). Porém, os camponeses sempre resistiram à expropriação e exploração, e o MST é tributário desses movimentos anteriores que lutavam pelo direito de permanecer na terra ou conquistá-la.

O MST foi oficialmente fundado em 1984, em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado em Cascavel, no Paraná, com a presença de 92 pessoas (sem-terras, sindicalistas, agentes de pastoral e assessores). A partir das experiências de luta, o MST criou uma metodologia de luta popular:

Desde a organização das famílias na construção do espaço de socialização política até a ocupação e a conquista da terra, cada um desses procedimentos foram aprendidos na prática social da luta pela terra. Esse aprendizado possibilitou a rápida territorialização do MST pelas regiões brasileiras (Fernandes, 1999, p.87).

Na década de 1980, o MST se territorializou pelo país e se consolidou. Naquele momento, a luta era pela reforma agrária clássica e pela democracia. Em 1985, houve o Primeiro Congresso Nacional do MST cujo lema foi “Sem Reforma Agrária não há Democracia” (Fernandes, 1999). No que se refere à reforma agrária clássica, o MST explica:

As lutas e as reivindicações se inseriam, no entanto, nos objetivos de uma reforma agrária clássica burguesa: democratizar a propriedade da terra, como uma forma de reprodução dos camponeses, de integrá-los ao mercado interno e de aumentar sua renda, para poder melhorar as condições de vida de suas famílias. Nesse cenário político-histórico, nasceu o MST (MST, 2015, p.26).

Denomina-se reforma agrária clássica burguesa àquela que era de interesse da classe industrial que visava “promover o desenvolvimento das forças produtivas no campo e sua integração ao mercado capitalista” (MST, 2015, p.26). Isto é, havia, naquele momento, entre 1930 e 1980, um apoio de parte das classes dominantes para a realização da reforma agrária, porém, com forte oposição das oligarquias rurais que não queriam perder o domínio sobre as terras e a influência política.

As oligarquias rurais se organizavam para reprimir os movimentos de luta pela terra por meio da pistolagem, do controle sobre as polícias e até mesmo sobre o poder judiciário local e dos governos estaduais. O destaque nacional e internacional da violência no campo brasileiro aumentou o apoio da sociedade à luta pela reforma agrária (MST, 2015).

A década de 1980 trouxe a democratização do país e a continuidade da disputa entre latifundiários e camponeses, mas dessa vez na Assembleia Constituinte. De um lado, as forças conservadoras do latifúndio organizadas em torno da União Democrática Ruralista (UDR), e de outro, diversos movimentos sociais e sindicatos rurais, disputando

a construção da Constituição Federal do Brasil (Talaska, 2015). A disputa de forças trouxe uma vitória parcial, a conquista do direito à reforma agrária, porém com um aspecto conservador e aberto a diferentes interpretações.

Na década de 1990, o neoliberalismo trouxe novos desafios para a luta pela terra. A abertura do mercado ao capital estrangeiro e o incentivo para a exploração dos bens da natureza (minérios, energia, biodiversidade e agricultura) pelo capital internacional foram elementos que agregaram novos sujeitos na disputa pela terra (MST, 2015).

Nos anos 2000, intensificaram-se as alianças entre capital nacional, internacional e financeiro, inaugurando a hegemonia do modelo do agronegócio. Após a crise mundial de 2008, o capital financeiro passou a especular no Brasil por meio da compra de terras e da exploração dos recursos naturais. A aplicação nas bolsas de mercadorias agrícolas e a especulação levaram à elevação dos preços médios das mercadorias agrícolas, da renda e do preço da terra, gerando ainda mais concentração fundiária e estrangeirização de terras (MST, 2015; Mendonça; Pitta, 2022).

Esse novo modelo de agricultura altera a correlação de forças no campo. Os grandes proprietários rurais, capitalizados e modernizados, aliados/subordinados ao capital financeiro e as empresas transnacionais, hegemonomizam o atual modelo de agricultura, concentrando terras, políticas públicas e o apoio da sociedade (MST, 2015, p. 30).

Essas transformações modificam também a natureza da luta pela reforma agrária. De acordo com o MST (2015), não há mais espaço para uma reforma agrária clássica, apoiada pela classe industrial ou por forças nacionalistas. A entrada de novos sujeitos nas disputas – o capital financeiro e as empresas transnacionais – elevou o patamar para uma luta contra o modelo capitalista de agricultura, luta que assume necessariamente a perspectiva internacional, em razão do atual estágio de hegemonia do capital financeiro e das empresas transnacionais.

Desse modo, o MST construiu um novo projeto de reforma agrária chamado de Reforma Agrária Popular (RAP) que tem como princípio básico a aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade com o objetivo de conquistar terra e produzir alimentos saudáveis para toda a população. Além disso, ampliou-se a luta pelo controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas (MST, 2015).

## 2.2 PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E MERCADOS PARA O MST

Nesta seção, elaboramos um resumo de documentos elaborados pelo MST que abordam questões sobre produção, cooperação e comercialização<sup>33</sup>. Os documentos históricos do MST mostram as primeiras ocupações de terra, os confrontos com policiais, a forte repressão sofrida pelo Movimento, a criminalização e assassinato de militantes, a luta pela redemocratização do país e por direitos: reforma agrária, habitação nos assentamentos, educação para as crianças assentadas, assistência técnica, crédito e políticas públicas para a produção camponesa.

O caderno de formação número 17 trouxe o Plano Nacional do MST de 1989 a 1993. Nesse plano o Movimento fez uma análise do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, da situação dos camponeses, dos desafios e perspectivas daquele momento histórico. Já se fazia presente a ideia de “luta econômica combinada a uma estratégia revolucionária” (MST, 1989, p.10).

Conseguir crescimento econômico e político nas áreas conquistadas. Não se trata de reprodução pura e simples na unidade de produção camponesa típica. É necessário criar um novo modelo de produção baseada na utilização de tecnológicas adequadas, e na organização coletiva do trabalhador, que viabilize economicamente os assentados e promova o desenvolvimento social, político e ideológico das famílias assentadas (MST, 1989, p.13).

Em 1991, a Declaração do 6º Encontro Nacional do MST demonstrou preocupação com a política agrícola e a diminuição do crédito para os agricultores naquele momento. Como alternativa diante daquele contexto, o Movimento criou o Sistema Cooperativista dos Assentados. O documento dizia o seguinte:

Assim, estamos dando um importante passo para superar a produção de subsistência, alcançar a produção de mercado e agroindústria. Da mesma forma, abrem-se as possibilidades dos trabalhadores terem acesso a créditos agrícolas, assistência técnica, condições de planejar a produção e a comercialização e administrar as áreas conquistadas (MST, 1991, p.03).

Desde o início, houve a preocupação com a produção, a comercialização e a viabilidade econômica dos assentamentos. Em 1993, o MST produziu o Caderno de

---

<sup>33</sup> MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Biblioteca da questão agrária**. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/> . Acesso em: 30 abr. 2023.

Formação número 20, *A cooperação agrícola nos assentamentos*, cujo objetivo era mostrar para as famílias assentadas a necessidade de superação da produção simples de mercadorias - em que cada indivíduo ou família realiza todas as etapas da produção e da comercialização - e substituí-la pela cooperação agrícola.

Então, a cooperação agrícola é o jeito de juntar ou somar os esforços de cada agricultor individual, para fazer coisas em conjunto. Comprar ferramentas, junta de bois, comprar máquinas. E até chegar ao ponto de ter a terra em conjunto. Quanto mais coisas se fizer em conjunto, mais rapidamente se vai progredir e crescer. Para comercializar os produtos também fica mais fácil: juntas as pequenas compras individuais e as pequenas vendas individuais dos produtos, garante maior poder de barganha de preços e dá menos despesas com transporte, material, mão-de-obra, etc. [...] A cooperação agrícola é a saída para os pequenos agricultores aumentarem a produtividade do trabalho, o volume da produção e não terem que deixar o campo ou virarem mão-de-obra explorada pelos granjeiros e latifundiários (MST, 1993a, p.8-9).

No mesmo texto, explicou-se o surgimento da cooperação agrícola, seus tipos (coletivo, associação e cooperativas), os benefícios e dificuldades de cada um, as condições básicas e princípios, além do histórico da cooperação agrícola no MST. Naquele momento, já havia a proposta geral do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) que foi definido como o “setor que cuida dos assuntos da produção, da comercialização, da tecnologia, da agroindústria, do crédito rural e da organização de base” (MST, 1993a, p. 40).

O SCA foi formado pela articulação entre as cooperativas de produção e comercialização locais, as centrais estaduais e a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). As cooperativas foram compreendidas pelo Movimento como um tipo de empresa social que também é um instrumento de luta por uma outra sociedade.

A organização do sistema cooperativista surgiu da necessidade de produzir para o mercado, pois este é o meio de obtenção do capital necessário para melhorar a produção e a qualidade de vida das famílias assentadas. O mercado foi definido pelo MST como “a produção em escala voltada para conseguir ingressos monetários para que a CPA [Cooperativa de Produção dos Assentamentos] possa investir na produção, na luta e na melhoria de vida de seus assentados” (MST, 1993a, p. 51-52).

No mesmo ano, 1993, o texto *Propostas para a Reforma Agrária* trouxe as ideias discutidas e aprovadas nos encontros estaduais e no 7º Encontro Nacional do MST. Dentre essas ideias se encontrava um plano de reforma agrária e de melhoria dos assentamentos

que incluía “Estimular todas as formas de cooperação agrícola nos assentamentos, criando condições para as atividades de produção, comercialização, agroindústria, armazenamento, transporte e organização da comunidade dos assentamentos” (MST, 1993b, p.04).

As propostas também incluíam a criação de “mecanismos para facilitar a comercialização dos produtos dos assentamentos” e “programas de pesquisas e estudos para viabilização econômica dos assentamentos, e apoio e incentivo a experiências agroecológicas nos assentamentos” (MST, 1993b, p.04).

Nos anos seguintes, os Cadernos de Cooperação Agrícola, organizados pela CONCRAB, ofereciam respostas práticas aos principais problemas enfrentados pelas cooperativas. O caderno número 3, de 1994, tratou de vínculo empregatício, previdência, legislação fiscal e contabilidade. Já o número 4, relatou sobre as *Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos*. O caderno de formação número 21, também de 1994, trouxe questões práticas sobre cooperativas de produção, tal como a distribuição das sobras.

O caderno de formação número 23, de 1995, fez um resumo dos objetivos gerais do MST e dos objetivos relacionados ao programa de reforma agrária. Nesse segundo ponto, podemos destacar o objetivo número 3 que relaciona a produção agropecuária com a segurança alimentar, a eliminação da fome e o desenvolvimento econômico e social; o objetivo 4 que visa apoiar a produção familiar e cooperativada; e o número 5 que busca levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país (Figura 28).


**Figura 28** - Resumo dos objetivos do MST (1995)

**Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**

Somos um movimento de massas de caráter sindical, popular e político.  
Lutamos por terra, Reforma Agrária e Mudanças na Sociedade.

<b>OBJETIVOS GERAIS</b>	<b>PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA</b>	
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;</li><li>2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade;</li><li>3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;</li><li>4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;</li><li>5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;</li><li>6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Modificar a estrutura da propriedade da terra;</li><li>2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;</li><li>3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;</li><li>4. Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;</li><li>5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país,</li></ol>	<p>buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;</p> <ol style="list-style-type: none"><li>6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para região do semi-árido;</li><li>7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;</li><li>8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.</li></ol>

Secretaria Nacional - Rua Ministro Godoy, 1484, São Paulo-SP. 05015-900. Telefone: (011)864-8977. Fax: (011)871-4612



Fonte: MST, 1995.

O caderno de cooperação agrícola número 5, de 1997, evidenciou os seguintes objetivos econômicos do SCA:

- a) Ajudar a resolver os problemas econômicos de todas as famílias assentadas;
- b) Desenvolver a Cooperação Agrícola como uma empresa econômica que produza “sobras”, ou seja, resultados financeiros para as famílias;
- c) Aumentar o progresso econômico e social dos assentamentos garantindo: aumento da produtividade do trabalho, utilização melhor da área e dos recursos naturais disponíveis, diminuição da exploração dos trabalhadores;
- d) Modernizar a produção no campo adequando-a as características da agricultura familiar cooperativada;
- e) Desenvolver a agroindústria;
- f) Propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores do campo;
- g) Desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos assentamentos (CONCRAB, 1997, p. 14).

O SCA era entendido também como uma retaguarda do MST, tendo em vista que o Movimento precisava de recursos econômicos e infraestruturas para a luta social e política. O Movimento não perdeu de vista o objetivo de ser uma forma de resistência ao capitalismo e ressaltou “não ter a ilusão que organizando economicamente os

assentamentos conseguiremos nos libertar da exploração capitalista, por isto devemos continuar lutando” (CONCRAB, 1997, p. 13).

Ainda no caderno de formação número 5, o MST relatou a necessidade de criar uma outra concepção de mercado:

Precisamos, através da produção, desenvolver ou criar uma nova concepção ou ideologia de mercado: servir à sociedade e não só explorá-la. Também precisamos influenciar, controlar o espaço geográfico (priorizar a produção a nossa volta), em nível de município, para fazer frente a globalização. Precisamos é formar um mercado alternativo ao mercado capitalista que cria falsas necessidades (ideologia do consumismo) e que beneficia apenas em torno de 1/3 da população. Precisamos criar um mercado popular e solidário, com produtos vinculados a necessidade do povo (CONCRAB, 1997, p.17-18).

O Movimento, naquele momento, já percebia a necessidade de criar uma concepção de mercado que fosse compatível com a suas pautas. O mercado, então, deveria ter foco no atendimento das necessidades da sociedade.

A concepção de mercado do MST apresentava duas características: popular e solidária. Um mercado popular seria aquele que atendesse as necessidades do povo, isto é, a comida que está no prato do brasileiro todos os dias – arroz, feijão, ovo, carne, legumes, salada etc.- e que é acessível para todos.

O caráter solidário pode ser exemplificado nas diversas ações de solidariedade praticadas pelo MST, sobretudo durante a pandemia, seja como doador de alimentos, seja em conjunto com outros movimentos sociais arrecadando dinheiro para a compra dos alimentos (tanto dos assentamentos como de outras fontes) e, posterior, doação de cestas básicas ou marmitas de comida (Machado; Jorge; Fernandes, 2021; 2022).

É interessante notar a ideia de controle do espaço geográfico para se referir a capacidade de abastecer os municípios com os alimentos produzidos nos assentamentos, desafio que o Movimento vem enfrentando por meio de diferentes estratégias: grupos de consumo, feiras, Armazém do Campo, fornecimento de alimentos para escolas etc.

O tema do mercado apareceu novamente no caderno de cooperação agrícola número 7, de 1998, que tratou dos desafios a serem superados nos assentamentos. O tema mais abordado foi a necessidade de transformação ideológica dos camponeses, sobretudo a superação do trabalho individual do assentado e da família dando lugar ao trabalho em cooperação.

No que se refere aos desafios econômicos, mencionou-se a necessidade de modelos de desenvolvimento rural e tecnológico adequados e compatíveis com os assentamentos, os recursos naturais e as condições econômicas. Entendia-se a necessidade de debater linhas de produção e alternativas de mercado no intuito de garantir uma renda mínima para as famílias, além de alternativas econômicas para jovens e mulheres. O mercado aparecia como uma potencialidade de ensejar novas relações com a sociedade. Além disso, criticava-se a dependência de empréstimos externos e o amadorismo administrativo em algumas cooperativas.

O caderno de cooperação agrícola número 8, de 1998, tratou do sistema de crédito cooperativo, entendido como um desafio e um elemento chave para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, pois viabilizaria o acesso ao crédito para os assentados com juros mais baixos do que os operados pelos bancos, além de que ofereceria outros serviços financeiros. Destacou-se a importância do crédito na agricultura: “quem o controla induz e orienta a cooperação”. Daí a importância de um sistema de crédito próprio. Ao mesmo tempo, advertia-se que a luta por crédito rural subsidiado pelo Estado deveria continuar e que para o MST “o econômico deve estar a serviço do político” (CONCRAB, 1998b, p.18).

Em “A vez dos valores”, caderno de formação de 1998, focou-se nos valores basilares do MST e que, muitas vezes, são opostos aos valores da sociedade capitalista: a solidariedade, a valorização da vida, a capacidade de indignar-se etc. Uma das questões tratadas no texto foi a importância dos símbolos do MST (bandeira, ferramentas de trabalho, materiais de estudo, hino), pois “os símbolos são representações materiais das utopias” (Bogo, 1998, p.13). Mencionou-se que os símbolos carregam a identidade do Movimento e deve aparecer nas embalagens dos produtos industrializados.

Muitos têm recorrido a economistas e propagandistas externos ao MST para pedir orientação. E estes dizem que “não se pode identificar marca com ideologia”. Errado. Nossa ideologia já é uma marca, que tem na sociedade mais de oitenta por cento de aprovação. Talvez, esta falta de visão seja porque nunca existiu no Brasil uma organização que organizasse, produzisse, comercializasse, educasse as crianças e desenvolvesse ações de solidariedade na sociedade ao mesmo tempo (Bogo, 1998, p.13-14).

Em 1999, publicou-se um balanço sobre *A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)*, organizado pela CONCRAB. Esse documento analisou os materiais publicados sobre esse tema pelo MST em toda a década de 1990 e, na

segunda parte, trouxe um texto de Horácio Martins de Carvalho que tece uma crítica sobre: *As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST (período 1989-1999)*.

Na análise de Carvalho (1999), os documentos elaborados pelo MST eram genéricos, faltava objetividade das proposições e metodologias para concretizá-las. Esses fatores geravam reduzida eficiência e eficácia das propostas. Para o autor, existiu um paradigma de cooperação entre os assentados até 1989 que era baseado na constituição (espontânea ou induzida) de pequenos grupos de cooperação que praticavam uma série de atividades “isoladas ou combinadas entre si” e “sem a mediação institucional formal homogênea” (Carvalho, 1999, p.28).

Na década de 1990 teria acontecido uma ruptura nesse paradigma e a implantação de uma ideia de cooperação focada apenas nas cooperativas, ignorando outras possibilidades de cooperação vivenciadas pelas famílias assentadas, formando um discurso hegemônico focado na CPA. Esse novo paradigma não teria surgido em um processo acumulativo de experiências dos sujeitos assentados, mas “a partir de fatores ideológicos externos, que determinou de fora para dentro (a idéia de alguns para a realidade de muitos)” (Carvalho, 1999, p.29).

O autor ainda apontou que a CSA teria se tornado um “sistema técnico-burocrático ideologicamente centralizado” e que nenhum dos documentos elaborados pelo MST havia abordado as experiências concretas de cooperação dos trabalhadores rurais. Ressaltava, ainda, a existência de um discurso economicista do MST e um corporativismo por parte das cooperativas, isto é, os interesses destas constituiriam o objetivo central, em detrimento dos objetivos do MST.

Para o MST, levando em consideração a conjuntura de 1989 com a eleição de Fernando Collor e o aumento da repressão do Estado, o Movimento havia aderido uma tática defensiva, voltando-se mais para a produção dos assentamentos e o desenvolvimento do SCA como forma de resistência e para melhorar a organização produtiva (MST, 2001).

No que se refere ao economicismo, a CONCRAB citou um documento de 1995 intitulado *Limites e desafios do SCA* em que reconheceu que a ótica administrativa estava superando a política e que isso poderia trazer prejuízos para o desenvolvimento da consciência social. Ressaltou-se, ainda, a existência de uma tensão permanente para as empresas econômicas do MST no exercício de sua dupla função: exercer um papel político e de empresa econômica.

Tomamos a consciência das tarefas do SCA não apenas na produção, mas para um caráter diversificado, de propagandistas da reforma agrária, agitador, motivador da sociedade e formador e organizadores, de um movimento de massa para uma organização de massa (CONCRAB, 1999, p.26).

Nos anos 2000, talvez em resposta à crítica realizada por Carvalho (1999) de que faltava a análise de experiências concretas de cooperação, a CONCRAB organizou um volume de material teórico e outro de experiências históricas de cooperação na agricultura. O primeiro foi *O cooperativismo no pensamento marxista (Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao)* que trouxe um compilado de textos desses pensadores clássicos acerca do cooperativismo, publicado em 2000. E o segundo volume foi *Experiências clássicas de cooperação agrícola (Kolkhoz, Sovkhoz, Kibutz, Comuna Chinesa, CPAs Cubanas)* que mostrou as experiências soviética, israelense, chinesa e cubana de cooperação na agricultura, publicado em 2001.

Ainda em 2001, a CONCRAB publicou o texto *O que levar em conta para a organização do assentamento “A discussão no acampamento”*. Nesse texto, também percebemos que as críticas e autocríticas realizadas pelo Movimento geraram alguns cuidados no texto. Logo na introdução, mencionou-se a tendência de privilegiar a dimensão econômica no momento de organizar os assentamentos, em detrimento das demais dimensões das relações sociais, isto é, um economicismo. O objetivo do texto era fomentar o planejamento dos futuros assentamentos entre os acampados, pois os acampamentos eram vistos como “laboratório de formar consciências sociais” (CONCRAB, 2001, p.07).

Para a criação de “um novo tipo de assentamento”, estimulava-se que os acampados já começassem a pensar sua organização: as possibilidades de organização dos diferentes espaços (de produção, moradia e socialização) e as formas de produção e cooperação agrícola a serem implementados. Evidenciava-se a necessidade de pensar um plano de produção que levasse em consideração o mercado local, o potencial do solo, a situação climática, a disponibilidade de água, além das necessidades alimentares das famílias, a produção de renda, os cuidados com a natureza e o estímulo à cooperação agrícola (CONCRAB, 2001, p.08).

Provocou-se o debate sobre um novo modo de produzir baseado na agroecologia, em uma assistência técnica coerente com os objetivos do assentamento, no controle político do crédito, na formação política contínua das famílias assentadas, entendida

como uma forma de acompanhamento das atividades realizadas pelos sujeitos - uma formação “em movimento”, além dos estudos nos núcleos de base (CONCRAB, 2001, p.18).

Ainda em 2001, o MST publicou *Construindo Caminhos* com reflexões construídas coletivamente pelos militantes, coletivos e setores do MST. A publicação trouxe, dentre outros temas, *O projeto popular para a agricultura*, destacando a importância da reforma agrária para a democratização do acesso à terra, das políticas públicas para a agricultura camponesa, do estímulo à cooperação para o desenvolvimento social das forças produtivas e a necessidade de mudança do modelo hegemônico de agricultura.

Entre 2002 e 2006, não encontramos documentos do MST ou da CONCRAB sobre produção, cooperativismo e comercialização. Somente em 2007, a CONCRAB lançou uma reedição ampliada e revisada de *Constituição e Funcionamento de Cooperativas de Crédito: uma revisão desde os movimentos sociais do campo*. O texto abordou o papel de resistência econômica, social e política das cooperativas de crédito ligadas aos movimentos sociais, bem como seus limites, dificuldades e contradições. Trouxe também orientações para a abertura de cooperativas de crédito rural nos assentamentos, baseadas nas experiências prévias do MST e do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) por meio da Cooperativa Central de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária - CREHNOR CENTRAL.

É interessante ressaltar que novamente encontramos a crítica ao economicismo e ao corporativismo nesse documento, que aparecem como “desvios ideológicos que devemos combater”. E ainda traz o significado desses termos:

**a) Economicismo** Achar que vai ficar rico individualmente. Por isso, deixa de apoiar e participar das lutas dos movimentos sociais e passa a priorizar apenas o resultado econômico, ou aquilo que traz vantagem econômica para si. Outra forma que se manifesta o economicismo é privilegiar, na organização, apenas os aspectos econômicos, deixando para segundo plano os aspectos políticos das questões, as lutas, etc. **b) Corporativismo** Só olhar para seu “umbigo”, para seus interesses (seu lote, cooperativa, região, estado ou movimento). Não ver as necessidades do conjunto da classe trabalhadora ou de seus companheiros de movimento (CONCRAB, 2007, p.15).

A CONCRAB (2007) mostrou a complexidade da estrutura de uma cooperativa de crédito que deve ser constituída pela Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho Administrativo, Diretorias, Comitês de Crédito etc. e sua relação com o sistema

financeiro nacional (Conselho de Política Monetária (COPOM), Banco Central do Brasil (BACEN) e Banco do Brasil).

No mesmo documento, há um texto de Christoffoli (2007) intitulado *O papel das cooperativas de crédito na estratégia de luta e resistência dos agricultores frente ao desenvolvimento capitalista no campo brasileiro*. Ele relatou diversas questões, contradições e desafios na relação entre os movimentos sociais e as cooperativas de crédito, mas destacaremos apenas alguns princípios norteadores extraídos das lições aprendidas com as experiências até então existentes.

Primeiro, as denominadas “ferramentas econômicas” devem servir ao fortalecimento dos movimentos sociais e avanço da transformação da sociedade. Segundo, as cooperativas de crédito podem cumprir um papel estratégico para a elaboração de um modelo alternativo de desenvolvimento para a agricultura. E, terceiro, as ferramentas econômicas devem servir para implementar as estratégias dos movimentos sociais, por exemplo, viabilizando recursos para a produção agroecológica (Christoffoli, 2007).

Também em 2007 foi publicado *Sistematização de experiências agroecológicas do MST* com relatos escritos pelos próprios assentados que construíram essas experiências. Destacamos o texto *Cooperação Agrícola e Agroecologia: a experiência coletiva do Assentamento Santa Maria*. O assentamento foi fundado em 1993 na cidade de Paranacity, no Noroeste do Paraná. A região tem solo naturalmente pouco fértil, mas essa situação foi agravada por anos de degradação provocada pela monocultura canavieira. Mesmo com o desafio de enfrentar essa condição adversa, os assentados optaram por trabalhar a terra de forma coletiva e não a dividiram em lotes individuais. Logo no início fundaram a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI) e decidiram produzir de forma agroecológica.

Essa forma de assentamento permitiu algumas facilidades, por exemplo: a) Moradia em agrovila – que proporcionou a rápida instalação de energia elétrica, estradas e rede de água; b) Concentração de investimentos em algumas atividades principais, tendo sido fundamental para o desenvolvimento do assentamento. Isso porque, além das atividades propriamente agrícolas, foi possível também a implantação de agroindústrias, agregando valor ao que era produzido e aumentando a renda das famílias; c) Melhor aproveitamento e uso do solo – por ser uma terra muito fraca, é muito provável que de forma individual, algumas famílias não teriam condições de produzir, haja vista que em determinados lugares do assentamento simplesmente não se conseguia produzir quase nada. Então, essas áreas puderam ser recuperadas, e outras foram utilizadas para reflorestamento e também

para a produção de madeira, que hoje é utilizada nas caldeiras das agroindústrias como lenha (Stronzake, 2007, p.31).

A COPAVI é associada à Cooperativa Terra Livre e produz derivados da cana-de-açúcar orgânicos (açúcar mascavo, melado, rapadura e cachaça), leite industrializado e derivados (iogurte, doce de leite e queijo), hortaliças (alface, almeirão, rúcula, cenoura, beterraba, milho verde, quiabo, cheiro verde, abóbora, jiló e repolho), carnes (frango, porco e boi), além de ter uma panificadora (Stronzake, 2007).

Outro material de sistematização de experiências é *Cerrado: contexto histórico-político e convivência sustentável com o bioma – Reforma Agrária, Agroecologia e Permacultura*, publicado pela CONCRAB e pelo Instituto Sociedade, População e Natureza em 2008. Nesse texto, abordou-se o contexto histórico e político do Cerrado, as experiências de Reforma Agrária e de convívio equilibrado com o bioma, como os Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs), Capacitação em Agroecologia, Programa Florestal para as áreas de Reforma Agrária, dentre outros.

A Agroecologia também foi tema do Caderno de Educação nº 2, da *Coleção Sempre é tempo de aprender*, destinado à Educação de Jovens e Adultos (EJA). O caderno foi dividido em três partes: *Agricultura e Técnicas Agrícolas*; *Agroecologia e Soberania Alimentar*; e *Cooperação e Luta*. O Caderno mostra que foi no ano 2000, em Brasília, que 11 mil participantes do 4º Congresso Nacional do MST decidiram incluir a Agroecologia no programa político do Movimento. O material de estudo também traz de forma didática o significado de agroecologia:

Nos últimos 35 anos, uma nova ciência vem sendo formulada e organizada a partir da integração dos conhecimentos camponeses, indígenas e científicos, com o objetivo de o planejamento e a implementação de modos de trabalho e de vida humanos que possibilitem a reconstrução ecológica da agricultura e da vida em sociedade. Esta ciência é chamada de Agroecologia. Assim, a Agroecologia pode orientar o trabalho e o modo de vida das populações camponesas em seus processos de organização e fortalecimento da resistência econômica, política e cultural, e o avanço da reconstrução ecológica da agricultura. A resistência econômica se fortalece na medida em que as famílias camponesas seguirão de forma crescente eliminando o uso de todo tipo de insumos industriais – as sementes, os adubos químicos sintéticos, os agrotóxicos, os produtos químicos sintéticos veterinários etc. Muito rapidamente se libertam de dívidas em bancos ou empresas, uma vez que os insumos e tecnologias em grande medida se alcançam no próprio local de trabalho e produção, e na comunidade. A Agroecologia também possibilita reorganizar a produção de alimentos saudáveis para o sustento da família e da comunidade, não mais comprando produtos danosos à saúde nos

supermercados. E possibilita ainda organizar a comercialização dos excedentes da produção de forma direta com os consumidores dos municípios vizinhos, eliminando o atravessador, que muitas vezes explora o produtor (Araújo et.al, 2010, p.53-54).

Já o conceito de Soberania Alimentar aparece como:

[...] o direito que cada povo, que cada comunidade possui de planejar e produzir seus próprios alimentos. Ou seja, é a independência total das regiões e dos países para produzir o que as populações locais necessitam e desejam consumir. Sem depender, por exemplo, de sementes produzidas pelas empresas transnacionais, e dos pacotes tecnológicos para agricultura (Araújo et.al, 2010, p. 65).

Por fim, a cooperação é apresentada como uma prática camponesa histórica, que faz parte de sua cultura, é passada de geração para geração e se apresenta de diferentes formas: mutirão; trocas e empréstimos; prestação de serviços à saúde; cooperativas e associações comunitárias.

O *Programa agrário do MST*, em sua 4ª edição, de 2015, trouxe os fundamentos da Reforma Agrária Popular, dentre os quais está a produção: “Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação” (MST, 2015, p. 36). Ressaltou-se uma concepção de produção que engloba a alimentação saudável como direito humano, a utilização da agroecologia, o uso de máquinas agrícolas apropriadas para cada contexto socioambiental, a promoção da cooperação agrícola e a instalação de indústrias no campo para o beneficiamento dos alimentos.

Em 2016, o caderno de formação nº 40 trouxe os *Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho agrícola*, passando pelo surgimento da agricultura e pela revolução agrícola no período neolítico até os tempos atuais (agronegócio e agricultura alternativa). O caderno abordou também a concepção do MST sobre *A Reforma Agrária Popular e a produção de alimentos saudáveis*.

O MST, em sua práxis, compreendeu que a produção de alimentos saudáveis terá uma enorme força política, tanto para negar o agronegócio, como para afirmar a possibilidade de organização de uma agricultura voltada aos interesses da população brasileira, desenvolvendo plenamente a função social da terra. Ficou evidenciado que a organização dos assentamentos passará pelo desenvolvimento econômico-produtivo das famílias, implicando na constituição de instrumentos econômicos, expressos nas cooperativas. Não basta mais a decisão política de produzir alimentos de base agroecológica. Requer-se criar as condições efetivas para sua implantação nos assentamentos. Aqueles Estados e regiões, onde as lideranças do MST compreenderam

esta necessidade, avançaram na organização das famílias assentadas, qualificando a ação do movimento. Ao se analisar algumas destas experiências regionais, onde a organização dos assentamentos com base na produção de alimentos saudáveis teve centralidade, vemos florescer a cooperação agrícola, a gestão democrática, ampliando a participação das mulheres e jovens, e a equidade econômica e a agroecologia (Martins, 2016, p. 69-70).

A produção de alimentos saudáveis e agroecológicos tem sido uma das principais bandeiras políticas do MST, mas como salientou Martins (2016), é preciso construir as condições efetivas de produção nos assentamentos. O autor destacou alguns elementos para se levar em consideração sobre a produção agroecológica nas áreas de reforma agrária, as experiências indicam que são fundamentais: 1) Um amplo sistema de cooperação agrícola que engloba produção, transporte, comercialização, isto é, todos os elos da cadeia produtiva; 2) Efetiva participação das famílias; 3) Controle social da produção “[...] quem trabalha, quem produz, planeja e decide sobre os rumos do conglomerado cooperativo” (Martins, 2016, p. 70); 3) Clareza sobre como a produção será comercializada. Vale a pena enfatizar esse último ponto:

Verifica-se que este trabalho se desenvolve mais rapidamente à medida que a família assentada tenha clareza de onde vender a sua produção, a que preço vender e como ela irá retirar a produção do seu lote. Estes três elementos são determinantes para impulsionar o trabalho camponês (lições que se aprendeu executando diversos projetos de PAA e PNAE) (Martins, 2016, p. 70).

Onde? Como? E a que preço vender? Essas são três questões que devem ser respondidas no início do processo produtivo, pois fornecem segurança aos produtores e, até mesmo, melhora a produtividade do trabalho. Essa lição foi aprendida por meio do acesso ao mercado institucional e das políticas públicas emancipatórias, como o PAA e o PNAE, que garantem a comercialização da produção camponesa.

Em 2019, o MST do Ceará organizou a cartilha *Construindo a Agroecologia no Semiárido: manual da metodologia camponês a camponês*. A metodologia Camponês a Camponês (CaC), de origem cubana, caracteriza-se como um processo contínuo de diálogo e troca de saberes entre camponeses. Essa metodologia vem sendo utilizado como uma estratégia de resistência e difusão da agroecologia. A CaC está baseada na valorização dos saberes camponeses e no uso de recursos locais e tecnologias disponíveis nas áreas de produção.

Em resumo, a experiência do Ceará mostrou que as famílias assentadas realizavam mais de 40 práticas agroecológicas, mesmo sem saber o que era o conceito de agroecologia e trabalhando de forma isolada. Entre essas práticas podemos citar a policultura, a rotação de cultivos, os cultivos consorciados, a adubação orgânica com esterco, dentre outras, que são práticas que fazem parte da cultura camponesa.

A ideia dessa metodologia é que, a partir da valorização dos conhecimentos camponeses, forme-se uma rede de relações entre as famílias que antes trabalhavam de forma individual para que realizem o diagnóstico de seus principais problemas e busquem soluções em conjunto por meio das trocas de experiências e da realização de oficinas, capacitação, visitas a outros agricultores etc.

A ideia é formar uma teia de agricultores assentados que compartilharão conhecimentos, investigações e ações baseadas em diálogos interligados com os princípios marcantes da metodologia CaC, coordenada e dirigida pelos camponeses agricultores. “Quando o agricultor vê ele acredita!” Esta é a proposição preliminar da metodologia social de difusão da agroecologia de CaC (Fernandes; Souza, 2019).

Em 2020, o MST inaugurou os Cadernos de Agroecologia com o primeiro volume intitulado *Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis*, elaborado pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, que apresentou a meta de plantar 100 milhões de árvores em 10 anos, em conjunto com a produção de alimentos saudáveis.

Em meio a crescente preocupação com a questão climática, hídrica, alimentar e ambiental, o Movimento relacionou a Reforma Agrária Popular com a Agroecologia e as Agroflorestas como propostas de enfrentamento às grandes questões que a humanidade vem enfrentando.

A nossa primeira grande missão para avançar nessa construção da Reforma Agrária Popular é a produção de alimentos saudáveis. Seja em nossos acampamentos e principalmente em nossos assentamentos devemos avançar política e tecnicamente rumo à agroecologia. Nesse sentido, dentre os vários manejos agroecológicos, temos visto que aqueles que inserem árvores em seus sistemas produtivos vem avançando por todo o país, seja com agroflorestas, seja com quintais produtivos, policultivos e uma série de iniciativas de reflorestamentos produtivos (Zarref; Rodrigues, 2020, p.29).

As questões climáticas e ambientais, bem como o acesso aos alimentos saudáveis, envolvem toda a sociedade, tanto a população do campo como as que vivem na cidade, reafirmando-se o papel da Reforma Agrária Popular.

Esse projeto de campo que estamos construindo é diretamente conectado com as necessidades das massas trabalhadoras que estão nas cidades. É a partir dele que podemos garantir a soberania alimentar dos povos, o cuidado com os bens comuns, principalmente a água que chega no mundo urbano, e o enfrentamento às mudanças climáticas. E, fundamentalmente, abre novas possibilidades de luta pela terra articulada com as famílias trabalhadoras que não conseguem ou não desejam viver nas cidades (Ivoneide; Fornazieri; Loureiro, 2020).

Em 2022, com a vitória de Lula na eleição presidencial, o MST elaborou um documento denominado *As ações de emergências necessárias para as diferentes áreas da Reforma Agrária*, dentre elas destacamos *Um Plano de Fomento à Agroecologia*, que traz uma série de medidas para promoção de bioinsumos, sementes nativas, agroecologia, reflorestamento e desenvolvimento de energia solar. No que se refere ao *Crédito, Habitação e Assistência Técnica e Extensão Rural*, dentre as diversas propostas, ressaltamos as seguintes:

Estabelecer programas de apoio à agroindustrialização cooperativada e à comercialização dos produtos da reforma agrária, sendo direcionada para a demanda institucional dos governos e voltada à inserção no mercado convencional. [...] Estabelecer linhas de crédito para a estruturação das cadeias produtivas (verticalização da produção) controladas pelos agricultores assentados. Controlar a produção e promover a agregação de valor gerado pelos assentamentos (MST, 2022, p. 20).

No que se refere às políticas públicas, o Movimento propôs o retorno do PROCERA, a restituição do PAA nos moldes anteriores à 2013, o reestabelecimento do PAA sementes e formação de estoque, a ampliação gradativa da aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE, passando do limite de 30% para 100% da merenda escolar preparada com produtos da agricultura familiar, além de preço diferenciado para os produtos agroecológicos. Destacamos, ainda, as seguintes propostas:

Assegurar recursos para investimento em logística (transporte dos alimentos), adequação dos espaços de comercialização (balanças, câmaras frias, caixas, prateleiras, etc). Articular esses espaços de comercialização comunitária a equipamentos públicos de abastecimento, como as cozinhas comunitárias e restaurantes populares, bem como adquirir ou melhorar os equipamentos das cozinhas comunitárias a fundo perdido (MST, 2022, p. 21-22).

O MST propôs também a elaboração de um *Programa Nacional de Mecanização Agrícola para a Agricultura Familiar* com incentivos fiscais para a compra de máquinas e que, no futuro e de forma gradativa, os equipamentos agrícolas sejam produzidos no Brasil.

Em resumo, a análise dos documentos históricos do MST de 1989 a 2022 evidenciam que:

- a) Desde o início das ações de conquista da terra, o Movimento já se preocupava com a viabilidade econômica dos assentamentos;
- b) A combinação da luta política e econômica é considerada fundamental para o desenvolvimento dos assentamentos, entendendo-se que o econômico deve estar a serviço do político;
- c) O desenvolvimento econômico das famílias assentadas depende, em boa medida, de sua capacidade de organização coletiva e trabalho cooperado;
- d) É necessário criar uma concepção de mercado alternativo, de caráter popular e solidário, que atenda às necessidades da população, sobretudo, dos municípios onde estão localizados os assentamentos;
- e) É preciso criar um sistema de crédito próprio, com juros baixos, para investir nos assentamentos;
- f) O símbolo do MST deve estar nas embalagens dos produtos;
- g) É preciso ter cuidado para não cair no economicismo e no corporativismo;
- h) A partir dos anos 2000, a pauta da agroecologia, da produção de alimentos saudáveis e da soberania alimentar se unem as pautas anteriores, visando o desenvolvimento econômico sustentável.

A conquista da terra não representa o fim da luta dos sem-terra, pelo contrário, novas lutas são necessárias para se manter no território, produzindo e vivendo do trabalho na terra. A produção e a comercialização dos produtos da reforma agrária são alguns dos novos desafios que as famílias enfrentam quando são assentadas.

Na próxima seção, abordaremos de forma breve a estrutura de comercialização do MST, apresentando os principais produtos e marcas que estão nas prateleiras do Armazém do Campo e as cooperativas produtoras. A escolha dos produtos e das marcas se deu de forma aleatória, a partir de nossa percepção nas visitas realizadas na rede Armazém do Campo. No entanto, outras marcas e produtos fazem parte dos mercados da RAP.

## 2.3 PRODUTOS, MARCAS E COOPERATIVAS

A produção de alimentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra acontece nos assentamentos e acampamentos, isto é, as famílias que já conquistaram a terra produzem nos lotes e aquelas que ainda estão nos barracos de lona lutando pela terra produzem nos acampamentos. Dentro da estrutura organizativa do MST existem 14 setores e um deles é o setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. Esse setor é dividido em várias frentes: a frente da agroecologia, da agroindústria, da habitação, do crédito, da formação, da comunicação e, por fim, da comercialização. Dentro da frente da comercialização temos a marca Raízes do Campo, o mercado institucional, as feiras e a rede Armazém do Campo (informação verbal)<sup>34</sup>.

Nessa seção, abordaremos as principais marcas dos produtos industrializados do MST, começando pela Raízes do Campo, a marca voltada para o mercado convencional, mas também destacaremos os principais produtos da Terra Livre, Terra Viva, Monte Vêneto, Guaiú, Terra de Sabores, Terra Justa, Terra Conquistada e Campo Vivo (Figura 29).

**Figura 29** - Principais marcas dos produtos do MST



Fonte: Site das marcas. Organização: Angela dos Santos Machado.

<sup>34</sup> Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

Selecionamos essas nove marcas que são as mais comuns de serem encontradas no Armazém do Campo, com exceção da Terra Conquista que ainda é muito recente, mas tem uma variedade interessante de produtos. Abordaremos cada uma das marcas, evidenciando onde são produzidas, por quais cooperativas e quantas famílias participam da produção.

Começaremos a análise pela marca Raízes do Campo por ser, talvez, a mais complexa e contraditória. A Raízes do Campo é uma empresa criada em 2019 que tinha a finalidade, em um primeiro momento, de atuar na exportação, pois algumas cooperativas já tinham algumas experiências esporádicas no mercado externo, como a COPAVI do Paraná que trabalha com produtos derivados da cana-de-açúcar orgânica e o arroz da marca Terra Livre (informação verbal)<sup>35</sup>. No entanto, como não havia regularidade na demanda de exportação, o Movimento decidiu que a Raízes do Campo deveria se especializar no mercado convencional.

Com o passar do tempo foi avaliando que esse era um mercado que não tinha uma regularidade, nós temos ainda uma dificuldade muito grande de lidar com o mercado e aí a gente está falando de questões que são da própria estruturação da cadeia produtiva e de planejamento produtivo, das questões de indústria, da parte burocrática que ainda nem todos dominam. Então, a avaliação foi que ter uma empresa só para atender esse mercado não tinha viabilidade, então precisava também acessar outros mercados. E a partir disso, começou uma discussão sobre o uso de marca, então, a raiz construiu uma marca que se chama Raízes do Campo e passou agora a comprar das cooperativas e de outros da agricultura familiar alguns tipos de produto e lançar isso no mercado. E aí a ideia são os grandes mercados mesmo, atacados, os grandes mercados que estão aí e que, hoje, individualmente, as cooperativas não conseguem acessar porque você tem um conjunto de elementos ali que, para a agricultura familiar, a gente não consegue disponibilizar. Então a ideia é ter um mix de 14 ou 15 produtos, todos eles com uma única marca e conseguir construir isso de uma maneira mais organizada e profissionalizada, dentro de um padrão (informação verbal)<sup>36</sup>.

Quando Dorcelina Folador enfatiza a dificuldade de lidar com o mercado, ela está se referindo ao mercado capitalista. A análise do conceito de mercado será realizada nos seções 3.1, 3.2 e 5.1, mas vale pontuar que estamos partindo de uma concepção de mercado como construção social que estabelece outras relações além da econômica. Então, é uma outra lógica que rege os mercados da RAP. Não obstante, o ganho

---

<sup>35</sup> Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.

<sup>36</sup> Idem.

econômico é importante porque é a fonte de renda das famílias camponesas e a base para o investimento e continuidade da produção. Há muito tempo as famílias camponesas deixaram de produzir para a subsistência e colocaram seus produtos nos mercados. No entanto, como a entrevistada manifesta em seu relato, muitas dificuldades são impostas aos camponeses pelo mercado capitalista como, por exemplo, a venda em grande escala.

E a Raiz tem um pouco dessa função também, de fazer essas compras maiores, então, ela vai comprar o arroz e colocar a marca Raízes do Campo e está lançando no mercado, nas redes... Rede Big, a Rede Pão de Açúcar. Individualmente algumas das cooperativas já tentaram acessar esses mercados, o Pão de Açúcar, por exemplo, é um deles, pela COANA que é do Paraná. Mas, não conseguiu ter sucesso porque para você fechar um contrato com um mercado desse, você tinha que colocar duas carretas de arroz para o mercado, como doação, para que o mercado faça a divulgação do produto, da marca lá no espaço. Ela tem um preço para você colocar na altura da gôndola, esse tipo de coisa, que até então, a gente desconhecia. Quem estava fazendo a comercialização, primeiro, não tinha a experiência porque tinha a experiência de produzir e não experiência de comercializar, então, no final das contas foram tentativas bastante frustradas e, a partir disso a avaliação é: precisamos buscar gente no mercado que, de fato, entenda desse mercado, que esteja dentro desse mercado para nos auxiliar como acessar e como garantir que essa comercialização se efetive e para que ambos os lados não sejam penalizados porque os contratos são, de fato, muito pesados. Então a Raízes vem um pouco com esse viés de contratação de profissionais que são da área, então você vai ter pouquíssima gente que é do MST, é uma ferramenta muito separada e, internamente, a gente tem debatido como a gente vai construir essa ferramenta de maneira geral porque ela é também bastante contraditória e a gente entende isso. São ferramentas e estruturas que você vai construindo coletivamente e, em alguns momentos, a gente sabe que contradições existem, assim como existe no Armazém do Campo, por exemplo, o arroz não ser acessível à população de maneira geral, não é? Só uma parte dela consegue acessar, são contradições que existem e que o processo vai andando e devagarzinho vai se consolidando, de fato, em um canal ou uma afinidade política, um direcionamento político mais efetivo (informação verbal)<sup>37</sup>.

Percebemos o quanto a lógica capitalista é diferente da lógica camponesa e o quanto é difícil para os camponeses se inserirem nesse mercado, mesmo que organizados em cooperativas. O mercado capitalista se manifesta como um espaço de exclusão para os pequenos produtores. E é aí que entram os atravessadores, sujeitos ou empresas que compram a produção de uma grande quantidade de camponeses e coloca essa produção

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.

no mercado. O retorno financeiro para quem entrega a produção para os atravessadores é muito baixo, pois o capitalista busca o máximo lucro e isso às custas da exploração dos camponeses.

A Raízes do Campo é uma estratégia de aprendizado coletivo para inserção dos produtos camponeses nesse mercado hostil. Como Dorcelina Folador mencionou, a marca é uma ferramenta em construção e o próprio Movimento reconhece suas contradições, assim como o próprio Armazém do Campo também tem contradições e inúmeros desafios para tornar os produtos acessíveis para a classe trabalhadora. Porém, mais do que reconhecer os limites, o importante é que o MST se movimenta para encontrar soluções para a comercialização dos produtos dos assentamentos de reforma agrária.

A Raízes do Campo tem sucos de fruta orgânicos e integrais, arroz agulhinha polido e integral, arroz cateto integral, açúcar mascavo e chocolates 35, 50 e 70% cacau. Os produtos são orgânicos ou agroecológicos e certificados como produtos da agricultura familiar (Figura 30).

As outras marcas, produtos e cooperativas selecionados para essa apresentação poder ser vistos no quadro síntese da figura 31.

**Figura 30** - Produtos da marca Raízes do Campo



Fonte: Raízes do Campo, S.d.; Armazém do Campo de São Paulo, S.d. Organização: Angela dos Santos Machado.

Figura 31 - Marcas, produtos e cooperativas do MST

Amostra de produtos	Logo	Cooperativa	Produtos	Local
		Cooperativa Terra Livre	Arroz polido, arroz parboilizado, arroz integral – também na versão embalado à vácuo -, biscoito, mel, molho e extrato de tomate, geleias e leite em pó.	Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul.
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (COOPEROESTE).</li> <li>Cooperativa do Contestado (COOPERCONTESTADO).</li> </ul>	Leite UHT, queijo, nata, creme de leite, doce de leite, achocolatado Terrinha, pepino em conserva, feijão preto e carioca.	<ul style="list-style-type: none"> <li>São Miguel D'Oeste, Santa Catarina.</li> <li>Bituruna, Paraná.</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON).</li> <li>Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante (COANA)</li> </ul>	Feijão, derivados de milho não transgênico, arroz, queijos, manteiga e iogurte.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Londrina, Paraná.</li> <li>Querência do Norte, Paraná.</li> </ul>
		Cooperativa de Sucos Monte Veneto.	Sucos sabores diversos: uva; maçã; uva e maçã; tangerina, manga e maçã; maçã e goiaba; e maçã e manga. Suco de uva gasificado e enlatado.	Cotiporã, Rio Grande do Sul.
		Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (Camponesa).	Café superior torrado e moído, café orgânico torrado em grãos, café agroecológico torrado e moído, café tradicional torrado e moído.	Campo do Meio, Minas Gerais.
		Cooperativa Agropecuária do Extremo Sul da Bahia (COOPAESB).	Chocolate 70% cacau e café tradicional torrado e moído.	Prado, Bahia.
		Cooperativa de Produção, Comercialização e Beneficiamento dos Assentados (COOPTERRA).	Café extraforte, tradicional e superior; e pimenta do reino branca e preta.	São Mateus, Espírito Santo.
		Central de Cooperativas dos Assentados e Assentadas (CCA) do Ceará	Carne ovina temperada e congelada, laticínios (nata, queijos, leite e requeijão), mel, castanha de caju, farinha e fécula de mandioca.	Fortaleza, Ceará.

Fonte: Terra Livre, S.d.; Terra Viva, S.d.; Armazém do Campo de Londrina, S.d.; Armazém do Campo de São Paulo, S.d.; Trabalho de Campo (2022). Elaborado com *Canva*. Organização: Angela dos Santos Machado.

A marca Terra Livre, da Cooperativa Terra Livre, tem uma variedade de produtos: arroz polido, arroz parboilizado, arroz integral (também na versão embalado à vácuo), biscoito, mel, molho e extrato de tomate, geleias e leite em pó (Terra Livre, S.d). Essa cooperativa comercializa também produtos de outras marcas das cooperativas a ela filiadas (Figura 32). Ela agrega 13 cooperativas, totalizando duas mil famílias associadas.

O escritório da Terra Livre é em Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul, mas além das cooperativas gaúchas, são associadas uma cooperativa paranaense (COPAVI), uma sul-mato-grossense (COOPACERES), uma que tem uma filial mineira e outra sul-rio-grandense (BIONATUR) (Terra Livre, S.d).

**Figura 32** - Cooperativas associadas à Terra Livre



Fonte: Terra Livre, S.d. Elaborado com Lucidchart. Organização: Angela dos Santos Machado.

A Bionatur é uma cooperativa de sementes agroecológicas; a COOPACERES produz feijão; a COOPAVA, a COOPERFORTE, a COOPERLAT, COOPERSUL e a CONSULATI são especializadas em laticínios; a COOPAN e a COOPAT são do arroz orgânico; a COPAVI produz derivados da cana-de-açúcar orgânicos; a COOPTAR é da

parte de carnes e embutidos; e a COOPVIDA produz grãos (feijão, milho e soja) (Terra Livre, S.d).

Outra marca dos produtos da reforma agrária é a Terra Viva. São duas as cooperativas produtoras: a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (COOPEROESTE) e a Cooperativa do Contestado (COOPERCONTESTADO). Elas produzem lácteos: leite UHT, queijo, nata, creme de leite, doce de leite e o achocolatado Terrinha. Além de pepino em conserva e feijão preto e carioca (COOPEROESTE, S.d.; Terra Livre, S.d).

A COOPEROESTE é uma das maiores produtoras de laticínio de Santa Catarina e está localizada em São Miguel D'Oeste. Tem mais de 1.600 famílias associadas que vivem em 16 assentamentos e conta com mais de 400 colaboradores (COOPEROESTE, S.d.). A COOPERCONTESTADO está localizada em Bituruna, Paraná, e tem 231 associados (Terra Livre, S.d).

Já a marca Campo Vivo é dos produtos da reforma agrária do estado do Paraná, produzidos por duas cooperativas: a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON) e a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante (COANA). A COPACON produz feijão e derivados de milho não transgênico (Brasil, S.d.). A COANA produz arroz e lácteos: queijos, manteiga e iogurte (Terra Livre, S.d.).

A COPACON, foi fundada em 1993, está localizada em Londrina, e tem mais de 320 associados (Brasil, S.d.). A COANA iniciou suas atividades em 1995, ela é de Querência do Norte e tem 291 associados (Terra Livre, S.d.).

A Cooperativa de Sucos Monte Vêneto está localizada na Região da Serra Gaúcha, principal região de colonização italiana no Brasil, onde possui um moderno parque fabril dedicado a produção de sucos integrais de alta qualidade, sem adição de água, açúcar, conservantes ou corantes. Possui os seguintes selos de qualidade: Certificado Internacional Não GMO (Livre de Organismos Geneticamente Modificados), Indicação de Produto Vegano, Selo da Associação Brasileira de Elaboradores de Suco de Uva Puro, Selo Nacional da Agricultura Familiar e Selo de Certificação de Produto Orgânico (Monte Vêneto, 2023).

Os sucos são nos sabores: uva; maçã; uva e maçã; tangerina, manga e maçã; maçã e goiaba; e maçã e manga. As embalagens são de vidro ou longa vida, de um litro, 300 ou 200 ml. Também tem um suco de uva gaseificado e enlatado de 269 ml. A cooperativa

Monte Vêneto foi criada em 2007 e tem mais de 100 produtores associados (Terra Livre, S.d.).

O café Guaií é produzido pela Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (Camponesa), localizada no município de Campo do Meio, em Minas Gerais. São três assentamentos produtores com 104 famílias, mas a maior parte das famílias ainda estão na luta pela terra no acampamento Quilombo Campo Grande que conta com 450 famílias. Por isso, o café orgânico Guaií se tornou um símbolo da resistência camponesa.

Em agosto de 2020, as famílias do acampamento Quilombo Campo Grande resistiram a um violento despejo que durou mais de cinquenta horas, enfrentando mais de 700 policiais militares. Foram destruídas habitações, lavouras e a Escola Popular Eduardo Galeano (MST, 2021). Houve uma grande repercussão nacional do caso e muitas pessoas buscaram o Armazém do Campo para comprar o café Guaií como forma de apoio à luta pela terra.

[...] Um conflito que teve, um pouquinho antes da pandemia, lá em Minas Gerais, em uma região nossa, que é do café Guaii orgânico, que o Armazém tem. Então, a partir daquele conflito acabou muita gente acessando, saiu no jornal, e aí foi procurar onde comprar o café porque era a maneira que tinha ou que gostaria de contribuir com a luta e com aquela realidade, aquele conflito todo e acabou que a gente teve que arrumar gente para atender esse público que vinha e perguntava como estava a situação lá, porque, de fato, foi uma situação bastante violenta e acaba acessando e, depois, vira consumidor permanente (informação verbal)<sup>38</sup>.

Esse relato demonstra a importância do Armazém do Campo não somente como ponto de comercialização dos produtos do MST, mas também como espaço de diálogo com a sociedade e de manifestações de solidariedade. É no Armazém do Campo que a população urbana pode se informar sobre as questões relativas à luta pela terra, acessar os produtos da reforma agrária e apoiar o Movimento por meio da compra dos produtos.

Outra marca importante é a Terra de Sabores, da Cooperativa de Produção, Comercialização e Beneficiamento dos Assentados (COOPTERRA), que abrange dez assentamentos localizados nas regiões Norte e Noroeste do estado do Espírito Santo. A COOPTERRA organiza as linhas produtivas do café e da pimenta, contando com o

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.

seguinte catálogo: café extraforte, tradicional e superior; e pimenta do reino branca e preta. O café é embalado à vácuo e almofada. A COOPTERRA foi fundada em 2012 e comercializa a produção de 137 famílias, sua sede está localizada no município de São Mateus (Terra Livre, S.d.).

A Cooperativa Agropecuária do Extremo Sul da Bahia (COOPAESB) foi fundada em 2012 e atua na linha produtiva do cacau e, recentemente, começou a produzir café. O chocolate Terra Justa é 70% cacau e o café é torrado e moído (Souza, 2022).

O café agroecológico Terra Justa foi lançado em dezembro de 2022, mas os debates em torno da cadeia produtiva do café pelo MST na Bahia começaram em 2018. Uma política pública do governo baiano chamada Aliança Produtiva deu o impulso necessário para a produção do café com unidades florestais certificadas (Souza, 2022).

Também lançada em dezembro de 2022, a marca Terra Conquistada é dos produtos da reforma agrária do estado do Ceará, fruto de um esforço que vem sendo realizado para organizar a produção dos assentamentos. Quatro cooperativas regionais integram a Central de Cooperativas dos Assentados e Assentadas (CCA) do Ceará: a Cooperativa Regional dos Assentados e Assentadas da Região do Litoral Norte (COOPRANORTE), a Cooperativa Regional dos Assentados(as) de Reforma Agrária do Sertão dos Inhamuns – Crateús (COOPERAMUS), a Cooperativa Regional dos/as Trabalhadores/as Apícolas e Assentados/as da Reforma Agrária (COOPERAMEL) e a Cooperativa Regional de Produção Agroindustrial Luís Carlos (COOPALC).

Os produtos da marca Terra Conquistada incluem carne ovina temperada e congelada, laticínios (nata, queijos, leite e requeijão), mel, castanha de caju, e farinha e fécula de mandioca. A coordenadora da Central de Cooperativas dos Assentados (CCA) do Ceará, explanou em entrevista o esforço para organizar a produção dos assentamentos do Ceará, os desafios que ainda precisam ser superados e as perspectivas futuras:

Em 2015, nós começamos com a elaboração dos projetos. Foram feitos diagnósticos por região, então foram priorizados aqui no estado 5 cadeias produtivas. [...] Algumas ainda não com todos os produtos que pode se beneficiar, por conta do capital de giro que nós tivemos dificuldade para aquisição, principalmente, de embalagens. Então, os lácteos, por exemplo, hoje nós estamos produzindo só o queijo de coalho, a nata, o requeijão, o leite pasteurizado de saco e o requeijão, o requeijão tanto cremoso com aquele requeijão bisnaga, mais culinário. Mas, essa indústria tem capacidade para beneficiar o leite em garrafa e aí nós temos que ter a aquisição das garrafas, o iogurte e a bebida láctea. Que também nós temos equipamentos, mas precisamos investir mais nessa parte de capital de giro para as embalagens. Quando foi esse ano,

agora nós temos já uma rodada de comercialização bem avançada nas regiões com o mercado institucional. E aí nós estamos querendo muito avançar nessa parte do mercado convencional, porque a gente sabe que no mercado institucional tem questão das férias, tem a questão de 2 ou 3 meses para receber. Então, a gente quer priorizar pelo menos 30 a 40% da produção das indústrias para o mercado institucional e os outros 60 ou 70% da produção para o mercado convencional. Até para a gente mostrar para a sociedade brasileira, cearense, que a reforma agrária tem resultado, tem produtos nas prateleiras (Informação verbal)<sup>39</sup>.

Esse relato traz informações muito interessantes. A organização da produção dos assentamentos no Ceará é coordenada pela CCA. Há um projeto produtivo para o estado que é subdividido em projetos para cada região e, por último, para cada assentamento. Os projetos produtivos foram realizados de acordo com as potencialidades de cada região, especializando as diferentes regionais do MST com determinados produtos.

Apesar de já terem avançado bastante, a produção ainda estava aquém da sua capacidade por falta de capital de giro. Daí a importância da comercialização para a geração de capital e reinvestimento na produção. Nota-se também a necessidade de diversificação das fontes de vendas, pois a entrevistada ressaltou que a comercialização já estava bem avançada no mercado institucional, por exemplo, para alimentação escolar, porém as férias escolares é um dos problemas no que se refere a esse mercado. Por isso a meta é que a maior parte dos produtos seja comercializada no mercado convencional (lojas, atacados, supermercados etc.), tornando-os mais acessíveis à sociedade e mostrando os resultados da reforma agrária.

Após a apresentação das marcas, produtos e cooperativas escolhidas, no próximo capítulo, discutiremos as questões que envolvem a integração dos camponeses no mercado capitalista, assim como as soluções encontradas para esses problemas que perpassam pela construção de novos mercados. Também abordaremos a conquista das políticas públicas emancipatórias que foram um estímulo para o avanço dos mercados da RAP.

---

<sup>39</sup> Entrevista concedida por Elisabeth Teixeira e Adelaide Molinari, representantes da Central de Cooperativas dos Assentados e Assentadas (CCA) do Ceará. **Entrevista XV** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CCA, Fortaleza, 2022.

## **CAPÍTULO 3**

### **DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO CAPITALISTA À CONSTRUÇÃO DE NOVOS MERCADOS E TERRITÓRIOS**

Neste capítulo discutiremos as relações entre o campesinato, o capitalismo e os mercados. Primeiramente, abordaremos a problemática da integração camponesa ao mercado capitalista, discutindo as desvantagens enfrentadas pelas mercadorias camponesas no mercado convencional. Em seguida, trataremos das lutas camponesas contra os impérios alimentares que envolvem a criação de novos mercados e territórios baseados em valores de solidariedade e autonomia. Por fim, abordaremos a conquista das políticas públicas emancipatórias, que foram um ponto de partida para o avanço dos mercados da RAP.

#### **3.1 AS MERCADORIAS CAMPONESAS NO SISTEMA CAPITALISTA**

Diversos estudiosos analisaram o desenvolvimento do campesinato no capitalismo e sua inserção nos mercados, a exemplo de Kautsky (1980 [1898]), Chayanov (1974 [1925]); Shanin (2005), Oliveira (2007), Fernandes e Welch (2008), Bartra (2011), Ploeg, Jungzhong e Schneider (2012), dentre outros.

Mais do que entender o campesinato, muitos tentaram prever o seu futuro – estavam fadados ao desaparecimento? Transformar-se-iam em proletários? Ou capitalistas? Seriam aliados dos proletários contra o sistema capitalista? Ou teriam um caráter conservador que os aproximavam mais da burguesia?

Nosso objetivo nesta seção não é elaborar uma análise histórico-genética do campesinato desde o feudalismo até os dias de hoje, como critica Bartra (2011) sobre os estudos do campesinato, no entanto, vale a pena fazer um breve apanhado histórico para compreender o processo de inserção das mercadorias camponesas no mercado capitalista.

De início, a família camponesa produzia tudo o que precisava (casa, roupas, ferramentas, móveis, utensílios etc.), mas com o desenvolvimento da indústria, do comércio e das cidades, novas ferramentas foram produzidas e tornaram os instrumentos elaborados pelos camponeses obsoletos. Para adquirir as ferramentas de trabalho e pagar a renda da terra, o camponês passou a precisar de dinheiro e a única forma de consegui-lo era vendendo os seus produtos nos mercados (Kautsky, 1980 [1898]).

No mercado capitalista, o camponês não tinha o controle dos preços dos produtos que variava de acordo com a oferta e a demanda. Além disso, o aumento da distância entre os centros consumidores e os locais de produção fizeram o camponês cair na dependência do intermediário, isto é, um comerciante que comprava os produtos camponeses e os revendia nas cidades.

A necessidade de dinheiro levava o camponês a tomar empréstimos e colocar a terra em hipoteca, surgindo uma nova dependência ou exploração, a do capital usurário ou do mercado do dinheiro, como cita Bartra (2011). Para conseguir dinheiro, membros da família passaram a trabalhar fora da terra, até porque as novas máquinas diminuíram a necessidade de força de trabalho.

Para Kautsky (1980 [1898]), o sistema capitalista degradou a vida do camponês. Naquele período, havia um misto entre capitalismo e feudalismo, pois as grandes explorações tinham trabalho forçado. Muitos camponeses foram expulsos de suas terras para dar lugar a um novo tipo de agricultura – mais especializada e mais dependente do mercado. Os pastos comuns utilizados pelas comunidades camponesas foram transformados em propriedades privadas. Houve até mesmo a proibição da caça e do uso de recursos florestais. Como resultado, o camponês se tornou um faminto.

Para o camponês do século XIX era como se o mundo tivesse virado de ponta cabeça, de repente tudo o que havia aprendido com seus pais e avós já não servia para viver no mundo moderno. Novas máquinas, novos insumos químicos, novas técnicas de produção, novos mecanismos de troca, novas necessidades de consumo e uma dependência do mercado capitalista.

Diante daquele contexto, começou-se a discutir a viabilidade da existência dos camponeses. Para Kautsky (1980 [1898]) a grande exploração capitalista era superior à produção camponesa em diversos aspectos: eficiência no uso de máquinas, na divisão do trabalho, nas vantagens do comércio em grande quantidade, no transporte de mercadorias, na obtenção de crédito etc. Os camponeses foram entendidos, então, como miseráveis cuja tendência era o desaparecimento, transformando-se em proletários.

O debate que se tinha no final do século XIX e início do século XX (e que persiste até os dias atuais) era sobre a permanência de relações não capitalistas, como as camponesas, no sistema capitalista. Lenin (1980 [1915]), estudando os dados do censo dos Estados Unidos (1900-1910) por ser o país modelo da sociedade burguesa, buscou desmistificar a teoria da evolução das relações não capitalistas na agricultura na sociedade capitalista. Ele analisou dados sobre a extensão das propriedades, o emprego de força de

trabalho assalariada, máquinas e insumos, e chegou à conclusão de que as propriedades menos produtivas, intensivas e capitalistas apresentavam a tendência de serem eliminadas. Os sobreviventes seriam apenas os produtores que se transformassem em produtores de mercadorias, um pequeno-burguês antagonista do proletariado.

De acordo com Shanin (2005), a lógica da diferenciação apresentada por Lenin apontava para uma polarização entre camponeses ricos e pobres, e, eventualmente capitalistas rurais e proletários rurais. Lenin queria argumentar contra os que pregavam que a homogeneidade e a estabilidade dos camponeses russos abortariam o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Porém, mais tarde, Lenin teria reconhecido que houve um exagero em suas primeiras conclusões sobre a natureza capitalista da agricultura na Rússia e, ainda, aceitou a permanência de traços camponeses.

Por outro lado, Luxemburgo (1951 [1913]) foi a pioneira na compreensão de que era possível que relações não capitalistas, como as camponesas, sobrevivessem no sistema capitalista. Na verdade, ela revelou que isso não somente era possível, como era indispensável para o próprio sistema capitalista de produção, pois o capital se alimentaria das ruínas dessas organizações.

As ideias de Rosa Luxemburgo foram validadas pela história, pois os camponeses persistem no século XXI. Shanin (2005, p.09) concorda que os camponeses servem aos interesses do sistema capitalista: “Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de ‘acumulação primitiva’ permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para os bens que geram lucros”. Eles persistem, transformam-se e se vinculam à economia capitalista, vivem em unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho e são marginalizados no contexto econômico (Shanin, 2005).

Os camponeses do século XXI não são iguais aos do século XIX, assim como os camponeses do Brasil não são idênticos aos europeus, por exemplo. Mesmo dentro do mesmo país e do mesmo período, eles se diferenciam entre si. Os camponeses se relacionam com a sociedade em que vivem e se desenvolvem com ela. O campesinato pode ser caracterizado como um modo de vida, definição que tem origem, de acordo com Shanin (2005), com o antropólogo chinês Fei Hsiao-Tung. É um modo de vida baseado na unidade familiar, no trabalho agrícola, na eficiência, na resiliência e na criatividade para encontrar novas formas de continuar existindo em um sistema que lhes é avesso.

Para Fernandes e Welch (2008, p.49) o campesinato pode ser entendido por meio da ideia de sistema, considerando “a estrutura e as dimensões que compreende seu modo

de vida, a partir de seu território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento contra o capital, condições essenciais para continuar sendo camponês”. Fernandes (S./d.) resume algumas das principais características comuns dos camponeses:

Dentre as características comuns dos camponeses, destacam-se: a organização do trabalho e da produção familiar e/ou comunitária; as formas de uso da terra para produzir alimentos; a organização de cooperativas para os vários tipos de trabalho; a produção em pequena escala e a criação de tecnologias apropriadas na relação com o espaço natural; a policultura, a participação intensiva nos mercados locais e a produção para o autoconsumo; a subordinação aos processos produtivos determinados pela agroindústria e as expressivas participações na produção para exportação (Fernandes, S./d.).

Fernandes e Welch (2008), analisando a participação de famílias camponesas no agronegócio da laranja nos Estados Unidos e no Brasil, demarcaram a diferença entre a produção camponesa e a do agronegócio. Na produção camponesa há biodiversidade, predominância de trabalho familiar e produção em pequena escala. Enquanto no agronegócio a produção é de monocultura com trabalho assalariado e em grande escala. Então, mesmo quando os camponeses participam da produção de *commodities*, eles não são parte do agronegócio, em razão das características da sua produção. A participação do campesinato no agronegócio, de acordo com os autores, seria pautada pela subordinação.

O conceito de campesinato é amplamente utilizado na geografia agrária. De acordo com Ferreira (2000), a década de 1980 trouxe um revigoramento desse campo de estudos por meio da discussão sobre a modernização da agricultura e a subordinação do trabalho agrícola ao capital. Na década de 1990, os estudos sobre a agricultura familiar, sob a ótica do campesinato, buscaram construir uma fundamentação teórica a partir da Sociologia Rural, com os fundamentos de Alexander Chayanov.

Vale ressaltar que como todo campo de ideias, há uma disputa pela interpretação da realidade. No campo conceitual, a disputa se materializa na oposição entre os conceitos de campesinato e de agricultura familiar. Abramovay (2007) é um dos precursores, no Brasil, da crítica ao conceito de campesinato e defensor de sua substituição pelo conceito de agricultura familiar. A partir de seus estudos na Europa e nos Estados Unidos, o autor percebeu que nos países de capitalismo avançado a agricultura familiar se caracterizava como empreendimento agrícola empresarial. Nesse sentido, o conceito de campesinato seria inadequado por não refletir a modernidade da produção familiar.

Abramovay (2007, p.111) defendeu a ideia de que “a racionalidade econômica do campesinato é incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida”.

Parcialidade, no caso, não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas. Vida em comunidade, vínculos personalizados não só entre os indivíduos em geral, mas entre agentes sociais com lugares antagônicos na hierarquia social, regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo; mais que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um modo de vida (Abramovay, 2007, p.111).

A falta de uma racionalidade econômica completa, tal qual a dos capitalistas, seria um problema para a integração dos camponeses ao mercado capitalista. Essa integração seria, então, incompleta, “o traço básico das sociedades camponesas é a integração parcial a mercados incompletos” (Abramovay, 2007, p.125). Os camponeses se diferenciariam de acordo com o grau de integração ao mercado capitalista. O autor cita o exemplo de agricultores com laço de dependência:

É o caso dos produtores de pimenta do Baixo Tocantins, no Pará, cujos produtos dirigem-se aos mercados internacionais e cujos insumos são em grande parte de origem industrial, mas cuja reprodução depende dos vínculos pessoais de patronagem e clientela característicos do capital mercantil e usurário (Abramovay, 2007, p.137).

Por outro lado, os agricultores do Sul do Brasil são citados como exemplo de integração completa ao mercado capitalista:

[...] integram-se plenamente a tais estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais (Abramovay, 2007, p.137).

As ideias de Abramovay ganharam muitos seguidores, mas também inúmeros críticos. Fernandes (2005b) argumenta que o conceito de agricultura familiar seria um eufemismo do conceito de camponês.

A partir de uma lógica dualista de atrasado e moderno, classifica o camponês como atrasado e o agricultor familiar como moderno. Essa lógica dualista é processual, pois o camponês para ser moderno precisa se metamorfosear em agricultor familiar. Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado

em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto da sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo (Fernandes, 2005b, p.25).

Os estudos agrários podem ser analisados sob a ótica de dois paradigmas. O Paradigma do Capitalismo Agrário que entende que o mercado capitalista é o único modelo de desenvolvimento para o campo e que os camponeses devem se integrar e se adaptar a ele, tornando-se agricultores familiares, e o Paradigma da Questão Agrária que orienta seus estudos em torno da luta de classes, dos conflitos, das disputas e da possibilidade de superação do capitalismo (Campos, 2012).

Fernandes (2005b) observou que para o Paradigma da Questão Agrária, o problema estaria no capitalismo, que exclui e explora os camponeses, e para o Paradigma do Capitalismo Agrário, o problema estaria no campesinato, que por ter uma racionalidade econômica incompleta, apenas consegue se integrar parcialmente ao mercado.

O estudo dos mercados da RAP não poderia ser realizado dentro do Paradigma do Capitalismo Agrário, pois estamos justamente evidenciando outras possibilidades de mercados, para além do capitalismo. Além disso, a falta de uma racionalidade econômica completa não é um problema para os mercados da RAP, tendo em vista que são outras as dimensões que predominam nesses mercados, sobretudo a política e a cultural. Quando utilizamos a expressão “agricultura familiar” é como sinônimo de “agricultura camponesa” e não para diferenciar agricultores modernos de atrasados.

A integração dos camponeses ao sistema capitalista também foi analisado por Bartra (2011). Algumas das premissas para entender essa relação seriam: todos os meios de produção se reproduzem pela dinâmica do capital (mesmo os que estão nas mãos dos camponeses); todo excedente da força de trabalho (assalariado ou camponês) transforma-se em mais-valia capitalizada; todo rendimento voltado ao consumo funciona como parte do capital variável global.

Bartra (2011) propõe um enfoque alternativo para os estudos camponeses que leve em consideração os seguintes fatores: as mediações e contradições do fenômeno; as relações socioeconômicas “não capitalistas” reproduzidas pelo capitalismo; o campesinato dentro do capitalismo e não como “herança histórica” ou “remanescentes do passado” (isso não significa que a análise histórica não seja importante); o campesinato atual como resultado de suas próprias lutas, mas também reproduzidos pelo capitalismo.

Para Oliveira (2007), os camponeses devem ser compreendidos como relações não capitalistas que são produto do desenvolvimento contraditório do capital. O capitalismo redefine as relações subordinando-as a partir da captura da renda terra.

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (Oliveira, 2007, p.40).

De acordo com Bartra (2011), a chave da exploração do campesinato no sistema capitalista está na sua relação com o mercado, onde o camponês transfere o excedente por meio de um intercâmbio desigual, embora a condição para a exploração concretize-se na produção. Isto é, não se pode entender a exploração camponesa analisando somente a produção ou somente a comercialização, mas a relação entre ambas.

A ideia de que a produção camponesa é geradora de valor de uso cujo objetivo é a reprodução do próprio produtor não é mais do que uma aparência imediata. “Até mesmo essa aparência já se mostra frequentemente alterada por diversas formas particulares de subsunção ao capital, ou seja, por diversos graus de decomposição” (Bartra, 2011, p.16). Para a sua reprodução, o campesinato precisa incorporar valores de uso que não produz e parte do que produz não é para o autoconsumo. Na circulação, o camponês e o capital se enfrentam como compradores e vendedores e somente na aparência suas mercadorias são idênticas. O intercâmbio é desigual, regido pela lógica capitalista.

A mercadoria camponesa é portadora de valor de troca. O valor de troca surge como possibilidade de intercâmbio de valores de uso. “[...] para o camponês, o valor de troca não é mais do que suporte do valor de uso” (Bartra, 2011, p.17). Já a mercadoria capitalista é uma forma “especificamente social do produto” que contém em si a relação capitalista entre trabalho necessário e trabalho excedente, o intercâmbio tem o objetivo de realizar a mais-valia. “[...] na realidade, trata-se de dois processos produtivos diferentes cuja natureza se expressa na especificidade de seus produtos” (Bartra, 2011, p. 18).

O mercado capitalista é regido pelos preços de produção (custo total dos meios de produção (amortização do capital fixo e circulante); matéria-prima e salários) somado à taxa média de lucro esperada. A mercadoria camponesa não é produzida como portadora de mais-valia (embora contenha) e seu valor não é desdobrado em trabalho necessário e excedente, por isso não é possível que ela se apresente no mercado pelo preço de

produção. Há um intercâmbio desigual não em termos de valores, mas em termos de preço de produção. O camponês transfere seu excedente nesse intercâmbio desigual. “O camponês vende para comprar e esse é o único fim que o condiciona ao mercado; já o capital vende para obter lucro e somente sob esta condição aceita o intercâmbio” (Bartra, 2011, p.19).

O camponês cede sua mercadoria por um preço inferior ao seu valor e ao seu preço de produção, ele não pode deixar de vender por não obter lucro. Diferente do capitalista, o camponês não tem condições de passar para outro ramo econômico, “pois seus meios de produção não adquiriram a ‘forma livre do capital’” (Bartra, 2011, p.19). O camponês realiza intercâmbios em condições que nenhuma empresa capitalista realizaria (Bartra, 2011, p. 21).

A exploração do camponês consuma-se no mercado no momento em que o excedente troca de mãos, mas a base dessa exploração encontra-se nas condições internas de seu processo de produção. Os efeitos expropriadores da circulação não se originam no ato de vender ou comprar, mas na natureza do processo imediato de produção e consumo no qual foram criados os produtos vendidos e serão consumidos os adquiridos (Bartra, 2011, p.23).

Os mercados da RAP teriam, portanto, a função de deter a exploração camponesa no mercado, buscando um retorno financeiro mais adequado às famílias produtoras e aos bens que são comercializados, muitos deles orgânicos e com selo de origem da agricultura familiar, além da especificidade de serem produtos da reforma agrária. Porém, no mercado convencional essas características tendem a ser camufladas e, por isso, não valorizadas. É o que Marx (2017 [1867]) chama de fetichismo da mercadoria.

A mercadoria perde o seu caráter social e passa a ser compreendida apenas como uma coisa, portanto, quase como algo natural. O caráter social do trabalho humano é encoberto na relação de troca, ou seja, ao invés da troca entre tempos de trabalho necessários, a compra é vista como o intercâmbio de uma coisa (dinheiro) por outra coisa (mercadoria). Portanto, podemos compreender o fetichismo da mercadoria como uma espécie de máscara ou véu que recobre as mercadorias, impedindo-as de serem vista pelo que elas realmente são – frutos do trabalho humano.

Na figura 33, vemos na prateleira de um supermercado convencional, o creme de leite Terra Viva, marca dos produtos da reforma agrária, abaixo do creme de leite da *Nestlé*. O produto da Terra Viva não apresenta o símbolo do MST e a embalagem não faz

menção à sua origem, talvez, por uma questão estratégica para ocupar esse espaço no mercado convencional. O fato é que ele aparece como um creme de leite comum.

**Figura 33** - Creme de leite Terra Viva no Supermercado Avenida – Presidente Prudente/SP



Foto: Angela dos Santos Machado, 11 abr. 2023.

Apesar de oculta, a origem do creme de leite Terra Viva são duas cooperativas do MST: Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (COOPEROESTE) e a Cooperativa do Contestado (COOPERCONTESTADO), que são fruto da reforma agrária e do trabalho de milhares de famílias assentadas que se organizam de forma cooperada. Mas qual a origem do creme de leite da *Nestlé*? Quais são as relações de trabalho por trás desse produto?

A realidade do trabalho social fica oculta por trás das mercadorias, o que na verdade é social aparece como natural e uma relação que pode ser de exploração pode transparecer como uma relação justa. Portanto, há uma diferença importante entre os produtos serem expostos em uma prateleira do mercado convencional ou no Armazém do Campo. No supermercado não há diálogo, não se conta a origem e a história do produto.

Daí a importância da criação de novos mercados para os produtos camponeses que busquem romper com o fetiche da mercadoria, revelando para a sociedade que os produtos que ela está consumindo são resultado da reforma agrária.

A produção de novos mercados está relacionada com a produção de novos espaços de comercialização, organizados a partir de lógicas diferentes das que se encontram no mercado convencional. São espaços de diálogo, de valorização dos produtos camponeses e de oposição ao sistema alimentar hegemônico. São também espaços que reúnem os apoiadores da reforma agrária e que mostram que há esperança com relação ao desenvolvimento de mercados mais horizontais. Não são espaços formados apenas por paredes, mercadorias e prateleiras, mas são espaços em que esses objetos estão indissociavelmente relacionados com a luta de classes, a solidariedade e a cooperação.

Os mercados da RAP são territórios do MST no espaço urbano que possuem a potencialidade de mostrar todas essas relações que estão ocultas no mercado convencional. São territórios delimitados pela disputa ideológica e pela negação do que está posto, são territórios que não se submetem ao capital e que buscam ser uma alternativa ao mercado padronizado, homogeneizado e fetichizado.

### **3.2 A RESISTÊNCIA CAMPONESA AOS IMPÉRIOS ALIMENTARES: OS NOVOS MERCADOS**

Os “impérios alimentares” são formados por um pequeno número de empresas muito grandes que controlam a produção, o processamento e o mercado dos ingredientes que estão na base do sistema alimentar. Eles controlam as sementes, as máquinas e fertilizantes, além de cultivos essenciais como a soja, os grãos, as carnes, o açúcar e os óleos (Ploeg, 2008; Kneafsey et al., 2021). Portanto, os impérios alimentares possuem um grande poder e impactam a vida dos agricultores e dos consumidores, decidindo o que e como produzimos e comemos.

Este novo tipo de “império alimentar” é dominado por um pequeno número de grandes corporações que controlam a produção, o processamento e o comércio dos produtos primários nos quais o sistema alimentar se baseia, incluindo insumos agrícolas como sementes, maquinaria e fertilizantes, e culturas essenciais como soja, cereais, carne, açúcar e óleos. Eles também dominam a marca e o varejo dos alimentos feitos com esses ingredientes básicos. O poder dessas empresas pode ser visualizado quando olhamos para a estrutura de “ampulheta” do sistema alimentar, em que um pequeno número de empresas controla efetivamente o acesso aos alimentos para bilhões de

consumidores e o acesso aos mercados para bilhões de agricultores (Kneafsey et al., 2021, p.14-15)<sup>40</sup>.

Em 2022, as gigantes que dominavam o processamento de alimentos eram: *Nestlé SA, Mondelez Internacional, Archer-Daniels-Midland Company, Tyson Foods, Inc. Classe A, Danone SA, Kraft Heinz Company, Wilmar International Limited, JBS SA, General Mills, Inc., Bunge Limited e Muyuan Foodstuff Co., Ltd Classe A*. Quase metade dessas empresas têm sede nos EUA (Quadro 21).

**Quadro 21** - As maiores empresas de alimentos do mundo em 2022

<b>Posição no ranking da indústria alimentícia</b>	<b>Empresa</b>	<b>País</b>	<b>Especialidade</b>
<b>1</b>	Nestlé AS,	Suíça	Processamento de alimentos
<b>2</b>	PepsiCO, Inc.	EUA	Bebidas
<b>3</b>	Anheuser-Bush InBev SA	Bélgica	Bebidas
<b>4</b>	Coca-Cola Co.	EUA	Bebidas
<b>5</b>	Mondelez Internacional	EUA	Processamento de alimentos
<b>6</b>	Archer-Daniels-Midland Company	EUA	Processamento de alimentos
<b>7</b>	Diageo plc	Reino Unido	Bebidas
<b>8</b>	Kweichow Moutai Co, Ltd. Classe A	China	Bebidas
<b>9</b>	Tyson Foods, Inc. Classe A	EUA	Processamento de alimentos
<b>10</b>	Danone SA	França	Processamento de alimentos
<b>11</b>	Kraft Heinz Company	EUA	Processamento de alimentos
<b>12</b>	Wilmar International Limited	Singapura	Processamento de alimentos
<b>13</b>	JBS SA	Brasil	Processamento de alimentos
<b>14</b>	Heineken Holding NV	Holanda	Bebidas
<b>15</b>	Keurig Dr. Pepper	EUA	Bebidas
<b>16</b>	General Mills, Inc.	EUA	Processamento de alimentos
<b>17</b>	Pernod Ricard AS	França	Bebidas
<b>18</b>	Femsa	México	Bebidas
<b>19</b>	Bunge Limited	EUA	Processamento de alimentos
<b>20</b>	Muyuan Foodstuff Co., Ltd Classe A	China	Processamento de alimentos

Fonte: Forbes (2022).

<sup>40</sup> Original: This new type of “food empire” is dominated by a small number of very big corporations which control the production, processing, and trade of the primary commodities on which the food system is based, including agricultural inputs such as seeds, machinery, and fertilizers and key crops such as soya, grains, meat, sugar, and oils. They also dominate the branding and retail of the foods made from these basic ingredients. The power of these firms can be visualized when we look at the “hourglass” structure of the food system, whereby a small number of corporations effectively control access to food for billions of consumers, and access to markets for billions of farmers.

A Nestlé, maior empresa de alimentos do mundo, teve 477 bilhões de reais em vendas em 2022. Essa mesma empresa, dentre outras da indústria do chocolate, vem sendo acusada de manter relação com fazendas da Costa do Marfim que mantêm crianças em condições análogas à escravidão (Mena, 2021). Essas grandes empresas, que apenas buscam lucros, formam os impérios alimentares (Ploeg, 2008).

No modo de produção capitalista, a comida é posta na condição de mercadoria, acessível apenas para aqueles que possuem um equivalente para a troca (dinheiro), isso explica a razão pela qual persiste uma massa de empobrecidos e marginalizados a quem o direito fundamental à alimentação é negado (FAO, 2023). A subnutrição, a deficiência de nutrientes, o sobrepeso e a obesidade são os maiores desafios globais da atualidade. Cerca de 2 bilhões de pessoas no mundo vivem em situação de pobreza, sem acesso a alimentos seguros, nutritivos e suficientes. Os mais afetados por essa situação, são os próprios produtores de alimentos (FAO, 2021). Tal paradoxo pode ser compreendido quando analisamos a exploração camponesa no sistema capitalista de produção.

A fome foi incansavelmente estudada por Josué de Castro, geógrafo e médico que dedicou toda a sua vida para entender tal problemática. Ele a relacionava ao desenvolvimento desequilibrado do mundo que tem origem na exploração econômica colonial e neocolonial, além da “conspiração de silêncio” em torno da questão, pois para o imperialismo econômico e o comércio internacional interessa que a produção, a distribuição e o consumo de alimentos continuem sendo entendidos como “fenômenos exclusivamente econômicos” (Castro, 2007, p.110).

No Brasil, 36,7% dos domicílios, entre 2017 e 2018, encontravam-se em situação de fome ou risco de fome, com disponibilidade de alimentos pequena e pouco variada, com consumo significativo de arroz e feijão, e pouco acesso a frutas, hortaliças e laticínios (Ribeiro Junior et al., 2021).

A Rede Brasileira de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional, revelou o aumento da insegurança alimentar e nutricional no país durante a pandemia. A pesquisa apontou que 116,8 milhões de pessoas se encontravam em situação de insegurança alimentar e nutricional em 2020, com forte presença da insegurança alimentar nos lares chefiados por mulheres (11,1% estavam enfrentando a fome); uma espacialização da fome no Norte e no Nordeste (18,1% e 13,8%, respectivamente) e forte impacto na população negra (10,7%) (Rede PENSSAN, 2021).

Nesse contexto, a luta pela Reforma Agrária Popular é indissociavelmente ligada ao direito à alimentação saudável, equilibrada, variada, nutritiva e suficiente. A luta

contra os agrotóxicos também é uma dimensão importante da luta contra o sistema alimentar hegemônico. O mercado global de agrotóxicos gera elevados lucros para um reduzido número de corporações, enquanto os países do Sul Global, por terem regulamentação menos rigorosa, são os mais afetados pela contaminação da natureza e pela intoxicação de pessoas. Muitos agrotóxicos utilizados no Brasil são proibidos na União Europeia, como é o caso do glifosato (Bombardi, 2017; Fundação Heinrich Böll, 2023).

O Brasil é o maior importador e consumidor de agrotóxicos do mundo. A bancada ruralista no Congresso Nacional atua fortemente para flexibilizar a Lei dos Agrotóxicos e garantir isenções fiscais para o setor. Isso traz consequências graves para a saúde das pessoas e para toda a biodiversidade. A situação agrava-se ainda mais pela prática muito comum de pulverização aérea, em que o veneno lançado nas plantações de *commodities* são carregados pelo vento para longe, alcançando povoados, áreas de proteção ambiental e outras plantações (Bombardi, 2017; Fundação Heinrich Böll, 2023).

Esse modelo de produção, que é denominado como moderno, tecnológico e desenvolvido, tem suas origens no colonialismo. O processo histórico que levou um conjunto de países a participar da divisão internacional do trabalho como meros exportadores de *commodities*, função que persiste até hoje.

Essas potências [coloniais] não só controlaram os movimentos físicos e as transformações de pessoas e ingredientes em todo o mundo, mas também exportaram as suas ideias sobre o que comer e como cultivar para África, América do Sul e Ásia (Kneafsey et al., 2021, p.13).

A análise sobre o sistema alimentar hegemônico revela relações multiescalares que vão desde a divisão internacional do trabalho até as formas de produção adotadas em pequenas propriedades agrícolas e os hábitos alimentares da população. As formas de resistência também acontecem em múltiplas escalas, como nacionalmente pelo MST e outros movimentos sociais, e internacionalmente, pela Via Campesina.

A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, trabalhadores sem-terra, indígenas, pastores, pescadores, trabalhadores agrícolas migrantes, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e jovens camponeses de diferentes lugares do mundo. A organização se autointitula como “um

movimento de movimentos e a voz global dos camponeses que alimentam o mundo” (Via Campesina, 2021, p.01, tradução nossa)<sup>41</sup>.

O MST é membro da Via Campesina, assim como o *Landworkers' Alliance*, movimento do Reino Unido que tivemos a oportunidade de conhecer no período de estágio no exterior. Ambos os movimentos organizam suas lutas em torno das pautas da Soberania Alimentar e da Agroecologia.

A Soberania Alimentar é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos mediante métodos ecologicamente respeitosos e sustentáveis, e seu direito de definir seus sistemas alimentares e agrícolas. A Via Campesina insiste que os modos de produção agroecológicos diversos, conduzidos pelos camponeses, baseados em séculos de experiência e evidência acumulada, são fundamentais para garantir uma alimentação saudável para todos sem deixar de estar em harmonia com a natureza. Para alcançar a Soberania Alimentar, a Via Campesina se movimenta e advoga pela reforma agrária nos territórios camponeses e fornece capacitação com métodos agroecológicos. Essa coalisão global também é uma plataforma para que seus membros de todo o mundo se comuniquem e realizem ações conjuntas de solidariedade, mobilizações e campanhas em defesa da terra, da água, das sementes e das florestas (Via Campesina, 2021, p.01, tradução nossa)<sup>42</sup>.

De acordo com a Via Campesina (2021), a comida deve ser produzida para as pessoas e não para servir de matéria-prima para o mercado global. Deve-se priorizar cadeias curtas de comercialização de alimentos e o sistema alimentar deve ser democraticamente controlado. A produção e a distribuição de alimentos deve proteger os recursos naturais e reduzir os impactos ambientais. Os conhecimentos dos camponeses devem ser valorizados e transmitidos para as gerações futuras. Por todas essas razões, a agroecologia deve ser a base da produção de alimentos.

Ploeg (2008, p.289) evidenciou que entre as formas de resistência dos camponeses contra os impérios alimentares está a criação de novas unidades de produção e consumo. A partir de uma série de alternativas criadas pelos camponeses, eles estariam “remando contra a maré” para confrontar o Império como principal modo de ordenamento.

---

<sup>41</sup> Original: “A movement of movements and the global voice of peasants who feed the world”.

<sup>42</sup> Original: “Sovereignty is the right of peoples to healthy and culturally appropriate food produced through ecologically sound and sustainable methods and their right to define their food and agriculture systems. La Via Campesina insists that diverse, peasant driven agroecological modes of production, based on centuries of experience and accumulated evidence, is central to guaranteeing healthy food to everyone while remaining in harmony with nature. To achieve food sovereignty, La Via Campesina mobilizes and advocates for agrarian reform in peasant territories and provides training on agroecological production methods. This global coalition is also a platform for its members worldwide to communicate and carry out joint solidarity actions, mobilizations, and campaigns in defence of land, water, seeds, and forests”.

Origuéla (2019) desenvolveu a ideia de sistema alimentar camponês para explicar processos em que a produção, a distribuição e o consumo de alimentos são controlados pelos camponeses, contando com a aliança entre produtores e consumidores.

O sistema é gestado a partir de cooperativas, grupos gestores, coletivos, grupos de famílias, ou seja, diferentes formas de organização econômica e social do campesinato. É um sistema agroecológico, que preza pela produção das mudas e sementes, pelo policultivo e por unidades de produção camponesa autônoma. O poder de decisão está nas mãos dos camponeses e consumidores. São os primeiros que decidem, por exemplo, como será a organização das safras, das certificações, das cooperativas e agroindústrias. Ou seja, os camponeses estão presentes em todos os espaços construídos no âmbito dos processos citados. Os consumidores participam, sobretudo, dos espaços e redes de comercialização. É um sistema cujas relações são mais horizontais, aproximando camponês e consumidores, cidade e campo. Para que esse sistema funcione alguns elementos são fundamentais, como a existência de um movimento socioterritorial, como o MST, além das políticas públicas de caráter emancipatório (Origuéla, 2019, p.258-259).

Assim, o sistema alimentar camponês tem como principais características a coletividade, a diversidade produtiva, a agroecologia, o controle do campesinato, a aliança entre produtores e consumidores, as relações horizontais, o protagonismo dos movimentos socioterritoriais e o apoio das políticas públicas emancipatórias.

Ploeg et al. (2000) aborda esse tema a partir da ideia do paradigma do novo desenvolvimento rural que implica na criação de novos produtos, serviços e mercados que correspondem às expectativas da sociedade. Um exemplo seria o surgimento de novas redes de fornecimento de alimentos orgânicos, regionais e de alta qualidade, com maior rendimento para os produtores e mais informações para os consumidores sobre a procedência e a qualidade dos produtos.

O paradigma do novo desenvolvimento rural teria surgido como uma resposta ao paradigma da modernização tecnológica cuja produção agrícola se caracteriza pela especialização em larga escala com intenso uso de insumos químicos e máquinas agrícolas. Esse modelo seria responsável pela exclusão dos camponeses e tensões entre a sociedade e a natureza. O novo paradigma seria uma alternativa de reconexão entre a agricultura e a natureza e a superação dos problemas econômicos desse setor produtivo (Ploeg et al., 2000).

A noção de desenvolvimento rural surgiu por meio de lutas, interesses, contradições e debates políticos e sociais quando o paradigma da modernização mostrou os seus limites, sobretudo nos anos 1990, com a crise econômica da agricultura na Europa. Naquele momento, os agricultores que conseguiram desenvolver novas formas de redução de custos e obtenção de novas receitas, responderam melhor à crise econômica. A redução de custos pode ser exemplificada com a utilização de mais insumos internos (orgânicos) e menos insumos externos (químicos). A obtenção de novas receitas ocorre, por exemplo, com a venda de produtos diferenciados e a formação de novos mercados (Ploeg et al., 2000).

Por outro lado, os produtores especializados são crescentemente dependentes de poucos mercados específicos, têm pouca margem de flexibilidade e são, por isso, mais vulneráveis e menos hábeis para se adaptarem às mudanças dos contextos sociais e políticos (Ploeg et al., 2000).

As práticas de desenvolvimento rural, de acordo com Ploeg et al. (2000), são entendidas como um tipo de “recampenização”, caracterizada pela alta diversidade e um retorno às raízes das atividades produtivas camponesas, com formas de produção relativamente autônomas e aumento do controle do processo de trabalho. Assim, defende-se que o campesinato deve ser considerado a principal força no desenvolvimento rural.

Ploeg (2010) pontuou que as unidades produtivas estavam se reestruturando nos modos camponeses de produção em resposta às crises econômicas e isso estaria acontecendo tanto nos países desenvolvidos como nos emergentes, rompendo (ou iniciando um rompimento) com o modelo empreendedor de agricultura que está baseado na dependência química e na desconexão entre a agricultura e a natureza.

Essa perspectiva compreende os camponeses como um processo em constante transformação ao contrário da visão estática que os entende como uma reminiscência do passado. A terra passou a ser entendida como capital ecológico e a agricultura como uma coprodução em que há interação e mútua transformação entre ser humano e natureza. A resistência camponesa apresenta-se relacionada com a capacidade de autoprovisamento que vai além da subsistência (consumo), mas significa ser capaz de prover os recursos necessários para a produção (exemplo, insumos orgânicos, sementes crioulas etc.). Não se trata apenas de uma substituição técnica e econômica, mas tem um valor simbólico que remete à desobediência e insubordinação (Ploeg, 2010).

A emergência de novos mercados é uma resposta e alternativa aos mercados controlados pelos impérios alimentares, tais como Nestlé, Danone e Bunge que formam

a mão visível que governa os mercados. Os novos mercados oferecem qualidades que os impérios não conseguem produzir, como curta distância entre centro produtor e consumidor, alimentos frescos, interação entre consumidor e produtor, valores compartilhados de sustentabilidade e conexão entre o campo e a cidade (Ploeg, 2010).

Ploeg, Jungzhong e Schneider (2012) analisando o desenvolvimento rural em uma perspectiva comparada entre Europa, China e Brasil, descrevem os novos mercados como mercados aninhados (*nested markets*), construídos por meio de lutas sociais contra a hegemonia exercida pelos impérios alimentares. Cassol, Salvate e Schneider (2016) traduzem o termo *nested markets* como mercados imersos, destacando o fato de serem socialmente construídos e imersos em relações socialmente compartilhadas, tais como regras, normas, valores e convenções sociais. Apesar de que toda ação econômica se encontra imersa em mecanismos sociais e culturais, nem todos os mercados são socialmente construídos. O mercado convencional se caracteriza pela relação entre oferta e demanda, mediada pelos preços relativos, contratos formais, dentre outros dispositivos.

A construção social é um processo dinâmico, que se movimenta em sentido espiral, às vezes retroage antes de avançar, gera contradições, demanda acordos, negociações e os consensos podem ser revistos e reavaliados. Uma construção social reflete, portanto, o modo de ser dos humanos quando interagem entre si e buscam criar sentido para sua ação. Os mercados socialmente construídos são, portanto, instâncias, espaços e momentos em que ocorre a interação social entre indivíduos que buscam realizar trocas de mercadorias, produtos e serviços visando atender interesses variados (Cassol, Salvate e Schneider, 2016, p. 315-316).

Os autores ressaltam que os mercados imersos não estão fora do capitalismo, eles “emergem, crescem, se desenvolvem e evoluem no interior dos mercados dominantes e em contato com estes. Eles coexistem e se reproduzem em relação aos mercados convencionais [...]” (Cassol, Salvate e Schneider, 2016, p. 316).

Outro termo para se referir a *nested markets* é mercados camponeses. Mesmo considerando sua diversidade, há algumas características básicas que definem os mercados camponeses: 1) a centralidade na comercialização de alimentos produzidos por camponeses; 2) as transações tendem a acontecer em canais curtos de comercialização; 3) os membros da família camponesa cumprem papel importante na produção, beneficiamento, transporte e venda; 4) há relação entre produtores e consumidores; e 5) não há controle direto do capital (Ploeg, Jungzhong; Schneider, 2022).

Vale pontuar algumas considerações em torno dessas características e as particularidades dos mercados da RAP. A primeira característica, a centralidade na comercialização dos produtos camponeses, pode ser amplamente observada nos mercados da RAP. Ploeg, Jungzhong e Schneider (2022) ressaltam também a importância da “marca” da agricultura camponesa para a parcela de consumidores que aprecia essa origem. No caso dos mercados da RAP, podemos adicionar outra distinção: a origem nos assentamentos de reforma agrária.

A segunda característica dos mercados camponeses, a tendência de canais curtos de comercialização, pode ser observada em feiras, grupos de consumo, em outras formas de varejo local e até mesmo nas vendas locais para as escolas e prefeituras. No entanto, o Armazém do Campo apresenta uma proposta diferente, de ser um canal de comercialização em escala nacional para os produtos da reforma agrária, enfrentando os desafios de se promover uma organização logística para tal finalidade.

Sobre a terceira característica, o papel predominante da família camponesa, é interessante ressaltar que, no caso do MST, o conceito de família pode ser ampliado para designar os membros do Movimento. A família tem sim papel fundamental no processo produtivo, mas a organização coletiva vai além da família, abrangendo os membros das cooperativas e os companheiros que são destacados para cumprir determinadas tarefas na circulação e comercialização dos produtos. Assim, no Armazém do Campo, por exemplo, não é o membro da família produtora que dialoga com o consumidor, mas é um membro do MST que sabe a origem e a história daquele produto.

Nesse sentido, a quarta característica, a relação entre produtor e consumidor, também pode ser realizada pelo membro do MST destacado para trabalhar no Armazém do Campo ou responsável por ofertar os produtos nas prefeituras. Mas, isso não minimiza a importância do diálogo e do conhecimento do consumidor sobre a origem do produto.

Por fim, a quinta característica, não ser diretamente controlado pelo capital, mas ao contrário, representar uma alternativa e oposição ao mercado capitalista, é talvez, a característica mais evidente dos mercados da RAP, sobretudo no Armazém do Campo, que é um espaço de diálogo permanente com a população urbana sobre alimentação saudável, reforma agrária, agroecologia, dentre outros temas que contrastam com o modelo hegemônico de produção e distribuição de alimentos.

Além das cinco características dos mercados camponeses, há três dimensões que explicitam os pontos fortes desses mercados. A primeira é a especificidade.

Esta pode residir no produto (no seu sabor, frescura, preço, origem, e/ou na forma como foi produzido, transformado e entregue no mercado), mas também pode residir no fato de o mercado ser diferente, atraindo diferentes fornecedores e consumidores que interagem de formas diferentes das que reinam nos mercados convencionais. A especificidade pode também estar enraizada na definição social de qualidade partilhada pelos diferentes atores envolvidos e/ou na forma como o mercado é percebido pelos atores envolvidos (Ploeg, Jungzhong; Schneider, 2022, p.06)<sup>43</sup>.

A especificidade dos mercados da RAP está tanto nas características dos produtos (origem na agricultura familiar e na reforma agrária, orgânicos, agroecológicos, saudáveis), como também na diferenciação do mercado com relação ao mercado convencional, por ser espaço de diálogo e debate político, para além da comercialização. Mas, a especificidade também está nos princípios que regem os mercados da RAP e que são compartilhados pelos sujeitos envolvidos, como o apoio à Reforma Agrária Popular.

Outra dimensão dos mercados camponeses é a conexão, que demarca a interrelação entre as unidades de produção, beneficiamento e comercialização, formando um “todo simbiótico”. Enquanto a primeira dimensão, a especificidade, reflete as singularidades dos produtos, dos espaços de comercialização e dos sujeitos que fazem parte desse processo, a conexão reflete a junção desses elementos como um todo coerente. Então, diferentemente da situação em que o produtor vende sua produção para um atravessador ou uma empresa que vai assumir o controle das próximas etapas da circulação da mercadoria, nos mercados da RAP, os processos são horizontais e autogeridos pelos principais interessados.

A terceira e última dimensão, *rootedness*, pode ser explicada como um retorno às raízes do campesinato, com produtos típicos, artesanais, em oposição aos produtos padronizados dos supermercados. Também no uso dos bens da natureza de acordo com conhecimentos e habilidades ancestrais, uso de sementes crioulas, dentre outros elementos que caracterizam a produção camponesa, em detrimento do pacote tecnológico da Revolução Verde (Ploeg, Jungzhong; Schneider, 2012; 2022).

Os mercados camponeses ou mercados imersos são o último elo da cadeia produtiva, antes os camponeses precisam organizar o processo produtivo. Nesse sentido,

---

<sup>43</sup> Original: “This may reside in the product (in its taste, freshness, price, origin, and/or in the way it has been produced, processed and delivered to the market), but it may also reside in the marketplace being different, attracting different suppliers and consumers who interact in ways that differ from those that reign in the conventional markets. Specificity might also be rooted in the social definition of quality shared by the different actors involved and/or in the way the marketplace is perceived by the actors involved”.

o desenvolvimento rural pode ser entendido como um conjunto práticas produtivas, processos e políticas. Os processos podem ser entendidos por meio de três elementos: a) a reorganização da produção, buscando a redução dos custos; b) o aperfeiçoamento da rede produtiva (produção de orgânicos, produtos de alta qualidade, produtos regionais, cadeias curtas de abastecimento); e c) a ampliação de horizontes (atividades não agrícolas, tais como agroturismo, atividades florestais etc.) (Ploeg, Jungzhong e Schneider, 2012).

As políticas de desenvolvimento rural, por sua vez, são desenvolvidas pelo Estado e podem estimular ou conter as práticas de desenvolvimento rural. As políticas são fontes de contestação e disputas em torno de interesses divergentes. Apesar da importância do Estado, não é ele que dirige o desenvolvimento rural, mas, sobretudo, os camponeses e os movimentos sociais, tal como MST, que são forças atuantes no campo (Ploeg, Jungzhong e Schneider, 2012).

Os processos de desenvolvimento rural são multiescalares, multidimensionais e desenvolvidos por múltiplos sujeitos. Porém, outros dois processos acontecem ao mesmo tempo: a continuação ou aceleração da industrialização da agricultura (especialização em larga escala) e a desativação (saída de produtores do campo). Esses três processos ocorrem em uma arena de disputas entre diferentes interesses e projetos que lutam pela hegemonia, com a participação do Estado, dos movimentos sociais e de outras instituições (Ploeg, Jungzhong; Schneider, 2012).

Os mercados camponeses não são um fenômeno novo, o que é novo é o interesse que eles têm despertado pelo seu contraste com os mercados globais, comandados por grandes indústrias e impérios comerciais, e por serem capazes de resistir às investidas do capital. Eles são respostas aos efeitos sociais e ecológicos negativos dos mercados globais (Ploeg, Jungzhong; Schneider, 2012).

Assim, surgem novos interesses nos estudos camponeses, como entender como os produtores organizam ativamente os processos de circulação de mercadorias para melhorar a qualidade de vida de suas famílias. Os mercados sempre foram arenas de lutas, mas a disputa era pela renegociação dos termos do comércio, o mercado era entendido como algo dado. Agora, o mercado - organização social da circulação - vem sendo construído enquanto novos espaços de comercialização e criação de recursos comuns para sustentá-lo (a exemplo da logística compartilhada do MST) (Ploeg, Jungzhong; Schneider, 2012).

As práticas de desenvolvimento rural criam soluções para os camponeses e confrontam a lógica dominante de acumulação do capital. Elas criam caminhos e

reconstituem os padrões de produção, alocação e uso dos recursos. A construção de mercados, a criação de rotas, o alcance de novos consumidores, a criação de novas feiras, o aumento do leque de produtos, tudo isso é resultado de lutas sociais que criam autonomia e melhoram a qualidade de vida dos produtores (Ploeg, Jungzhong; Schneider, 2012).

O conceito de mercados da RAP busca enfatizar o protagonismo das famílias assentadas na construção de alternativas de comercialização que sejam mais vantajosas do que a entrega dos produtos a intermediários que lucram com a exploração dos produtores. Assim, esses mercados são desenvolvidos pelas famílias camponesas visando o escoamento da produção de forma mais autônoma e rentável. O acesso ao mercado institucional também tem sido uma via importante para o fortalecimento das cadeias produtivas nos assentamentos.

Por isso, finalizamos esse capítulo com a discussão sobre a conquista das políticas públicas emancipatórias, bem como os momentos de avanços e retrocessos que demarcam a arena de confronto e disputa pelos recursos públicos. Trataremos, sobretudo, da importância do mercado institucional para a aquisição dos produtos camponeses. Essa discussão vai abrir caminhos para o próximo capítulo que abordará a importância do Escritório de Comercialização Institucional do MST e o Armazém do Campo.

### **3.3 A CONQUISTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EMANCIPATÓRIAS**

Reis (2015), em seu estudo sobre a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos assentamentos do estado de São Paulo, pontuou que essa política pública foi uma conquista, pois representou a materialização da demanda dos movimentos sociais camponeses. Em 2003, organizações da sociedade civil foram chamadas para discutir o Programa Fome Zero, uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, que tem como um de seus pilares o fortalecimento da agricultura de base familiar. Nesse contexto, criou-se o PAA.

Sua implementação deu-se através da articulação de instâncias do governo (federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil (movimentos sociais, cooperativas, associações, ONGs), tendo como principal objetivo integrar a produção agrícola familiar e o consumo institucional de alimentos, buscando restabelecer estoques estratégicos junto à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (ZIMMERMAN, 2006). Na operacionalização do programa, o PAA funciona a partir da atuação, em nível estadual, das cooperativas e associações de agricultores, do Incra, que é responsável pela

identificação e documentação destes agricultores e da Conab, que é responsável pelo gerenciamento e distribuição dos recursos (Reis, 2015, p.127).

Além do PAA que é uma política pública mais recente, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que teve significativos aumentos nos recursos para a merenda escolar e no número de estudantes beneficiados desde o ano 2003 (Nero; Garcia; Almassy Junior, 2022).

Essas duas políticas públicas, PAA e PNAE são importantes elementos de fortalecimento dos mercados da RAP, que possibilitaram a constituição da rede Armazém do Campo. Quando questionamos o coordenador do Armazém do Campo de São Paulo sobre o histórico da rede, ele aponta o PAA e o PNAE como elementos essenciais para a organização da produção das famílias assentadas e acampadas:

*Não sei os números, posso estar bem equivocado, mas acho que 90% da nossa comercialização ainda é atravessada. Não é direto, não é nós que comercializamos, é alguém que compra de nós. É claro que tem bastante feiras no país afora e enfim. E aí é com as políticas públicas dos governos de esquerda, a partir de 2003, que a gente começa também a “bom, vamos organizar um pouco mais, então, a comercialização? Vamos tentar pensar processos mais profissionais?”. E aí tem leis que potencializam, provavelmente, vocês vão citar na pesquisa de vocês, as leis do PAA e do PNAE. [...] E isso, de certa forma, faz organizar um pouco mais a nossa indústria pela exigência do próprio mercado. A gente sempre cita um exemplo: é ótimo as merendeiras botar frango caipira na merenda, mas elas não vão matar o frango, nem depenar o frango. Então, faz com que o nosso assentado “opa, vamos ter que organizar aqui”. A mandioca a mesma coisa “olha, nós podemos cozinhar a mandioca para dar para os meninos, mas nós não vamos descascar e tirar terra”. É uma merendeira para cuidar de uma escola toda. Então, faz com que a gente vai lá e “opa, vamos descascar e botar em um saco!” [risos] (informação verbal, grifo nosso)<sup>44</sup>.*

No relato, encontramos a informação que mesmo com toda a organização que vem sendo constituída para melhorar os processos de comercialização das famílias acampadas e assentadas, quase a totalidade da produção ainda é comercializada por meios indiretos, isto é, a partir de atravessadores que compram dos produtores e levam a produção para o mercado, capturando parte da renda que deveria retornar para as famílias.

---

<sup>44</sup> Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

O PAA e o PNAE ofereceram o estímulo necessário para a organização da produção uma vez que oportunizaram a comercialização direta com as instituições públicas, sem a necessidade de atravessadores.

O PAA foi instituído pela Lei nº 10.696/ 2003. Seu texto original estabelecia as seguintes finalidades para o programa:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (Brasil, 2003).

Todas as finalidades do PAA foram revogadas pela Medida Provisória nº 2.061/2021 e pela Lei nº 14.284/2021, no governo de Jair Messias Bolsonaro. Porém, no terceiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva, o PAA foi reinstituído pela Lei 14.628/2023. As finalidades do programa foram ajustadas, ampliando os incentivos para além da agricultura familiar, abrangendo a pesca artesanal, a aquicultura, a carcinicultura e a piscicultura, com prioridade para os segmentos em situação de pobreza. A lei também incluiu o Programa Cozinha Solidária nas compras governamentais de alimentos e diversas outras finalidades, tais como o incentivo à produção orgânica e agroecológica, ao cooperativismo e associativismo, e aos hábitos alimentares saudáveis.

O PAA não somente visa incentivar a agricultura familiar e a formação de cooperativas e redes de comercialização, como também tem como objetivo promover acesso à alimentação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

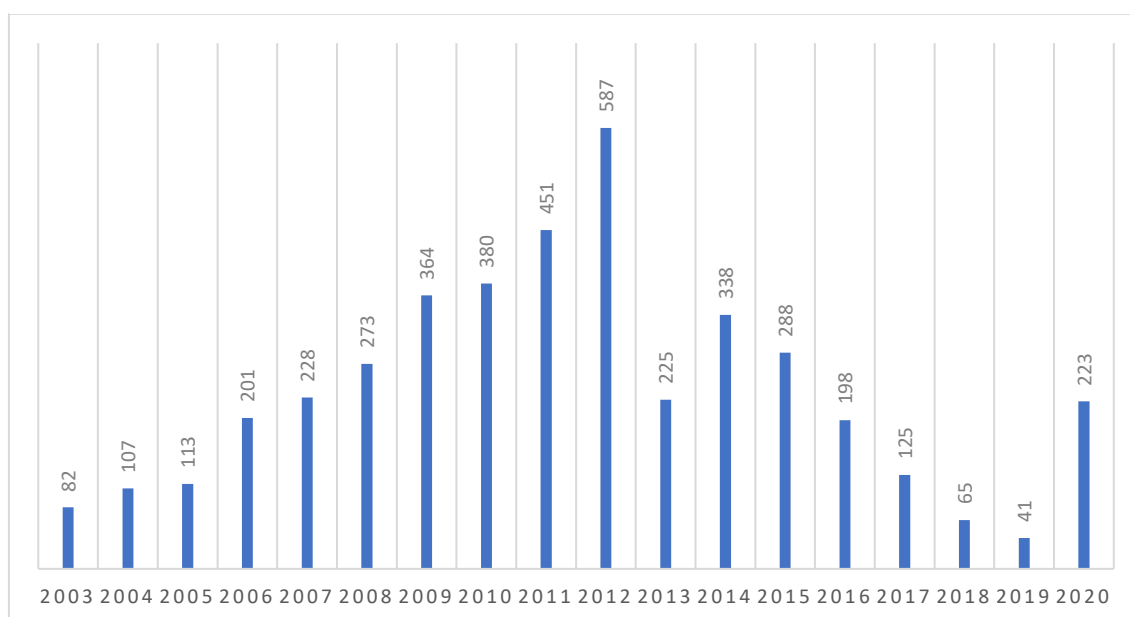
Quando Michel Temer assumiu o poder, após o golpe contra a então presidente Dilma Roussef, ele começou a desarticulação de toda a estrutura de políticas públicas de segurança alimentar do país, extinguindo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), essenciais para as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. As atribuições do MDA foram conferidas a uma mera

secretaria, a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada a Casa Civil da Presidência da República (Macedo, 2022).

As mudanças no cenário político dissolveram os espaços anteriormente ocupados por movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, o processo de desmonte foi intensificado. No primeiro dia de seu mandato, foi extinguido o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Outros espaços de participação social tiveram o mesmo fim: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. A maior parte das políticas públicas da agricultura familiar passaram a ser coordenadas por sujeitos ligados ao agronegócio (Macedo, 2022).

O desmonte do PAA pode ser observado no gráfico 1. Em 2003, primeiro ano do programa, os recursos aplicados foram de R\$ 81.541.207. O repasse de recursos foi aumentando ano a ano até chegar em seu auge, em 2012, com o valor de R\$ 586.567.131. No ano seguinte esse valor caiu para menos da metade, R\$ 224.517.124. Em 2014, houve um pequeno acréscimo com repasse de R\$ 338.004.942. De 2015 a 2019 os recursos diminuíram drasticamente, chegando a apenas R\$ 41.380.858 em 2019 (7% do valor repassado em 2012) (Gráfico 1).

**Gráfico 1** - Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2020 (milhões de reais)



Fonte: Companhia Nacional de abastecimento (Conab) (2017; 2018; 2019; 2020; 2021).  
Organização: Angela dos Santos Machado.

Em 2020, houve um aumento dos recursos em decorrência da pandemia de Covid-19 e da forte pressão dos movimentos sociais por políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e o combate à fome. Mais de 300 movimentos sociais do campo, dentre eles o MST, escreveram uma proposta emergencial para o fortalecimento do PAA no período da crise de coronavírus (CONTAG, 2020). Inclusive, os R\$ 223.487.794 de reais destinados ao PAA em 2020, vieram do Ministério da Cidadania, de Emendas Parlamentares e dos Recursos Covid (Medida Provisória nº 957) (Companhia Nacional de Abastecimento, 2021). Isto é, os recursos foram aplicados em caráter emergencial e excepcional. Os dados de 2021 ainda não foram divulgados.

Vale ressaltar o impacto no PAA da Operação Agro Fantasma realizada em 2013, no Paraná, liderada pelo então juiz Sérgio Moro, responsável pela prisão de Lula e que, posteriormente, tornou-se Ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro e foi eleito deputado federal nas eleições de 2022. A operação prendeu agricultores familiares, gestores de organizações de agricultores e operadores da Conab sob acusações de estelionato, falsificação de documentos públicos, falsidade ideológica, peculato e associação criminosa (Bianchini, 2020; Macedo, 2022).

Essas acusações partiram da ideia de que os agricultores não estavam cumprindo os termos acordados com a Conab, uma vez que os alimentos entregues, algumas vezes, eram diferentes dos que haviam sido previstos. O que acontecia era que havia a previsão, por exemplo, da entrega de 20 quilos de alface, mas a produção era de apenas 15 quilos, o que faltava era completado com outro tipo de verdura como rúcula. Esse foi o suposto crime praticado pelos agricultores participantes do PAA (Ruschel, 2019; Macedo, 2022).

Todos os acusados foram absolvidos por falta de provas, entre 2019 e 2020, pela juíza que substituiu Sérgio Moro. No entanto, a operação foi utilizada para desqualificar a opinião pública sobre o PAA com a divulgação pela imprensa e por setores ligados ao agronegócio. Nos anos seguintes, constatou-se a diminuição dos projetos executados devido a desmobilização dos agricultores e das estruturas ligadas ao PAA. A operação pressionou para a promoção de mudanças institucionais no programa que passou a ser mais rigoroso e inflexível com relação aos projetos e produtos entregues, além do aumento da burocracia. Todos esses elementos levaram ao enfraquecimento do PAA (Macedo, 2022).

Além da diminuição dos recursos, o governo Jair Bolsonaro também revogou pelo Decreto nº10.880/2021, o Decreto nº 7.775/2012 que regulamentava a lei do PAA e estimulava a produção orgânica e agroecológica e fomentava o cooperativismo (Brasil,

2012). Por fim, Bolsonaro por meio da Medida Provisória (MP) nº 1.061/2021 revogou as legislações anteriores e substituiu o PAA pelo Programa Alimenta Brasil (Brasil, 2021). Em resumo, o Programa Alimenta Brasil

[...] caracteriza-se como um programa de difícil acesso, seja pelo maior nível de complexidade burocrática ou pela escassez orçamentária; um programa que não contém o espaço para a participação social de atores ligados à agricultura familiar em nível nacional; não visa valorizar a produção orgânica e agroecológica; e não prioriza as organizações sociais, tanto pela exclusão deste objetivo na diretriz do atual Programa Alimenta Brasil, como pelo enfraquecimento orçamentário da modalidade CDS via Conab, que era operada, de forma exclusiva, por agricultores familiares organizados em cooperativas e associações (Macedo, 2022, p. 55).

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas assistenciais mais antigas do Brasil cujo objetivo é promover alimentação escolar. Tem origem nas “caixas escolares” dos anos 1940 que eram recursos financeiros para a compra de alimentos para os estudantes. Recebeu outros nomes como Programa Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) e, somente em 1979, passou a ser denominado como PNAE. A Constituição Federal de 1988 garantiu o direito à refeição, de forma universalizada, nas instituições de ensino fundamental públicas (Nero, Garcia, Almassy Junior, 2022). Essa pode ser a razão pela qual o PNAE é uma política pública mais difícil de ser descontinuada.

Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a descentralização da gestão do PNAE em que a União passou a transferir os recursos financeiros para a compra da alimentação escolar para o Distrito Federal, estados e municípios, de modo a otimizar o programa e dar mais independência a aplicação dos recursos pelos estados e municípios. Entre 1994 e 1998, o PNAE teve avanços no número de municípios atendidos (mais de 70% dos municípios brasileiros) (Nero, Garcia, Almassy Junior, 2022).

Em 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, houve um aumento expressivo no repasse de recursos na educação pré-escolar (de R\$ 0,06 para R\$ 0,13 por aluno/dia) e os estudantes indígenas passaram a receber um valor especial (R\$ 0,34 por aluno/dia), além de ser disponibilizado recursos para merenda escolar em projetos esportivos ofertados aos estudantes residentes em locais desprivilegiados e afastados dos grandes centros. Entre 2003 e 2009 houve seguidos reajustes nos recursos do PNAE que também passou a contemplar estudantes de escolas localizadas em comunidades quilombolas, recebendo o valor de R\$ 0,34 por aluno/dia, igual ao repassado aos estudantes indígenas.

Houve ajuste para 200 dias de atendimento de alimentação escolar por ano. Em 2009, o valor repassado para a pré-escola, ensino fundamental e médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) era de R\$ 0,30, para creches R\$,60, para estudantes indígenas e quilombolas R\$,60, e para estudantes do Programa Mais Educação R\$ 0,90 por aluno/dia (Nero, Garcia, Almassy Junior, 2022).

Além dos contínuos reajustes, em 2009, ainda no governo Lula, foi instituída a Lei nº 11.947 que promoveu a obrigatoriedade de que as compras de alimentos destinados ao PNAE fossem, pelo menos, 30% de origem da agricultura familiar, com prioridade para assentamentos da reforma agrária:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, *priorizando-se os assentamentos da reforma agrária*, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (Brasil, 2009, grifo nosso).

Essa medida teve o intuito de estimular o desenvolvimento econômico das comunidades rurais, favorecer a economia local e incentivar a alimentação saudável (Nero, Garcia, Almassy Junior, 2022).

Nos governos de Dilma Rousseff não houve reajuste no PNAE, por isso no governo de Michel Temer houve a necessidade de fazê-lo. Entre 2017 e 2020, foram mantidos os seguintes valores de repasse: creches R\$ 1,07, pré-escola R\$ 0,53, escolas indígenas e quilombolas R\$ 0,64, ensino fundamental e médio R\$ 0,36, EJA R\$ 0,32, ensino integral R\$ 1,07, Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral R\$ 2,00, e para alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53. No período de suspensão das aulas por conta da Covid-19 foram distribuídos kits de alimentos aos estudantes, de acordo com a lei:

Art. 21-A. Durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica em razão de situação de emergência ou calamidade pública, fica autorizada, em todo o território nacional, em caráter excepcional, a distribuição imediata aos pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados, com acompanhamento pelo CAE, dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei, à conta do Pnae. (Incluído pela Lei nº 13.987, de 2020) (Brasil, 2009).

Portanto, o PNAE é uma política pública mais arraigada no Estado brasileiro que não sofre tantas alterações conforme a sucessão de governos. Mas ainda assim há

elementos que poderiam ser melhorados, como questiona Vilmar Bordim, da Cooperativa Terra Livre:

Bom, hoje a lei estabelece você comprar 30%, mas quem está fiscalizando isso? Porque 30% já não é o ideal, mas ajuda bastante. Se todas as prefeituras, todas as instituições públicas comprassem, cumprissem a lei, seria outro nível. Então, eu acho que deveria haver uma fiscalização bem-feita, rígida, nesse sentido, pelo menos para cumprir o que já tem hoje. E ampliar o que se tem, retomar o PAA, por exemplo, que é o Programa de Aquisição de Alimentos. Hoje é PAB, Programa Alimenta Brasil, enfim, só mudou o nome, mas não tem nada. De concreto não existe nada. Então, eu acho que é extremamente importante para nós essa retomada do PAA e o fortalecimento do PNAE porque hoje ele ainda é sim o principal mercado para nós, com certeza, 90%, e aí eu falo não só por nós aqui no Rio Grande do Sul, a gente participa de várias reuniões e debates no setor de produção a nível nacional, reuniões com as cooperativas, e essa é uma questão que pega nacionalmente, sabe? O mercado institucional para nós. Então, tem que fortalecer esse mercado, com certeza, até para a gente conseguir ir furando essa bolha do convencional (informação verbal)<sup>45</sup>.

Além de questionar o porquê de apenas 30% dos alimentos da merenda escolar serem provenientes da agricultura familiar, o entrevistado apontou que a lei nem sempre é aplicada por falta de fiscalização. Ele destacou que o PAA precisava ser retomado e que seu substituto, o Programa Alimenta Brasil não tinha nada de concreto. O PNAE, mesmo com os problemas apontados, ainda era o principal mercado para os produtos da reforma agrária. No final, o entrevistado aponta que o fortalecimento do mercado institucional é importante para furar a bolha do mercado convencional. Essa bolha ou bloqueio foi algo bastante mencionado na entrevista e está relacionado ao preconceito da sociedade com relação ao MST:

Eu acho que o nosso principal mercado hoje é o institucional. Justamente por todo esse bloqueio que existe da sociedade em relação a essa bandeira que está ali [aponta para a bandeira do MST]. Então, eu acho que o principal acúmulo que a rede Armazém do Campo, a nível nacional, traz para o nosso produtor assentado, para a família, eu acho que é esse debate político que tem com a sociedade. Então, tentar criar essa rede para furar essa bolha, esse bloqueio no mercado convencional, tomara que nós consigamos chegar lá. [...] Mostrar para a sociedade o trabalho que o movimento sem-terra faz do ponto de vista da produção de alimento saudável. E aí isso gera impacto e com certeza são impactos positivos, seja no mercado convencional que você consegue escoar um pouco mais aquilo que é produzido, seja no institucional, porque daí a sociedade está vendo, a sociedade sabe o que o MST produz, a

---

<sup>45</sup> Entrevista concedida por Vilmar Bordim, Roseli Celeste Nunes da Silva e Vitalvino Mori. Representantes do Armazém do Campo de Porto Alegre. **Entrevista VIII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Alegre, 2022.

qualidade do produto porque está em todos os espaços das cidades, quem sabe vamos chegar lá, não é? [...] E aí, através desse bloqueio, ir buscando outros mercados, não vender só nos armazéns, mas os outros mercados convencionais também vão enxergando, visualizando, vendo que a gente tem esse potencial de produção e de entrega de um produto de qualidade. Eu acho que esse é o maior acúmulo que o Armazém do Campo tem trazido para as famílias (informação verbal)<sup>46</sup>.

O entrevistado defende a melhoria das políticas públicas de compra da agricultura familiar, mas reconhece que o objetivo é estar mais presente no mercado convencional (lojas, supermercados, atacadistas etc.). O Armazém do Campo é apresentado como uma das vias para fazer os produtos da reforma agrária serem acessíveis à população e ajudar a quebrar a bolha do preconceito e o bloqueio que os produtos do MST recebem no mercado convencional. O entrevistado desabafou sobre o momento difícil de desestruturação das políticas públicas e comparou com momentos anteriores em que houve o fortalecimento das cooperativas produtoras:

[...] também os fomentos que foram extintos, então, isso também é importante que seja retomado, a própria compra do governo de estoque reguladores que também ajuda muito a agricultura familiar. Hoje, esse governo não faz mais estoque regulador, não compra mais arroz, não compra mais feijão, não compra nada. A Conab hoje é só um enfeite. Então, essa política mais macro que é o famoso estoque regulador. Na época da crise, o arroz foi a quase dez reais o quilo, se tu tens uma ação do governo não chega lá, joga o arroz no mercado, sabe? São várias coisas aí. Então, não só o PNAE...o próprio PNAE, voltar a cumprir o papel para o qual foi construído, não é? Tudo o que foi destruído tem que ser reconstruído. [...] Teve um período em que nós tínhamos um governo que aplicava política pública, hoje não tem nada nos assentamentos. Nós tínhamos assistência técnica em todos os assentamentos. Com a entrada dos governos de direita foi liquidada, não tem mais nada hoje. O crédito rural para a agricultura familiar dos PRONAFs, cortaram 80% dos PRONAFs. Para a agricultura familiar não tem nada, hoje quem é financiando é só o agronegócio, os granjeiros de soja e para nós não tem nada, estamos trabalhando com as próprias pernas. Então, eu acho que tudo isso faz parte do pacote das políticas públicas que precisam voltar para ir melhorando a qualidade de vida lá no campo também. Não só esse tema da comercialização que é um dos principais, um dos mais importantes você ter onde colocar a sua produção, mas também tem que ter a qualidade de vida lá no campo, não é? [...] Graças a essas políticas a gente existe hoje, com certeza. Nós tivemos aqui um dos programas - que eu vou te citar, um dos maiores que teve na época do Lula - foi o FUNTERRA, foram sessenta milhões aplicados, mas se você comparar sessenta milhões com o que é aplicado no agronegócio isso não é nada. Mas, para as nossas cooperativas, naquele momento histórico, foi extremamente importante. Porque

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida por Vilmar Bordim, Roseli Celeste Nunes da Silva e Vitalvino Mori. Representantes do Armazém do Campo de Porto Alegre. **Entrevista VIII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Alegre, 2022.

estruturou com equipamentos, com pessoal para contribuir. Teve vários programas, esse que eu falei foi um só. Então, as agroindústrias que nós temos hoje que fazem o beneficiamento dos produtos que estão aqui no Armazém do Campo, existem graças a uma política pública que foi implementada lá no governo. Se não tivesse tido essa política nós não tínhamos todos esses produtos que nós temos hoje. Hoje nós estaríamos entregando o nosso produto para o atravessador. Do ponto de vista dos lácteos, tem leite em pó, tem leite UHT, tem doce de leite, tem nata, tem manteiga, tem queijo. A gente não ia ter nada disso. A gente ia estar entregando leite *in natura* para uma Lactalis, uma JBS, para elas industrializarem, colocarem no mercado. Então seria uma outra situação (informação verbal)<sup>47</sup>.

Os estoques reguladores, enunciados pelo entrevistado, eram uma das modalidades do PAA, a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), operacionalizada pela Conab para a formação de estoques públicos com o objetivo de garantir o preço para o produtor, regular o abastecimento interno e atenuar as oscilações de preço no mercado (Companhia Nacional de Abastecimento, s.d.). O entrevistado ressaltou a importância dessa política e disse que naquele momento, em 2022, a Conab era só um enfeite que já não comprava arroz, não comprava feijão, não comprava nada. A falta dessa política foi sentida com o aumento dos preços dos alimentos nos últimos anos e a falta de ação do Estado para controlá-los. A função de formação de estoque foi reestabelecida pela Lei 14.628/2023.

Os entrevistados ainda relembram outras políticas públicas que foram importantes para o fortalecimento da agricultura familiar como o Programa de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF). De acordo com Fernandes et al. (2017), o PRONAF foi uma política pública do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso que substituiu o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), que foi a primeira política pública criada para a agricultura camponesa no Brasil, em 1986. A substituição do PROCERA pelo PRONAF representou uma mudança de uma política pública emancipatória para uma política de subordinação do campesinato ao agronegócio e endividamento das famílias camponesas. Apesar disso, o PRONAF é citado pelos entrevistados como uma política pública que tinha importância e, praticamente, já não mais existia em 2022. As políticas públicas, mesmo que contraditórias, podem ser disputadas e terem seus sentidos modificados (Fernandes et al., 2017).

---

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Vilmar Bordim, Roseli Celeste Nunes da Silva e Vitalvino Mori. Representantes do Armazém do Campo de Porto Alegre. **Entrevista VIII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Alegre, 2022.

Fernandes et al. (2017) cita como exemplo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, e que se tornou referência de política pública educacional para a agricultura camponesa. Os autores também mencionam o PAA, o PNAE e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) como políticas públicas emancipatórias do governo de Luís Inácio Lula da Silva e o Programa de Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária - TERRA FORTE, do governo de Dilma Roussef.

Na entrevista, também foi relatada a importância do Programa de Qualificação dos Assentamentos da Reforma Agrária Funterra, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criado em 2012, para fomentar a produção agroecológica dos assentamentos do Rio Grande do Sul (Neuhaus, 2015) e o Programa Terra Sol (PTS), de agroindustrialização, viabilizado por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e executado a partir de 2006 com o nome de Projetos de Ação de Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e as Atividades Pluriativas Solidárias (Sulzbacher, 2014).

Vale enfatizar o último trecho do relato do entrevistado: as agroindústrias que beneficiam os alimentos que hoje estão no Armazém do Campo só existem graças a esse conjunto de políticas públicas que existiram nos governos petistas. Caso contrário, os produtores teriam continuado entregando a produção *in natura* para os atravessadores e não teriam leite em pó, leite UHT, doce de leite, nata, manteiga e queijos.

A entrevista evidenciou que as políticas públicas emancipatórias foram fundamentais para a organização da produção e abriram a possibilidade de melhorar a produção por meio das agroindústrias e colocar esses produtos à venda nas prateleiras dos mercados. As políticas públicas emancipatórias, de acordo com Fernandes et al. (2017), são aquelas que promovem crédito, educação, produção, moradia, mercado e indústria para os territórios camponeses e são condições básicas para o desenvolvimento de um modelo alternativo que produza alimentos saudáveis, orgânicos, agroecológicos e que fortaleça a autonomia das famílias camponesas.

No próximo capítulo, discutiremos como o MST avançou na constituição de mercados da RAP a partir das políticas públicas emancipatórias. Trataremos, primeiramente, da organização do Escritório de Comercialização Institucional (ECI) que tem a função de fazer a comercialização no mercado institucional. Em seguida, veremos como a experiência do ECI foi fundamental para dar o próximo passo: a abertura do Armazém do Campo. Além disso, evidenciaremos as principais características da rede,

seus desafios e potencialidades. Por fim, discutiremos a organização logística para o abastecimento das lojas.

Podemos constatar que as políticas públicas emancipatórias, somadas aos processos de auto-organização do Movimento, resultaram na criação de territórios do MST no espaço urbano: o Escritório de Comercialização Institucional (ECI) e o Armazém do Campo. Como veremos a seguir, o ECI é um espaço de aprendizagem coletiva para acessar o mercado institucional e o Armazém do Campo é antes de tudo um espaço de divulgação da produção dos assentamentos e de chamado da população urbana para se unir a luta pela Reforma Agrária Popular.

O Armazém do Campo trouxe novos desafios para o MST, inclusive no que se refere às questões espaciais relacionadas com o abastecimento das unidades da rede, que vem requerendo novas habilidades do Movimento para a construção de arranjos logísticos colaborativos. A ampliação de mercados também fomenta as cadeias produtivas do MST na medida em que os produtores se tornam mais confiantes acerca das possibilidades de escoamento da produção. Portanto, a abertura de novos mercados faz parte de um ciclo que enseja mudanças em todos os elos da cadeia produtiva, melhorando os processos de produção, beneficiamento e circulação das mercadorias.

## CAPÍTULO 4

### OS MERCADOS DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Neste capítulo, discutiremos, primeiramente, como o MST vem se organizando para comercializar os produtos da reforma agrária no mercado institucional. Nosso foco será o Escritório de Comercialização Institucional (ECI), localizado em São Paulo, que foi constituído justamente para ampliar a participação das cooperativas do MST nesse mercado. Abordaremos o processo de formação do escritório, as cooperativas que participam, os produtos que são comercializados, as instituições compradoras, evidenciando a espacialização dos contratos firmados entre 2017 e 2021. Também discutiremos o funcionamento do PNAE e todo o trabalho necessário para participar da chamada pública, evidenciando a complexidade e a necessidade de profissionalização dos assentados para participar desse mercado.

Em seguida, discutiremos a formação do Armazém do Campo, que está relacionado com os antecedentes das políticas públicas emancipatórias e a formação do ECI. Mostraremos o processo de expansão da rede no decorrer do tempo e sua espacialização de 2016 a 2024. A partir das entrevistas realizadas, discutiremos a importância do Armazém do Campo como território do MST no espaço urbano, pontuando seus principais objetivos e desafios.

Dedicamos atenção à análise das características das trabalhadoras e trabalhadores que atuam no Armazém do Campo, discutindo questões relacionadas à raça, ao gênero, à sexualidade e à idade. Essa análise foi importante para trazer o devido protagonismo para as mulheres negras que estão engajadas na construção do Armazém do Campo, além de destacar o papel importante que a rede representa para a juventude do MST. Essa discussão nos permitiu evidenciar o racismo estrutural e as múltiplas opressões que atuam de forma interseccional e o enfretamento dessas violências nos espaços de socialização política do Armazém do Campo.

Finalizamos o capítulo com uma discussão sobre a questão logística que é um dos grandes desafios do MST, a partir da entrevista com uma trabalhadora da CONCENTRA, Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais, que tem atuado de forma importante para promover uma forma de logística coletiva e compartilhada, que tem como objetivo fazer as trocas dos produtos entre as diferentes regiões e abastecer as unidades do Armazém do Campo com o menor custo possível.

#### 4.1 O ESCRITÓRIO DE COMERCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL (ECI)

Com o fortalecimento das cooperativas e das cadeias produtivas do MST por meio das políticas públicas emancipatórias citadas na seção anterior, iniciou-se a busca por novos mercados. A Lei nº 11.947/2009 que instituiu a obrigatoriedade de que 30% dos alimentos destinados ao PNAE fossem de origem da agricultura familiar deu um novo impulso ao mercado institucional.

Em um primeiro momento, algumas cooperativas do MST do Rio Grande do Sul e do Paraná que estavam mais avançadas na organização da produção começaram a vir para São Paulo oferecer os seus produtos para as prefeituras. A partir de 2015, o setor de produção do MST avaliou a necessidade de expandir a representação comercial no mercado institucional para outras cooperativas. Para isso, formou-se uma equipe para trabalhar exclusivamente com a venda dos produtos do MST para a merenda escolar.

Assim, surge o Escritório de Comercialização Institucional (ECI) do MST, com sede em São Paulo, também denominado como Escritório Nacional de Comercialização:

[...] Com a aprovação do PNAE, duas dessas cooperativas, uma do Paraná e o outra do Rio Grande do Sul, a COOTAP do Rio Grande do Sul do arroz orgânico e a COANA do arroz convencional do Paraná, vieram para São Paulo para começar a fazer um trabalho de conversação com as prefeituras e enviaram para cá pessoas que estavam trabalhando lá na cooperativa, com isso eles conseguiram ir colocando o produto no mercado. E, em 2015, o setor de produção, a partir da avaliação de que tinha necessidade de organizar uma ferramenta que contemplasse, para além das duas cooperativas, outros produtos que também estavam em um nível de organização mais avançado, e que seria interessante a gente organizar isso de maneira mais coletiva e centralizada dentro de uma estratégia que, de fato, fosse do Movimento e não uma estratégia individual das cooperativas. Então, chama um grupo de cooperativas e constrói essa proposta de construir um coletivo que desse conta de fazer essa representação comercial no mercado institucional e para além do mercado de SP, até então essas cooperativas só transitavam nas prefeituras aqui do estado, não é? Então, as próprias cooperativas enviam parte da equipe para cá e a gente estrutura um grupo de quatro pessoas e aí começa a organizar a parte operacional do que é o escritório institucional hoje que tem a finalidade da venda no PNAE (informação verbal)<sup>48</sup>.

O ECI surgiu para atuar na representação comercial dos produtos da reforma agrária nas prefeituras com o objetivo de atender a demanda da alimentação escolar,

---

<sup>48</sup> Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de Comercialização Institucional, São Paulo, 2022.

sendo um coletivo formado a partir das cooperativas que anteriormente realizavam esse trabalho de forma individualizada. Ao mesmo tempo, o ECI também visa auxiliar no processo de organização da produção e da comercialização, principalmente no que se refere aos assuntos jurídicos como a emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento necessário para acessar às políticas públicas:

E a proposta do escritório é, exatamente, de você criar coletivos dentro dos estados que deem conta de ajudar nesse processo de fomento à organização da frente comercialização dentro dos estados. E, ao mesmo tempo, de potencializar a comercialização dentro desse mercado institucional que nem todos os empreendimentos conseguem acessar de maneira individualizada. A gente vai ver N realidades, a gente pega mais exemplo do Sul porque o Sul hoje tem um número de assentamentos muito maior e muito mais estruturado, tem a DAP, um documento que assegura e consegue garantir o acesso a esse mercado de maneira mais pulverizada. E aí você vai pegar a região Nordeste em que você tem assentamento e acampamento de 20, 25 anos e até hoje não conseguiram regularizar e não conseguem acessar esse mercado exatamente por não ter a DAP ou não conseguem acessar outro tipo de mercado porque não estão regularizados dentro da área, mas já tem uma vida ativa, um processo de vida no espaço, inclusive, passam de geração para geração já. É muito tempo dentro do mesmo local. [...] E aí o escritório vem um pouco com essa tarefa de tentar construir os coletivos, de tentar fomentar a sua organização interna e acessar essa política pública que é uma conquista da classe trabalhadora de maneira geral, da agricultura familiar, assim como das áreas de assentamento, que estão na mesma categoria (informação verbal)<sup>49</sup>.

A comercialização é a última etapa de um longo processo organizativo. Antes de tudo é preciso apoiar a organização das cadeias produtivas – o que será produzido? Que tipo de insumo será utilizado? Como industrializar? Onde armazenar? De que modo construir a logística de distribuição? Como colocar esses produtos disponíveis nos mercados? Quais são os instrumentos jurídicos necessários? O escritório de comercialização também fornece esse tipo de assistência aos produtores afim de organizar a frente de comercialização em cada estado. É preciso pensar em todos os elos da cadeia produtiva para que haja produtos em quantidade, qualidade e regularidade disponíveis para serem lançados nos mercados.

A comercialização de alimentos para a merenda escolar obedece a Lei nº 11.947/2009, a Lei do PNAE. Os valores são repassados para os estados, os municípios, o Distrito Federal e para as escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da

---

<sup>49</sup> Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de Comercialização Institucional, São Paulo, 2022.

Educação (FNDE). A fiscalização e o assessoramento são realizados por Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) com representante indicado pelo respectivo poder executivo, trabalhadores da educação, pais de alunos e representantes de entidades civis organizadas. As compras acontecem por meio de chamadas públicas em que as entidades interessadas (escolas, secretarias de educação, prefeituras etc.) publicam editais com a intenção de compra de alimentos (Brasil, 2009).

O processo de comercialização envolve a relação entre os agricultores familiares, suas organizações e o nutricionista responsável pela elaboração do cardápio:

O nutricionista tem papel fundamental em planejar um cardápio nutricionalmente adequado, com produtos de qualidade para a alimentação escolar. Com a compra da agricultura familiar, tem condições de adquirir produtos frescos, saudáveis, respeitando a cultura e a vocação agrícola local. Por isso, é muito importante que o planejamento seja feito com base no mapeamento dos produtos da agricultura familiar local, considerando a sua sazonalidade e a quantidade produzida na região. O respeito e valorização de hábitos e cultura alimentar local potencializam a elaboração de cardápios diversificados, que consideram a sazonalidade e que podem contemplar, também, produtos da sociobiodiversidade. Produtos da sociobiodiversidade são bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade nativa, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (Brasil, 2022, p. 29-30).

A Lei do PNAE é uma importante política pública que garante alimentação saudável e adequada para as crianças, jovens e adultos que frequentam as escolas públicas e, ao mesmo tempo, oferece apoio à produção sustentável de alimentos. Após a elaboração do cardápio escolar pelos nutricionistas, as listas de compras são preparadas já com o valor a ser pago pela aquisição do produto, pois o edital já vem com os preços definidos. Os preços não são elementos de concorrência nesse tipo de chamada pública, mas devem obrigatoriamente refletir os preços de mercado, pesquisados previamente pela entidade executora. Após a chamada pública, os agricultores familiares e suas organizações devem elaborar um projeto de venda com a especificação dos produtos, a quantidade, o cronograma de entrega etc., de acordo com o estabelecido no edital (Brasil, 2022).

Podem ser apresentados Projetos de Grupo Formal organizados por agricultores familiares, isto é, associações e cooperativas detentoras de DAP jurídica; Projetos de

Grupos Informais sem DAP jurídica, no caso os contratos são firmados individualmente com cada membro do grupo informal; e Projetos Individuais de fornecedores portadores de DAP física. O limite de venda é R\$ 40 mil por DAP/ano/entidade executora. O período de recepção e habilitação dos projetos de vendas e das documentações necessárias deve ser no mínimo de 20 dias. Após a fase de habilitação, a unidade executora faz a seleção dos projetos de venda de acordo com alguns critérios. O primeiro deles é a seleção de alimentos produzidos nos locais mais próximos do local de consumo para garantir a aquisição de alimentos frescos. Os projetos são separados na seguinte ordem de prioridade: Projetos Locais, Projetos da Região Imediata, Projetos da Região Intermediária<sup>50</sup>, Projetos do Estado e Projetos do País (Brasil, 2022).

Após a separação dos projetos de venda pela localidade, a primeira prioridade é para os assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, considerados no mesmo nível de prioridade. A segunda prioridade é para alimentos certificados como orgânicos e agroecológicos. A terceira prioridade é de Grupos Formais sobre os Grupos Informais, e estes, sobre os Fornecedores individuais, de modo a incentivar a organização dos agricultores. Após a seleção dos projetos de acordo com esses critérios, a unidade executora pode solicitar amostras dos produtos para controle de qualidade e conformidade sanitária. Só então os projetos de vendas são selecionados e os contratos podem ser celebrados. A entrega dos produtos deve ser realizada de acordo com o cronograma estabelecido no edital de chamada pública e no contrato (Brasil, 2022).

Tendo em vista a complexidade para acessar o PNAE, percebe-se a importância da formação do Escritório de Comercialização Institucional com uma equipe especializada para atuar nesse mercado. O ECI atende 17 cooperativas do MST envolvidas nas cadeias produtivas dos seguintes produtos: arroz, feijão, leite, café, açúcar e outros derivados de cana-de-açúcar, molho de tomate, geleias, doces, farinha de mandioca, milho e sucos (Quadro 22).

---

<sup>50</sup> A Resolução CD/FNDE nº 06/2020 adotou a nova divisão apresentada pelo IBGE (2017), que leva em consideração as "transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ao longo das últimas décadas" no Brasil. As Regiões Geográficas Intermediárias, formadas por conjuntos de Regiões Geográficas Imediatas, têm um polo urbano como referência de organização, considerando a influência regional exercida por ele na perspectiva de atendimento de demandas e necessidades da população. A adoção desta nova divisão tem como objetivo o alinhamento das diretrizes do PNAE ao novo cenário regional brasileiro (Brasil, 2022, p. 47).

**Quadro 22 - Cooperativas atendidas pelo Escritório de Comercialização Institucional e produtos comercializados (2022)**

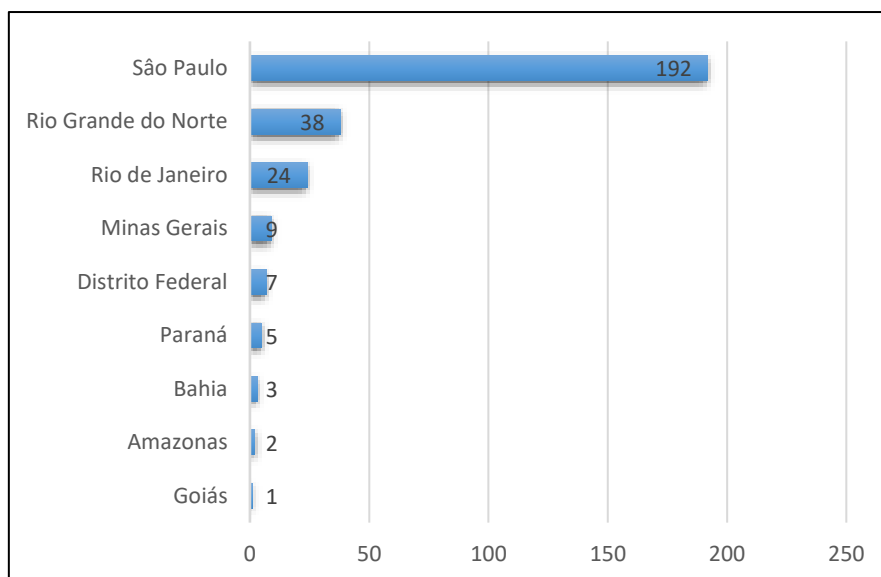
	<b>Cooperativa</b>	<b>Razão Social</b>	<b>Localidade</b>	<b>Produtos</b>
<b>1</b>	CAMPONESA	Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiro	Campo do Meio – Minas Gerais	CAFÉ
<b>2</b>	CCA - SC	Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina	Chapecó – Santa Catarina	FEIJÃO
<b>3</b>	COANA	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda	Querência do Norte - Paraná	ARROZ E FARINHA DE MANDIOCA
<b>4</b>	COCAVI	Cooperativa de Comercialização Camponesa vale do Ivaí	Jardim Alegre - Paraná	AÇÚCAR MASCADO
<b>5</b>	COOPAN	Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita	Nova Santa Rita – Rio Grande do Sul	ARROZ ORGÂNICO
<b>6</b>	COOPERANA	Cooperativa da Agricultura Camponesa da Região Metropolitana de Belo Horizonte	Nova União – Minas Gerais	DOCE DE BANANA
<b>7</b>	COOPERCONTESTADO	Cooperativa dos assentados da Região do Contestado	Fraiburgo – Santa Catarina	FEIJÃO
<b>8</b>	COOPEROESTE	Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste	São Miguel do Oeste – Santa Catarina	DERIVADOS LÁCTEOS
<b>9</b>	COOPERTERRA	Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Assentados da Reforma Agrária	Ponta Porã – Mato Grosso do Sul	MILHO PIPOCA
<b>10</b>	COOPTERRA	Cooperativa de Beneficiamento, Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Assentados	São Mateus – Espírito Santo	CAFÉ
<b>11</b>	COOTAP	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre	Eldorado do Sul – Rio Grande do Sul	ARROZ ORGÂNICO
<b>12</b>	COPACON	Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista	Londrina - Paraná	DERIVADOS DO MILHO E FEIJÃO
<b>13</b>	COOPAL	Cooperativa de Produção Agropecuária Sete de Julho Ltda	Nova Santa Rita – Rio Grande do Sul	ARROZ ORGÂNICO
<b>14</b>	COPAVI	Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória	Paranacity - Paraná	AÇÚCAR MASCADO ORGÂNICO
<b>15</b>	DA TERRA	Cooperativa Mista de Produção Comercialização e Serviços da Terra Ltda	Itaberá – São Paulo	FEIJÃO
<b>16</b>	TERRA LIVRE	Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária Terra Livre Ltda	Nova Santa Rita – Rio Grande do Sul	ARROZ CONVECCIONAL, FEIJÃO, SUCOS, LEITE EM PÓ, ACHOCOLATADO, MANTEIGA, MEL
<b>17</b>	TERRA LIVRE LAPA	Cooperativa de Agroindústria e Comércio Terra Livre	Lapa - Paraná	MOLHO DE TOMATE

Fonte: Escritório de Comercialização Institucional. Organização: Angela dos Santos Machado.

O escritório de comercialização faz a representação dos produtos em São Paulo, no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Distrito Federal, no Paraná, na Bahia,

no Amazonas e em Goiás. Atende prefeituras, institutos federais, secretarias de educação, diretorias de ensino e forças armadas – nesse caso, por meio do PAA (Gráfico 2).

**Gráfico 2** - Vendas do Escritório de Comercialização Institucional – contratos por estado (2017-2021)



Fonte: Escritório de Comercialização Institucional. Organização: Angela dos Santos Machado.

De 2017 a 2021, o escritório de comercialização institucional conseguiu fechar 192 contratos com 64 prefeituras de São Paulo. Além dos municípios, houve aquisição de alimentos pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e por quinze campi do Instituto Federal de São Paulo. No Rio Grande do Norte, houve 38 contratos firmados entre o escritório de comercialização e unidades executoras, dentre elas a Secretária Estadual de Educação, Instituto Federal (IF) e Diretorias de Ensino (Quadro 23).

No estado do Rio de Janeiro, foram 24 contratos com seis municípios compradores. Em Minas Gerais, quatro prefeituras e dois caixas escolares adquiriram produtos do escritório de comercialização. Também foram efetuadas compras pela Universidade Federal de Viçosa e o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/MG). Na Bahia, houve contratos assinados com as prefeituras de Camaçari e Salvador. No Distrito Federal, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) celebrou contrato com o ECI.

Vale ressaltar que estão inclusos nos dados algumas vendas realizadas para as forças armadas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): para o Ministério da Defesa, no Distrito Federal; para o Exército, no Paraná, no Distrito Federal,

no Rio de Janeiro e no estado do Amazonas; para a Marinha, no Rio de Janeiro; e para a Aeronáutica, no Paraná e em Goiás.

**Quadro 23** - Vendas do Escritório de Comercialização Institucional – contratos por estado, entidades e municípios (2017-2021)

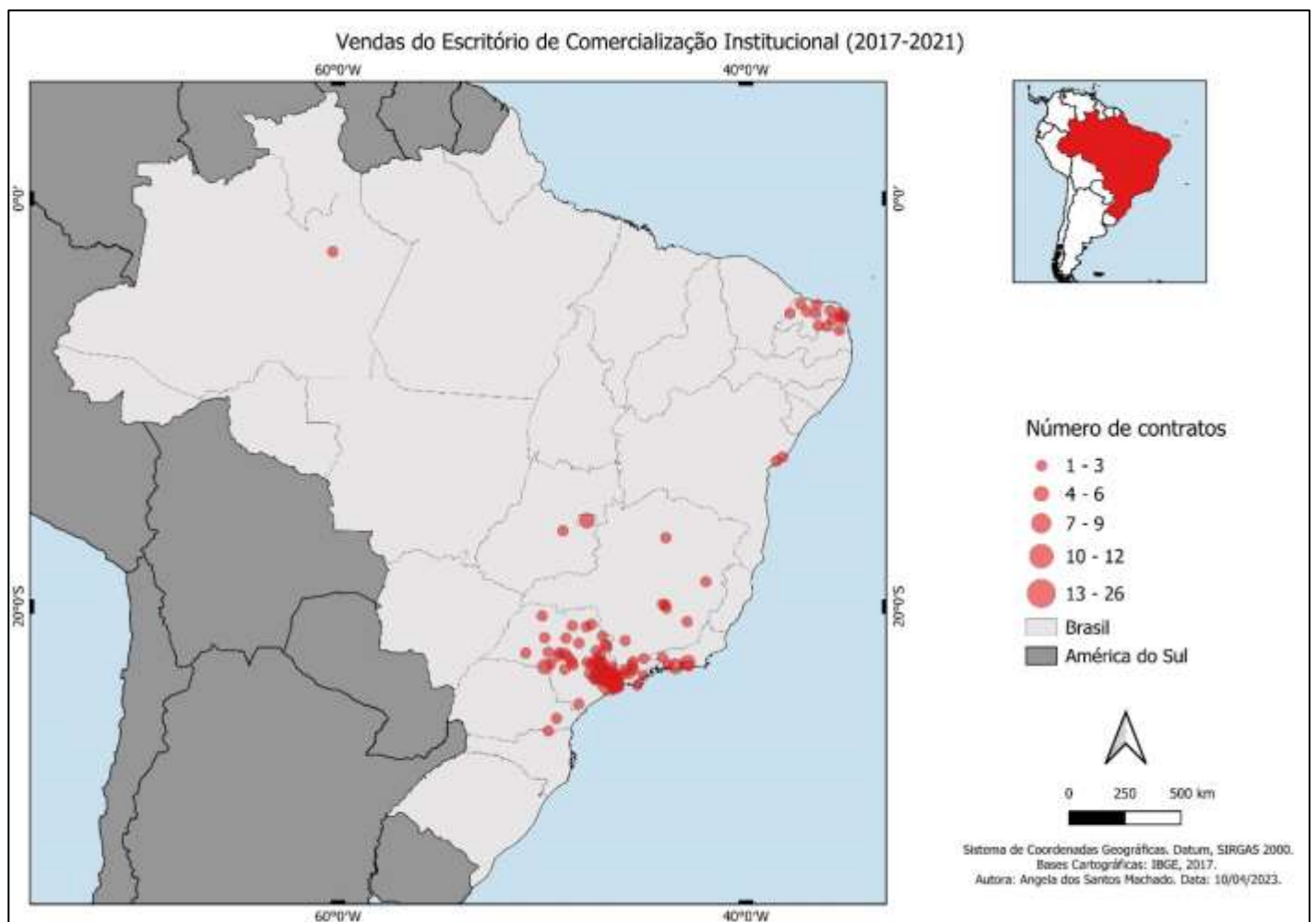
Estado	Entidades	Municípios
São Paulo	Prefeituras e Secretarias de Educação	Alumínio, Atibaia, Batatais, Bauru, Bebedouro, Boituva, Botucatu, Bragança Paulista, Caieiras, Cajati, Campinas, Campo Limpo Paulista, Conchal, Cosmópolis, Cruzeiro, Garça, Guarujá, Guarulhos, Ilhabela, Indaiatuba, Itapeverica da Serra, Itápolis, Itu, Jacareí, Jaguariuna, Jambuí, Jardinópolis, João Ramalho, Jundiá, Leme, Limeira, Louveira, Macatuba, Mariporã, Mococa, Nova Odessa, Ourinhos, Pederneiras, Piracicaba, Piratininga, Praia Grande, Promissão, Ribeirão Pires, Rio das Pedras, Santa Barbara D' oeste, Santa Cruz do Rio Pardo, Santana de Parnaíba, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São João da Boa Vista, São Manuel, São Paulo, São Roque, São Vicente, Suzano, Taboão da Serra, Taubaté, Tremembé, Ubatuba, Vargem Grande Do Sul, Vinhedo e Votorantim.
	Instituto Federal de São Paulo	Avaré, Campos do Jordão, Araraquara, Cubatão, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Jacareí, Jundiá, Piracicaba, Salto, São José Dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Suzano e Votuporanga
Rio Grande do Norte	Secretaria Estadual de Educação, escolas e Diretorias de Ensino	Açu, Angicos, Ceará-Mirim, João Câmara, Macau, Mossoró, Natal, Nova Cruz, Parnamirim, Santa Cruz e São Paulo do Potengi
	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Currais Novos, João Câmara, Parnamirim, Santa Cruz. E as diretorias de ensino localizadas em Angicos, Apodi, Ceara-Mirim, João Câmara, Macau, Mossoró, Santa Cruz, São Paulo Do Potengi, Açu, Natal, Nova Cruz, Parnamirim.
Rio de Janeiro	Prefeituras, Exército e Marinha	Maricá, Itaboraí, Itaguaí, Maricá, Rio de Janeiro e Volta redonda
Minas Gerais	Prefeituras	Belo Horizonte, Machado, Nova Lima e Contagem
	Caixas escolares <sup>51</sup>	Governador Valadares e Montes Claros
	Universidade Federal de Viçosa e o Centro Federal de Educação Tecnológica	Viçosa e Belo Horizonte
Bahia	Prefeituras	Camaçari e Salvador
Distrito Federal	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Defesa e Exército	Distrito Federal
Paraná	Exército e Aeronáutica	Rio Negro e Curitiba
Amazonas	Exército	Manaus
Goiás	Aeronáutica	Anápolis

Fonte: Escritório de Comercialização Institucional. Organização: Angela dos Santos Machado.

<sup>51</sup> As Caixas Escolares são associações civis com personalidade jurídica de direito privado vinculadas às escolas públicas do Estado de Minas Gerais, que recebem recursos públicos para realizar projetos e atividades educacionais, bem como a manutenção e conservação das escolas (Secretaria de Educação de Minas Gerais, s.d.).

No Mapa 1 podemos visualizar a concentração das vendas do escritório de comercialização, sobretudo, no estado de São Paulo, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Vale ressaltar que estão inclusos nos dados alguns contratos com o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), como é o caso do estado do Amazonas em que houve venda para o exército. O foco no estado de São Paulo justifica-se pelo maior número de estudantes matriculados no ensino básico e, conseqüentemente, maior demanda de aquisição de alimentos para a alimentação escolar. O estado de São Paulo concentra mais de 20% dos estudantes da educação básica do Brasil, seguido por Minas Gerais (9,10%) e Rio de Janeiro (7,39%), estados que também concentram maior volume de comercialização (INEP, 2022) (Tabela 1).

**Mapa 1** - Vendas do Escritório de Comercialização Institucional (2017-2021)



Fonte: Escritório de Comercialização Institucional. Elaborado com QGIS.

**Tabela 1** - Número de matrículas da educação básica por estado (2022)

<b>Estado</b>	<b>número</b>	<b>%</b>
<b>Roraima</b>	176.301	0,37
<b>Amapá</b>	209.101	0,44
<b>Acre</b>	254.695	0,54
<b>Tocantins</b>	382.227	0,81
<b>Rondônia</b>	391.467	0,83
<b>Sergipe</b>	537.182	1,13
<b>Distrito Federal</b>	643.698	1,36
<b>Mato Grosso do Sul</b>	667.842	1,41
<b>Rio Grande do Norte</b>	802.751	1,69
<b>Espírito Santo</b>	873.913	1,84
<b>Piauí</b>	883.834	1,87
<b>Alagoas</b>	884.262	1,87
<b>Mato Grosso</b>	892.534	1,88
<b>Paraíba</b>	967.833	2,04
<b>Amazonas</b>	1.148.756	2,42
<b>Goiás</b>	1.438.877	3,04
<b>Santa Catarina</b>	1.692.795	3,57
<b>Maranhão</b>	1.947.649	4,11
<b>Ceará</b>	2.140.122	4,52
<b>Pernambuco</b>	2.159.399	4,56
<b>Pará</b>	2.250.207	4,75
<b>Rio Grande do Sul</b>	2.266.494	4,78
<b>Paraná</b>	2.482.415	5,24
<b>Bahia</b>	3.444.550	7,27
<b>Rio de Janeiro</b>	3.503.285	7,39
<b>Minas Gerais</b>	4.310.816	9,10
<b>São Paulo</b>	10.029.069	21,17
<b>Total</b>	<b>47.382.074</b>	<b>100</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2022.

Nota: A Educação Básica inclui Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial.

Organização: Angela dos Santos Machado.

A coordenadora do escritório de comercialização institucional, Dorcelina Folador, confirmou em entrevista que o estado de São Paulo é o maior mercado do PNAE, fato que ajuda no processo de logística já que é possível fazer entregas grandes de uma só vez. Ela ainda pontuou a localização estratégica do estado de São Paulo, sobretudo, para as cooperativas da região Sul, que são as mais estruturadas e que precisam passar por São Paulo para acessar outros estados:

São Paulo para o escritório porque, de fato, foi o lugar onde as cooperativas já estavam trabalhando, é o maior mercado. Nós temos muitas prefeituras com o orçamento muito grande [...] e vai ter prefeituras bastante grandes que consomem muito [...] então, quando o escritório nasce, a nossa meta era vender em prefeituras acima de 150 mil habitantes porque aí tu consegues trazer uma carreta de arroz e entregar em duas prefeituras por mês. Agora se eu fosse para prefeituras de 40 ou 50 mil habitantes, eu iria ter que fazer muitas prefeituras, ficava picadinho e a logística ficava muito cara. [...] Aqui em São Paulo, hoje, consegue entregar em prefeituras menores, então, prefeitura que tem necessidade de 10 ou 12 mil quilos por ano de arroz, se a gente consegue organizar uma entrega a cada 2 ou 3 meses, consegue garantir execução do contrato. Em São Paulo, é isso, é o maior mercado consumidor, todo mundo vem para cá e como as cooperativas já vinham por essa logística facilitada, não é? Para você ir para qualquer estado tem que passar por São Paulo (informação verbal)<sup>52</sup>.

A coordenadora também citou o estado do Rio Grande do Norte, que podemos visualizar no mapa 1, como o estado nordestino com maior número de contratos com o ECI. Ela mencionou que o estado tem uma organização logística que permite entregas individuais nas escolas. Além disso, naquele momento havia tentativas de expandir as vendas para outros municípios e até mesmo para restaurantes populares.

Na Bahia, também havia o esforço de abranger outros municípios, mas ainda estavam construindo esse processo de expansão e dependia de fatores como a concorrência local.

A coordenadora relatou que os produtos da região Sul eram os mais comercializados, pois os outros estados ainda tinham dificuldades de fornecimento. Mesmo o estado de São Paulo sendo o maior consumidor, as cooperativas paulistas apresentavam mais dificuldade de fornecimento. Por alguma razão, de quarenta cooperativas de São Paulo, apenas duas atuavam em conjunto com o ECI:

Nós, geralmente, estamos vindo com produtos do Sul para os estados e são poucos os estados que têm cooperativas do próprio estado fornecendo. Aqui em São Paulo nós trabalhamos com duas cooperativas que são do Movimento. Mas, tem umas quarenta, mas nem todas estão dentro do escritório de comercialização (informação verbal)<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.

<sup>53</sup> Idem.

Vale ressaltar que as vendas do Escritório de Comercialização Institucional não refletem o total do que é comercializado pelos acampamentos, assentamentos, associações e cooperativas do MST por meio do PNAE, pois há muitas experiências de comercialização diretamente entre os produtores e as escolas, municípios e estados. Quantificar o total da contribuição do MST para a merenda escolar é uma dificuldade para o Movimento, tendo em vista os diferentes processos de comercialização fora da estratégia mais coletiva que é o escritório de comercialização:

É, essa é uma dificuldade, inclusive, dentro do setor de produção de quantificar qual é a produção e qual é o valor que hoje os assentamentos conseguem através do PNAE. Qual é o desenvolvimento que tem dentro das áreas? A gente não consegue ter essa dimensão, você consegue ter o mínimo que são as ferramentas que, de fato, estão um pouco mais organizadas e, mesmo as organizadas, tem cooperativas que tem a parte de indústria dentro dela, tem cooperativa que só faz a coleta e organiza a coleta, tem outras cooperativas que só os produtores é quem trazem até uma central e eles organizam a partir dali para fazer as entregas nas escolas, tem produtor individual que faz entrega e que ninguém consegue quantificar também, não está dentro de um processo de organização mais coletivo. Então é uma dimensão que nós não temos, assim, quanto é que, de fato, os assentamentos de reforma agrária vendem e qual é a quantidade de alimento que sai dessas áreas para as escolas (informação verbal)<sup>54</sup>.

O acesso ao PNAE, como vimos, é bastante complexo, então não é uma política pública que consegue contemplar de forma ampla os assentados da reforma agrária, sobretudo, pela dificuldade burocrática. Além disso, como a comercialização é a última etapa do processo produtivo, outras políticas públicas precisam anteceder o mercado institucional, como a regularização da terra e a assistência técnica, sem contar políticas de saúde, habitação etc.

Você tem políticas públicas de desenvolvimento que acabaram. Assistência técnica quais são os estados que a gente tem? É uma política pública. A própria saúde, olhando para as áreas de assentamento, quais são os tipos de política pública que a gente precisa ter e garantir, olhando para a concepção que nós temos de saúde? O campo da comercialização é o que garante o desenvolvimento econômico e social das famílias e a permanência no campo, na roça, e uma garantia de qualidade de vida. Hoje o PNAE significa isso para quem consegue ser beneficiado por essa política, mas ela não contempla o todo. E aqui tem N exemplos. Porque, burocraticamente, a gente tem dificuldade de acessar. E aí é também pela falta de uma política pública que é de outra área, não do campo da comercialização, mas está no campo do acesso

---

<sup>54</sup> Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.

a documentação, a regularização de terra, a organização da própria produção das famílias, a falta de uma política pública de assistência técnica. Então, assim, é difícil eu resumir qual é a importância [das políticas públicas] porque é o que garante a vida e a permanência da reforma agrária. O PNAE tem um pouco dessa função, mas ela é alicerçada por outras políticas públicas que não acontecem e que a gente poderia fazer muito mais e muito melhor se tivesse, de fato, políticas públicas que garantissem outros campos, não é? Outros elos desse conjunto (informação verbal)<sup>55</sup>.

Finalizamos a entrevista com Dorcelina Folador falando sobre os desafios e perspectivas futuras das frentes de comercialização do MST. Ela mencionou que o desafio é organizar a produção nos assentamentos pensando qual é o papel que a reforma agrária deve cumprir para a sociedade e que o desafio é fazer a reforma agrária, sendo que a comercialização é apenas um dos seus pilares. Ela acredita que a melhor via de acesso ao mercado institucional é a criação de um escritório de comercialização em cada estado para realizar a representação comercial dos produtos da reforma agrária. A coordenadora enfatizou que há muito trabalho pela frente, pois ainda há muitos produtores desorganizados, isto é, comercializando de forma individual. Além disso, a coordenadora evidenciou otimismo com a expansão da rede Armazém do Campo:

*Eu acho que no conjunto, assim, todos os canais de venda são reflexos de um processo organizativo. Então, o desafio futuro está muito em estruturar e organizar cada elo da cadeia produtiva dentro da nossa concepção do que é o papel da produção dentro das áreas de reforma agrária, o papel que a reforma agrária deve cumprir para a sociedade. Só nisso aí você tem um milhão de alternativas, de questões, de contradições e de desafios, não é? Porque ela é bastante ampla. Fazer reforma agrária é o desafio. E o campo da comercialização de alimentos é um dos pilares, mas não é o único. Então, eu vejo embriões, de maneira muito desorganizada, ao mesmo tempo em que está organizado, sabe? Eu acho que tem uma possibilidade enorme de crescer e um campo de mercado, de acesso ao mercado muito amplo também, que a gente precisa organizar e tem muito trabalho. Acho que o grande desafio é esse. Para o futuro, eu vejo um escritório estruturado em cada estado porque nós temos capacidade e condição de fazer isso. Cada estado tem cooperativas, são vinte e quatro estados que tem assentamentos de reforma agrária ou acampamentos. Então, nós somos capazes de organizar uma estrutura de representação comercial e de organização da produção que ajude e auxilie no acesso a essas alternativas de comércio. A Raízes de Campo, eu acho que eu tenho um pouco mais de dificuldade de visualizar ela no futuro porque ainda é uma estrutura bastante discutida sobre a função, tamanho, para onde vai, até quando vai, qual é o limite, é o que eu tenho um pouco mais de dificuldade. Mas, eu a vejo nessas grandes capitais e acessando esses*

---

<sup>55</sup> Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.

grandes mercados, indo para qualquer tipo de mercado, olhando o produto e falando: “nossa, um produto nosso”. *Eu acho que as cooperativas também têm condição de organizar essa produção para dar conta disso porque a gente tem um público enorme de produtor e que não está organizado. Não está organizado porque nós ainda não damos conta de fazer esse processo lá na ponta. E dos Armazém do Campo, eu consigo ver, de fato, uma rede de Armazéns do Campo no Brasil inteiro, distribuindo comida e comida com acesso para toda população, não necessariamente precisa ser uma loja física para garantir esse processo. Mas, hoje eu vejo sim mil, mil e um, mil e dois Armazéns do Campo conectados e trabalhando, de fato, em rede porque eu acho que esse é o grande desafio dos Armazéns (informação verbal, grifo nosso)*<sup>56</sup>.

O escritório de comercialização institucional tem se mostrado uma importante iniciativa do MST para acessar o mercado institucional, sobretudo o PNAE que é uma política pública mais estável frente as mudanças de governos. O escritório é um espaço de aprendizado coletivo e aprimoramento das habilidades necessárias para acessar o mercado institucional. Ainda há inúmeros desafios nesse mercado no que se refere a questões burocráticas e de organização da produção para atender essa demanda, mas o Movimento está em constante avaliação e transformação visando melhorar a capacidade produtiva e de comercialização das famílias assentadas da reforma agrária.

Na próxima seção, discutiremos acerca de outra frente de comercialização do MST: o Armazém do Campo.

## **4.2 O ARMAZÉM DO CAMPO**

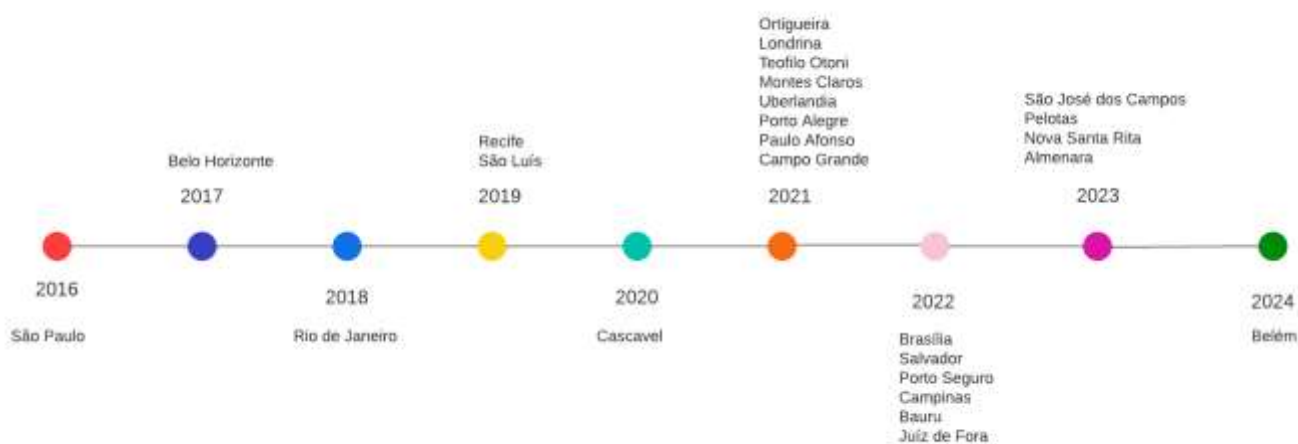
O Armazém do Campo teve início em 2016 com a abertura da primeira loja, em São Paulo. Nos anos seguintes novas lojas foram abertas: Belo Horizonte (2017); Rio de Janeiro (2018); Recife e São Luís (2019); Cascavel (2020); Ortigueira, Londrina, Teófilo Otoni, Montes Claros, Uberlândia, Porto Alegre, Paulo Afonso e Campo Grande (2021); Brasília, Salvador, Porto Seguro, Campinas, Bauru e Juiz de Fora (2022). O ano de 2021 foi o que mais apresentou abertura de novas unidades do Armazém do Campo (8 lojas), seguido pelo ano de 2022 (6 lojas). Em 2023, foram inauguradas novas unidades em São José dos Campos, Pelotas, Almenara e Nova Santa Rita. Vale ressaltar que esta última é

---

<sup>56</sup> Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.

a única que se encontra dentro de um assentamento. Por fim, em 2024 houve a abertura do primeiro Armazém do Campo na região Norte, em Belém do Pará (Figura 34).

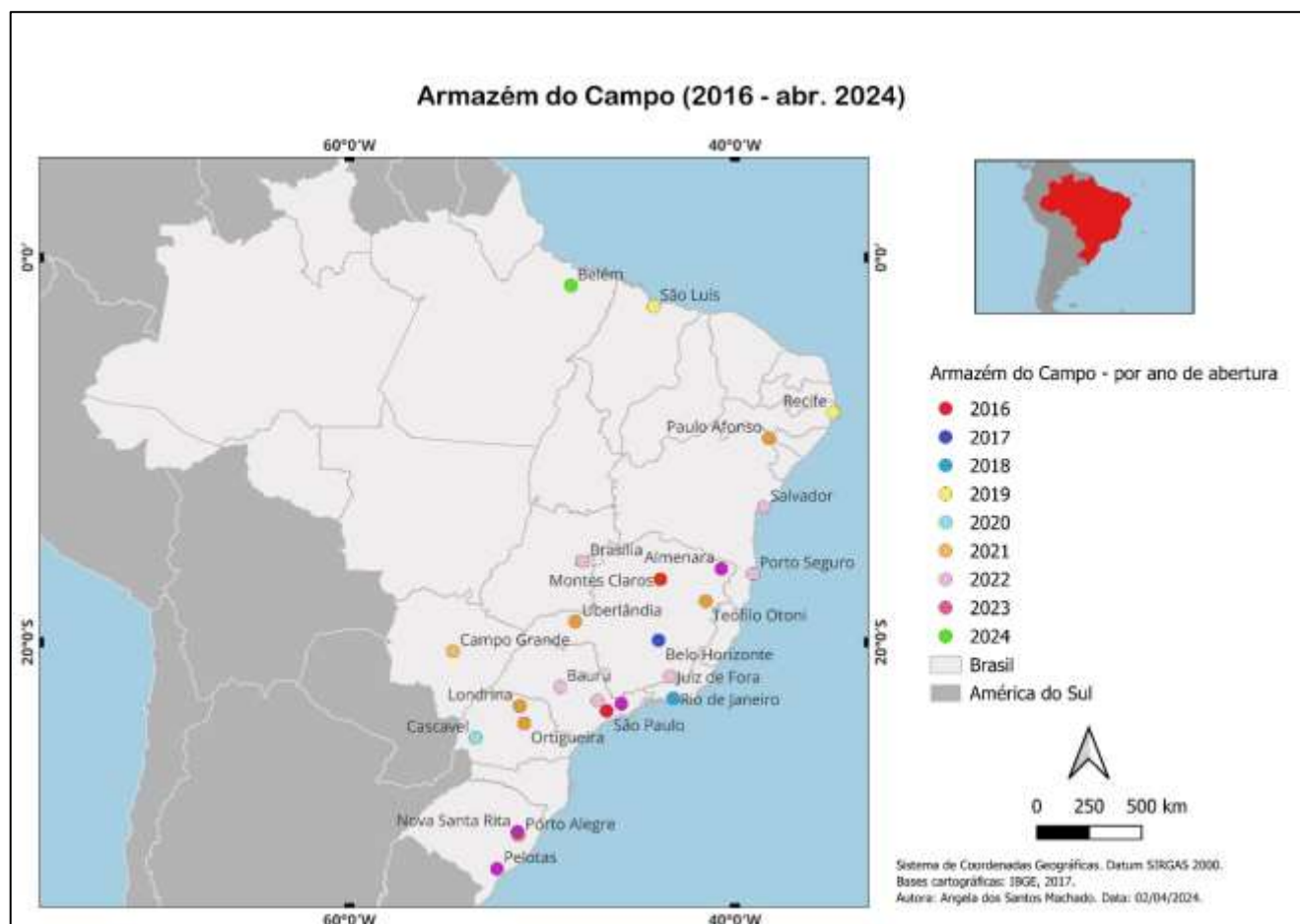
**Figura 34** - Linha do tempo do Armazém do Campo por cidade e ano de abertura – até abril de 2024



Fonte: Trabalho de campo. Elaborado com Lucidchart. Autora: Angela dos Santos Machado.

As cinco primeiras lojas foram instaladas em capitais e, a partir de 2020, foram inauguradas unidades em cidades interioranas. No Paraná, foram estabelecidas três lojas fora da capital: Cascavel, Ortigueira e Londrina. Em Minas Gerais são cinco lojas no interior: Teófilo Otoni, Montes Claros, Uberlândia, Juiz de Fora e Almenara. Na Bahia, além da capital, Salvador, foram abertas outras duas lojas, uma em Porto Seguro e outra em Paulo Afonso. No estado de São Paulo, três unidades foram implantadas no interior: Campinas, Bauru e São José dos Campos. No mapa 2 podemos observar a espacialização das unidades do Armazém do Campo de acordo com o ano de implementação da loja (Mapa 2).

**Mapa 2** - Rede de lojas do Armazém do campo por ano de abertura (2016-abr. 2024)



Fonte: Trabalho de campo. Elaborado com QGIS.

Podemos perceber que há uma concentração de lojas na região Sudeste, com 11 unidades, seguida pela região Sul com 6, Nordeste com 5, Centro-Oeste com 2 unidades e o Norte com 1 loja. De todas as lojas abertas entre 2016 e 2024, duas unidades foram fechadas, ambas no estado da Bahia, Paulo Afonso e Porto Seguro. As informações que recebemos é que a unidade de Paulo Afonso foi fechada em razão das dificuldades logísticas de abastecimento da loja e problemas de gestão administrativa. E a unidade de Porto Seguro, fomos informados que seria transferida para Vitória da Conquista, porém não sabemos detalhes sobre essa decisão.

Podemos nos questionar a razão de 2021, um ano de pandemia, ser justamente o ano que mais teve abertura de novas unidades do Armazém do Campo. Podemos dizer que se trata de uma estratégia de construção de diálogo com a sociedade em um momento marcado pelas ações de solidariedade do MST. As unidades do Armazém do Campo se

transformaram em cozinhas solidárias para a produção de marmitas a serem distribuídas para pessoas em situação de vulnerabilidade social ou organização de cestas de alimentos para serem doadas (Machado; Jorge; Fernandes, 2021; 2022). De acordo com o coordenador do Armazém do Campo de Recife, as ações de solidariedade durante a pandemia resultaram em maior visibilidade e aumento do apoio popular ao MST.

[...] durante muitos anos a sociedade nos viu apenas pelas lentes da grande mídia que tentou nos caracterizar como um movimento violento, baderneiro, invasor de terra, depredador de patrimônios. E agora, nos últimos anos, por meio do Armazém e por meio de outras coisas, por exemplo, um exemplo prático que têm sido os 2 anos de pandemia: houve uma mudança radical na maneira que a sociedade enxerga o MST durante a pandemia porque foi um período muito duro para nós, durante o governo Bolsonaro nós fomos duramente atacados, e o Armazém, para tu ter uma referência desse espaço aqui onde nós estamos, daqui saiu mais de um milhão de marmitas para distribuir para a população em situação de rua [...] (informação verbal)<sup>57</sup>.

Além disso, outra explicação para a expansão da rede em 2021 é que 5 anos após a primeira loja ser inaugurada, já se podia avaliar essa experiência e aprender com os erros e acertos das iniciativas anteriores e com as trocas de experiências entre os que já atuavam na rede e quem estava entrando. Por exemplo, o coordenador do Armazém do Campo de Recife pontuou a importância da ajuda da unidade de São Paulo: “Desde o início teve uma ação determinante e o apoio do Armazém de São Paulo, então eles davam esse suporte para nós, ajudando a identificar fornecedores e nos treinando como fazer pedidos [...]” (informação verbal)<sup>58</sup>.

Podemos pontuar também a meta de expansão do Armazém do Campo, a medida em que o tempo foi passando, a ideia de formar uma rede foi se consolidando, como ressalta um dos gestores do Armazém do Campo: “Nós temos um grupo gestor, de oito pessoas, que cuida da expansão da marca. Nós apresentamos para a direção nacional um plano de que é possível, em um trabalho que a gente tem feito, todo ano dobrar. Até 2035 a gente ter pelo menos 300 lojas” (informação verbal)<sup>59</sup>. Podemos perceber que o objetivo de todo ano dobrar o número de unidade abertas não tem sido atendido, apesar de 2022

---

<sup>57</sup> Entrevista concedida por João Pedro Teixeira, coordenador do Armazém do Campo de Recife. **Entrevista XIV** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Recife, 2022.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

ter apresentado 6 novas unidades, o número caiu comparado a 2021, e vem seguindo em queda desde então.

A abertura de uma nova unidade do Armazém do Campo depende de uma série de fatores, tais como: espaço apropriado, pessoal para trabalhar, capital de giro para o funcionamento da loja, abertura de empresa e outras burocracias, dentre outras questões. Cada um desses desafios varia de acordo com a realidade local.

Outro fator que pode ser considerado como motivo para abertura de mais lojas durante a pandemia, foi a busca por alimentação saudável nesse período, sobretudo, pela facilidade de *delivery* que o Armazém do Campo passou a utilizar. O coordenador da unidade de Recife, por exemplo, relatou que mesmo após a pandemia as compras *online* com entrega em domicílio tiveram continuidade, pois muitas pessoas se acostumaram com esse serviço.

Assim, um conjunto de fatores pode ter resultado nesse momento de expansão da rede Armazém do Campo. Vale ressaltar que estamos contabilizando apenas as unidades que contam com uma estrutura própria para o funcionamento da loja. Então, não estamos contando locais que possuem um estoque de produtos e realizam entregas para grupos de consumo, como é o caso da Escola Milton Santos de Agroecologia, em Maringá, e da Escola Nacional Florestan Fernandes, em São Paulo. Há casos também em que se utiliza a estrutura de outras instituições parceiras para estocagem de produtos, como é o caso do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do estado de São Paulo (APEOSP) de Guarulhos.

Escolhemos não trabalhar com essas experiências de vendas de cestas para grupos de consumo por apresentarem um caráter mais esporádico. Além disso, seria muito difícil realizar o levantamento de todas essas iniciativas de vendas de cestas de alimentos e grupos de consumo.

A partir de agora, analisaremos o processo de formação do Armazém do Campo, que está relacionado com as políticas públicas emancipatórias, como vimos na seção anterior, entre 2003 e 2016, como evidencia o relato de um dos gestores do Armazém do Campo:

E as leis do PAA e do PNAE, então, são um pouco isso. Então, a gente aproveita isso e tenta...E aí lá em 2007, 2008, a gente começa a ter essas prefeituras maiores querendo comprar nossos produtos. Aí é muito a partir da prefeitura de São Paulo que, por exemplo, a gente consolida o grupo do arroz orgânico. E aí, 2008, 2009 a gente começa a constituir um escritório de comercialização aqui de São Paulo já que vai começar

a representar alguns produtos nessas prefeituras. A gente começa meio que profissionalizando o vendedor, fazendo visita em escola, fazendo visita na prefeitura. É Claro que tem sempre uma relação política a ser feita. [...] Então começa a vender para a prefeitura, começa a vir o caminhão de lá até aqui. E aí, “opa, então dá para pensar em mais coisa, já que vem esse caminhão do Rio Grande do Sul até aqui, nós podemos ter produto aqui, não é? E aí a gente começou a cair a ficha que era possível pensar a parte de lojas. Isso demora. Desde 2008 a gente vai amadurecendo e, em 2012, a gente começa a ter um grupo para pensar isso. E aí a gente faz as primeiras grandes feiras, aí elas meio que dão o pontapé final, a luz final. A feira do Parque da Água Branca foi um sucesso, foi em 2012 eu acho, ou 2014, não me lembro. Mas na feira todo mundo dizia “bom, e aí? Depois daqui, onde nós vamos comprar?”. Calma que aí a gente já estava nesse processo (informação verbal)<sup>60</sup>.

A partir das políticas públicas de fortalecimento da produção e de aquisição dos produtos da agricultura familiar, houve a expansão do mercado consumidor dos produtos da reforma agrária, sobretudo na capital mais populosa do país, São Paulo. A logística de transporte das mercadorias do Rio Grande do Sul para São Paulo para atender a demanda das prefeituras mostrou que era possível trazer mais produtos para a comercialização, para além do mercado institucional. A ideia foi sendo amadurecida desde 2008 e, em 2012, foi formado um grupo para pensar a proposta. A 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em 2015, no Parque Água Branca, em São Paulo, confirmou que o MST teria condições de atender um público maior do que apenas as compras institucionais (Silva, 2015).

O próximo passo foi conhecer experiências prévias de lojas do MST, tal qual a loja da reforma agrária que existiu no mercado público de Porto Alegre por cerca de 20 anos e um supermercado da cooperativa de Charqueadas. Outras lojas com propostas semelhantes foram visitadas como a loja de orgânicos do Instituto Chão<sup>61</sup>. Depois de conhecer essas experiências a ideia do Armazém do Campo começou a ser colocada no papel:

Nós fomos botando no papel e pensando ideias, visitando as experiências que já existiam. Já teve outras experiências, não é? Mas sempre muito isoladas. Aqui [em São Paulo] a gente já pensou “Bom, vamos pensar como uma principal que depois nós vamos expandir elas?”. Então essa loja aqui já foi pensada para a expansão mesmo. [...] Então na nossa cabeça já estava um pouco isso “Bom, não tem sentido nós criarmos uma lojinha bonitinha para vender para a classe média”.

---

<sup>60</sup> Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

<sup>61</sup> Instituto Chão. Disponível em: <https://www.institutochao.org/>. Acesso em 01 abr. 2023.

Tem que ter mais lojas, essa tem que ser a lógica. Aí nós fomos concebendo...tem até um conceito da marca que posso passar para vocês depois. Hoje, nós temos um modelo do Armazém do Campo que tem os princípios, os objetivos, enfim. E aí nós levamos [o modelo] para a direção nacional, que entre idas e vindas, levou quase 2 anos e foi aprovado. A loja do MST foi batizada como Armazém do Campo. Quem que é dono? É o MST. E quem é o MST é a militância do MST. Então, quem é dono dessa loja, todos nós. Os militantes do MST são donos dela. E aí nós somos os designados pelas instâncias para estar à frente do processo (informação verbal)<sup>62</sup>.

Apesar de dizer que o público-alvo foi pensado para além de uma classe média que pode consumir produtos orgânicos, esse ainda é um desafio para o Armazém do Campo, isto é, tornar os produtos acessíveis para a classe trabalhadora. A expansão das lojas do Armazém do Campo cumpriria esse papel de aumentar o volume das vendas, garantir um menor custo da logística e melhorar o preço final dos produtos:

[...] hoje a avaliação é que os armazéns do campo não cumprem o papel que a gente gostaria lá no início que cumprisse, que era de a comida chegar e ter o fácil acesso para a classe trabalhadora. Hoje a gente avalia que o Armazém do Campo não consegue acessar, de fato, a classe trabalhadora. Quem consome hoje no Armazém do Campo é uma classe média ou uma militância que tem de verdade um compromisso com a reforma agrária e que não está diretamente ligada às atividades do Movimento, mas através do consumo de alimentos consegue contribuir com a luta adquirindo esses alimentos. [...] E a ideia de pulverizar esses armazéns, construir uma estrutura logística e a compra coletiva é um pouco nesse sentido. Você consegue garantir a compra das cooperativas que estão produzindo e, em uma compra em escala, tu consegue garantir na logística um preço menor e abastece todos os lugares e, conseqüentemente, chega um produto mais acessível (informação verbal)<sup>63</sup>.

Sobre os preços dos alimentos, vale ressaltar que não é um problema exclusivo da produção do MST. Desde 2007 há inflação de alimentos no Brasil, isto é, a comida ficou mais cara do que outros bens e serviços. Mas, até 2019 a inflação estava mais ligada a produtos do comércio exterior, como a carne. A partir de 2020, outros alimentos passaram a pressionar mais a inflação como o arroz, o feijão, as frutas, os legumes e as verduras. Esse aumento de preços está relacionado, dentre outros fatores, com a desvalorização do real, o aumento da demanda, a crise sanitária e econômica da Covid-19, o aumento do

---

<sup>62</sup> Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

<sup>63</sup> Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.

desemprego e a queda na renda da população (Baccarin; Oliveira, 2021). Nessa situação, o recomendável seria:

a adoção de políticas públicas que estimulem a produção agrícola com finalidade alimentícia, em especial por agricultores familiares, com reflexos positivos em suas rendas. Para os consumidores mais pobres das cidades, maior oferta de alimentos serviria como um fator de contenção da inflação de alimentos, melhorando a situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Baccarin; Oliveira, 2021, p.02).

No entanto, o governo brasileiro tomou a via contrária do estímulo à produção de alimentos da agricultura familiar, como mostramos na seção 2.2. Toda a estrutura criada no governo Lula para a segurança alimentar foi desmantelada nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, mesmo com o reconhecimento das Nações Unidas acerca da redução da fome no Brasil graças as políticas que haviam sido criadas no Programa Fome Zero (ONU, 2014).

Vale ressaltar que com o aumento da insegurança alimentar no período da pandemia de Covid-19, o MST realizou diversas ações de solidariedade com a doação de toneladas de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade social nas periferias urbanas, nas áreas rurais, em comunidades indígenas e quilombolas, em hospitais públicos, em cozinhas comunitárias etc. (Machado; Jorge; Fernandes, 2021; 2022).

A questão que se coloca, então, é como melhorar os preços dos alimentos para que sejam acessíveis para a classe trabalhadora? O campo da disputa política é essencial, pois como vimos os governos atuam a favor ou contra os camponeses de acordo com o alinhamento ideológico. Apesar de ter enfrentado uma conjuntura totalmente desfavorável de 2016 a 2022, o MST conseguiu avançar na organização da produção e comercialização de alimentos, construindo a rede Armazém do Campo, o Escritório de Comercialização Institucional e a marca Raízes do Campo.

Há momentos na entrevista que um dos representantes do grupo gestor do Armazém do Campo rebate a ideia de que os preços no Armazém do Campo são mais caros e que apenas a classe média seria consumidora da loja. Há uma variação dos preços, dependendo da estação do ano e das frutas e vegetais orgânicos disponíveis, pois a preferência é por produtos locais, inclusive de comunidades quilombolas.

Aqui do lado é uma das comunidades mais históricas de São Paulo, que é a comunidade do Moinho, nem todos compram, mas uma galera compra [na loja]. Mas é isso, nosso público, digamos assim, é mais uma galera que entende que o MST é importante, que a reforma agrária é

importante e a gente tem quebrado muito essa discussão dos espaços nossos serem caros. Porque não é verdade. Por exemplo, a nossa banana sempre foi mais barata do que a do sacolão. Porque ela vem direto lá do quilombola, nossos hortifrutis, de modo geral, são... é claro que aí a galera “ah, mas tem maçã o ano todo?” Tem maçã importada da Argentina orgânica, ela vai estar mais cara. Mas na época da maçã ela vai estar mais barata do que lá fora, sabe? A galera pega aquele período e diz que o produto é caro, mas não é o ano todo. É claro, aí tem o óleo de coco que tem ali 10 coisinhas que leva um ano para você vender e que é 60 reais. Mas o arroz orgânico mais barato é nosso (informação verbal)<sup>64</sup>.

A questão dos preços aparece sempre entrelaçada com a logística, por isso a expansão das lojas é entendida como a via para aumentar a eficiência da distribuição dos produtos e diminuir os custos. Apesar da dificuldade no que se refere à logística, o MST consegue ter um preço melhor do que grandes marcas, como a *Nestlé*, em alguns produtos.

É claro que a logística vai resolver a questão do preço porque a gente faz milagre para ter produto aqui, pega na rodoviária, pega no trânsito, pega no caminhão que está vindo. Por isso que a nossa lógica é abrir mais lojas, porque se tem dez lojas em um eixo de cem quilômetros, aí vem o caminhão de leite e distribui nas dez lojas, aí acho que a gente consegue...por exemplo, o nosso leite sempre é mais barato que o da *Nestlé*, aí a galera quer comparar com o leite da marca [inaudível] que a metade não é leite, sabe? Mas, vai ver o da *Nestlé* lá, está sete reais, o nosso está cinco (informação verbal)<sup>65</sup>.

De acordo com o entrevistado, o Armazém do Campo não visa auferir lucro, mas apenas cobrir os custos e despesas de funcionamento, direcionando os rendimentos financeiros para os produtores, para a abertura de novas lojas e para a melhoria das já existentes.

Então, como eu falei, a loja não visa lucro líquido, mas o lucro bruto que vai melhorar lá a cooperativa. Então, aqui vende bastante arroz, vende bastante hortifrutis, tem militantes nossos que são os armazéns que vendem toda a produção deles [...]. A gente sempre bota uma margem para cobrir os custos fixos e a gente pagar o fornecedor. Essa tem que ser a lógica. A partir do momento que sobra lucro líquido, a gente reinveste em novas lojas ou melhora o equipamento (informação verbal)<sup>66</sup>.

O Armazém do Campo cumpre dois papéis importantes: financeiro e político. É um espaço de venda importante para os produtos da reforma agrária que consegue

---

<sup>64</sup> Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

<sup>65</sup> *Idem*.

<sup>66</sup> *Idem*.

eliminar a figura do atravessador e garantir um processo mais autônomo de comercialização e, ao mesmo tempo, cumpre a função de fazer a propaganda da reforma agrária, que é o primeiro objetivo do Armazém do Campo. No total, o Armazém do Campo tem cinco objetivos principais (Figura 35).

**Figura 35** - Objetivos do Armazém do Campo



Fonte: Trabalho de Campo. Elaborado com *Canva*. Organização: Angela dos Santos Machado.

A respeito do primeiro objetivo, fazer a propaganda da reforma agrária, nosso entrevistado afirmou:

A gente tem como objetivo primeiro fazer a propaganda, está bem no nosso modelo, é fazer a propaganda do MST, da Reforma Agrária Popular. Então, o arroz agroecológico tem que estar na prateleira que é o fruto da luta pela terra (informação verbal)<sup>67</sup>.

O segundo objetivo do Armazém do Campo é estabelecer parcerias com outros movimentos sociais do campo e com a agricultura familiar não assentada, trazendo seus produtos para a comercialização na loja. Isso garante produtos locais e frescos, além de refletir nos preços dos alimentos.

<sup>67</sup> Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

O segundo objetivo é... como a gente tem toda essa discussão com os movimentos do campo, não tem sentido nós termos uma loja só para nós. A prateleira tem que estar para eles também. Então, aqui, por exemplo, uma boa parte dos hortifrutis vem do Vale do Ribeira que é dos quilombolas. Tem o pessoal da Terra Livre, aqui da Castelo [Rodovia Castelo Branco] que vem do assentamento também. É que na concepção dos armazéns, toda parte de hortifrutis não pode vir de longe. Não tem sentido eu trazer um tomate do Ceará (informação verbal)<sup>68</sup>.

O terceiro objetivo do Armazém do Campo é dar prioridade aos produtos orgânicos. Então, os consumidores podem encontrar na loja produtos que não são de origem da reforma agrária, nem da agricultura familiar, mas que são orgânicos, como, por exemplo, o açúcar demerara *Native*. Esses produtos são disponibilizados na loja com o intuito de aumentar o leque de opções para os consumidores e fidelizar os clientes.

O terceiro [objetivo] é o orgânico. Aí a gente ainda tem algumas marcas do agronegócio porque aqui é uma loja. A lógica, eu falei lá no início, as técnicas do comércio. O sentido do comércio é sempre você aumentar o ticket médio da pessoa que vem, e ela vem e quer sair satisfeita, ainda mais em centros urbanos que nem São Paulo. Ela não quer passar em outro mercado para pegar o que faltou, porque para ela passar no outro e pegar o que faltou, ela vai gastar 1 hora a mais. Então, aqui a gente ainda tem outras coisas para você sair daqui satisfeito. E aí sim a gente vai substituindo (informação verbal)<sup>69</sup>.

O quarto objetivo do Armazém do Campo é a promoção de eventos culturais que dialoguem com as temáticas debatidas pelo MST: luta pela terra, reforma agrária, alimentação saudável, agroecologia etc. Os eventos culturais são variados: apresentação musical, gastronomia, batalha de rimas, bloco de carnaval etc. O elemento central nos eventos culturais é a valorização da cultura brasileira, além da intencionalidade política de fomentar debates com a sociedade.

Eu também tenho que pensar nos aspectos culturais e aí eu vou pensar na cultura, nesse momento eu falo, especificamente, sobre o aspecto artístico da cultura. E, para nós, todo Armazém do Campo precisa de uma ornamentação que traga os elementos da luta pela terra, da reforma agrária, da luta do MST e da alimentação saudável [...]. Dita a parte da ornamentação, os eventos culturais em si, pensando a cultura sob aspecto artístico, a gente precisa pensar em eventos culturais que também tragam esses elementos, então, eu não vou pegar qualquer artista para tocar qualquer música aqui dentro. Tem que ser “intencionalizado” - o que eu vou mostrar e por quê? O que eu quero

---

<sup>68</sup> Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

<sup>69</sup> Idem.

transmitir para a sociedade? Dentro da propaganda de reforma agrária, o que aquilo quer dizer? Por que aquela pessoa está ali? Então, a gente tem apresentações, lançamento de livro, o Armazém do Campo também é muito utilizado para fazer oficinas [...] O evento cultural em si pode ser muita coisa porque pensar a cultura, em termos artísticos, eu vou englobar: show, música, vou pensar a literatura, mas eu vou também pensar, por exemplo, a gastronomia, [...] então, você vê aqui, no Armazém de Belo Horizonte, feijão tropeiro [...] Aqui em BH a gente tem, domingo, ensaio de bloco de carnaval [...]. Ao longo da semana eu vou ter roda de viola, a gente tem samba, tem pagode, a gente tem slam - quando tem o sarau preto que é essa batalha de rimas - aqui a gente tem o nosso palco. Então, a gente teve aqui em BH, nos últimos dois carnavais, o nosso próprio bloco, o bloco do Armazém do Campo com o MST. São Paulo tem o Almoço da Resistência e aí, uma vez por mês, eu faço um grande almoço, um grande banquete, então, o prato é quase a preço de custo, é um prato muito legal, por exemplo, um pato no tucupi do Pará em homenagem a, sei lá, a revolta que teve lá no Pará na época de mil oitocentos e pouco. Sempre tem uma intencionalidade política e um grande almoço que vai servir 200, 300 pessoas. Eu tenho muitos tipos de culturais, nós temos forró...então, isso vai variar da cultura local (informação verbal)<sup>70</sup>.

O quinto objetivo do Armazém do Campo é a autossustentação. No começo, a loja recebe capital inicial do MST, mas ela precisa se viabilizar de forma independente e isso pode acontecer entre 2 e 5 anos de existência.

Como todo negócio desse ramo, são 3 a 5 anos de viabilidade. Essa aqui [Armazém do Campo de São Paulo] vai fazer 7 anos. Ela, digamos assim, já consegue trocar o equipamento por conta própria, enfim, mas as demais ainda as direções têm que contribuir. A do Rio já está quase saindo disso, BH também, mas as outras são 2, 5, talvez com dois anos já consegue, mas antes disso é bem...é negócio, não é? Mais ou menos é você abrir um bar na cidade, você investe durante 5 anos para depois começar a dar retorno (informação verbal)<sup>71</sup>.

O Armazém do Campo tem uma importância estratégica por ser o território do MST na cidade, o espaço de diálogo com a população urbana. É também o local que aglutina militantes de outros movimentos sociais e pessoas que apoiam a causa do MST. As atividades culturais também contribuem para aglutinar a juventude que vê no Armazém do Campo um ponto de encontro.

Então, é a primeira vez que o MST se materializa no cotidiano do mundo urbano. A cidade conhecia o MST pela ocupação do INCRA,

---

<sup>70</sup> Entrevista concedida por Valmir Mota de Oliveira (Keno), Grupo Gestor do Armazém do Campo - Belo Horizonte. **Entrevista II** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Belo Horizonte, 2022.

<sup>71</sup> Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

por trancar a rodovia durante vinte minutos e metade da militância ir presa, a marcha, a caminhada, algumas feiras, mas no dia a dia é a primeira vez. Aqui você vai entrar em uma loja do MST das 9 da manhã às 8 da noite todos os dias. Então, isso foi muito aceito porque nós viemos bem em 2016, bem no golpe, antes do golpe, não é? Aí o Armazém virou isso, não é o ponto da balada, em alguns lugares é, mas é o *point* para você ir para a balada, digamos assim. Por isso que as músicas começavam aqui era na sexta das 7 às 9 da noite, daí das 9 em diante você encontra os seus amigos e vai para a balada (informação verbal)<sup>72</sup>.

O Armazém do Campo tornou-se um espaço de referência, sobretudo no período da pandemia de Covid-19, por ser um ponto de apoio para a preparação e distribuição de alimentos a serem doados, isto é, um espaço que é produto e produtor de relações solidárias.

O Armazém vai continuar cumprindo, então, esse papel de ser a referência para as pessoas se encontrarem e de ser esse espaço onde tu vai discutir agroecologia. Esse espaço do MST no mundo urbano que ele está disputando aqui com alguém, esse diálogo e esse debate. E mesmo na pandemia todo dia a gente estava envolvido em alguma reunião, algum encontro. Eu, particularmente, acho que acompanhei umas oito turmas de graduação com aula. Nós fizemos vários cursos. Então, é um pouco esse o papel nosso, acho que debater alimento saudável, o Armazém faz parte. E a pandemia também fez com que aparecesse muito o que a gente faz no cotidiano, que é a solidariedade. Os armazéns viraram espaço de fazer as marmitas, de se fazer as cestas básicas...porque nós continuamos a vender o alimento saudável durante a pandemia, nós não paramos. Então acho que é isso, ser a referência para discutir o não veneno e esse espaço onde você vai vir se alimentar de comida e alimentar a alma também. Os outros aspectos culturais, aí vem a solidariedade, vem o teatro, vem a música... (informação verbal)<sup>73</sup>.

A rede Armazém do Campo ainda tem muitos desafios para enfrentar. O coordenador do Armazém de Belo Horizonte, Valmir Mota de Oliveira (Keno), resumiu os desafios em cinco pontos: formação de pessoas, logística, gestão administrativa, comunicação e recursos. Os desafios da comercialização impõem um alto nível de profissionalização e conhecimento de administração de negócios.

Os principais desafios? São cinco grandes gargalos que nós elencamos no ano passado no nosso planejamento estratégico. Formação de pessoas - porque a gente precisa de muitas pessoas, a gente está só crescendo e precisa de cada vez mais pessoas e a gente não tem. Pessoas

---

<sup>72</sup> Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

<sup>73</sup> *Idem*.

saem, pessoas entram, então, a gente sempre tem que estar formando, é um processo formativo constante. Logística. Gestão administrativa - e aí entra toda uma questão de TI [tecnologia da informação], programa administrativo, gestão administrativa e financeira etc. que a gente só agora está começando a adentrar a fundo nesse nível de complexidade. Comunicação – a gente precisa começar a qualificar e profissionalizar cada vez mais a nossa comunicação e aí quando eu vou falar comunicação são as nossas mídias sociais, nosso site etc. Não só como eles estão, mas o que a gente está alimentando ali dentro, tem que ser muito mais profissionalizado. Hoje, pessoas da equipe dos Armazéns do Campo que fazem isso. E o quinto, a gente tem um gargalo muito, muito grande que é recurso – e aí não vou falar só capital de giro, a gente precisa de recurso de investimento e também precisa de serviços, uma carteira de serviços que dê conta das diversas demandas, desde um consórcio para conseguir um carro, sei lá, um empréstimo de longo prazo e juros baixos para eu construir ou comprar um espaço, não depender de pagar aluguel muito caro. Como eu consigo reduzir custos? A gente sempre está pensando: “Como é que eu reduzo custos?”. Ou, então: “Como é que eu consigo não ter aluguel?”. Então, teria que ser um espaço próprio para não depender de um apoio de uma prefeitura que repasse um espaço, ou de um sindicato ou o governo do estado que repasse o espaço, mas não tem linha para isso e banco cobra muito caro, juros de banco é muito, muito caro. Então, como é que eu dou conta? Acho que esses são os cinco grandes gargalos da rede Armazém do Campo para os próximos oito, dez anos (informação verbal)<sup>74</sup>.

Sobre o primeiro desafio elencado pelo entrevistado, formação de pessoas e a necessidade crescente de trabalhadores, a seguir, discorreremos sobre as características dos trabalhadores do Armazém do Campo, a partir dos dados coletados por meio de questionário nos trabalhos de campo, sobre aspectos relacionados a raça, sexualidade, gênero e idade. A partir dos dados, discutiremos temas importantes como o racismo estrutural, o machismo e a homofobia, e o papel do Armazém do Campo ao dar visibilidade a tais pautas e se colocar em uma postura de enfrentamento.

Contabilizou-se que nas unidades do Armazém do Campo visitadas, havia um total de 69 trabalhadores. Destes, 27 são brancos, 18 pretos, 11 pardos, 2 indígenas e 3 não foram identificados<sup>75</sup>. Do total, 32 são heterossexuais, 9 são LGBTQIAPN+ e 29 não foram identificados. Com relação a identidade de gênero, apenas 1 homem é transgênero, 49 pessoas são cisgênero e 19 não foram identificados (Tabela 2).

---

<sup>74</sup> Entrevista concedida por Valmir Mota de Oliveira (Keno), Grupo Gestor do Armazém do Campo - Belo Horizonte. **Entrevista II** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Belo Horizonte, 2022.

<sup>75</sup> Algumas pessoas não estavam presentes no momento da visita na loja e os entrevistados não sabiam informar o grupo racial, a orientação sexual e a identidade de gênero em que os ausentes se enquadravam.

**Tabela 2** - Características dos trabalhadores (as) das unidades do Armazém do Campo visitadas

Unidade	Características dos trabalhadores (as)										
	Sexo	Cor da pele/ etnia					Orientação sexual			Identidade de gênero	
		Preta	Parda	Indígena	Branca	NI	Heterossexual	LGBTQIAPN+	NI	Cisgênero	Transgênero
São Paulo	Masculino	0	2	0	4	0	5	1	0	6	0
	Feminino	5	1	0	1	0	5	2	0	8	0
Londrina	Masculino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	3	0	3	0	0	3	0
Ortigueira	Masculino	0	0	0	0	1	NI	NI	1	NI	NI
	Feminino	0	1	0	0	2	NI	NI	3	NI	NI
Porto Alegre	Masculino	0	0	0	3	0	NI	NI	3	2	1
	Feminino	0	0	0	5	0	NI	NI	5	5	0
Cascavel	Masculino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Feminino	0	0	0	2	0	NI	NI	2	NI	NI
Campo Grande	Masculino	1	0	0	1	0	NI	NI	2	NI	NI
	Feminino	1	1	2	0	0	NI	NI	4	NI	NI
Belo Horizonte	Masculino	0	1	0	1	0	2	0	0	2	0
	Feminino	1	0	0	3	2	1	2	3	6	0
Porto Seguro	Masculino	0	2	0	0	0	2	0	0	2	0
	Feminino	3	1	0	0	0	4	0	0	4	0
Salvador	Masculino	0	1	0	0	0	NI	NI	1	NI	NI
	Feminino	3	0	0	2	0	NI	NI	5	NI	NI
Recife	Masculino	1	0	0	2	0	2	1	0	3	0
	Feminino	0	1	0	1	0	1	1	0	2	0
São Luís	Masculino	2	0	0	3	0	5	0	0	3	0
	Feminino	2	1	0	0	0	2	1	0	3	0
<b>Total</b>		<b>19</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>31</b>	<b>5</b>	<b>32</b>	<b>9</b>	<b>29</b>	<b>49</b>	<b>1</b>

Fonte: Trabalho de Campo. Organização: Angela dos Santos Machado.

Nota: NI significa Não Informado.

Há o predomínio de mulheres trabalhadoras, com 44 mulheres e 25 homens. Das 44 mulheres, 17 são brancas, 15 são pretas, 6 são pardas, 2 são indígenas e 2 não foram identificadas. Dos 25 homens, 14 são brancos, 6 pardos, 4 pretos e 1 não foi identificado (Tabelas 3 e 4).

**Tabela 3 - Mulheres trabalhadoras das unidades do Armazém do Campo visitadas**

<b>Unidade</b>	<b>Preta</b>	<b>Parda</b>	<b>Indígena</b>	<b>Branca</b>	<b>NI</b>	<b>Total</b>
<b>São Paulo</b>	5	1	0	1	0	<b>7</b>
<b>Londrina</b>	0	0	0	3	0	<b>3</b>
<b>Ortigueira</b>	0	1	0	0	2	<b>3</b>
<b>Porto Alegre</b>	0	0	0	5	0	<b>5</b>
<b>Cascavel</b>	0	0	0	2	0	<b>2</b>
<b>Campo Grande</b>	1	1	2	0	0	<b>4</b>
<b>Belo Horizonte</b>	1	0	0	3	2	<b>6</b>
<b>Porto Seguro</b>	3	1	0	0	0	<b>4</b>
<b>Salvador</b>	3	0	0	2	0	<b>5</b>
<b>Recife</b>	0	1	0	1	0	<b>2</b>
<b>São Luís</b>	2	1	0	0	0	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>44</b>

Fonte: Trabalho de Campo. Organização: Angela dos Santos Machado.

Nota: NI significa Não Informado.

**Tabela 4 - Homens trabalhadores das unidades do Armazém do Campo visitadas**

<b>Unidade</b>	<b>Preto</b>	<b>Pardo</b>	<b>Indígena</b>	<b>Branco</b>	<b>NI</b>	<b>Total</b>
<b>São Paulo</b>	0	2	0	4	0	<b>6</b>
<b>Londrina</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Ortigueira</b>	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<b>Porto Alegre</b>	0	0	0	3	0	<b>3</b>
<b>Cascavel</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Campo Grande</b>	1	0	0	1	0	<b>2</b>
<b>Belo Horizonte</b>	0	1	0	1	0	<b>2</b>
<b>Porto Seguro</b>	0	2	0	0	0	<b>2</b>
<b>Salvador</b>	0	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>Recife</b>	1	0	0	2	0	<b>3</b>
<b>São Luís</b>	2	0	0	3	0	<b>5</b>
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>25</b>

Fonte: Trabalho de Campo. Organização: Angela dos Santos Machado.

Nota: NI significa Não Informado.

Consideramos importante trazer os dados sobre os grupos raciais por considerar que a ciência - e a geografia - deve abordar a questão racial como forma de combate ao racismo estrutural da sociedade em que vivemos. Além do mais, o grupo racial de pessoas negras (pretas e pardas) é significativo no universo estudado. Vale lembrar que o conceito de raça não significa que existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem qualquer tipo de discriminação, mas raça é um conceito político.

Assim sendo, *raça* é um conceito cujo significado só pode ser recolhido em perspectiva *relacional*. Ou seja, *raça* não é uma fantasmagoria, um delírio ou uma criação da cabeça de pessoas mal intencionadas. É uma relação social, o que significa dizer que a *raça* se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos (Almeida, 2018, p.40, grifo do autor).

O conceito de raça dá fundamento ao racismo que é assim definido:

*Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam* (Almeida, 2018, p.25, grifo do autor).

Almeida (2018), atual ministro dos Direitos Humanos, é uma referência nos estudos sobre relações raciais e defende a tese do racismo estrutural, isto é, que o racismo está associado a organização econômica, política e jurídica da sociedade.

A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém o uso do termo *estrutura* não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. *O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.* Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial. A ênfase da análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento. O propósito desse olhar mais complexo é afastar análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial, que além de não contribuírem para o entendimento do problema, dificultam em muito o combate ao racismo. Como ensina Anthony Giddens, a estrutura é “viabilizadora, não apenas restritora”, o que torna possível que as ações repetidas de muitos indivíduos transformem as estruturas sociais (Almeida, 2018, p.39-40, grifo do autor).

Girardi (2022) comprovou a relação entre a questão racial e a questão agrária no Brasil<sup>76</sup>. A partir da análise espacial dos dados do Censo Agropecuário de 2017 e da revisão histórica e teórica, ele elaborou um conjunto de mapas que evidenciou que o racismo estrutural está imbrincado na questão agrária que, por sua vez, também é um problema estrutural. A população negra tem menos acesso à terra do que a branca, e quando consegue acessá-la, são as terras piores e mais remotas, localizadas em regiões menos dinâmicas. A população negra também apresenta as piores condições socioeconômicas e produtivas (menor escolaridade, menos acesso à assistência técnica, mais necessidade de rendimentos de outras fontes, menores rendimentos econômicos e fragilidade na relação jurídica com a terra).

Esse conjunto de elementos é denominado como racismo fundiário. O racismo fundiário tem um forte componente regional: está localizado, principalmente, no Nordeste e no Norte do Brasil, além da parte Nordeste do estado de Minas Gerais. Girardi (2022) sugere que o mapeamento dessas áreas sirva de base para políticas públicas que, de uma só vez, combatam o desemprego, as desigualdades regionais, as desigualdades sociais, as desigualdades raciais, as desigualdades de gênero e que promovam ações a favor da agricultura camponesa.

Na tabela 2, se somarmos os trabalhadores pretos e pardos, vemos que quase metade dos trabalhadores do Armazém do Campo são negros, 31 de 69. E entre as mulheres, as mulheres negras são 21 do universo de 44. O Armazém do Campo de São Paulo emprega 8 trabalhadores negros, Porto Seguro 6, São Luís 5, Salvador 4, Campo Grande 3, Recife 2, Belo Horizonte 2 e Ortigueira 1.

Percebemos uma representatividade da população negra, sobretudo nas unidades do Armazém do Campo do Nordeste. Maria Zilda, do Armazém do Campo de Salvador, fala da simbologia de ter um Armazém do Campo no Pelourinho, em Salvador, local histórico da luta do povo negro no Brasil. Ela ressalta que o maior contingente de militantes negros do MST está na Bahia, estado que também tem a maior representatividade da população negra brasileira. Em seu relato, Maria Zilda evidencia o quanto o período em que estávamos vivendo naquele momento, do governo Bolsonaro, foi de grande repressão contra o movimento sem-terra, com ataques de grupos bolsonaristas e, até mesmo, tentativa de entrada no assentamento pela força nacional. Em

---

<sup>76</sup> Sobre a relação entre a questão agrária e a questão racial, sugerimos o *Webinar* realizado pela rede DATALUTA. Por que discutir racismo na questão agrária? **Rede DATALUTA**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QUXhBQ111QY>. Acesso em 18 abr. 2023.

meio a toda violência enfrentada, a abertura do Armazém do Campo em 2022 representou uma grande conquista para o MST da Bahia.

Essa casa é tombada pelo IPAC [Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia] [...] E há alguns anos nós já temos esse espaço, tem sido zelado e com um planejamento de ser mesmo um armazém ou ser um local onde a gente consiga armazenar os produtos tanto *in natura*, quanto derivado, processado. E a decisão que foi tomada há 6 meses atrás, para a gente é muito significativa que é dado em um período em que *nós estamos vivendo uma das maiores repressões da história do movimento sem-terra e, sobretudo, aqui na Bahia, após uma área sendo atacada por um grupo de pistoleiros bolsonaristas e logo após uma tentativa de entrada no assentamento pela força nacional*. Então, para a gente é muito simbólico, assim, não é só vender o produto, mas *o que é o Armazém do Campo? Que é a casa do MST na cidade, não é?* E aí o MST toma a decisão “Vamos abrir o Armazém do Campo”, dado em um período muito difícil para nós da militância, enquanto assentado e enquanto acampado, *sobretudo na nossa vida sempre foi muito difícil, então, por que não tentar abrir o Armazém?* E aí em julho, junho, dia 11 [de 2022] a gente inaugura a casa. Aí depois a gente vai vendo e conhecendo *o que é esse chão do Pelourinho, na história, onde muitos negros foram escravizados*. Na história, aqui, mostra a partir da sua estrutura, do centro histórico mesmo, mostra coisas que foram construídas por mãos de trabalhadores e *tem muito significado quando a gente, por acaso, inaugura o Armazém do Campo e tem a conquista dessa casa, a gente vê que aqui é o nosso lugar porque tem muita relação, principalmente, com o MST da Bahia que é onde tem sua parcela de maior povo preto do MST, é do MST da Bahia e, sobretudo, no estado, não é? No país, o percentual de mais povo preto é na Bahia, então, tem tudo a ver com a nossa luta, com a nossa resistência e também com as nossas conquistas*. Grande parte hoje do Pelourinho são pessoas que colocam aqui, investem, gente de fora que capitalizaram, mas, sobretudo, tem órgãos significativos aqui também nesse território, como o *Olodum*, como *universidades* representadas aqui dentro, com *movimentos negros* e agora com o *MST* ainda muito recente nesse chão. E aí quando vem a equipe da militância para cá contribuir, que a ideia é a gente, realmente, o que a gente vive no acampamento, com a lida na roça, com a lida nas formações, com a lida nas assembleias, também aqui no Armazém do Campo, tem um certo impacto, claro, por conta da cidade, mas *estar no Armazém do Campo é como a gente estar em uma área de assentamento e acampamento* (informação verbal, grifo nosso)<sup>77</sup>.

De acordo com Ribeiro (2016), devemos pensar que as opressões se combinam e entrecruzam formando uma interseccionalidade, isso é, uma interação entre o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outras formas de discriminação.

Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso

---

<sup>77</sup> Entrevista concedida por Maria Zilda, trabalhadora do Armazém do Campo de Salvador. **Entrevista XIII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Salvador, 2022.

romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável (Ribeiro, 2016, p.101).

O pensamento de Ribeiro (2016) converge para a ideia de mudança ou rompimento das estruturas racistas e opressoras de Almeida (2018) e aponta que pensar de forma interseccional é o primeiro passo para essa transformação. Nesse sentido, vale a pena pensar no conceito de racismo patriarcal heteronormativo.

É um modo de definir o racismo atuante no Brasil e seus modos de atuação diferenciada a partir do sexismo e das fobias LGBT. O conceito permite chamar atenção para os diferentes processos que atuam na produção da subordinação de indivíduos e grupos, jogando luz ao fenômeno denominado de interseccionalidade. Sob o racismo patriarcal heteronormativo, processos de subordinação, violência e inferiorização das pessoas negras adquire ferramentas que atingem de forma específica todas as que se situam em posições femininas dentro do espectro das identidades de gênero (Gelédes; Criola, 2016).

De acordo com Lima (2022), há uma articulação entre o racismo e as relações patriarcais que é essencial para a reprodução do capitalismo periférico. O dossiê organizado por Criola (2021), coletivos de mulheres negras, demonstra que as mulheres negras representam 39,8% das pessoas em extrema pobreza e 38,1% em situação de pobreza; são as mais afetadas pelo desemprego (18,2%) e subutilização<sup>78</sup> (40,5%); lideram o índice de mortalidade materna com 66%, contra 30% das mulheres brancas; são as que mais são estupradas, 57,3% contra 34,9% das mulheres brancas. Outros dados ainda poderiam ser fornecidos para comprovar a relação entre racismo e patriarcalismo, como taxa de internação por aborto, óbitos por aborto, encarceramento, vítimas de homicídio etc.

O conceito de racismo patriarcal heteronormativo também coloca em evidência a violência sofrida pela população LGBTQIAPN+, que é analisada espacialmente por Souza (2023). Ele faz o mapeamento dessas violências a partir de três tipos de territórios: os territórios da morte, os territórios do medo e os territórios da resistência. Os territórios da morte representam o número de crimes de ódio contra pessoas LGBTQIAPN+ em que lideram os estados de Alagoas, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os territórios do medo representam o número de denúncias de práticas

---

<sup>78</sup> A taxa de subutilização inclui a de desocupação, a de subocupação por insuficiência de horas e a da força de trabalho potencial, pessoas que não estão em busca de emprego, mas que estariam disponíveis para trabalhar (Criola, 2021).

de violência onde se destacam o Distrito Federal, o Piauí, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e Alagoas. Por fim, os territórios da resistência são constituídos pelas ações de combate ao preconceito e a violência, especializadas em todas as regiões do Brasil, mas, principalmente, nos estados de Brasília, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas.

No Armazém do Campo foram identificadas 9 pessoas LGBTQIAPN+, 32 heterossexuais e 29 pessoas não foram identificadas. No que se refere à identidade de gênero, há um trabalhador transgênero no Armazém do Campo de Porto Alegre.

Vale mencionar a participação de duas trabalhadoras indígenas no Armazém do Campo de Campo Grande, uma delas trabalha na função de secretária e a outra na função de comunicação. Como mencionamos na seção 1.2, o estado do Mato Grosso do Sul tem uma forte presença de população indígena que é refletida no Armazém do Campo, tanto pelas trabalhadoras como pelos produtos de comunidades indígenas vendidos na loja, produtos agroextrativistas como a farinha de jatobá (Figura 36) e a máscara de argila preta (Figura 37).

**Figura 36** - Farinha de jatobá, produto agroextrativista do Armazém do Campo de Campo Grande



Fonte: Trabalho de campo, 09 de novembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

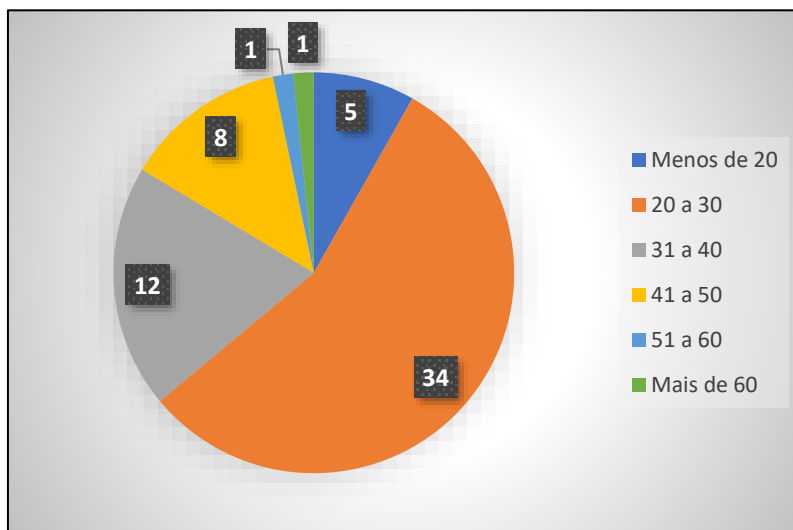
**Figura 37** - Argila preta, produto agroextrativista do Armazém do Campo de Campo Grande



Fonte: Trabalho de campo, 09 de novembro de 2022. Foto: Angela dos Santos Machado.

Por fim, vale destacar a presença da juventude no Armazém do Campo. Do total de 61, 34 trabalhadores estão na faixa etária de 20 a 30 anos de idade, 12 estão entre 31 e 40 anos, 8 entre 41 e 50 anos, 5 pessoas têm menos de 20 anos, 1 pessoa tem 56 anos e outra 62 anos de idade (Gráfico 3).

**Gráfico 3** - Idade dos trabalhadores das unidades do Armazém do Campo visitadas



Fonte: Trabalho de Campo. Organização: Angela dos Santos Machado.

De acordo com Keno, coordenador do Armazém do Campo de Belo Horizonte, dá-se preferência para assentados e acampados trabalharem nas lojas, além disso o Armazém do Campo é um “espaço de ação da juventude”:

A preferência para quem vai trabalhar dentro de um Armazém do Campo é de alguém que seja assentado ou acampado. Ou seja, da nossa base. Por quê? Primeiro que Armazém do Campo é um espaço de ação de trabalho para a juventude. Então, a gente tem mais de cem pessoas trabalhando nos vinte Armazéns do Campo que a gente tem funcionando hoje. E 60% são mulheres e 85% - eu acho, agora eu não me lembro de cor - 85%, 90% são jovens, abaixo de 29 anos de idade. Eu tenho 35 anos de idade e eu sou velho quando eu chego no Armazém do Campo para conversar. Normalmente, a pessoa que tem mais de 30 anos cumpre a tarefa de coordenação, mas a gente já tem Armazém do Campo com pessoa de 18 anos coordenando. Então, não é uma questão de idade, nem maturidade. É a questão se essa pessoa está disposta a aprender e se ela tem um suporte, um apoio do MST para dar conta dessa tarefa (informação verbal)<sup>79</sup>.

Em outro momento, Keno afirma que já houve experiências de contratar pessoas de fora do Movimento, mas que dificilmente isso pode dar certo, pois a formação técnica é muito mais fácil de realizar do que a formação política. Por isso, a preferência, em primeiro lugar, é para militantes do MST, e depois, para militantes de outros movimentos sociais, por último, contrata-se alguém sem experiência de militância.

Então, primeiro, é uma forma de geração de trabalho. Segundo, eu preciso de alguém que já tenha uma formação e é mais fácil pegar alguém que já tenha a formação política e dar conhecimento técnico do que eu pegar uma pessoa técnica e dar conhecimento político. Então, nós vamos pegar pessoas na nossa base. Quando a gente abre para pegar pessoas de fora, aí a gente vai priorizar pegar pessoas de movimentos sociais parceiros do MST: MTD, Levante Popular da Juventude etc., mas a nossa experiência de pegar pessoas, contratar currículo que eu pego da rua, vamos chamar assim, a nossa experiência não deu certo. A gente tentou, algumas vezes, e abandonou. Muito pontualmente vai dar certo (informação verbal)<sup>80</sup>.

A presença das mulheres, da juventude, da população negra e LGBTQIAPN+ como trabalhadores da rede Armazém do Campo tem um significado que vai além da representatividade, mas mostra-se como um espaço de oportunidades para grupos sociais

---

<sup>79</sup> Entrevista concedida por Valmir Mota de Oliveira (Keno), Grupo Gestor do Armazém do Campo - Belo Horizonte. **Entrevista II** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Belo Horizonte, 2022.

<sup>80</sup> Idem.

que sofrem sistematicamente uma série de preconceitos e violências. Além disso, propicia que esses debates sejam realizados nos eventos políticos e culturais realizados nas lojas. Inclusive, o Armazém do Campo se torna um espaço frequentado por esses grupos de clientes, como relata o coordenador do Armazém do Campo de Recife:

Sem sombra de dúvida, o Armazém é mais frequentado e mais acessado por mulheres, por LGBTs, que também frequentam muito as atividades culturais nossas, eu diria que há um grande número de pessoas LGBTs. [...] E enquanto faixa etária, eu acho que nas compras de produtos está aí na faixa dos...acima de 25, 30 anos, é o público que consome mais os produtos nossos, e na parte cultural, aí é muito mesclado, mas, seguramente, na parte cultural você tem uma juventude massiva na sexta, você tem lideranças sindicais, partidárias, um público mais maduro no sábado, e você tem novamente um público de juventude no domingo (informação verbal)<sup>81</sup>.

Outro relato que corrobora com o entendimento de que há uma grande participação da juventude e de pessoas LGBTQIAPN+ no Armazém do Campo, é do coordenador do Armazém do Campo de São Luís, que acredita que a unidade pode ser entendida como um espaço seguro:

A casa como um todo, com essas atividades culturais, quando a gente abriu, imaginava, inclusive, que seria um ambiente da esquerda, de universitários, essa turma que quer dialogar em um espaço de identificação política. Com o tempo, a gente percebeu que vinham muitos jovens, principalmente a partir dos cursos da cidade, aqui também é uma rua que tem muita escola particular. [inaudível] 5 horas [inaudível] vem ver o pôr do sol [inaudível] tende a ficar até umas 8, 9 horas. E aí vem o pessoal, mais o público da noite, universitários, de forma que aqui virou um espaço muito heterogêneo mesmo, com várias gerações que passam por aqui. Ficou um ambiente também para um público mais LGBT que, então, é um pessoal com muita participação aqui, não sei, acho que dá mais segurança. Então, é um público que anda muito aqui, visita muito, mais que em todos os espaços. Tem essa diferença, mas tem esse pessoal mais com um pensamento de esquerda, de inclusão, de sociedade justa, é o público que visita, tanto é que a gente, agora não está ali porque ela desbotou, mas a gente mantém a bandeira [LGBTQIAPN+] ali pendurada, temos que botar agora nesse período, e essa identificação aí com a campanha [eleitoral], com o MST, isso tudo, senão não é um espaço aberto a todos, mas a gente achou que essa identidade tem que se manter porque é um espaço nosso e o pessoal tem muita identificação, tanto é que a gente nunca teve nenhum problema, assim, mais de briga, de confusão, aqui não, é um pessoal

---

<sup>81</sup> Entrevista concedida por João Pedro Teixeira, coordenador do Armazém do Campo de Recife. **Entrevista XIV** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Recife, 2022.

muito tranquilo, não tivemos problemas realmente (informação verbal)<sup>82</sup>.

Vale retomar um relato de Dorcelina Folador quando mencionou que, de início, o Movimento não tinha ideia de que o Armazém do Campo cumpriria além do papel de comercialização de alimentos da reforma agrária, o papel de socialização política.

Tem alguns tipos de eventos que são interessantíssimos, lançamento de livro, debate sobre alimentação, debate sobre questões públicas, debate sobre o agrotóxico. Então, você consegue ser um espaço para além da produção de alimentos e da comercialização também, um espaço de socialização política, não é? Que era uma perspectiva que até então o Movimento não tinha (informação verbal, grifo nosso)<sup>83</sup>.

Sobre as perspectivas futuras para o Armazém do Campo, há otimismo no sentido de continuar a expansão da rede.

A gente está em um processo de construção das bases para fazer um processo de expansão constante nos próximos dez, quinze anos. Essa é a nossa perspectiva: expandir, expandir. Sempre estar abrindo novos Armazéns do Campo, todos os anos, de preferência, muitos por mês. Essa é a nossa tônica. Essa é a perspectiva (informação verbal, grifo nosso)<sup>84</sup>.

Na próxima seção, continuaremos o a discussão sobre os desafios da logística, tema bastante presente nas entrevistas e um dos principais desafios do setor de comercialização do MST, pois a logística está diretamente relacionada com os preços dos produtos e, conseqüentemente, a acessibilidade dos produtos da reforma agrária para a sociedade. Portanto, abordaremos sobre a CONCENTRA que tem cumprido um papel fundamental na organização da logística do Armazém do Campo.

### 4.3 A CONCENTRA

A Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA) foi fundada em 2018 com a finalidade de ampliar a comercialização das cooperativas do MST

---

<sup>82</sup> Entrevista concedida por João Alfredo Dias (Nego Fubá), coordenador do Armazém do Campo de São Luís. **Entrevista XVI** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, São Luís, 2022.

<sup>83</sup> Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de Comercialização Institucional, São Paulo, 2022.

<sup>84</sup> Entrevista concedida por Valmir Mota de Oliveira (Keno), Grupo Gestor do Armazém do Campo - Belo Horizonte. **Entrevista II** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Belo Horizonte, 2022.

de Minas Gerais na região metropolitana de Belo Horizonte. Inicialmente, ela começou como um estoque de produtos e, aos poucos, foi se transformando em um centro de distribuição.

Então, é uma estratégia de comercialização casada com o processo da logística. A cooperativa central tem esse papel, essa função, de contribuir na ampliação da comercialização desses produtos para além do que já é comercializado lá nas regiões, para além do que as cooperativas já dão conta de comercializar por conta própria, ter essa estratégia de intercooperação que reúne vários produtos, várias regiões, várias cooperativas para fazer esse processo de comercialização da produção do estado como um todo, das nas nossas áreas de reforma agrária (informação verbal)<sup>85</sup>.

A cooperativa está localizada em um ponto logístico estratégico que facilita a circulação das mercadorias da reforma agrária, facilitando o intercâmbio dos produtos regionais. Além da CONCENTRA, as Cooperativas Centrais dos Assentados (CCA) de Curitiba e do Ceará cumprem papéis importantes para a organização logística do MST (Mapa 3).

No mapa 3, podemos perceber que a CONCENTRA e as CCAs possuem áreas de influências onde são peças-chave para a circulação de mercadorias em escala regional e inter-regional. A CCA do Ceará organiza a produção e comercialização no estado e promove a troca de mercadorias com a CONCENTRA, enviando os produtos do Nordeste e recebendo produtos de outras regiões. A CCA de Curitiba facilita a circulação dos produtos na região Sul e envia produtos para a CONCENTRA, ao mesmo tempo em que recebe os produtos de outras regiões. A cidade de São Paulo é o ponto de encontro entre a CCA de Curitiba e a CONCENTRA, ambas podem se encontrar no meio do caminho para realizar a trocas das mercadorias. A CONCENTRA é a mediadora das trocas, armazenando produtos das diferentes regiões, facilitando as trocas entre Sul e Nordeste.

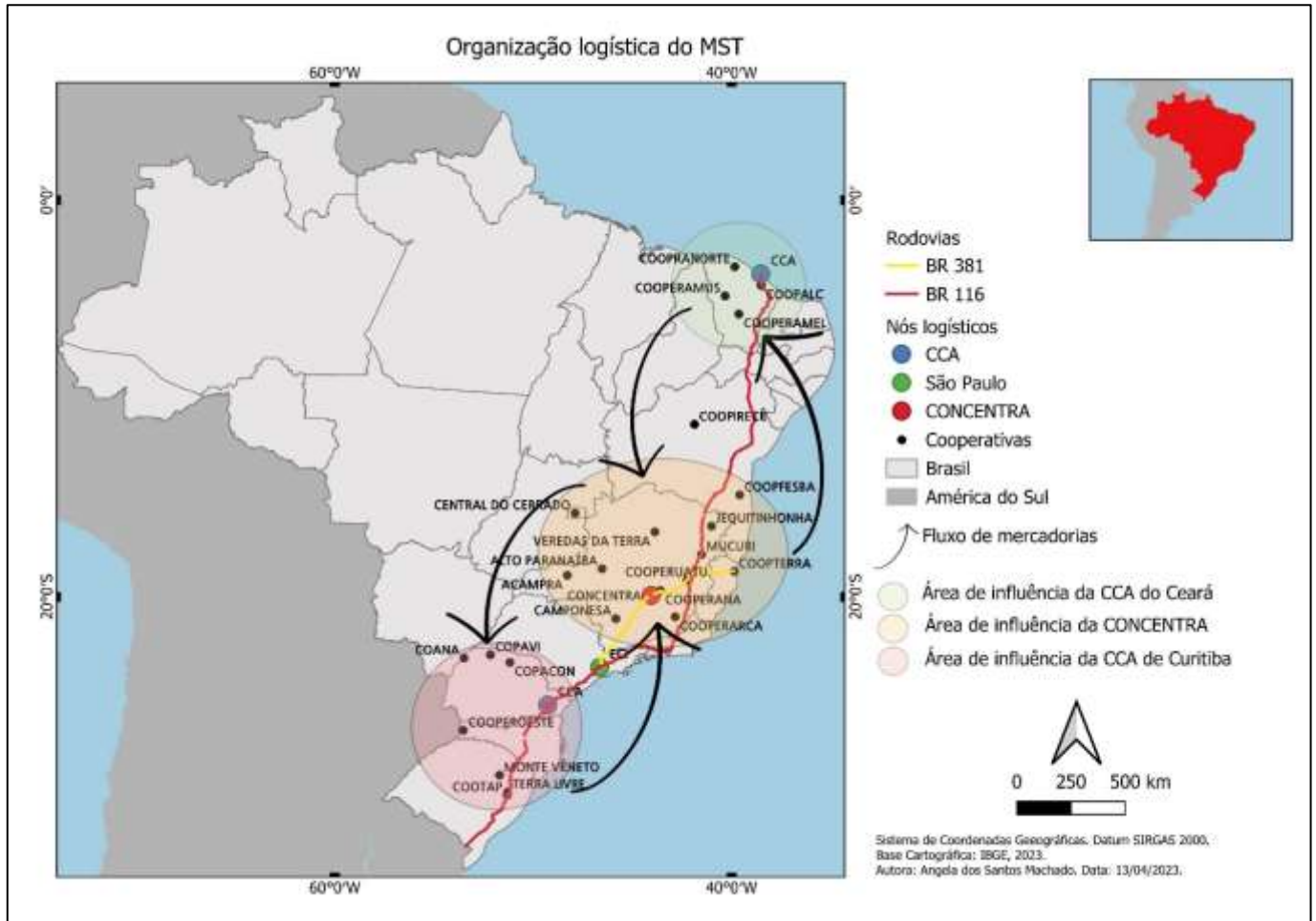
A gente foi tecendo, nesse último período, essa grande rede de logística e de comercialização para ter essa troca de produtos da reforma agrária, entendendo que aqui em Minas a gente comercializa não só os produtos de Minas, mas todos os produtos possíveis. Quanto maior, melhor a diversidade de produtos da reforma agrária a nível nacional. Então, a cooperativa caminha nesses dois sentidos: tanto ela teve um papel de fortalecer a comercialização e o cooperativismo dentro de Minas Gerais, mas ela também está inserida dentro de uma estratégia nacional

---

<sup>85</sup> Entrevista concedida por Francisca Veras, responsável pela logística da Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA). **Entrevista III** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CONCENTRA, Belo Horizonte, 2022.

para a gente fortalecer esses processos também com os outros estados (informação verbal)<sup>86</sup>.

**Mapa 3 - Organização Logística do MST**



Fonte: Trabalho de campo. Elaborado com QGIS.

A CONCENTRA ganhou impulso, a partir de 2020, com um contrato para fornecer cestas básicas para uma empresa com os produtos da reforma agrária. Primeiramente, entregando 2 mil cestas por mês, até se perceber que poderiam aproveitar essa oportunidade para aumentar a diversidade de produtos em estoque e fortalecer outros processos de comercialização.

E aí então a gente começa em um processo de montagem de cestas básicas da reforma agrária, nessa ideia, nesse conceito de criar algo similar a uma cesta básica convencional, mas colocando os produtos da

<sup>86</sup> Entrevista concedida por Francisca Veras, responsável pela logística da Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA). **Entrevista III** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CONCENTRA, Belo Horizonte, 2022.

reforma agrária que a gente consegue reproduzir hoje. Então, não é 100% igual a uma cesta básica convencional porque não entra produtos tipo óleo, macarrão. Esses produtos a gente ainda não tem na nossa base, nas nossas cooperativas, mas a gente faz uma composição similar porque a gente tem arroz, feijão, café, farinha, fubá, polvilho, esses produtos assim. Então, começou mesmo a partir do momento em que a gente conseguiu esse contrato de fornecimento dessas cestas, mas aproveitamos esse abastecimento do que era necessário para a cesta e começamos a receber também uma outra diversidade de produtos para formar um outro estoque e a partir disso fortalecer as outras comercializações (informação verbal)<sup>87</sup>.

O Armazém do Campo se beneficiou da organização da CONCENTRA que passou a facilitar o fornecimento dos produtos para a rede. A localização de Belo Horizonte, na região Sudeste do Brasil, é um ponto forte para as trocas entre os produtos da reforma agrária das diferentes regiões do Brasil, como vimos no mapa 3. De acordo com a entrevistada, faltava um mediador entre as unidades do Armazém do Campo e os fornecedores, pois ao invés de cada loja conversar com cada fornecedor, a CONCENTRA faz esse trabalho, estoca produtos de diferentes regiões e cada Armazém do Campo pode fazer um único pedido de fornecimento.

A CONCENTRA também foi conseguindo novos contratos de fornecimento de cestas básicas, ampliando o número de produtos comercializados. Além disso, a cooperativa conseguiu adquirir dois caminhões, um por meio de uma chamada pública da prefeitura de Belo Horizonte e o outro via emenda parlamentar.

Então, além dessas 2.500 [cestas], de tempo em tempo aparece um projeto que quer comprar trezentas cestas, um outro projeto que quer comprar quatrocentas cestas. Durante um ano, a gente teve também um contrato com a Cáritas, que é uma ONG da igreja católica, que eles compravam 1.500 cestas também com a gente, por mês [...]. Agora estamos no terceiro ano de 2.500 cestas. E aumentando cada vez mais também ao longo desse período esse nosso estoque de produtos, porque nesse período estamos passando por um processo de ampliação da rede de Armazém do Campo e cada dia tem mais lojas, então, cada dia aparece mais demanda para nós de fazer esse fornecimento para os armazéns. Então, quando a gente começou essa outra parte, desse estoque, era pequeno, em 2020 foi ampliando, ampliando, ampliando, tanto que a gente teve que mudar do galpão inicial que a gente estava porque já não estava cabendo mais e viemos para esse daqui (informação verbal)<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> Entrevista concedida por Francisca Veras, responsável pela logística da Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA). **Entrevista III** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CONCENTRA, Belo Horizonte, 2022.

<sup>88</sup> Idem.

As compras, vendas e distribuição dos produtos acontecem de diferentes formas. Os dois caminhões da CONCENTRA não conseguem atender toda a demanda, o maior deles possui sete toneladas, porém tem compras que são bem maiores, como as compras de feijão do Paraná (15 toneladas) e arroz do Rio Grande do Sul (20 toneladas). Nesses casos, as próprias cooperativas entregam os produtos na CONCENTRA.

Já as entregas realizadas com os caminhões da CONCENTRA possuem rotas com datas pré-estabelecidas para passar em cada ponto. Uma lista de produtos é disponibilizada previamente para as lojas da rede Armazém do Campo que estão na rota, bem como para outras cooperativas centrais. Os interessados fazem os pedidos dos produtos e, ao mesmo tempo, os que são fornecedores disponibilizam os seus produtos para que o caminhão da CONCENTRA retorne com os produtos adquiridos. O ideal é que o caminhão saia cheio e retorne cheio para diminuir os custos de transporte.

Também há casos em que as entregas são feitas via transportadora porque não há rotas estabelecidas para a área.

Mas, também existem clientes que compram com a gente e a gente não tem rota para esses lugares, então, a gente manda de transportadora. Por exemplo, se alguém lá do Acre fizer um pedido, eu vou mandar com certeza, mas não vai ser de caminhão, eu vou colocar em uma transportadora e mandar para lá, porque hoje eu não tenho uma rota estabelecida para o Acre e para eu estabelecer uma rota para o Acre é um longo processo de mobilizar um monte de gente, um monte de entidade, comprar, vender, comprar, vender para poder atender essa rota. Então, não que nunca a gente vai ter uma rota para o Acre, mas até isso acontecer, como ela não existe, vai por transportadora (informação verbal)<sup>89</sup>.

A CONCENTRA vem enfrentando uma série de desafios para viabilizar a logística dos produtos da reforma agrária. Uma logística que não é convencional, isto é, não visa apenas prestar um serviço e ganhar dinheiro, mas é uma logística que se preocupa com a viabilidade econômica de muitas famílias assentadas da reforma agrária e muitas cooperativas que precisam vender a produção. É o que Francisca Veras denomina como “logística coletiva e compartilhada”, que se preocupa também com os preços dos produtos nas prateleiras do Armazém do Campo.

Nossa logística tem dificuldade demais. Um monte de dificuldade [risos]. Principalmente, essa logística complexa que a gente faz e não é uma logística convencional, assim, de simplesmente prestar um serviço

---

<sup>89</sup> Entrevista concedida por Francisca Veras, responsável pela logística da Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA). **Entrevista III** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CONCENTRA, Belo Horizonte, 2022.

e ganhar dinheiro com isso. É toda uma mobilização de uma rede de cooperativas, de armazéns, às vezes dá uma trabalhadeira do cão dialogar com esse monte de gente e garantir que exista uma sinergia nesse calendário, nessas datas, nesse negócio todo, é muito complexo e bem difícil, assim, e a gente sofre muito com isso porque exige um nível de alinhamento para a coisa dar certo. Com o passar do tempo, como a gente vai fazendo isso todo mês, vai melhorando. Lá no começo foi muito mais difícil, de cumprimento de data, de ter os documentos, do tipo de embalagem para transportar, várias coisas que a gente não tinha um amadurecimento, um nível de profissionalismo para lidar com isso lá no começo. E de lá para cá já melhorou, mas ainda permanecem muitas dificuldades, principalmente, para esse relógio funcionar com esse monte de entidade envolvida nessa logística coletiva e compartilhada que a gente faz, é bem complexo. Isso da nossa [logística], não é? Especificamente no nosso caso (informação verbal)<sup>90</sup>.

A entrevistada ressaltou que a logística é um componente importante na formação de preços, principalmente na conjuntura de inflação, alta nos preços dos combustíveis e dos alimentos, somado ao custo de manutenção dos veículos. Outra questão enfrentada é que, muitas vezes, o transporte das mercadorias não é realizado no ponto ótimo, isto é, com caminhão cheio na ida e na volta. Daí a necessidade de aumentar o número de clientes, sobretudo, onde já existem rotas estabelecidas.

A logística, em geral, é muito complicada por essa questão dos custos, igual nesse período que a gente está vivendo com esse alto custo do diesel, por exemplo, de manutenção das peças, manutenção do veículo e tal, tem sido extremamente desafiador a gente conseguir manter isso e conseguir que seja um preço viável para não encarecer nossos produtos porque a logística é um grande componente na formação do preço dos produtos e a gente está vivendo em um momento de inflação em que está tudo muito alto. Então, é um grande desafio fazer com que a logística não encareça muito os produtos porque a gente quer que os produtos sejam acessíveis. É um grande desafio sim essa questão da viabilidade econômica e acontece muitos casos ainda que a gente não trabalha no ponto ótimo, na maioria a gente não trabalha no ponto ótimo. O ponto ótimo é ir cheio e voltar cheio e, na maioria das vezes, ele não vai cheio e não volta cheio. Então, tem esse desafio sim de mobilizar mais produtos, mais vendas também, porque na ida ele [o caminhão] vai levando as vendas, se está levando pouca coisa é porque a gente está vendendo pouco, não é? Talvez em pequena quantidade de produtos para um mesmo cliente ou poucos clientes. Teria que ter mais clientes naquela rota. Então, hoje a gente já está pensando mesmo nesse processo de ampliação da comercialização...o que é o ideal. A gente quer sempre vender mais, comercializar mais, fortalecer mais a produção nas áreas e gerar renda para as famílias. O quanto é estratégico para a gente procurar aumentar os clientes nas rotas que já estão

---

<sup>90</sup> Entrevista concedida por Francisca Veras, responsável pela logística da Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA). **Entrevista III** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CONCENTRA, Belo Horizonte, 2022.

estabelecidas para viabilizar mais a história toda, não é? (informação verbal)<sup>91</sup>.

Além de ser um ponto estratégico para a comercialização inter-regional, a CONCENTRA tem sido de grande importância para fomentar a organização da produção e do cooperativismo em Minas Gerais e contribuir para a organização das cooperativas que já existiam. A cooperativa central também colaborou para expansão do Armazém do Campo no estado, contando com seis lojas localizadas em Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Montes Claros, Uberlândia, Juiz de Fora e Almenara.

[A CONCENTRA] é de uma importância muito grande para desenvolver o cooperativismo, principalmente, aqui em Minas Gerais porque, talvez, se a gente não tivesse esse centro de distribuição aqui, a gente estaria estagnado com aquelas três cooperativas até hoje. Talvez se não tivesse criado mais cooperativas, aqui em Minas Gerais eu tenho certeza de que a gente não teria criado mais armazéns [...]. Então, tem muita coisa...uns avanços que a gente teve no último período que está completamente relacionado com a criação desse centro de distribuição aqui, as possibilidades que se abriram, as necessidades que isso trouxe de organizar mais a produção nas áreas, organizar as cooperativas, criar cooperativas onde não existiam, melhorar a organização e a gestão das cooperativas que já existiam, tudo isso está sendo fomentado a partir dessa história de ter um centro de distribuição aqui (informação verbal, grifo nosso)<sup>92</sup>.

De acordo com a entrevistada, o centro de distribuição foi essencial para ampliar a organização da produção e da comercialização em Minas Gerais. A expansão de mercados vai gerando novas necessidades de mais produtos, de melhores embalagens, de processos produtivos mais eficientes, mais rotas, mais sinergia entre todos os envolvidos, e assim, funciona como um efeito em cascata que exige transformações de ponta a ponta nas cadeias produtivas.

A CONCENTRA tem uma lista de 24 fornecedores de diferentes localidades. Como podemos ver a seguir, o nome da cooperativa, o estado produtor e o produto comercializado (Quadro 24).

---

<sup>91</sup> Entrevista concedida por Francisca Veras, responsável pela logística da Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA). **Entrevista III** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CONCENTRA, Belo Horizonte, 2022.

<sup>92</sup> Idem.

**Quadro 24** - Produtos comercializados pela CONCENTRA e sua origem (2022)

<b>Origem</b>	<b>Produtos</b>
COOPFESBA - BAHIA	Chocolate Artesanal Terra Justa
COOPIRECÊ - BAHIA	Creme de Milho; Cural de Milho (Canjiquinha); Flocão Puro Milho; Mingau de Milho; Mingau Multicereias Zero Açúcar (Não Transgênicos)
CCA - CEARÁ	Cajuína Artesanal; Castanha de Caju Natural; Castanha de Caju Salgada
CENTRAL DO CERRADO – DISTRITO FEDERAL	Antepasto de Grão de Bico e Shitake; Doce de Banana e Maracujá Cremoso; Molho Pesto de Cogumelo Shitake e Castanha de Baru; Molho Pesto de Manjerição Fresco e Castanha de Baru; Polpa de Pequi em Conserva
COOPTERRA – ESPÍRITO SANTO	Café Terra de Sabores Extra Forte, Superior e Tradicional; Pimenta do Reino Branca e Preta
AAFPAS – MINAS GERAIS	Canjiquinha (Xerem)
COOPERCAMPRA - MINAS GERAIS	Mel e Molho de Tomate
ALTO PARANAÍBA - MINAS GERAIS	Açafrão; Arroz Branco; Arroz Vermelho; Cachaça Prata Mariguela; Cachaça Vermelha Frida; Gergelim; Pimenta Malagueta desidratada e em conserva; Própolis Aguosa; Tempero Fogão de Lenha
CAMPONESA - MINAS GERAIS	Café Orgânico Guaií (Grãos e Moído); Café Popular Guaií (Grãos e Moído); Café Sustentável Guaií (Grãos e Moído); Camomila desidratada Guaií; Erva Cidreira desidratada; Composto de Ervas; Goiabada Guaií; Molho de Tomate Agroecológico Guaií; Molho de Tomate Orgânico; Composto de Folhas (Gel de Massagem); Escalda Pés; Menta desidratada; Mil Ramas desidratado; Sabonete de Barbatimão C/ Gerânio; Sabonete de Lavanda; Milho de Pipoca;
COOPERANA - MINAS GERAIS	Bananinha; Bananinha Sem Açúcar
COOPERARCA - MINAS GERAIS	Antepasto de Berinjela; Antepasto de Coração de Banana; Antepasto de Jiló; Antepasto de Ora-pro-nóbis; Antepasto de Quiabo; Antepasto de Tomatinho Confit; Conserva de Broto De Bambu; Doce de Leite Artesanal; Doce de Mamão; Doce de Banana; Doce de Leite com Goiaba; Feijão Vermelho Agroecológico; Manga em Calda; Manteiga com Sal
COOPERUATU - MINAS GERAIS	Farinha de Mandioca Mani
JEQUITINHONHA - MINAS GERAIS	Polvilho Azedo Agroecológico
MUCURI - MINAS GERAIS	Corante (Urucum); Feijão Carioca Agroecológico; Fubá de Milho Agroecológico; Mel do Vale

VEREDAS - MINAS GERAIS	Cachaça Veredas Amarela Amburana; Cachaça Veredas Branca; Cachaça Veredas Amarela Lula 2022; Castanha de Baru; Feijão Carioca Agroecológico; Feijão Carioca Rosa Agroecológico; Feijão Rosinha Agroecológico; Geleia de Cagaita; Geleia de Maracujá do Mato; Geleia de Pimenta; Geleia de Umbu; Licor de Banana; Mel de Aroeira; Molho de Pimenta; Polpa de Tomate; Licor de Amora; Licor de Cagaita; Licor de Pimenta; Licor de Maracujá do Mato; Licor de Maracujá; Licor de Cajá; Licor de Tamarindo; Licor de Hibisco; Licor de Jabuticaba; Licor de Umbu; Mel em Sachê - Florada Aroeira; Mel em Sachê - Florada Silvestre
CCA - PARANÁ	Gergelim Orgânico
COANA - PARANÁ	Arroz Polido Campo Vivo
COOPACON - PARANÁ	Feijão Carioca Campo Vivo; Feijão Preto Campo Vivo
COOPEROESTE - PARANÁ	Leite UHT desnatado Terra Viva; Leite UHT Integral Terra Viva; Leite UHT Semidesnatado Terra Viva; Leite UHT Zero Lactose Terra Viva
COPAVI - PARANÁ	Açúcar Mascavo Orgânico; Melado de Cana Orgânico
COOTAP – RIO GRANDE DO SUL	Arroz Cateto Integral Orgânico; Arroz Integral Orgânico; Arroz Parboilizado Orgânico; Arroz Polido Orgânico; Extrato de Tomate Orgânico; Geleia de Amora Orgânica; Geleia de Morango Orgânica; Geleia de Uva Orgânica; Leite em Pó Integral Instantâneo; Suco de Amora Integral Orgânico; Suco de Laranja Integral Orgânico
MONTE VÊNETO - RIO GRANDE DO SUL	Suco sabores Goiaba e Maçã; Maçã; Tangerina, Manga e Maçã; Uva e Maçã; Manga e Maçã; Suco de Uva Integral
TERRA LIVRE - RIO GRANDE DO SUL	Mel (Bisnaga e Pote)
COOPEROESTE – SANTA CATARINA	Bebida Láctea Sabor Chocolate "Terrinha"; Creme de Leite UHT; Doce de Leite; Leite em Pó Integral Instantâneo; Pepino em Conserva; Queijo Ralado desidratado; Feijão Carioca; Feijão Carioca Orgânico

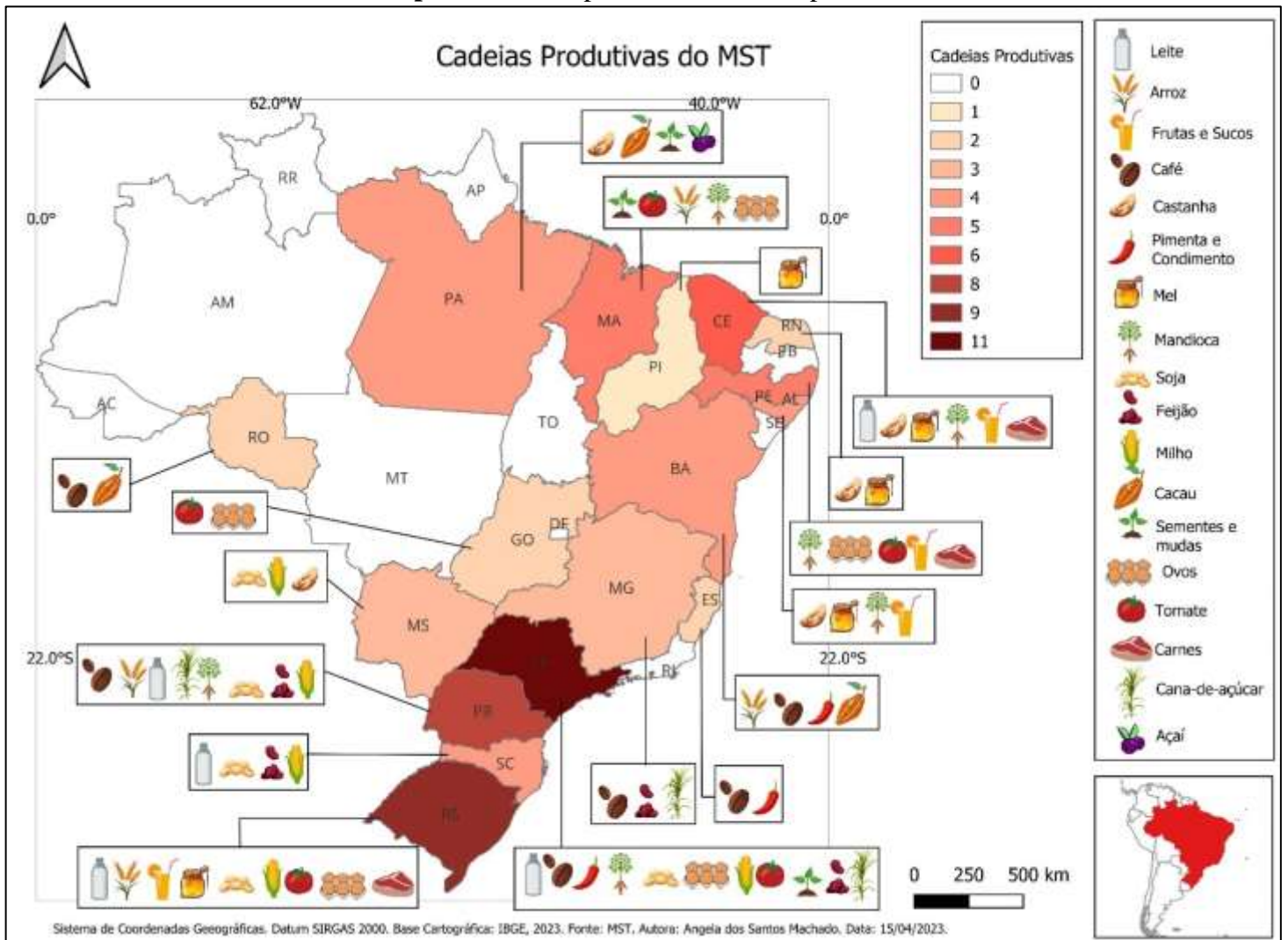
Fonte: Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA).

Podemos perceber uma relação interessante de produtos regionais, a exemplo da cajuína e da castanha de caju do Ceará; os produtos do milho que são muito consumidos no Nordeste, como o flocão utilizado para o preparo de cuscuz, da Bahia; a castanha de Baru, do cerrado; a cachaça e o licor de cajá de Minas Gerais; e o arroz, o feijão e os lácteos do Sul do Brasil. Vemos também uma variedade de produtos como os diferentes sabores de antepasto, o molho pesto, temperos, doces e produtos fitoterápicos.

A análise sobre o trabalho desenvolvido na CONCENTRA é reveladora da diversidade da produção dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária e da

organização do MST para viabilizar a comercialização das famílias, associações e cooperativas. O mapa 4, mostra a distribuição das cadeias produtivas do MST por estado em podemos ver onde se produz leite, arroz, frutas e sucos, café, castanha, pimenta e condimento, mel, mandioca, soja, feijão, milho, cacau, sementes e mudas, ovos, tomates, carnes, cana-de-açúcar e açaí. Dos 27 estados brasileiros, em apenas 9 e o Distrito Federal o MST não tem nenhuma cadeia produtiva organizada.

**Mapa 4 - Cadeias produtivas do MST por estado**



Fonte: MST, S./d. Elaborado com QGIS.

O mapa 4 evidencia que o estado de São Paulo é o que tem mais cadeias produtivas organizadas (11), seguido pelo Rio Grande do Sul (9) e o Paraná (8). Em seguida temos o Ceará (6), Pernambuco e Maranhão (5), Pará, Bahia, Alagoas e Santa Catarina (4), Minas Gerais e Mato Grosso do Sul (3), Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Goiás e Rondônia (2) e o Piauí (1). Podemos perceber que no Nordeste se destacam o mel, a

castanha, a mandioca e as frutas e sucos. Temos cacau na Bahia, em Rondônia e no Pará, onde também se encontra a produção do açaí. No Sul, podemos destacar o arroz, o feijão, os laticínios e o milho, e no Sudeste, o café, o feijão e a cana-de-açúcar.

A territorialização do MST no Brasil representa a expansão da produção de alimentos, da soberania alimentar e da produção agroecológica no país. Ela evidencia os frutos da organização coletiva desse movimento socioterritorial que luta para conquistar terra e produzir alimentos saudáveis. A expansão dos territórios da reforma agrária é acompanhada pela organização de cadeias produtivas que são controladas e autogeridas pelas famílias assentadas que desenvolvem autonomia a partir de processos produtivos diversificados.

A criação de mercados, como o mercado institucional e o Armazém do Campo, estimula o desenvolvimento de novas cadeias produtivas e o avanço dos processos produtivos em andamento. Esses novos mercados também constituem novos territórios do MST, só que dessa vez no espaço urbano, formando redes de abastecimento das cidades com os produtos da reforma agrária.

Como vimos nesse capítulo, as políticas públicas emancipatórias foram fundamentais para o fortalecimento das cadeias produtivas dos assentamentos e promoveram novos mercados, que por sua vez, geraram necessidades de constante aprimoramento nos processos produtivos e a construção de uma logística coletiva e compartilhada. Destaca-se a auto-organização do MST para fazer tudo isso acontecer. É importante que se continue os processos de solidariedade entre as regiões e entre os estados para criar cadeias produtivas onde ainda não há e ampliar as já existentes.

No último capítulo, discutiremos conceitualmente os mercados da Reforma Agrária Popular, a partir de uma abordagem geográfica centrada na produção de espaços e territórios que representam a esperança de novas relações de produção e consumo, espaços contra-hegemônicos e de enfrentamento ao sistema alimentar global.

## CAPÍTULO 5

### CONSTRUINDO UMA AGENDA DE PESQUISA

O último capítulo da tese é um primeiro passo para a construção do conceito de mercados da Reforma Agrária Popular e uma proposta de que futuras pesquisas continuem esse trabalho. Retornamos a discussão realizada no capítulo 3 sobre os novos mercados, chamados de mercados camponeses ou mercados imersos ou, ainda como veremos, mercados territoriais. Discutimos os mercados por meio de uma abordagem da geografia, tensionando autores de outras áreas do conhecimento que tendem a separar o espaço geográfico de sua multidimensionalidade ou falar de território sem esclarecer sua concepção do conceito. Analisamos a diferença entre os mercados camponeses e o mercado capitalista, destacando a importância da criação de novos mercados, sobretudo os mercados da Reforma Agrária Popular.

Em seguida, ampliamos a análise discutindo alguns resultados de nosso trabalho na Rede de Pesquisa Internacional “Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada” que resultou em um estágio no Reino Unido. Evidenciamos que não somente o capital atua internacionalmente, mas também os movimentos de resistência, como no caso do MST que é membro do movimento internacional *Via Campesina*. A união internacional dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais nos permitem realizar análises comparativas.

Por fim, apresentamos algumas recomendações para as autoridades públicas e para o MST com base na identificação de questões que podem ser melhoradas para alavancar a produção nos assentamentos, fortalecer os mercados da RAP e mensurar a contribuição do MST na produção de alimentos. Finalizamos com indicações de possibilidades de pesquisas futuras, tal como os estudos comparados mencionados anteriormente.

#### 5.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE MERCADOS DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Nesta seção, abordaremos os mercados como espaços e territórios, para além de ponto de encontro entre mercadoria e consumidor, mas como possibilidade geradora de novas relações sociais.

Os mercados da RAP podem ser considerados como mercados camponeses por serem desenvolvidos pelas famílias camponesas e para o escoamento de sua produção. Eles são, também, fundamentados na luta pela Reforma Agrária Popular que envolve a população urbana na busca de alternativas ao mercado alimentar hegemônico.

O conceito de Reforma Agrária Popular do MST traz a população urbana para o debate da questão alimentar na medida em que toda a sociedade é impactada, direta ou indiretamente, por diversos problemas causados pela lógica dos impérios alimentares, tais como a dependência do comércio internacional, a crescente oferta de alimentos de baixa qualidade nutricional e ultraprocessados, o domínio das gigantes do setor, a subordinação dos agricultores, dentre outras questões que colocam em xeque a sustentabilidade do sistema alimentar hegemônico.

Primeiramente, retomaremos brevemente o conceito de mercado, em seguida, buscaremos entender os mercados dentro de uma perspectiva geográfica com o exemplo do Armazém do Campo. Por fim, discutiremos os mercados da RAP, pensando suas potencialidades e desafios.

Schneider (2016) mostrou que, no senso comum, o mercado é uma situação gerada pela competição entre agentes econômicos que disputam a venda de produtos e que a relação entre a oferta e a demanda promove a oscilação de preços. No entanto, para o autor essa definição não seria suficiente porque não explicaria a origem dos mercados, quem são os sujeitos que estão por trás de sua formação e funcionamento, e muito menos como ocorrem as desigualdades entre aqueles que participam dos mercados.

Para entender o mercado para além do senso comum, Schneider (2016) propôs três formas de definição:

a) o mercado como um lócus, um espaço físico determinado em que se realizam trocas materiais de produtos e mercadorias; b) o mercado como princípio ordenador da sociedade e da economia, tal como funciona o capitalismo; e c) o mercado como uma construção social, que resulta de processos de interação entre agentes que trocam e intercambiam por diferentes motivos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais (Schneider, 2016, p. 97).

As duas primeiras formas de mercado (espaço físico e princípio ordenador) se fundamentam nas ideias de *market place* e *market relations* (Shanin, 1973). A ideia de mercado como local de troca remete à história antiga e a formação das cidades. Até o surgimento do capitalismo não havia distinção entre trocas e mercado, mas com a

expansão dos intercâmbios econômicos em escala nacional e internacional, o mercado deixou de ser entendido como espaço físico concreto situado nos centros urbanos.

A transformação da força de trabalho humana em mercadoria, assim como a terra e a natureza (mercadorias fictícias) contribuíram para a formação de uma concepção de economia de mercado, isto é, a sociedade passou a ser organizada para o mercado e não o contrário. A dimensão econômica se sobrepôs às outras dimensões da vida. “Em vez de a economia estar embutida [*embedded*] nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico [...] uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado” (Polanyi, 2000 [1944], p.77).

É assim que a ideia de mercado como local de comercialização cedeu lugar para um sentido mais político e ideológico de mercado. “Emerge assim o mercado como uma forma de interação social ou como um princípio ordenador da sociedade e da economia” (Schneider, 2016, p. 100).

Com relação ao sentido ideológico de mercado, Abramovay (2004) pontuou concepções que oscilam entre dois extremos, de um lado o mercado enaltecido e, de outro, o mercado demonizado. Isso ocorre, segundo o autor, porque se trata de categorias de mercado abstratas, sem análises históricas e empíricas.

Finalmente, a terceira forma de definição de mercados, como construção social, surgiu como crítica à concepção de mercado como princípio ordenador. A nova sociologia econômica, fundamentada nas ideias de Polanyi (2000 [1944]) e Granovetter (1985), dentre outros, tornou central os estudos da construção social dos mercados na sociologia. Entender que o mercado é uma construção social é importante para rebater a ideia de mercado como um fenômeno que acontece naturalmente, sem conflito, disputa, dominação, sujeição e que resulta em um mercado homogêneo, regulado por si mesmo, pela lei da oferta e da demanda. O mercado como construção social denota as bases sociais e culturais que interferem nas trocas (Schneider, 2016).

Em uma perspectiva geográfica tendemos a não separar o espaço físico (local onde as trocas são realizadas) de sua construção social. Entendemos o espaço geográfico como uma produção humana em que a sociedade constrói objetos (edifícios, pontes, estradas, aeroportos etc.) a partir de técnicas e de intencionalidades (Santos, 2006). Podemos chamar esses sistemas de objetos de fixos em razão de sua imobilidade. Os fixos, por sua vez, são necessários para que os fluxos possam existir (fluxos de mercadorias, de pessoas, de dinheiro, de ideias etc.) (Santos, 1988).

O espaço geográfico não é apenas um receptáculo no qual a sociedade atua. Há uma relação mútua entre a sociedade e o espaço. Harvey (2005) mostrou que o espaço importa para a produção capitalista, pois a minimização dos custos e do tempo de giro leva a aglomeração da produção em alguns grandes centros urbanos, assim como a concentração de pessoas e de capitais. O capital depende das infraestruturas fixas e imobilizadas para se movimentar pelo espaço. Portanto, “a capacidade de dominar o espaço implica na produção do espaço” (Harvey, 2005, p.149).

Os mercados podem ser considerados, ao mesmo tempo, espaço de troca e de relação social, econômica, política e cultural. Se os mercados são espaço geográfico, isto é, uma construção espacial da sociedade, eles também são multidimensionais. Desse modo, o aspecto econômico é apenas uma das dimensões dos mercados. Isso pode ser observado no Armazém do Campo cujo objetivo principal é divulgar para a sociedade a produção dos assentamentos e dialogar sobre a importância da reforma agrária. Nesse sentido, a dimensão política se apresenta como primordial.

No Armazém do Campo encontramos todos os tipos de relação: a) social: reúne apoiadores do Movimento, principalmente o público de posição política de esquerda, mas também atrai pessoas interessadas em produtos orgânicos, agroecológicos e de origem da agricultura familiar; b) econômica: comercializa a produção dos assentamentos e de parceiros da agricultura familiar e quilombola; c) política: mostra os resultados da reforma agrária e traz esse debate para a cidade; d) cultural: valoriza produtos regionais, a cultura brasileira e as produções artísticas marginalizadas.

O Armazém do Campo é um exemplo de espaço construído socialmente e evidencia que o espaço também é produtor de relações sociais, é uma via de mão dupla. As unidades do Armazém do Campo aglutinam uma série de atividades como lançamento de livros, noites culturais, Almoço da Resistência, Samba da Democracia, doação de marmitas etc., promovendo, assim, ações que desembocam em relações sociais e políticas de solidariedade e resistência.

A ideia de que existe apenas um tipo de mercado, o mercado capitalista, leva a uma abordagem de que a única possibilidade para os camponeses é a integração a esse mercado, desconsiderando as estratégias criativas de reprodução do modo de vida camponês.

Na realidade, existem muitos tipos diferentes de mercados com características muito diferentes. Só num passado muito recente é que o termo foi identificado como uma única forma de mercado, geralmente

relacionado com as cadeias de valor formais do agronegócio. Este fato leva a soluções simplistas, como a proposta de "integração ao mercado" como uma abordagem única para todos, sem considerar que tipo de mercado e em que condições. É preciso ter em conta que "um mercado não é apenas um sistema abstrato de preços, preferências, oferta e equilíbrios gerados automaticamente. Um mercado é também uma transação concreta entre pessoas concretas que trocam produtos concretos, de acordo com padrões de infraestruturas concretas (Food Security & Nutrition Civil Society Mechanism, 2016, p.08, tradução nossa)<sup>93</sup>.

Os mercados envolvem lugares, pessoas e relações concretas. A sociedade produz seus espaços de comercialização e é, por sua vez, produzida por eles, esses processos são dinâmicos e estão em constante transformação. Se os mercados são também espaço geográfico, logo também apresentam forma, função, estrutura e processo (Santos, 1988).

No que se refere a forma, os mercados podem apresentar diferentes formas. O Armazém do Campo se apresenta na forma de prédio construído no espaço urbano, mas também temos, para citar alguns exemplos, as feiras que acontecem nas vias públicas e as vendas *online* que precisam apenas de espaço fixo para armazenamento dos produtos.

Sobre a função, poderíamos dizer precipitadamente que a função dos mercados é somente econômica. Isso deve ser verdade no mercado convencional, porém vimos que o Armazém do Campo tem diferentes funções políticas, sociais, econômicas e culturais.

A estrutura que sustenta o mercado convencional é o sistema capitalista, com suas leis e normas, mas os mercados da RAP buscam ser uma forma de resistência ao capital dentro da estrutura do capitalismo. Mesmo que as trocas sejam entre mercadoria e dinheiro, são outros valores que orientam o intercâmbio, não o lucro<sup>94</sup>. Talvez, possamos dizer que a estrutura que mantém os mercados da RAP seja a contínua luta e organização das milhares de famílias que fazem parte do MST e os laços de solidariedade com a população urbana.

No que se refere ao processo, devemos levar em conta os movimentos de fluxos e refluxos dos mercados da RAP. O Armazém do Campo se encontra em processo de expansão, mas também há situações de contração, como no exemplo das duas unidades

---

<sup>93</sup> Original: In reality, there are many different types of markets with very different characteristics. It is only in the very recent past that the term has been identified with a single form of market, generally identified with formal agribusiness value-chains. This leads to simplistic solutions such as proposing 'market integration' as the one size-fits-all approach without considering what type of market and on what conditions. We must bear in mind that "A market is not only an abstract system of prices, preferences, supply, demand and automatically generated equilibriums. A market is also about concrete transactions between concrete people who exchange concrete products according to concrete infrastructural patterns".

<sup>94</sup> Ver na seção 3.1 a diferença entre a mercadoria camponesa e a capitalista.

fechadas na Bahia. Esses movimentos também acontecem no mercado institucional, nas feiras, nos grupos de consumos e outras iniciativas de comercialização dos produtos da reforma agrária.

Quando o MST expande a sua rede de lojas para mais de vinte cidades brasileiras, o Movimento está construindo um processo de territorialização, isto é, uma expansão de sua presença no espaço urbano. Produtos da reforma agrária, de diferentes regiões e estados, são transportados para abastecer a rede de lojas. Das prateleiras do Armazém do Campo, esses produtos vão para dentro das casas dos consumidores. Não são somente mercadorias se movendo pelo espaço, mas também símbolos da luta pela terra, da agroecologia, do cooperativismo e da força do movimento sem-terra. São processos de espacialização – movimento concreto no espaço geográfico – e de espacialidade – significado da espacialização (Fernandes, 2005a).

O Armazém do Campo é considerado pelos militantes do Movimento como o território do MST no espaço urbano. O território se forma a partir do espaço como resultado de uma ação de apropriação, concreta ou abstrata. Ao se apropriar, o sujeito (no caso o Movimento) territorializa o espaço. O território, nessa perspectiva, revela relações marcadas pelo poder (Raffestin, 1993). O Armazém do Campo demarca seu território com os símbolos do Movimento, como a bandeira, fotos e pinturas das lutas camponesas, imagens de ícones revolucionários, palavras de ordem etc. Assim, alguém com ideologia oposta não se sentiria pertencente a esse território e vice-versa. O território tende a unir os semelhantes e afastar os antagônicos. Os símbolos e as ideologias são as territorialidades que sustentam o território, isto é, as identidades que fazem com que o Armazém do Campo não seja apenas mais uma loja de produtos orgânicos, mas que tenha a marca da luta pela terra.

Pizarro Muñoz e Niederle (2022), estudando mercados alimentares organizados por movimentos sociais no Brasil e no Chile, utilizaram a tipologia de Schneider (2016) para classificar o Armazém do Campo como “mercados locais e territoriais”. Os autores não esclarecem qual a concepção de território que utilizam, mas parece que o território é entendido como uma área maior do que uma localidade.

À medida que cresce a demanda por produtos agroalimentares diferenciados e as possibilidades logísticas se tornam acessíveis, o território de atuação desses mercados se expande para fora de um lugar determinado (Schneider, 2016, p.123).

Além da área de abrangência, outras características conformam os mercados locais e territoriais. Comparado com os mercados de proximidade (feiras, por exemplo), nos mercados locais territoriais a circulação e a comercialização dos produtos não são realizadas diretamente pelo produtor. Em razão da maior abrangência espacial, um intermediário (atravessador) passa a atuar no processo, exercendo poder e controle. Nesse quesito, o Armazém do Campo parece não se enquadrar nessa classificação, pois o Movimento mantém o controle da circulação e da comercialização dos produtos.

No entanto, outros elementos dos mercados locais e territoriais podem ser relacionados ao Armazém do Campo, tais como: as “marcas” de origem dos produtos que remetem a sua procedência e identidade; um sistema de valores baseado na reputação, confiança, honra etc.; e relações interpessoais, de cooperação, reciprocidade e interconhecimento coexistindo com o sistema de preços e concorrência.

Os mercados territoriais aparece na bibliografia internacional como *territorial markets*, em oposição ao mercado internacional, abrangendo mercados locais, regionais e nacionais. A ideia é mostrar que “a comida é produzida, processada, vendida ou distribuída e consumida nos limites de um dado território”<sup>95</sup> e que a distância entre produtor e consumidor é mais curta ou a comercialização é direta (Food Security & Nutrition Civil Society Mechanism, 2016, p.12, tradução nossa). Portanto, a concepção de mercados territoriais parece estar relacionada a produtos nos quais a origem é conhecida e é um diferencial, remetendo a agricultura familiar e a autonomia dos processos de produção e comercialização.

No entanto, em nossa concepção, o adjetivo territorial mais atrapalha do que ajuda a compreender esses mercados, pois tudo é produzido e vendido em um território determinado, mesmo um grande supermercado pode ser entendido como um território. O que diferencia, de fato, esses mercados são as relações desenvolvidas nas cadeias produtivas e a origem dos produtos.

As características dos chamados mercados territoriais compreendem: a escala local, regional e/ou nacional; a inclusão e diversidade de pessoas e produtos; as múltiplas funções que executam (social, cultural e ecológica); são espaços de compartilhamento de informações, socialização e formação de alianças políticas; produzem mais autonomia, controle e melhor remuneração para os produtores; e permitem que a riqueza gerada

---

<sup>95</sup> Original: [...] the food concerned is produced, processed, sold or distributed and consumed within a given “territory”.

retorne para as propriedades agrícolas e para a economia local (Food Security & Nutrition Civil Society Mechanism, 2016).

Essas características são as mesmas dos mercados camponeses ou mercados imersos discutidos na seção 3.2, o que muda é a denominação dada ao fenômeno. Tendo em vista que na abordagem geográfica, o adjetivo territorial para mercado não faz muito sentido, preferimos o conceito de mercados camponeses e, mais especificamente, no caso dessa pesquisa, mercados da Reforma Agrária Popular.

De acordo com Scheneider (2016), os mercados podem ser espaços de intercâmbio, dominação e, muitas vezes, de emancipação. No caso do MST, pode-se visualizar o desenvolvimento de autonomias por meio da estruturação de cooperativas, do lançamento de novos produtos de alta qualidade com valor agregado, da formação de uma rede de lojas, das rotas compartilhadas de transporte de mercadorias, da organização de equipes especializadas para atender as demandas do mercado institucional, sem contar as incalculáveis experiências de vendas para grupos de consumo e feiras nacionais, estaduais e locais.

O MST é um movimento que está territorializado em todas as regiões do país através de acampamentos, assentamentos, cooperativas, associações, lojas de produtos da reforma agrária, feiras etc. Esses locais não estão isolados, mas conectados por cadeias produtivas, redes de comercialização, redes comunicativas por meio de encontros presenciais e *online*, e redes de solidariedade com ajuda mútua no sentido de fortalecer a luta política e econômica.

A comercialização dos produtos da reforma agrária é a última etapa de uma ampla cadeia produtiva que precisa ser organizada nos assentamentos, levando em consideração todos os requisitos para a realização das mercadorias (insumos, industrialização, logística, comércio). A formação de mercados da RAP incentiva a organização de todos os elos da cadeia produtiva, pois a constatação da demanda de orgânicos e agroecológicos, por exemplo, orienta todas as etapas produtivas desde a escolha das sementes e dos insumos, a obtenção de selos de qualidade, a produção com regularidade e em quantidade suficiente para o abastecimento do mercado e a organização da logística.

Para Ploeg et al. (2000), os mercados alternativos são espaços que dão lugar a novas práticas de consumo, que valorizam os saberes camponeses, a produção orgânica e agroecológica, a natureza, o consumo consciente e a pauta política de luta desses movimentos por outros modelos de desenvolvimento rural.

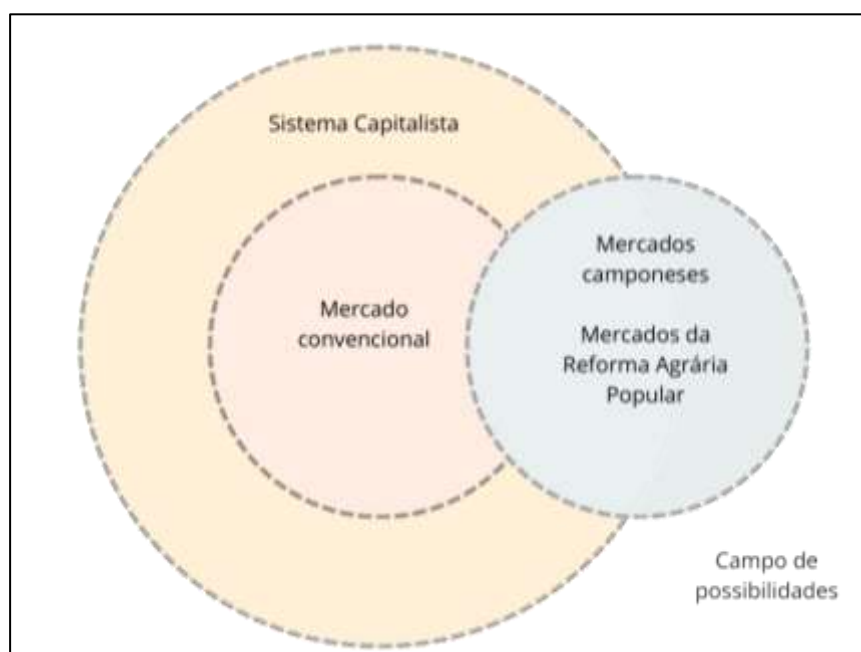
O Armazém do Campo cumpre o papel de diálogo com a sociedade sobre temas relacionados a alimentação saudável, agroecologia, reforma agrária, contexto político, dentre outros. As lojas são caracterizadas também como uma “vitrine” da reforma agrária em que os consumidores têm acesso aos produtos e ao histórico de lutas dos assentamentos produtores, isto é, os camponeses são visibilizados e valorizados no ato da comercialização.

Os mercados da RAP têm demonstrado que o MST vem ampliando sua autonomia produtiva e de comercialização. As análises realizadas nos permitem afirmar que os mercados da RAP são espaços de comercialização dos produtos da reforma agrária e de trocas de saberes e práticas entre a população do campo e da cidade. A rede Armazém do Campo forma territórios do MST no espaço urbano, carregados de símbolos da luta pela terra e do modo de vida camponês, evidencia os resultados da reforma agrária e torna a questão agrária uma pauta permanente de discussão na cidade.

Vimos na seção 3.1 que quando os camponeses participam do mercado capitalista comercializando seus produtos, parte da renda que era para ser da família camponesa é capturada pelo capital comandado pelos impérios alimentares. Daí a importância de os camponeses encontrarem formas alternativas de comércio que dependam cada vez menos do capital. Os mercados da RAP representam uma forma de enfrentamento à exploração camponesa no mercado capitalista. Mesmo inseridos no sistema capitalista de produção, encontram-se brechas para construir um tipo de mercado que valorize os produtores e que mantenha a renda da terra nas mãos dos camponeses.

O sistema capitalista busca ser hegemônico, ampliando cada vez mais sua capacidade de concentrar riqueza, mas existem brechas nas quais se constituem mercados alternativos, baseados em valores de solidariedade, justiça, bem-estar social, cuidado com a natureza e com a saúde, reconhecimento dos trabalhadores etc. A figura 38 é uma tentativa de ilustrar as múltiplas possibilidades de mercados, apesar do domínio do sistema capitalista e do mercado convencional.

**Figura 38** – As múltiplas possibilidades de mercados



Elaborado com *Canva*. Organização: Angela dos Santos Machado.

O mercado convencional, de acordo com Schneider (2016, p.124), pode ser definido como “mercados de produtos, bens e mercadorias” comandados por “poderosos agentes privados” que fazem diferentes tipos de negócios, em diversos níveis (escalas), com o objetivo de “de vender para comprar e vice-versa”. Na verdade, consideramos mais adequado dizer que o objetivo dos capitalistas é obter lucro, como afirma Bartra (2011): “O camponês vende para comprar e esse é o único fim que o condiciona ao mercado; já o capital vende para obter lucro e somente sob esta condição aceita o intercâmbio” (Bartra, 2011, p.19).

Outro ponto de desacordo que temos com a definição de mercados convencionais de Scheneider (2016) é quando ele diz que são mercados sem lugar.

A principal diferença dos mercados convencionais em relação aos territoriais está no fato de dispensar um *locus* físico, são mercados *placeless* (sem lugar). Seu campo de atuação são as esferas da distribuição e da circulação nacionais e globais, especialmente onde houver oferta e demanda e onde se puder “*fazer dinheiro*” (Schneider, 2016, p.124).

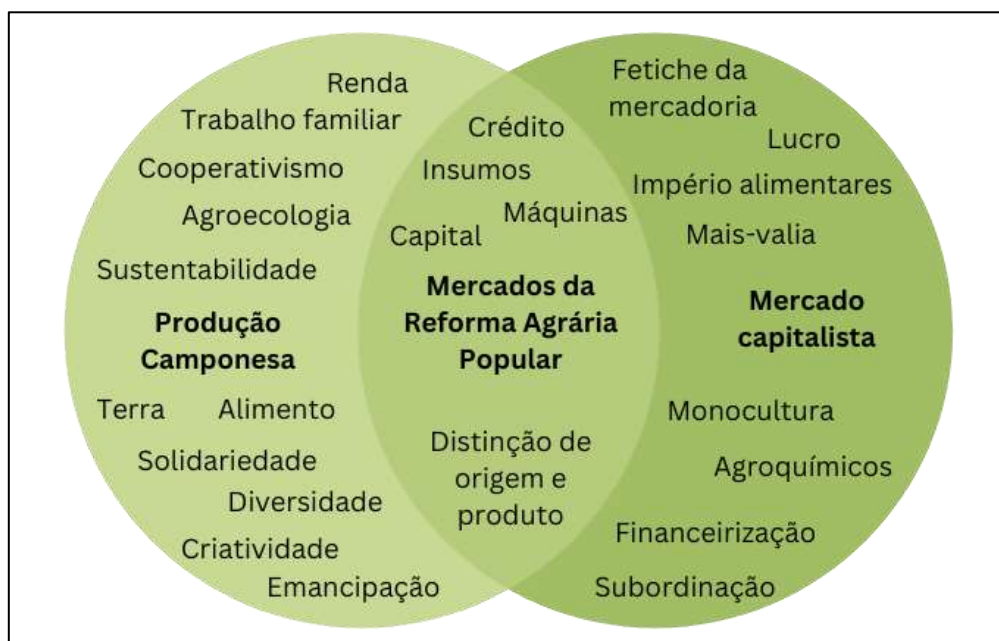
Mesmo que o campo de atuação do mercado convencional seja mais ligado às esferas da circulação e da distribuição, ainda assim as mercadorias precisam de infraestruturas fixas em determinados lugares para que seja possível a movimentação das mercadorias pelo espaço, como demonstrou Harvey (2005). As mercadorias são

produzidas em algum lugar, armazenadas em depósitos, movimentam-se por estradas, ferrovias, navios etc., são vendidas em espaços de atacado ou varejo e são consumidas em lugares que são alcançados por esses mercados. Por isso, não consideramos adequado dizer que são mercados *placeless* (sem lugar). Entendemos que para a análise sociológica o conceito de *placeless* tem grande importância, pois evidencia que a economia global tende a ocultar as relações de produção (quem produziu? Onde? Em que condições?), porém na abordagem geográfica o uso de tal conceito seria uma negação ao nosso próprio objeto de estudo, o espaço geográfico.

Por outro lado, concordamos com Schneider (2016, p.124) quando diz que os agricultores que atuam no mercado convencional “são altamente dependentes de contrato a montante e a jusante, especialmente para os que produzem *commodities*”. Esses agricultores possuem alto grau de dependência do mercado capitalista, por isso encontram-se em uma situação mais vulnerável. Os mercados camponeses e da RAP buscam escapar da lógica capitalista, entrando em um campo de diferentes possibilidades.

Os mercados camponeses e os mercados da RAP podem ser entendidos como um espaço de intersecção entre a produção camponesa e o mercado capitalista (Figura 39). O comércio de produtos é elementar para a manutenção das famílias camponesas e acontece por dentro do sistema capitalista, uma vez que para produzir as famílias precisam adquirir insumos, maquinários e muitos outros bens que elas mesmas não produzem. O dinheiro recebido na troca dos produtos novamente realimenta o sistema capitalista através das compras realizadas pelas famílias camponesas, sem contar o possível pagamento de juros dos créditos contraídos para investimentos na produção.

**Figura 39** - Mercados da Reforma Agrária Popular na intersecção entre a produção camponesa e o mercado capitalista



Elaborado com *Canva*. Organização: Angela dos Santos Machado.

Parte da renda que retorna para o produtor pode ser investida na produção e na formação de canais autônomos de comercialização. Portanto, há uma relação entre os camponeses e o mercado capitalista em que há dependência (compra de insumos, máquinas, obtenção de crédito, vendas para atravessadores etc.), mas que se busca alternativas para alcançar autonomia. Vale ressaltar que apesar de estar inserido no sistema capitalista, o campesinato não visa o lucro e a exploração da mais-valia (Oliveira, 2007; Bartra, 2011), mas sim uma renda digna para as famílias continuarem produzindo e melhorando sua qualidade de vida.

A produção camponesa se consolida por meio do trabalho familiar, do pertencimento à terra, da produção diversificada de alimentos, da cooperação, da agroecologia, das relações de solidariedade e da geração de renda para o sustento da família, para a continuidade da produção e para a emancipação. Por outro lado, o mercado capitalista se caracteriza pela busca do lucro, exploração da mais-valia, monocultura, uso de agroquímicos, exploração do trabalho, financeirização e hegemonia dos impérios alimentares (Figura 39).

Os mercados da Reforma Agrária Popular se encontram na intersecção entre a produção camponesa e o mercado capitalista, pois as famílias assentadas precisam de capital, crédito e insumos e precisam vender os produtos para obtenção de dinheiro, no

entanto buscam desenvolver autonomias produtivas para diminuir a dependência do mercado capitalista e melhorar a renda das famílias camponesas.

Os mercados da Reforma Agrária Popular (RAP) são espaços de comercialização desenvolvidos pelas famílias assentadas como alternativa à dependência do mercado capitalista. São também espaços de socialização política onde se fomenta o diálogo com a população urbana e a aliança entre campo-cidade para a luta pela Reforma Agrária Popular, que envolve a conquista da terra e a produção de alimentos saudáveis. Os mercados da RAP são, portanto, contra-hegemônicos e baseados em valores de solidariedade, cooperação e justiça.

O desenvolvimento de novos espaços de comercialização, com novas demandas, tende a desenvolver melhorias nos processos produtivos na medida em que exigem aprimoramentos na produção, beneficiamento e circulação de mercadorias, gerando autonomia e controle dos agricultores sobre as cadeias produtivas.

Os mercados da RAP são multidimensionais e multiescalares. Podem ser feiras locais, grupos de consumo regionais e até mesmo uma rede nacional como o Armazém do Campo. O fator econômico é uma das dimensões desses mercados, uma vez que as famílias precisam vender para se sustentar e continuar produzindo. Mas a dimensão primordial é a política, pois são mercados que visam mostrar para a sociedade os resultados da reforma agrária e estabelecer um diálogo com a população urbana. A cultura aparece também como uma dimensão importante relacionada com os hábitos alimentares, com os saberes camponeses, com os produtos típicos e artesanais, o uso de sementes crioulas, dentre outras características da produção camponesa.

A dimensão social dos mercados da RAP se dá pela interação entre a população do campo e da cidade que vem buscando cada vez mais alimentos orgânicos e agroecológicos que reconectam a produção de alimentos e a natureza. A especificidade dos produtos não se encontra apenas na sua qualidade, mas também na origem que é reconhecida e apreciada pelos consumidores. Nos mercados da RAP, os consumidores têm acesso ao histórico das lutas por trás de cada mercadoria e às informações de quem produziu, em que condições e como aquele produto chegou na prateleira.

As políticas públicas emancipatórias, isto é, que promovem crédito, produção, indústria, educação, moradia e mercados, são importantes para a construção de autonomias, possibilitam o fortalecimento da agricultura familiar e a criação de novos mercados.

A territorialização da rede Armazém do Campo no Brasil tem gerado importantes aprendizados tanto para o MST que agora tem que aprender a lidar com questões de logística, como para a população urbana que tem a oportunidade de conhecer esse importante movimento socioterritorial, participar desse espaço de formação política e consumir os produtos da reforma agrária.

## 5.2 UMA LUTA INTERNACIONAL

Durante nossa trajetória no doutorado tivemos a oportunidade de participar da Rede de Pesquisa Internacional “Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada”, apoiada pela CAPES Print, (Processo nº 88881.310769/2018-01) e coordenada pelo Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

Durante os dois primeiros anos de doutorado, colaboramos com o levantamento de dados do Brasil e, num segundo momento, com a produção da pesquisa no Reino Unido, com o objetivo de comparar as questões relativas às dinâmicas agrárias e as lutas dos movimentos socioterritoriais em ambos os países. Em 2023, tivemos a oportunidade de desenvolver um estágio de pesquisa na *Cardiff University*, no País de Gales, com financiamento da FAPESP (processo 2022/12318-4).

Nossa pesquisa teve como objetivo aprofundar a análise sobre um movimento socioterritorial específico, o *Landworker's Alliance* (LWA), e comparar suas ações com o MST. Ambos os movimentos fazem parte da *Via Campesina*, um movimento internacional que agrega cerca de duzentos milhões de pequenos produtores agrícolas em mais de oitenta países (Via Campesina, 2021). A importância de estudos internacionais pode ser observada pelo fato de que tanto o movimento do capital, como os movimentos de resistência acontecem nessa escala.

Nesse sentido, buscamos ampliar nossa escala de análise, levando em consideração que os desafios enfrentados pelo MST no Brasil não são exclusividade nossa, mas a luta por soberania alimentar, agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis está presente em diversos países.

Em nosso período no Reino Unido, conhecemos experiências de mercados camponeses, visitamos feiras na Escócia, na Inglaterra e no País de Gales, e participamos de encontros com produtores orgânicos e com membros da Comunidade que Sustenta a Agricultura (SCA). Visitamos pequenos proprietários agrícolas na Escócia, conhecidos como *crofters*, e lojas de produtos orgânicos que visam construir redes alimentares

sustentáveis. No entanto, não encontramos nenhuma experiência como o Armazém do Campo, uma rede de lojas promovida por um movimento socioterritorial.

No que se refere, ao mercado institucional, percebemos como o Brasil está avançado nesse tipo de política pública, pois as leis como o PAA e o PNAE são nacionais e promovem a aquisição da agricultura camponesa em todo o país. No Reino Unido, as compras institucionais dependem dos conselhos locais e não há nenhuma previsão de que elas sejam um incentivo para a produção da agricultura familiar. Segundo um membro do LWA, o acesso ao mercado institucional é muito difícil para os pequenos produtores porque os governos locais, geralmente, preferem comprar das grandes empresas.

No Reino Unido não há o direito à reforma agrária como instituído na Constituição Federal do Brasil. Dentre os países que fazem parte do Reino Unido - Escócia, Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte - a Escócia se destaca na luta pela terra, mas também na concentração fundiária. Em 2003, foi criada a Lei de Reforma Agrária (*Land Reform Act*), porém muito conservadora que prevê como medida para desconcentrar a terra apenas a possibilidade de que as comunidades possam comprar as terras que arrendam (*Community Right to Buy*). Depois de mais de vinte anos de vigência da lei, apenas 0,24% das terras da Escócia se tornaram propriedades comunitárias e 50% das propriedades rurais do país estão nas mãos de apenas 433 proprietários de terra, os chamados *landlords*. Nos últimos anos, a concentração fundiária aumentou na Escócia, com o domínio do “capital verde” que auferir grandes lucros por meio do reflorestamento (Carrel, 2024).

De acordo com Shrubsole (2019), na Inglaterra, a questão da propriedade da terra é um assunto tabu, o que reflete na dificuldade de obtenção de dados sobre a estrutura fundiária. Apesar de escassos, os dados são reveladores. A aristocracia e a nobreza ainda possuem 30% das terras inglesas, o que indica que a estrutura fundiária permanece inalterada há séculos. As corporações possuem 18% das propriedades rurais e banqueiros 17%. As pessoas que moram no campo ocupam apenas 5% das terras agrícolas, as organizações de conservação ambiental têm 2% e a Igreja da Inglaterra ainda possui 0,5% das propriedades. Os principais proprietários são membros da monarquia e donos de *grouse moor estates*, propriedades que promovem lucrativas atividades de caça de uma espécie de ave (Hetherington, 2019).

Assim como no Brasil, no Reino Unido também há uma relação intrínseca entre a propriedade da terra e a classe política, com membros do parlamento que também são grandes proprietários de terra. Um exemplo é o ex-membro do parlamento, chamado Richard Benyon, herdeiro de uma família que ficou muito rica por meio da Companhia

das Índias Ocidentais, isto é, pela exploração colonial, e que mantém uma grande propriedade de terra desde o século XVIII (Shrubsole, 2019).

O colonialismo continua moldando a questão agrária no Brasil e no Reino Unido, de diferentes formas. No Reino Unido, pela perpetuação da riqueza, do status, e da terra nas mãos de privilegiados *dukes* e *landlords*. E no Brasil por sua manutenção na posição de exportador de produtos primários para o mercado global, pelo massacre vivido pelos povos indígenas, pela brutal escravização de pessoas negras e o racismo estrutural que ainda persiste, pela concentração fundiária e a violência no campo e contra os defensores dos direitos humanos.

No Reino Unido também há movimentos socioespaciais e socioterritoriais que problematizam as desigualdades geradas pela concentração fundiária. Um desses movimentos é o *Right to Roam*, que pode ser traduzido como “direito de circular”, ou “direito de vagar” ou ainda simplesmente “direito de andar por aí”. Esse movimento reivindica o direito de praticar atividades de lazer no campo, tais como caminhada, ciclismo, acampamento, natação nos rios etc., e que o direito de propriedade não deve excluir os membros da sociedade de usufruir de atividades ao ar livre. Como forma de atuação, o *Right to Roam* organiza o que denominam como invasão em massa (*mass trespass*), em que um grupo numeroso de pessoas entram nas propriedades e fazem caminhadas, piqueniques, dentre outras atividades (Figura 40).

**Figura 40** - Protesto do movimento *Right to Roam* em Devon, na Inglaterra



Fonte: Tovey (2022).

O *Right to Roam*, portanto, não reivindica a propriedade da terra, mas apenas o acesso temporário para atividades de lazer. Mas, há no Reino Unido movimentos que lutam pelo direito à terra, como o Land in Our Names (LION), ou Terra em Nossos Nomes. Trata-se de um movimento que luta, ao mesmo tempo, por justiça fundiária e justiça racial, formado por pessoas negras que reivindicavam o acesso à terra como uma forma de reparação histórica, pois, de acordo com o LION, pessoas negras tem muito menos chance de acessar a terra do que as brancas. O objetivo do LION é reconectar as pessoas negras à terra, seja na cidade, seja no campo, e enfrentar as desigualdades no acesso à terra.

O território é uma estratégia central para LION, que busca o acesso à terra como forma de combater as desigualdades e reconstruir um modo de vida. A identidade desempenha um papel crucial nos movimentos socioterritoriais e, neste caso, está ligada à ancestralidade e às experiências de vida, entrelaçadas com a violência estrutural do racismo. Para atingir os seus objetivos, o LION organiza workshops e eventos para pessoas negras, visando o compartilhamento de experiências e habilidades, a elaboração de estratégias e a construção de redes de solidariedade. Isto é, promovem atividades de socialização política, características dos movimentos socioterritoriais (Halvorsen, Fernandes e Torres, 2019).

Vale ressaltar também a atuação do *Community Land Scotland* (CLS) ou Terras Comunitárias na Escócia, que faz parte da luta na Escócia pelo direito a terras comunitárias. Esse direito está relacionado com os antigos *clans* escoceses e uma forma de relação com a terra que foi perdida com o domínio dos ingleses, a expulsão dos escoceses de seus territórios e as novas formas de uso desses territórios, onde atualmente predominam áreas de recreação para as classes altas. O CLS reivindica que as comunidades rurais possam comprar as terras onde vivem e que novas comunidades possam ser formadas pelo direito de compra comunitária. O Movimento acredita que essa seria uma forma de democratizar a propriedade da terra na Escócia.

Em nosso período de estágio, foi interessante notar os diferentes paradigmas que permeiam a luta pela terra no Brasil e no Reino Unido. Os paradigmas mencionados na seção 3.1, não apenas desenvolvem um papel importante na pesquisa científica, mas também no dia a dia das pessoas e nas ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. O MST defende a superação do capitalismo e a realização da reforma agrária pela redistribuição da terra, através da expropriação das propriedades que não cumprem a sua função social. Nesse sentido, as perspectivas do MST podem ser

relacionadas ao Paradigma da Questão Agrária, em que o campo de possibilidades ultrapassa os limites impostos pelo capitalismo. O LWA, por sua vez, só enxerga possibilidades pela ótica do capitalismo, sendo que o acesso à terra só pode ser obtido por meio da compra ou arrendamento. Falar em reforma agrária na Inglaterra soa como algo absurdo, pois não faz parte do sistema capitalista. Apenas o LWA da Escócia fala sobre reforma agrária, porém uma reforma agrária conservadora que garante apenas o direito de compra. Percebemos, então, que os movimentos possuem paradigmas opostos, com o LWA mais alinhado ao Paradigma do Capitalismo Agrário, isto é, não vislumbra alternativas para além do capitalismo.

Apesar dos diferentes paradigmas, ambos os movimentos possuem agendas e estratégias semelhantes. O LWA não faz ocupação de terras e não luta pela reforma agrária, mas ambos fazem campanhas e *lobbies*, marchas e protestos, promovem redes de solidariedade com outros movimentos, fazem encontros de socialização política, compartilham experiências e treinamentos, realizam encontros com políticos em busca de apoio, dentre outras atividades.

Como dito anteriormente, ambos os movimentos são membros da *Via Campesina* e defendem a soberania alimentar e a agroecologia, isto é, lutam pelo direito à alimentação saudável e um modo de produção baseado nos saberes camponeses, que historicamente produzem de forma diversificada e ecológica. O MST e o LWA atuam, portanto, em defesa da terra, da água, das sementes e das florestas. Ambos os movimentos atuam de forma a promover redes alimentares voltadas para o bem-estar dos consumidores e dos produtores, em contraposição ao sistema alimentar hegemônico.

Vale ressaltar que o MST tem uma longa trajetória de luta no Brasil, com cerca de 40 anos de história, enquanto o LWA é um movimento mais recente, com 12 anos de existência. Esperamos que o LWA e outros movimentos do Reino Unido possam se inspirar no MST, que tem construído uma luta importante por justiça social e fundiária no Brasil, e que já conquistou terra para quase meio milhão de famílias. O MST também se dedica para construir novos mercados para as famílias assentadas, indo além da concepção de integração ao mercado capitalista.

### **5.3 RECOMENDAÇÕES E INDICAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS**

Com base nos resultados da pesquisa, propomos as seguintes recomendações:

- Para os governos federais, estaduais e municipais:
  - a) **Fortalecimento das políticas públicas emancipatórias:** as políticas públicas que promovem educação, saúde, habitação, agroindustrialização e mercados para as famílias assentadas devem ser entendidas como investimento para a produção de alimentos saudáveis e geração de renda para a população do campo. O PNAE é um exemplo de política pública de Estado, que sofre menos impacto com as mudanças de governos. Mecanismos devem ser criados para que o PAA, o PRONERA, o Minha Casa, Minha vida Rural, dentre outros programas, sejam protegidos, ampliados e fortalecidos.
  - b) **Promoção de linhas de crédito para a organização das cadeias produtivas:** os assentamentos de reforma agrária precisam de crédito para ampliar a organização das cadeias produtivas, isto é, adquirir insumos e maquinários adequados, promover o beneficiamento da produção, de modo a agregar valor ao produto, e adquirir os equipamentos necessários para a distribuição e a comercialização, garantindo o controle dos agricultores assentados em todas as etapas da cadeia produtiva.
  - c) **Ampliação da aquisição de produtos da agricultura familiar:** a Lei nº 11.947/2009, do PNAE, institui que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos para a alimentação escolar seja proveniente da agricultura familiar. Após 15 anos de experiência das famílias com o PNAE, acreditamos que seja o momento de aumentar a porcentagem gradativamente até atingir 100%. Uma alimentação totalmente fresca, saudável e, de preferência, orgânica só pode gerar benefícios tanto para os estudantes, como para os produtores, além de estimular a produção local de alimentos.
  - d) **Criação de incentivos fiscais para os produtos da reforma agrária:** deve-se rever os incentivos fiscais relacionados aos produtos alimentícios e bebidas, privilegiando-se os produtos de origem da agricultura familiar, dos assentamentos de reforma agrária, de comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas e de pescadores artesanais, incentivando a produção de alimentos saudáveis para toda a população.

- e) **Disponibilização de recursos para a logística dos mercados da RAP:** a eficiência no transporte e estoque de mercadorias requer infraestruturas físicas como depósitos, câmaras frias, caminhões refrigerados e secos, de diferentes tamanhos, além de sistemas de tecnologia da informação que permitam o planejamento adequado, a otimização das rotas e o gerenciamento dos pedidos. Melhorar a logística, significa tornar os produtos da reforma agrária mais acessíveis para a população.
  
  - f) **Incentivo à produção orgânica e agroecológica:** criar um sistema de preços diferenciados para os produtos orgânicos e agroecológicos no mercado institucional e não tributar os produtos orgânicos e agroecológicos no mercado convencional.
  
  - g) **Fornecimento de assistência técnica adequada aos assentamentos:** ampliar a assistência técnica nos assentamentos, de forma adequada com a produção orgânica e agroecológica, criar relações duradouras e de confiança entre os técnicos e os assentados, e elaborar projetos de agroindustrialização nos assentamentos.
  
  - h) **Assentar as famílias acampadas:** os acampamentos também são produtores de alimentos, no entanto, são impedidos de acessar políticas públicas por falta de documentação. Assentar as famílias acampadas é o primeiro passo para investir na produção de alimentos e geração de renda no campo.
- Para o MST:
    - a) **Sistematização de dados:** sistematizar os dados dos mercados da RAP por estado, região e, se possível, por município, organizando as informações sobre a produção, os produtores, as formas de comercialização e o destino das mercadorias, quantitativa e qualitativamente. Essas informações poderiam dimensionar a contribuição dos assentamentos para a produção de alimentos no Brasil e para a alimentação escolar.

- b) **Organizar Centros de Distribuição:** a CONCENTRA tem realizado um papel importante para a construção da logística compartilhada do MST, porém é preciso de mais centros de distribuição, nas diferentes regiões e estados, para melhorar a eficiência da circulação de mercadorias.
  
- c) **Criar escritórios de comercialização institucional:** o ECI de São Paulo mostrou a importância da organização coletiva e de uma equipe especializada para atender a demanda do mercado institucional. A abertura de novas unidades de ECI em outros estados poderia expandir o acesso a esse mercado e ajudar na sistematização dos dados, pois as vendas seriam mais centralizadas. Mesmo os assentamentos que vendem diretamente para as prefeituras poderiam enviar os dados da comercialização para o escritório de seu respectivo estado. Cada ECI, por sua vez, enviaria os dados da comercialização para um escritório central, responsável por sistematizar os dados nacionais.

Essa tese não teve a pretensão de esgotar o tema dos mercados da Reforma Agrária Popular, ao contrário, ela trouxe para o debate acadêmico um tema que ainda não havia sido estudado em escala nacional e, assim, abre caminhos para que novas pesquisas sejam produzidas, em diferentes escalas, abrangendo diferentes setores e sujeitos envolvidos nos mercados da RAP. Algumas sugestões para pesquisas futuras são:

- a) Estudar os impactos dos mercados da RAP para os produtores, buscando entender se houve melhoria na renda e na qualidade do trabalho exercido;
  
- b) Investigar as principais motivações dos consumidores para adquirirem os produtos da RAP;
  
- c) Mensurar o impacto das políticas públicas emancipatórias no fomento das cadeias produtivas nos assentamentos de reforma agrária;
  
- d) Aprofundar o estudo sobre a participação do MST no mercado convencional, as estratégias de expansão da marca Raízes do Campo e os principais desafios desse setor;

- e) Analisar a relação campo-cidade fomentada pelo Armazém do Campo e os demais mercados da RAP;
- f) Ampliar a discussão da logística coletiva e compartilhada do MST, promovendo ideias inovadoras para melhorar a eficiência dos processos de distribuição das mercadorias.
- g) Promover estudos sobre os mercados da RAP em diferentes escalas e analisar movimentos socioespaciais e socioterritoriais de outros países que conduzem lutas para a democratização do acesso à terra e a construção de sistemas alimentares sustentáveis.
- h) Explorar a interseccionalidade dentro do MST e nos mercados da RAP, considerando fatores de raça, classe, gênero, idade e sexualidade para abordar os desafios específicos desses grupos e visibilizar sua participação na construção do Movimento e dos mercados.
- i) Dar continuidade ao estudo dos mercados como construção social e espacial, demarcando os processos geográficos do fenômeno.
- j) Elaborar estudos multidisciplinares com pesquisadores das áreas da geografia, sociologia, economia, administração, agronomia, logística e tecnologia da informação, dentre outras disciplinas, com o intuito de fortalecer a RAP e seus mercados.

Em conclusão, os estudos dos mercados da RAP são multifacetados e abrem um amplo leque de possibilidades no campo da pesquisa. Esperamos ter demonstrado a pertinência e a necessidade de mercados conduzidos pelos próprios agricultores assentados, que ampliam sua autonomia e capacidade de produção de alimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese demonstrou a formação dos mercados da Reforma Agrária Popular (RAP) e a importância das políticas públicas emancipatórias para a construção de novos mercados pelas famílias camponesas. Esses mercados são amplos, abarcam feiras, lojas, grupos de consumo, vendas *online* e diversas alternativas de comercialização. Em razão da amplitude do tema e da escala nacional da pesquisa, focamos em dois mercados: a rede Armazém do Campo e o mercado institucional.

O Armazém do Campo é uma rede de lojas que é fruto das lutas do MST por formas autônomas de comercialização. Desde 2016, houve uma expansão do Armazém do Campo, que hoje conta com mais de vinte lojas distribuídas por todas as regiões do Brasil, com produtos do MST e de outros parceiros da agricultura familiar, quilombola e indígena. As unidades do Armazém do Campo são mais do que espaços de comercialização, são espaços de socialização política que estreitam a relação do MST com a sociedade e traz a pauta da reforma agrária para discussão com a população urbana.

Outro mercado de destaque na tese é o mercado institucional, que foi uma conquista dos movimentos e organizações da agricultura familiar. Esse mercado se refere a compras realizadas pelas instituições públicas para atender a demanda de escolas, hospitais, forças armadas, unidades de assistência social ou qualquer outro setor público que realize compra de alimentos. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um exemplo de mercado institucional, que, por lei, deve comprar pelo menos 30% dos alimentos da agricultura familiar, com preferência aos assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas. Se antes as instituições públicas compravam apenas das grandes empresas, hoje elas são um importante mercado para a agricultura familiar.

Em 2003, as políticas públicas emancipatórias ganharam impulso no âmbito do Programa Fome Zero, do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, quando a produção de alimentos da agricultura familiar passou a ter lugar de destaque nas políticas de segurança alimentar. Programas de aquisição de alimentos, de agroindustrialização, de construção de moradias rurais e de educação foram disponibilizados, com momentos de expansão e contração, até o golpe de 2016, quando teve início governos que atuaram fortemente no desmonte da estrutura de políticas públicas de segurança alimentar, como demonstrado na tese.

Mesmo em um contexto desfavorável, em 2016, a primeira unidade do Armazém do Campo foi inaugurada, como resultado de décadas de lutas do MST e das políticas públicas emancipatórias, que possibilitaram a estruturação de cooperativas e o lançamento de novos produtos. Até abril de 2024, 25 unidades do Armazém do Campo haviam sido inauguradas, sendo que duas foram fechadas na Bahia.

Discutimos a territorialização do Armazém do Campo, com seus fluxos e refluxos, evidenciando os desafios e as diferentes realidades de cada unidade. Os espaços de comercialização são produto de relações sociais, pois são desenvolvidos pelas ações dos militantes do MST e pelos consumidores parceiros. Mas, esses espaços também são produtores de relações sociais na medida em que proporcionam o diálogo entre o campo e a cidade, trocas de saberes, atividades culturais, lançamento de livros, debates, dentre outras atividades que acontecem nas unidades do Armazém Campo.

Os símbolos do MST e da luta pela terra estão presentes nos produtos e nos nomes das marcas, assim como estão estampados nas paredes por meio de pinturas, quadros e poesias e estão nas camisetas, bonés, mochilas, dentre outros produtos que carregam a identidade do Movimento. Esses símbolos e identidades, assim como as ideologias, visões de mundo, concepções formam o território imaterial do MST e a territorialidade que sustenta os mercados da RAP.

A rede Armazém do Campo forma territórios do MST na área urbana. Se antes o Movimento estava na cidade em momentos esporádicos, como em manifestações, marchas e ocupações, com o Armazém do Campo o MST tem a presença permanente na cidade, formando não apenas um espaço de comercialização, mas sobretudo um espaço de debate político com a sociedade e de alianças entre campo e cidade pela Reforma Agrária Popular.

Os mercados da RAP apresentam múltiplas escalas e dimensões. Vão de feiras locais à uma rede nacional de lojas. A dimensão política é preponderante, uma vez que o objetivo principal desses mercados é a divulgação da produção dos assentamentos. A dimensão econômica é importante porque os mercados são a fonte de renda das famílias camponesas. A dimensão social pode ser relacionada com a interação entre a população do campo e da cidade, além das relações de solidariedade que são um dos pilares importantes dos mercados da RAP. Por fim, a dimensão cultural, dentre outras características, tem relação com a valorização dos saberes camponeses e das formas de produção ancestrais que reconectam a esfera da produção com a natureza.

A rede Armazém do Campo trouxe novos desafios para o MST, dentre eles, a questão da logística de abastecimento das unidades, uma vez que cada uma delas apresenta uma diversidade de produtos oriundos de assentamentos de diferentes regiões do país. Nesse sentido, as cooperativas centrais, com destaque à CONCENTRA, vem fomentando estratégias coletivas para o escoamento das mercadorias, tornando possível as trocas de produtos entre Nordeste, Sudeste e Sul, principalmente.

A criação de novos mercados gera necessidades de mais produtos, melhores embalagens, de processos produtivos mais eficientes, novas rotas de circulação de mercadorias, mais sinergia entre todos os envolvidos, desembocando, assim, em um efeito de ponta a ponta nas cadeias produtivas. O MST produz uma diversidade de alimentos nos assentamentos de reforma agrária, contribuindo para a soberania alimentar no Brasil.

Os avanços do MST no que diz respeito à produção de alimentos, criação de cooperativas, produtos, marcas e desenvolvimento de novos mercados, são fruto de quatro décadas de luta pela terra e para se manter nela. A análise documental dos cadernos de formação, programas, declarações e princípios do MST, de 1989 a 2022, revelam que o MST sempre se preocupou com a viabilidade econômica dos assentamentos e que a combinação entre a luta política e econômica é considerada fundamental para o desenvolvimento dos assentamentos, sendo que o econômico deve estar a serviço do político.

Os trabalhos de campo e as entrevistas realizadas foram fundamentais para a compreensão da produção dos espaços de comercialização e quem são os sujeitos, forjados nos espaços de socialização política do MST, que são produtores da rede Armazém do Campo, do Escritório de Comercialização Institucional e das cooperativas centrais que cumprem um papel preponderante na formação dos mercados da RAP.

Evidenciamos as marcas do MST - Terra Livre, Terra Viva, Campo Vivo, Monte Vêneto, Guaiú, Terra Justa, Terra de Sabores e Terra Conquistada – e a diversidade de produtos – diferentes tipos de arroz, feijão, café, laticínios, sucos, carnes, castanhas, polpas de frutas, geleias, pimentas e condimentos, dentre outros produtos que são beneficiados nas agroindústrias dos assentamentos. Discutimos a especificidade dos produtos em razão da origem - agricultura familiar e reforma agrária - além da produção orgânica e agroecológica, que são atributos valorizados nos mercados da RAP.

Realizamos uma discussão sobre o conceito de mercado, tema pouco abordado na geografia e na ciência como um todo, pontuando que existe uma multiplicidade de

mercados para além do mercado convencional. A abordagem clássica da economia considera o mercado como um jogo de forças que se equilibra entre a oferta e a demanda, uma mão invisível que governa os preços e que, por vezes, pode aparecer como uma figura personificada quando escutamos expressões como “o mercado está nervoso”. Mas, o mercado abordado na tese é no plural, mercados, demarcando que são múltiplos e que podem ser socialmente construídos. Discutimos a diferença entre o mercado convencional e os mercados camponeses e, mais especificamente, os mercados da Reforma Agrária Popular.

A simples integração ao mercado capitalista subordina a agricultura camponesa, que apenas aparentemente compete nas mesmas condições que a mercadoria capitalista. A diferença entre ambas as mercadorias se encontra tanto no processo de produção, como na comercialização. A mercadoria capitalista é regida pelo preço de produção e pela busca do lucro, conduta capitalista que, por vezes, não é observada pelos camponeses que acabam colocando suas mercadorias no mercado por um preço inferior ao aceitável pelos capitalistas. Isso acontece por diversas razões, mas sobretudo porque os camponeses podem não encontrar outro meio de comercialização que não seja a venda para atravessadores ou a integração subordinada a empresas.

As mercadorias capitalistas são fetichizadas, isto é, o caráter social do trabalho humano é encoberto na relação de troca, sendo que a compra é simplesmente vista como o intercâmbio de uma coisa (mercadoria) por outra coisa (dinheiro). Por outro lado, os mercados da RAP tem o diferencial de destacar as informações sobre o produto (de onde veio, quem produziu, de que forma, qual o histórico de lutas por trás de cada produto), característica valorizada pelos consumidores que buscam apoiar a reforma agrária e a agricultura familiar.

O MST busca diversificar os mercados, adotando estratégias para também acessar o mercado convencional, principalmente por meio da marca Raízes do Campo, que apresenta desafios e limitações singulares.

Em síntese, os mercados da Reforma Agrária Popular apresentam as seguintes características: são mercados desenvolvidos pelo MST que buscam ser uma alternativa ao mercado capitalista; dialogam com a população urbana sobre a importância da RAP; são fundamentados em valores de justiça, solidariedade e cooperação; desenvolvem autonomia e controle das cadeias produtivas; são contra-hegemônicos; têm múltiplas dimensões (política, econômica, social e cultural); priorizam alimentos saudáveis (orgânicos e agroecológicos); os produtos têm especificidades (qualidade, origem, como

foi produzido e como chegou ao consumidor); os mercados também têm especificidades (valores, princípios); valorizam os saberes camponeses e ancestrais, o uso de sementes crioulas, produtos típicos, artesanais etc.; são mais facilmente desenvolvidos quando há políticas públicas emancipatórias que ajudam na construção de autonomias, possibilitam o fortalecimento da agricultura familiar e a criação de novos mercados.

Muitos aspectos poderiam ainda ser discutidos sobre os mercados da RAP, mas deixamos para as pesquisas futuras continuarem essa empreitada, respondendo questões que não puderam ser respondidas aqui e levantando novos questionamentos sobre o fenômeno. Nossa contribuição foi dar o primeiro passo para a compreensão dos mercados da Reforma Agrária Popular e evidenciar a importância das políticas públicas emancipatórias para a produção de alimentos nos assentamentos e a construção de novos canais de comercialização, controlados pelos próprios agricultores.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 84, p. 51-67, 2006.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, M. N. R. et.al. Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação. **Caderno de Educação nº 2**. Coleção Sempre é tempo de aprender, MST: 2010.

ARMAZÉM DO CAMPO DE LONDRINA. Conheça nossos produtos. **Armazém do Campo**: produtos da terra. S.d. Disponível em: <https://londrina.armazemdocampo.com.br/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

ARMAZÉM DO CAMPO DE SÃO PAULO. Produtos. **Armazém do Campo**: produtos da terra. S.d. Disponível em: <https://armazemdocampo.shop/collections/all>. Acesso em: 16 abr. 2023.

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. Inflação de Alimentos no Brasil em Período da Pandemia da Covid 19, Continuidade e Mudanças. **Segur.Aliment. Nutr.**, Campinas, v. 28, p. 1-14, 2021.

BARTRA, A. V. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BIANCHINI, L. Agricultores do Paraná são absolvidos pela Justiça e acusam perseguição de Moro. **Brasil de Fato**. 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/03/20/agricultores-do-parana-sao-absolvidos-pela-justica-e-acusam-perseguiacao-de-moro>. Acesso em 31 mar. 2023.

BOGO, A. A vez dos valores. **Caderno de Formação nº 26**, 1998.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: USP, 2017.

BRANDÃO et al. Markets and commercialization channels in the central region of Rio Grande do Sul: relevant factors for fruit and vegetable producers. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.53:11, e20220464, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 07 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.696**, de Julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm). Acesso em 30 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.947**, de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em 05 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.775**, de 4 de Julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm). Acesso em: 30 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 1.061**, de 9 de Agosto de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1061.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%201.061%2C%20DE%209%20DE%20AGOSTO%20DE%202021&text=Institui%20o%20Programa%20Aux%C3%ADlio%20Brasil,Brasil%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1061.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%201.061%2C%20DE%209%20DE%20AGOSTO%20DE%202021&text=Institui%20o%20Programa%20Aux%C3%ADlio%20Brasil,Brasil%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 30 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. **Caderno de compras da agricultura familiar para o Pnae**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Brasília, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/CadernoDeComprasAF\\_PNAE.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/CadernoDeComprasAF_PNAE.pdf). Acesso em: 05 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista. **Vitrine da Agricultura Familiar**. S.d. Disponível em: <https://sistemas.agricultura.gov.br/vitrine/produtor/73368086000183/index.html>. Acesso em: 14 abr. 2023.

CAMARGOS, D. Queima de arquivo de trabalhadores 'que sabiam demais': os seis mortos da chacina de Baião. **Repórter Brasil**. S.d. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/covamedida/historia/baiao-pa/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

CAMPELO, L. Pará: Entidades vão denunciar mortes de trabalhadores rurais na ONU. **Brasil de Fato**. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/08/para-entidades-vaio-denunciar-mortes-de-trabalhadores-rurais-na-onu>. Acesso em 16 abr. 2023.

CAMPOS, J. F. S. Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. **Tese** (doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2012.

CARREL, S. Land ownership in rural Scotland more concentrated despite reforms, study finds. **The guardian**. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2024/mar/23/land-ownership-in-rural-scotland-more-concentrated-despite-reforms-study-finds>. Acesso em: 04 abr. 2024.

CASTRO, J. de. Prefácio da primeira edição de Geografia da Fome. In: FEERNANDES, B. M.; GONÇALVES, C.W.P. (Orgs.). **Josué de Castro: vida e obra**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CASTRO, M. Casal de trabalhadores rurais é assassinado na tarde desta sexta (18), no Maranhão. **Brasil de Fato**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/18/casal-de-trabalhadores-rurais-e-assassinado-na-tarde-desta-sexta-18-no-maranhao>. Acesso em: 16 abr. 2023.

CASSOL, A.; SALVATE, N.; SCHNEIDER, S. Mercados imersos: uma perspectiva de análise institucional e relacional das trocas econômicas e do intercâmbio mercantil. **Política & Sociedade**, vol. 15, nº 33, 314-346, 2016.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974 [1925].

CHRISTOFFOLI, P. I. O papel das cooperativas de crédito na estratégia de luta e resistência dos agricultores frente ao desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. In: CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. **Constituição e Funcionamento de Cooperativas de Crédito: uma revisão desde os movimentos sociais do campo**. 2ª Ed. Revista e ampliada. Brasília, 2007.

COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

COLTRINARI, L. O trabalho de campo na geografia do século XXI. **Revista Geosp**, nº 4, p. 103-108, 1998.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Compêndio de Estudos Conab**. V. 9, Brasília, Conab, 2017.

\_\_\_\_\_. **Compêndio de Estudos Conab**. V. 13, Brasília, Conab, 2018.

\_\_\_\_\_. **Compêndio de Estudos Conab**. V. 20, Brasília, Conab, 2019.

\_\_\_\_\_. **Compêndio de Estudos Conab**. V. 27, Brasília, Conab, 2020.

\_\_\_\_\_. **Compêndio de Estudos Conab**. V. 30, Brasília, Conab, 2021.

\_\_\_\_\_. **Estoques**. S.d. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/estoques>. Acesso em 31 mar. 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. A luta das Mulheres do Campo: Roseli Nunes. **Comissão Pastoral da Terra**. 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/cpt/3664-a-luta-das-mulheres-do-campo-roseli-nunes>. Acesso em: 16 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Desaparecimento e impunidade na Amazônia. 2020. **Comissão Pastoral da Terra**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/multimedia/12-noticias/conflitos/5363-desaparecimento-e-impunidade-na-amazonia>. Acesso em: 16 abr. 2023.

CONTAG. **Movimentos sociais apresentam solução emergencial de 1 bi para alimentar população vulnerável**. 2020. Disponível em: <https://contrafrasil.org.br/noticias/movimentos-sociais-apresentam-solucao-emergencial-de-1-bi-para-alimentar-populac-2f15/#:~:text=abril%20de%202020-,Mais%20de%20300%20movimentos%20e%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20sociais%20do%20campo%20e,relev%C3%A2ncia%20na%20crise%20do%20coronav%C3%ADrus>. Acesso em 30 mar. 2023.

CONCRAB. **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)**. Caderno de Cooperação Agrícola nº 8, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Orientações práticas sobre como proceder em relação: 1) Ao vínculo empregatício; 2) À previdência; 3) À legislação fiscal; 4) Aos acertos nas desistências nas CPAs. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 3**, 1994.

\_\_\_\_\_. Questões práticas sobre cooperativas de produção. **Caderno de Formação nº 21**, 1994.

\_\_\_\_\_. Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 4**, 1995.

\_\_\_\_\_. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 5**, 1997.

\_\_\_\_\_. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 7**, 1998a.

\_\_\_\_\_. O sistema de crédito cooperativo. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 8**, 1998b.

\_\_\_\_\_. O cooperativismo no pensamento marxista (Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao). **Caderno das Experiências Históricas da Cooperação nº2**, 2000.

\_\_\_\_\_. Experiências clássicas de cooperação agrícola (Kolkhoz, Sovkhoz, Kibutz, Comuna Chinesa, CPAs Cubanas). **Caderno das Experiências Históricas da Cooperação nº3**, 2001.

\_\_\_\_\_. O que levar em conta para a organização do assentamento “A discussão no acampamento”. **Caderno de Cooperação Agrícola n° 10**, 2001.

\_\_\_\_\_. **Constituição e Funcionamento de Cooperativas de Crédito**: uma revisão desde os movimentos sociais do campo. 2ª Ed. revista e ampliada. Brasília, 2007.

CONCRAB; INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. **Cerrado**: contexto histórico-político e convivência sustentável com o bioma – Reforma Agrária, Agroecologia e Permacultura. Brasília, 2008.

COOPEROESTE. Nossa história. **Cooperoeste**. S.d Disponível em: <https://cooperoestesc.com.br/sobre/>. Acesso em 16 abr. 2023.

CRIOLA. **Mulheres negras e justiça reprodutiva**. Dossiê. 2021. Disponível em: <https://www.ipanejamentofamiliar.org/dossie-mulheres-negras-e-justica-reprodutiva-2020-2021/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FAO. **Mapping of territorial markets**: methodology and guidelines for participatory data collection. Roma: FAO, 2021.

\_\_\_\_\_. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**: urbanización, transformación de los sistemas agroalimentarios y dietas saludables a lo largo del continuo rural-urbano. Roma: FAO, 2023.

FERNANDES, B. M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **NERA**, Presidente Prudente, n° 6, p. 24-34, 2005a.

\_\_\_\_\_. Delimitação conceitual de Campesinato. In. CARVALHO, H. M. de. **O Campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005b.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do Território. In. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em geografia, 2008.

\_\_\_\_\_. **Campesinato**. Enciclopédia latino-americana. S./d. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/campesinato>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. et al. A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. **Boletim DATALUTA**, n° 109, Presidente Prudente, 2017.

FERNANDES, I. F.; SOUZA, C. S. Levantamento do inventário das práticas agroecológicas no assentamento Santana, no Ceará. In: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO CEARÁ; COOPERATIVA CENTRAL DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA DO CEARÁ. **Construindo a Agroecologia no Semiárido**: manual da metodologia camponês a camponês. Ceará, 2019.

FERREIRA, D. A. O. O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a trajetória da geografia agrária brasileira da década de 30 à de 90. **Geografia** (Rio Claro), vol. 25 (1), p. 55-79, 2000.

FOOD SECURITY & NUTRITION CIVIL SOCIETY MECHANISM. **Connecting smallholders to markets**: an analytical guide. FAO, 2016.

FORBES. **As maiores empresas de alimentos do mundo em 2022**. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/05/as-maiores-empresas-de-alimentos-do-mundo-em-2022/>. Acesso em 21 mar. 2024.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. **Atlas dos Agrotóxicos**: fatos e dados do uso dessas substâncias na agricultura. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023.

ENGELMANN, S. Assassinato de Dorcelina Folador completa 22 anos. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/30/assassinato-de-dorcelina-folador-completa-22-anos/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

GELÉDES; CRIOLA. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil**: violências e violações. 2016. Disponível em: <https://amnb.org.br/dossie-sobre-a-situacao-dos-direitos-humanos-das-mulheres-negras-no-brasil-violencias-e-violacoes/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GIRARDI, E. P. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil**: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2022.

GOMES, P. 98 anos de Elizabeth Teixeira: uma mulher marcada para viver! **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/02/13/98-anos-de-elizabeth-teixeira-uma-mulher-marcada-para-viver/>. Acesso 16 abr. 2023.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, Vol. 91, No. 3 (Nov., 1985), pp. 481-510.

HALVORSEN, S.; FERNANDES, B. M.; TORRES, F. V. Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, 109:5, 1454-1470, 2019. DOI: 10.1080/24694452.2018.1549973

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Cidades**: Ortigueira. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ortigueira/panorama>. Acesso em 20 mar. 2023.

INEP. **Censo escolar da Educação Básica**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 11 abr. 2023.

IRMANDADE DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA. Irmã Adelaide Molinari. **Irmandade dos Mártires da Caminhada**. S.d. Disponível em: <https://irmandadedosmartires.com.br/irma-adelaide-molinari/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

IVONEIDE, A.; FORNAZIERI, M.; LOUREIRO, B. Cadernos de Agroecologia. In: SETOR DE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E MEIO AMBIENTE DO MST. Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis. **Cadernos de Agroecologia**, vol. 1, 2020.

KNEAFSEY, M. et al. **Geographies of Food**: an introduction. London: Bloomsbury Academic, 2021.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3ª Ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980 [1898].

LENIN, V. I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paul: Editora Brasil Debates, 1980 [1915).

LIMA, N. D. F. Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro. **R. Katál.**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 242-251, maio-ago, 2022, ISSN 1982-0259.

MACEDO, A. C. Desmonte do PAA: efeitos na vulnerabilidade social da agricultura familiar. 123 f. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia Agrícola), Universidade Estadual de Campinas, 2022.

MACHADO, A. S.; JORGE, A. A.; FERNANDES, B. M. Inseguridad alimentaria y donaciones solidarias del MST en la pandemia de Covid-19 en Brasil. **Comida y comunidad**, Grupo Especial FAO/ CLACSO, nº 2, 2021. Disponível em: [https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/12/V1\\_Comida-y-comunidad\\_N2-1.pdf](https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/12/V1_Comida-y-comunidad_N2-1.pdf). Acesso em: 12 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 17, n. 47., p., 155-178, out. 2022.

MARTINS, A. Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho agrícola. **Caderno de Formação nº 40**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, 2016.

MARTINS, M. A. S. Veneno e trabalho na roça: a intensificação da jornada de trabalho e o uso de venenos na produção de pepinos no Assentamento São Paulo (Presidente Epitácio/SP). 2018. **Monografia** (Bacharelado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, dez./2018.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política (livro I). 2 Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017 [1867].

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MELAZZO, E. S. Terra urbana e dinâmica imobiliária: elementos para uma interpretação crítica no Brasil. **Semestre Económico**, 22 (50), pp.71-86, 2019.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Irmã Dorothy Stang é morta a tiros no PA. **Memorial da Democracia**. 2005. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/assassinato-de-dorothy-stang-choca-o-pais>. Acesso em: 16 abr. 2023.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. João Pedro Teixeira. **Memorial da Resistência de São Paulo**. S.d. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/joao-pedro-teixeira/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. João Alfredo Dias. **Memorial da Resistência de São Paulo**. S.d. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/joao-alfredo-dias/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

MENDONÇA, M. L.; PITTA, F. T. Land speculation by international financial capital in Brazil. **Latin American Perspectives**, vol. 49, issue 5, p.146-160, 2022.

MST. Plano Nacional do MST 1989 a 1993. **Caderno de Formação nº 17**, 1989.

\_\_\_\_\_. Declaração do 6º Encontro Nacional do MST. **Declaração de Piracicaba**, 1991.

\_\_\_\_\_. A cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Formação nº 20**, 1993a.

\_\_\_\_\_. **Propostas para viabilizar a Reforma Agrária, discutidas e aprovadas nos Encontros Estaduais realizados em 18 estados e no VII Encontro Nacional do MST, realizado de 13 a 17 de dezembro de 1993, em Salvador – Bahia**. Salvador, 1993b.

\_\_\_\_\_. Programa de Reforma Agrária. **Caderno de Formação nº 23**, 1995.

\_\_\_\_\_. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 05**, 1997.

\_\_\_\_\_. **Construindo Caminhos**. São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Programa Agrário do MST**. 4ª Ed. São Paulo: Secretaria Nacional, 2015.

\_\_\_\_\_. **Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST**. Ed. rev. ampl. São Paulo: Secretaria Nacional, 2016.

\_\_\_\_\_. Veja a lista dos 21 Sem Terra que foram assassinados no Massacre de Eldorado dos Carajás. 2012. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <https://mst.org.br/2012/04/13/veja-a-lista-dos-21-sem-terra-que-foram-assassinados-no-massacre-de-eldorado-dos-carajas/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. MP denuncia 6 PMs por assassinato de trabalhadores rurais em Quedas do Iguaçu-PR. 2019. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/09/30/mp-denuncia-6-pms-por-assassinato-de-trabalhadores-rurais-em-quedas-do-iguacu-pr/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Encontro regional reúne matriarcas e mulheres históricas da luta pela terra no Vale Do Rio Doce. 2021. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/20/encontro-regional-reune-matriarcas-e-mulheres-historicas-da-luta-pela-terra-no-vale-do-rio-doce/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **As ações de emergências necessárias para as diferentes áreas da Reforma Agrária**. Propostas para debater, novembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Nossa Produção**. S./d. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 08 jun. 2024.

MENA, F. Ação nos EUA liga indústria do chocolate à trabalho infantil na África. **Folha de São Paulo**, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/02/acao-nos-eua-liga-industria-do-chocolate-a-trabalho-infantil-na-africa.shtml>. Acesso em: 03 jan. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO CEARÁ;  
COOPERATIVA CENTRAL DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA DO CEARÁ.  
**Construindo a Agroecologia no Semiárido**: manual da metodologia camponês a camponês. Ceará, 2019.

NERO, D. S. M.; GARCIA, R. P.M; ALMASSY JUNIOR, A. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) a partir da sua gestão de descentralização. **Ensaio**: Aval. Pol. Públ. Educ. Rio de Janeiro, 2022.

NEUHAUS, M. Acompanhamento de projetos do Programa de Qualificação dos Assentamentos de Reforma Agrária FUNTERRA – BNDES. **Especialização** (Gestão Pública). Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labour Edições, 2007.

OLIVEIRA, P. Assentamento Maria Zilda. **Meus Sertões**. 2018. Disponível em: <https://www.meussertoes.com.br/2018/12/19/assentamento-maria-zilda/>. Acesso em 16 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The State of Food Insecurity in the World 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO, 2014. Disponível em: [https://reliefweb.int/report/world/state-food-insecurity-world-2014-strengthening-enabling-environment-food-security-and?gclid=CjwKCAjwrdmhBhBBEiwA4Hx5gwkoaqSQvIU3F4bOxEcK4QhzaNCqvC GNVvicZXejS-b3eI-JQ54TxRoCQBgQAvD\\_BwE](https://reliefweb.int/report/world/state-food-insecurity-world-2014-strengthening-enabling-environment-food-security-and?gclid=CjwKCAjwrdmhBhBBEiwA4Hx5gwkoaqSQvIU3F4bOxEcK4QhzaNCqvC GNVvicZXejS-b3eI-JQ54TxRoCQBgQAvD_BwE). Acesso em 12 abr. 2023.

ORIGUÉLA, C. F. Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2019.

PAIXÃO, M. Conheça Margarida Alves, símbolo da luta das trabalhadoras do campo por direitos. **Brasil de Fato**. 2019. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2019/08/12/conheca-margarida-alves-simbolo-da-luta-por-direitos-para-as-trabalhadoras-do-campo/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

PINA, R. Liderança assassinada em Rondônia havia denunciado ameaças à PM no ano passado. **Brasil de Fato**. 2016. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2016/09/25/lideranca-assassinada-em-rondonia-havia-denunciado-ameacas-a-pm-no-ano-passado/>. Acesso em 16 abr. 2023.

PIZARRO MUÑOZ, E. F.; NIEDERLE, P. Political activism for the construction of new food markets: a comparative institutional analysis between Brazil and Chile. **Agrociencia Uruguay**, vol. 26, nº NE3, 2022.

PLOEG, J. D. van der et al. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. The peasantries of the twenty-first century: the commoditisation debate revisited. **The Journal of Peasant Studies**, 37:1, 1-30, 2010.

PLOEG, J. D. van der; JINGZHONG, Y; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union, **The Journal of Peasant Studies**, 39:1, 133-173, 2012.

\_\_\_\_\_. Reading markets politically: on the transformativity and relevance of peasant markets. **The Journal of Peasant Studies**, vol. 50, p. 1852-1877, 2022.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000 [1944].

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REDE PENSSAN. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

REIS, A.T. Trabalho, políticas públicas e resistência em assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR** 24, v.13, nº 24, p. 99 – 104, 2016.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. S et al. **Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

RUSCHEL, R. A história dos 13 agricultores presos por Moro e depois absolvidos. **Instituto Humanitas Unisinos**. 15 Jul. 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/590823-a-historia-dos-13-agricultores-presos-por-moro-e-depois-absolvidos>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F.C; CONTERATO, M., A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Fostering new rural-urban relationships through markets, and the key role of governance. **Food and Agriculture in Urbanized Societies**, Volume 26, 83–105, 2022.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Caixa Escolar**. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/escolas/caixa-escolar/#:~:text=As%20Caixas%20Escolares%20s%C3%A3o%20associa%C3%A7%C3%B5es,manuten%C3%A7%C3%A3o%20e%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20das%20escolas>. Acesso em: 06 abr. 2023.

SHANIN, T. The Nature and Logic of Peasant Economy. **Journal of Peasant Studies**, 1 (1), p. 63-80, 1973.

\_\_\_\_\_. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **NERA**, ano 8, nº 7, p. 1-21, 2005.

\_\_\_\_\_. Lições camponesas. In. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SILVA, A. C. S. Natureza do trabalho de campo em geografia humana e suas limitações. **Revista do Departamento de Geografia**, 1, p. 49-54, 2011. <https://doi.org/10.7154/RDG.1982.0001.0003>

SILVA, A. M. R. S. Trabalho de Campo: prática “andante” de fazer Geografia. **Geo UERJ**: Revista do Departamento de Geografia, UERJ, n. 11, p. 61-74, 2002.

SILVA, M. 1º Feira Nacional da Reforma Agrária chega em SP com alimentos saudáveis a preços acessíveis. **MST**. 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/10/22/1o-feira-nacional-da-reforma-agraria-chega-em-sp-com-alimentos-saudaveis-a-precos-acessiveis/>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SILVA, M.J. Ofício, engenho e arte: inspiração e técnica na análise de dados qualitativos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v.7, n.1, p.132-154, jan.-jul., 2016.

SOUZA, C. Movimento Sem Terra lança Café da Reforma Agrária, na Bahia. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/11/30/movimento-sem-terra-lanca-cafe-da-reforma-agraria-na-bahia/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

SOUZA, W. V. F. “Aqui se respira luta, aqui se pinta diversidade”: por uma leitura socioespacial e socioterritorial do movimento LGBTQIA+ brasileiro. 473 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2023.

STRONZAKE, V. Cooperação Agrícola e Agroecologia: a experiência coletiva do Assentamento Santa Maria. In: CONCRAB; COOPERATIVA CENTRAL DE REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Sistematização de experiências agroecológicas do MST**. São Paulo, 2007.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia**, 4(7), 64-68, 2009. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13423>

SULZBACHER, A. W. Agroindustrialização em assentamentos rurais: concepções e experiências a partir do MST e da execução do Programa Terra Sol no Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 41, vol. 1, 67-93, 2014.

TALASKA, A. O espaço agrário brasileiro na perspectiva conceitual: dos aspectos legais às implicações territoriais. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.

TERRA LIVRE. Quem somos. **Terra Livre**. S.d. Disponível em: <https://terralivre.coop.br/quem-somos/>. Acesso 20 mar. 2023.

TERRA VIVA. Produtos. **Terra Viva**. S.d. Disponível em: <https://terravivasc.com.br/produtos2/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

TOVEY, M. 'Less room for pheasants, more room for peasants!': Up to 200 activists trespass on Duke of Somerset's private Devon estate to demand more land access as walker shares photo of 'shot' pheasants dumped in undergrowth. 08 May 2022. **Mail online news**. Available in: <https://www.dailymail.co.uk/news/article->

10794675/Protesters-mass-trespass-Duke-Somersets-estate-Devon-demand-extended-right-roam.html. Accessed in: 25 Jan 2024.

VIA CAMPESINA. **La Via Campesina**: the global voice of peasants! 2021. Available in: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

ZARREF, L.; RODRIGUES, I. Agroflorestar o Brasil para contribuir na construção do socialismo! In: SETOR DE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E MEIO AMBIENTE DO MST. Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis. **Cadernos de Agroecologia**, vol. 1, 2020.

ZEM, B. **Keno, Presente!** 15 anos do assassinato de Valmir Mota de Oliveira. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/10/21/keno-presente-15-anos-do-assassinato-de-valmir-mota-de-oliveira/>. Acesso em 16 abr. 2023.

## ENTREVISTAS

Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.

Entrevista concedida por Valmir Mota de Oliveira (Keno), Grupo Gestor do Armazém do Campo - Belo Horizonte. **Entrevista II** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Belo Horizonte, 2022.

Entrevista concedida por Francisca Veras, responsável pela logística da Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA). **Entrevista III** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CONCENTRA, Belo Horizonte, 2022.

Entrevista concedida por Dorothy Stang, coordenadora da Escola Milton Santos de Agroecologia. **Entrevista IV** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escola Milton Santos de Agroecologia, Maringá, 2022.

Entrevista concedida por Iari Grosseli e Kátia Martins de Souza, trabalhadoras do Armazém do Campo de Londrina. **Entrevista V** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Londrina, 2022.

Entrevista concedida por Marinalva Silva de Souza e Edilene Mateus Porto, trabalhadoras do Armazém do Campo de Ortigueira. **Entrevista VI** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Ortigueira, 2022.

Entrevista concedida por Dilma Ferreira Silva, trabalhadora da Cooperativa Central dos Assentados (CCA) de Curitiba. **Entrevista VII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CCA, Curitiba, 2022.

Entrevista concedida por Vilmar Bordim, Roseli Celeste Nunes da Silva e Vitalvino Mori. Representantes do Armazém do Campo de Porto Alegre. **Entrevista VIII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Alegre, 2022.

Entrevista concedida por Maria da Luz Benício de Sousa, trabalhadora do Armazém do Campo de Cascavel. **Entrevista IX** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Cascavel, 2022.

Entrevista concedida por Oziel Alves Pereira, trabalhador do Armazém do Campo de Campo Grande. **Entrevista X** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Campo Grande, 2022.

Entrevista concedida por Leonir Orback, Grupo Gestor do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

Entrevista concedida por Margarida Maria Alves, trabalhadora do Armazém do Campo de Porto Seguro. **Entrevista XII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Seguro, 2022.

Entrevista concedida por Maria Zilda, trabalhadora do Armazém do Campo de Salvador. **Entrevista XIII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Salvador, 2022.

Entrevista concedida por João Pedro Teixeira, coordenador do Armazém do Campo de Recife. **Entrevista XIV** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Recife, 2022.

Entrevista concedida por Elisabeth Teixeira e Adelaide Molinari, representantes da Central de Cooperativas dos Assentados e Assentadas (CCA) do Ceará. **Entrevista XV** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. CCA, Fortaleza, 2022.

Entrevista concedida por João Alfredo Dias (Nego Fubá), coordenador do Armazém do Campo de São Luís. **Entrevista XVI** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, São Luís, 2022.

## APÊNDICE A - Modelo de roteiro de entrevista

Armazém do Campo, Londrina, 09/09/2022.

### Roteiro de entrevista com o setor de comercialização do MST: Armazém do Campo.

- **Bloco 1: Apresentações**

- 1) Apresentação da pesquisa e da pesquisadora.
- 2) Apresentação dos entrevistados, contando a trajetória de militância no MST e no setor de comercialização.

- **Bloco 2: Processo histórico**

- 3) Vocês acabaram de completar 1 ano de existência, como foi a criação do Armazém do Campo em Londrina?
- 4) Como tem sido a experiência do Armazém do campo nesse 1 ano?

- **Bloco 3: Aspectos quantitativos e de localização**

- 5) Quais foram os critérios de escolha da localização da loja? Há a perspectiva de abrir mais lojas?
- 6) Em média, quantos clientes são atendidos pelo Armazém do Campo de Londrina por mês? Qual é o público-alvo?
- 7) Qual a origem dos produtos vendidos aqui?

- **Bloco 4: Logística e vendas**

- 8) Como são organizadas as logísticas de compra e transporte dos produtos?
- 9) Vocês seguem um padrão de produtos em todas as lojas da rede?
- 10) Quais as maiores dificuldades no que se refere à logística e como elas estão sendo superadas?
- 11) Qual a importância do centro de distribuição em Curitiba?
- 12) Quantas pessoas trabalham no Armazém de Londrina? (Homens e mulheres, faixa etária, aspectos raciais).

13) Como são as relações empregatícias?

14) Quais os critérios de escolha do pessoal empregado?

15) Quais as perspectivas futuras sobre a organização logística do Armazém do Campo no Paraná?

- **Bloco 4: Relação com os produtores**

16) Como é a intermediação entre os produtores e o setor de vendas do Armazém do Campo?

17) Como o Armazém do Campo contribui com as famílias assentadas?

- **Bloco 5: Relação com a sociedade**

18) Qual é o papel do Armazém do Campo na relação entre o Movimento e a sociedade?

19) Qual o papel do Armazém do Campo na promoção de espaços culturais?

- **Bloco 6: Conceito de mercado**

20) O que é mercado para o MST? E como a concepção de mercado foi se desenvolvendo no interior do Movimento?

21) Qual o principal mercado para os produtos da reforma agrária? Por quê?

22) Que tipo de mercado seria o Armazém do Campo?

- **Bloco 7: Políticas Públicas**

23) Qual a importância das políticas públicas para a comercialização dos produtos da reforma agrária?

- **Bloco 8: Desafios e perspectivas futuras**

24) Quais são os principais desafios para o Armazém do Campo?

25) Quais as perspectivas futuras para o Armazém do Campo?

## APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Título da Pesquisa:** “A FORMAÇÃO DOS MERCADOS CAMPONESES PELO MST NO BRASIL (2003-2020)”.

1. **Natureza da pesquisa:** a sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade entender a formação dos mercados camponeses do MST no Brasil, entre 2003 e 2020, analisando-o conceitualmente, bem como as alternativas construídas pelo Movimento para comercializar os produtos oriundos da reforma agrária, mapeando os mercados e dimensionando a contribuição do MST para a produção de alimentos no Brasil.
2. **Participantes da pesquisa:** Serão entrevistados representantes do setor de comercialização do MST.
3. **Envolvimento na pesquisa:** Ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que a pesquisadora lhe faça perguntas sobre a organização das frentes de vendas do MST.
4. **Sobre as entrevistas:** As entrevistas poderão ser registradas de forma escrita e audiovisual desde que haja autorização da (o) entrevistada (o).
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas, não gerando nenhum risco ou desconforto para o entrevistado. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. **Confidencialidade:** Somente a entrevistadora e a sua equipe de pesquisa terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre os mercados camponeses do MST que representam um conjunto de iniciativas de comercialização dos produtos da reforma agrária, evidenciando a importância dos mercados institucionais e da formação de mercados autônomos que geram maior benefício para as famílias assentadas.
8. **Pagamento:** a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar dessa pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora do projeto.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar dessa pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: confirmo que

recebi cópia deste termo de consentimento, autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação das informações obtidas nesse estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

### **Consentimento Livre e Esclarecido**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa

---

Nome do Participante da Pesquisa

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

---

Assinatura da Pesquisadora

**Pesquisadora:** Angela dos Santos Machado **Fone:**

**E-mail:** angela.s.machado@unesp.br

## APÊNDICE C – Ícones da luta pela terra no Brasil

Valmir Mota de Oliveira (Keno), assassinado no Paraná, em 2007.
Nesta sexta-feira, dia 21 de outubro de 2022, completa-se 15 do assassinato do agricultor e militante Sem Terra Valmir Mota de Oliveira, mais conhecido como Keno. Neste dia, no ano de 2007, o ataque foi contra os camponeses e camponesas que ocupavam a área de pesquisa da transnacional Syngenta Seeds. A área realizava experimentos ilegais com sementes geneticamente modificadas dentro da faixa de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, ato proibido, sendo que o parque é considerado patrimônio natural da humanidade. O crime foi realizado a mando da Syngenta através da contratação de uma empresa de milícia armada para realizar um despejo forçado e, portanto, ilegal. Com um tiro no peito e na perna, executaram o companheiro Keno, e deixaram mais três trabalhadores gravemente feridos, dentre elas, Isabel Nascimento de Souza, que em tentativa de execução recebeu um tiro na cabeça. Após o caso ganhar repercussão, a multinacional de transgênicos e agrotóxicos, Syngenta Seeds, foi judicialmente responsabilizada pelo assassinato de Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno, e pela tentativa de assassinato de Isabel do Nascimento de Souza, 11 anos após o crime. Em novembro de 2018, a 9ª Câmara do Tribunal de Justiça do Paraná confirmou a decisão do juiz de direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Cascavel que condenou a empresa suíça em 2015. A Justiça determinou que a empresa indenize os familiares de Keno e de Isabel, pelos danos morais e materiais causados. Na época com 34 anos, Keno deixou sua esposa Íris Maracaípe Oliveira e seus três filhos: Juan, Keno Jr e Carlos Eduardo. Na área onde aconteceu o assassinato de Keno, funciona atualmente o Centro de Pesquisas em Agroecologia Valmir Mota de Oliveira, o Keno. A área possui 123 hectares e é administrada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAPAR) (ZEM, 2022).
Oziel Alves Pereira, sem-terra assassinado no massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, no dia 17 abril de 1996
OZIEL ALVES PEREIRA, 17 anos, solteiro, filho de Alderino Alves Pereira e Luiza Alves Pereira. Consta dos autos o depoimento de nove testemunhas que afirmam terem presenciado a detenção de Oziel. A vítima foi presa, algemada e espancada pelos policiais militares Pargas, Pinho e Vanderlan, na companhia de outros dois PMs. Conduziram-no arrastado pelos cabelos até um ônibus da empresa Transbrasiliana. A vítima foi algemada com as mãos para trás, impossibilitando qualquer meio de defesa. O laudo cadavérico descreve quatro tiros, três na cabeça e um no peito (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2012).
Maria da Luz Benício de Sousa, assassinada no Maranhão, junto com seu marido, em 2021.
Um casal de trabalhadores rurais foi encontrado morto na tarde desta sexta-feira (18) [de junho de 2021] na Gleba Campina, também conhecida como comunidade Vilela, no município de Junco do Maranhão (MA). Esse é o quarto assassinato de trabalhadores rurais registrado na comunidade, que vive sob intenso conflito agrário há mais de dez anos, envolvendo família originária do Rio Grande do Sul. De acordo com informações do advogado Diogo Cabral, da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (Fetaema), os corpos do casal Reginaldo Alves Barros e Maria da Luz Benício de Sousa foram encontrados por familiares, por volta de 13h. Maria da Luz Benício era ativa em movimentos sociais em defesa do direito à terra e era suplente da direção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) da região. Ao ver a vítima, a filha, de 3 anos de idade, permaneceu sobre o corpo da mãe durante horas. Cabral explica que, a exemplo dos outros assassinatos registrados, as vítimas foram baleadas e nenhum pertence foi roubado. "Esses trabalhadores são pessoas relativamente idosas e estavam chegando em uma área que tinham criação de animais, eles foram atacados e mortos". "Não roubaram nada, eles foram baleados e depois de algum tempo, um parente sentiu falta e foi até o local e encontrou os corpos, por

volta de 13h de hoje. Já é o quarto assassinato na região, com essas mesmas circunstâncias", explica (CASTRO, 2021).
Roseli Nunes, Iari Grosseli e Vitalvino Mori foram atropelados por um caminhão durante um protesto, em 1987.
Roseli Nunes nasceu em 1954 e teve uma vida de lutas por uma reforma agrária justa. Rose, como era conhecida, nos últimos dias de gravidez, participou da ocupação da fazenda Annoni. Era 1985 e foi a maior ocupação realizada no Rio Grande do Sul. Foi o início do Movimento dos Sem-Terra, MST, na região. Logo em seguida, liderou uma caminhada de 300 quilômetros até Porto Alegre onde ocuparam a Assembleia Legislativa, permanecendo acampados por seis meses, até ser dada uma solução para as 3 mil famílias que estavam na fazenda Annoni. Rose foi mãe da primeira criança a nascer no acampamento Sepé Tiaraju. Em 31 de março de 1987, durante um protesto contra as altas taxas de juros e a indefinição do governo em relação à política agrária que se estendeu por vários municípios, um caminhão desgovernado investiu contra uma barreira humana formada na BR-386, em Sarandi, Rio Grande do Sul. O caminhão feriu 14 agricultores e matou outros 3, Iari Grosseli de 23 anos, Vitalino Antonio Mori de 32 anos e Roseli Nunes com 33 anos e mãe de três filhos (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017).
Kátia Martins de Souza, assassinada por grileiros no Pará, em 2017.
A liderança e trabalhadora rural foi assassinada com cinco tiros a queima roupa na frente do neto de oito anos, no último dia 4 de maio [de 2017]. Segundo Pablo Esquerdo, do Sindicato dos Assalariados Rurais de Castanhal, Martins chegava em casa por volta das 20h, no assentamento 1ª de Janeiro, onde vivem 94 famílias - na divisa dos municípios de Castanhal e São Domingos do Capim, no nordeste paraense, a 130 quilômetros de Belém - quando foi abordada pelos assassinos que estavam em uma moto. Martins voltava de uma reunião com os assentados da comunidade do Bacuri. Ele acredita que, pelas características do assassinato, trata-se de um crime de encomenda, como foi com o assassinato de seu tio, Evandro Rodrigues, morto em 2005 nas mesmas condições. "A gente não tem muitas informações, mas pelas características e pelo conhecimento que a gente já tem, a mesma coisa aconteceu em 2005 com o meu tio, até a forma como foi morto", recorda. No caso do tio de Esquerdo, a motivação do crime foi porque os assassinos queriam grilar lotes no assentamento Cupiubá, em Castanhal. Dos quatro envolvidos no assassinato três estão presos e um encontra-se foragido (CAMPELO, 2017).
Marinalva Silva de Souza, desaparecida no estado do Amazonas após conflito com madeireiro, em 2017.
Três agricultores, entre eles uma mulher, desapareceram em Canutama (AM) em 14 de dezembro 2017, em uma área de conflito agrário na divisa com o estado de Rondônia: FLÁVIO DE LIMA DE SOUZA, MARINALVA SILVA DE SOUZA E JAIRO FEITOSA, lideranças do acampamento Três Nações foram vistas pela última vez quando tiravam fotos, a pedido do INCRA, nos fundos de uma área ocupada dentro do município de Canutama, mas nas proximidades de Porto Velho e Humaitá. Familiares e amigos dos três agricultores fecharam a rodovia BR-319, km 56, sentido Humaitá (AM), cobrando buscas pelos três desaparecidos. Uma intensa mobilização em janeiro, dos parentes das vítimas, manteve contato com o Ministério Público e com a Polícia Civil do Amazonas, mas não obteve nenhuma novidade sobre o caso, levando a pedir, sem sucesso, a intervenção da Polícia Federal nas investigações. Contudo, a Justiça do Amazonas determinou a prisão de dois suspeitos, um dono de uma madeireira, que mora em Porto Velho, e um caseiro. Ambos foram presos mais tarde, mas três anos e meio depois, até o momento não foram julgados e o fato de não ter localizado os corpos deve dificultar a condenação (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2020).
Edilene Mateus Porto, da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia, assassinada junto com o marido após denúncias de grilagem de terras, ameaças e perseguições, em 2016.
Em janeiro de 2015, Edilene Mateus Porto, de 32 anos, registrou um boletim de ocorrência informando a Polícia Militar que havia policiais armados rodeando o Acampamento 10 de Maio, onde morava com seu marido, Isaque Dias Ferreira, de 34 anos. O local fica em Alto Paraíso (RO), a 211 km de Porto Velho (RO). Um ano e nove meses depois, em 13 de setembro

<p>deste ano, as duas lideranças camponesas foram assassinadas. Foram mortos na terça-feira passada, 13 de setembro. Ambos eram membros da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e da Amazônia Ocidental (LCP). O crime ocorreu por volta das 8h, próximo ao lote da família. Maria Petronila, coordenadora regional da Comissão Pastoral da Terra em Rondônia (CPT-RO), conta que Isaque e Edilene participavam com frequência das audiências da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo e na Cidade, vinculada à Ouvidoria Agrária. Nas reuniões, o casal denunciava, além da grilagem de terras públicas na região, ameaças e perseguições recorrentes. Com o assassinato do casal, já são quatro membros do Acampamento 10 de maio assassinados apenas neste ano. Em 24 de abril, os irmãos Nivaldo Batista Cordeiro e Jessor Batista Cordeiro foram mortos quando saíam de moto do local (PINA, 2016).</p>
<p>Vilmar Bordim e Leonir Orback foram assassinados por policiais militares no Paraná, em 2016.</p>
<p>Seis policiais militares foram denunciados pelo Ministério Público do Paraná, neste sábado (28), acusados da morte de Vilmar Bordim e Leonir Orback, trabalhadores rurais integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O crime ocorreu no dia 7 de abril de 2016, em uma das estradas de acesso ao acampamento Dom Tomás Balduino, em Quedas do Iguaçu, região centro-sul do Paraná. Bordim era casado, pai de três filhos, e morreu aos 44 anos. Orback tinha 25 anos, deixou dois filhos e a esposa grávida de nove meses. Além de dois mortos, a ação policial deixou sete feridos, dois em estado grave. A caminhonete onde estava parte dos agricultores recebeu pelo menos 30 tiros. A PM alegou ter reagido a um ataque dos trabalhadores Sem Terra, no entanto, nenhum policial saiu ferido. A denúncia do Ministério Público confirma não ter havido um confronto, e sim uma ação de “consciência e vontade livres e dirigidas à prática do ilícito” pelos agentes policiais (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2019).</p>
<p>Margarida Maria Alves, símbolo de mulher de luta, em homenagem a ela surgiu a Marcha das Margaridas.</p>
<p>A vida de uma das primeiras líderes sindicais do país foi cruelmente encerrada por matadores de aluguel a mando de fazendeiros da região de Alagoa Grande. Margarida foi assassinada em 12 de agosto de 1983, aos 50 anos, em sua casa, na frente do único filho e do marido. O crime segue impune, mas seu legado permanece vivo. A cada dois anos, a luta de Margarida Maria Alves mobiliza milhares de mulheres das cinco regiões do país rumo à marcha que leva o seu nome (PAIXÃO, 2019).</p>
<p>João Pedro Teixeira, símbolo de resistência, um dos fundadores da Liga Camponesa, foi morto por latifundiários da Paraíba</p>
<p>Nascido em Guarabira (PB), João Pedro Teixeira foi um dos fundadores da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba. Camponês e operário, João Pedro já participava da militância política desde meados da década de 1950, no estado de Pernambuco. Em maio de 1954, retornou às atividades no meio rural, arrendando um sítio de seu sogro em Sapé (PB). Era casado com Elizabeth Altina Teixeira, com quem teve 11 filhos. Neste período, João Pedro Teixeira atuou na organização dos trabalhadores rurais da região, tornando-se vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé, em 1958. As atividades políticas da Liga, considerada uma das mais atuantes e combativas do país, provocaram uma reação violenta dos latifundiários da região, resultando em inúmeras mortes e perseguições de líderes camponeses e de trabalhadores rurais. João Pedro sofria pressões e ameaças constantes das autoridades locais, tendo sido detido várias vezes para prestar depoimentos. Foi morto em 2 de abril de 1962, aos 44 anos, numa emboscada armada por pistoleiros contratados por latifundiários da região, ação que contou com a conivência e/ou omissão do Estado. Sua mulher, Elizabeth Teixeira, continuou o seu trabalho de organização dos camponeses e, em consequência disto, foi perseguida, presa e exilada no próprio país. No dia 2 de abril de 1962, ao retornar de uma viagem a João Pessoa (PB), João Pedro Teixeira foi morto a tiros por pistoleiros contratados por latifundiários da região. Naquela época, quando já era um grande líder local, João Pedro enfrentava um conflito a respeito dos processos legais em torno do sítio Antas do Sono, que ele arrendara de seu sogro e que havia sido vendido para Antônio José Tavares. Segundo o depoimento de Francisco de Assis Lemos de Souza, a ida de João Pedro para a capital, naquele 2 de abril, teria como objetivo uma reunião</p>

<p>com Antônio, comprador do sítio, e seu advogado. A reunião não ocorreu e João retornou para casa ao final da tarde. Ao descer do ônibus, nas proximidades de Café do Vento em direção a Sapé, João Pedro pretendia percorrer o resto do caminho a pé. Durante a caminhada, entretanto, foi atingido por cinco balas de fuzil. Após apuração de inquérito, constatou-se que o crime fora executado pelo cabo Antônio Alexandre da Silva, pelo soldado Francisco Pedro de Silva (“Chiquinho”) e pelo vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra, que atuavam como pistoleiros. Segundo consta nos depoimentos e materiais jornalísticos anexados ao processo da CEMDP, os mandantes do crime foram Aguinaldo Veloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e o próprio Antônio José Tavares. O crime teve evidente motivação política, com o objetivo de desmobilizar as lideranças camponesas da região (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, S.d.).</p>
<p>Elisabeth Teixeira, esposa de João Pedro Teixeira, está viva, mas decidimos homenageá-la em razão de sua importância histórica na luta pela terra.</p>
<p>Neste 13 de fevereiro de 2023, Elisabeth Teixeira, a líder camponesa e símbolo de resistência em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, celebra seus 98 anos de vida. Elisabeth Teixeira é memória viva da história das Ligas Camponesas no estado da Paraíba. Desde a morte de seu companheiro, João Pedro Teixeira, militante das Ligas Camponesas e fundador da Liga de Sapé (PB), que ela passou a ser a identidade e a força para a trajetória de milhares de camponeses e camponesas por esse país em busca de respeito, direitos garantidos e vida. Em uma de suas entrevistas recentes ao Brasil de Fato, ela fez questão de enfatizar e reforçar o apoio pela luta camponesa, “eu penso que a luta pela terra tem que continuar no Brasil até que todos tenham esse direito”, afirmou Elisabeth (GOMES, 2023).</p>
<p>Maria Zilda, assassinada durante um ataque ao acampamento do MST na Bahia, em 1994.</p>
<p>O assentamento Maria Zilda, a dois quilômetros do centro de Cordeiros (BA), tem esse nome para homenagear a agricultora assassinada por jagunços que atacaram o acampamento do MST, próximo à Fazenda Caldeirão, em Vitória da Conquista, em outubro de 1994. Além de Zilda, um sem-terra foi morto e seis ficaram feridos no ataque para impedir que a propriedade, identificada pelo Incra (Instituto Nacional de Reforma Agrária) como improdutiva, fosse desapropriada. A ação violenta não impediu a expropriação (OLIVEIRA, 2018).</p>
<p>Dorothy Stang, missionária norte-americana que passou mais de 40 anos no Brasil defendendo os camponeses da floresta amazônica.</p>
<p>Numa estrada de terra de difícil acesso a 53 quilômetros de Anapu (PA), a missionária católica Dorothy Mae Stang é assassinada com sete tiros, por defender os sem-terra. Os latifundiários Vitalmiro Bastos de Moura e Regivaldo Pereira Galvão são apontados como os principais mandantes do crime. Norte-americana naturalizada brasileira, irmã Dorothy chegou ao Brasil em 1966 e desde a década de 1970 atuava na região amazônica, mantendo intensa agenda de diálogo com lideranças camponesas, políticas e religiosas, na busca de soluções para os conflitos relacionados à posse e à exploração da terra. Em Anapu, a religiosa foi a responsável pela implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, modelo de assentamento e gestão que produzia uma fonte segura de renda com a colheita de madeira, sem destruir a floresta. A área era disputada por madeireiros e latifundiários, que encomendaram a morte da ativista. Irmã Dorothy vinha recebendo ameaças de morte havia mais de um ano, mas não se deixava intimidar: “Não vou fugir nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade, sem devastar”, declarou (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2005).</p>
<p>Dilma Ferreira da Silva, assassinada junto com o marido e um amigo por denunciar exploração ilegal de madeira próximo ao assentamento onde vivia.</p>
<p>Dilma, que fazia parte do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), foi assassinada no mesmo dia que outras cinco pessoas em Baião, no Pará. De acordo com acusação do Ministério Público, o mandante da Chacina de Baião seria o dono de uma fazenda na região, que teria mandado matar três de seus funcionários e que, poucas horas depois, teria ordenado a execução de Dilma, seu marido e um amigo a facadas em um bar da cidade. Dilma havia ameaçado</p>

<p>denunciar o fazendeiro por extração ilegal de madeira em uma área ao lado do assentamento onde ela vivia. Segundo o Ministério Público, um fazendeiro encomendou a morte de Dilma porque ela tinha conhecimento da ligação dele com a extração ilegal de madeira. Os caminhões carregados de toras danificavam as estradas usadas pelos moradores do assentamento que Dilma vivia. E ela ameaçou denunciar o fazendeiro – que agora está preso aguardando o julgamento, assim como alguns de seus pistoleiros (CAMARGOS, S.d.).</p>
<p><b>Adelaide Molinari, missionária assassinada em Eldorado dos Carajás.</b></p>
<p>Irmã Adelaide Molinari, filha dos agricultores, Salvador e Cecília Molinari, nasceu em Garibaldi-RS, no dia 02/02/1938, mudando-se, ainda menina, para Palmeira das Missões-RS. Trabalhava com a família na roça. Aí descobriu sua vocação religiosa. Com o apoio de seus pais, foi morar com as Filhas do Amor Divino. Estudou. Tornou-se Irmã e assumiu o Carisma da Congregação: estar a serviço dos mais necessitados. Adelaide foi uma das primeiras Filhas do Amor Divino que se dispôs a trabalhar nas Missões, no Pará. Chegou a Eldorado aos 08 de abril de 1983 com mais duas Irmãs para ser presença da Igreja no meio daquele povo pobre, sofrido e necessitado. No domingo, dia 14 de abril de 1985, por volta das 15 horas, Irmã Adelaide se encontrava na Rodoviária de Eldorado dos Carajás, e enquanto aguardava o ônibus para retornar à Casa das Irmãs em Curionópolis, PA, conversava com o Delegado Sindical Arnaldo Dolcídio Ferreira do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá). O sindicalista Arnaldo já havia recebido várias ameaças de morte e nesta hora sofreu um atentado à bala que perfurou o seu tórax e atingiu a Irmã Adelaide perfurando uma artéria do pescoço por onde jorrou todo o seu sangue o que a levou à morte instantânea. Arnaldo sobreviveu a este atentado, mas foi assassinado 07 anos mais tarde também em Eldorado do Carajás. (IRMANDADE DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA, S.d.).</p>
<p><b>Dorcelina Folador, sem-terra e prefeita, assassinada no Mato Grosso do Sul.</b></p>
<p>Neste sábado, 30 de outubro [de 2021], completam-se 22 anos do assassinato de uma mulher, que foi exemplo na luta pela terra e na política brasileira, Dorcelina Folador. A Sem Terra e prefeita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de Mundo Novo, Mato Grosso do Sul, na época com 36 anos, foi assassinada com seis tiros pelas costas no dia 30 de outubro de 1999, na varanda de sua casa. Segundo informações de veículos de imprensa da região, o assassinato de Dorcelina foi encomendado pelo Secretário da Fazenda de Mundo Novo, Jusmar Martins da Silva. Ele foi acusado de contratar o pistoleiro, Getúlio Machado, que confessou o crime e disse que receberia R\$ 35 mil pelo assassinato da prefeita (ENGELMANN, 2021).</p>
<p><b>Francisca Veras, hoje seu nome é homenageado em um centro de formação do MST.</b></p>
<p>No último final de semana, entre 16 e 17 de outubro, as mulheres Sem Terra se reuniram no Centro de Formação Francisca Veras do MST, em Governador Valadares, no Vale do Rio doce, Minas Gerais. O nome do local é uma homenagem à uma companheira de luta que dedicou parte de sua vida militando naquilo que acreditava na região do triângulo mineiro (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2021).</p>
<p><b>João Alfredo Dias, conhecido como Nego Fuba, também ajudou a fundar a Liga Camponesa, foi preso e torturado na ditadura militar. Acredita-se que foi assassinado, porém nunca houve a confirmação do corpo.</b></p>
<p>Nascido em Sapé (PB), João Alfredo Dias era conhecido como “Nego Fuba”. Além de camponês, também trabalhava como sapateiro. Militava no Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde teve atuação relevante na área sindical – razão pela qual já havia sido preso antes de 1964. Foi um dos organizadores da Liga Camponesa de Sapé. Nas eleições municipais de 1963, obteve uma das maiores votações, sendo eleito para o cargo de vereador em Sapé, com mais de três mil votos. O golpe militar de abril de 1964 desencadeou um período de intensa repressão às lideranças das Ligas Camponesas. Pouco tempo depois, João foi preso, sendo mantido no 15º RI, onde também estava o camponês Pedro Inácio de Araújo, conhecido como Pedro Fazendeiro. Na audiência pública promovida em 15 de julho de 2013 pela CNV e entidades parceiras, o ex-deputado Francisco de Assis Lemos de Souza informou ter estado preso com Pedro de Araújo e João Dias no 15º RI. O ex-deputado acrescenta que ele e os camponeses eram acusados do assassinato do fazendeiro Rubens Régis, sendo coagidos pelo major Cordeiro, responsável pelo Inquérito Policial Militar, a confessar sua responsabilidade</p>

ou denunciar os responsáveis pelo homicídio do latifundiário. Ao retornar de um interrogatório, Nego Fuba teria confidenciado a Assis Lemos acreditar que morreria na prisão, tendo em vista que o major Cordeiro insistia para que ele confessasse um crime que não havia cometido. Pouco depois dessa confidência, João Alfredo e, dias depois, Pedro Inácio foram soltos. Há certa imprecisão na data de liberação de João Alfredo Dias. Assis Lemos assegura sua saída no dia 29 de agosto, no entanto, outros relatos informam que o militante teria sido solto junto com o companheiro Pedro Fazendeiro, no dia 7 de setembro. Em 10 de setembro de 1964, o jornal Correio da Paraíba denunciou a localização de dois corpos nas adjacências da estrada que liga Campina Grande a Caruaru, próximo ao distrito de Alcantil, município de Boqueirão. Os corpos estavam carbonizados e apresentavam sinais de tortura e enforcamento. Segundo a reportagem, não foi possível proceder à identificação dos cadáveres, em razão do estado dos restos mortais. Na ocasião, ao tomar conhecimento dessa reportagem, conforme consigna no depoimento escrito prestado à CEMDP, Assis Lemos suspeitava “tratar-se de Pedro e João Alfredo devido à semelhança física, como também aos calções que as vítimas usavam, idênticos aos que vestiam na prisão”. Em 1995, foram feitas tentativas no intuito de se identificar os dois corpos noticiados pelo jornal Correio da Paraíba. José Severino da Silva, conhecido como Zé Vaqueiro, foi quem encontrou os corpos, na ocasião dos fatos. Afirma que viu um dos corpos com uma corda amarrada ao pescoço, informando ainda que parecia que “aqueles homens foram muito judiados antes de morrer”. Por solicitação do major da PM Antônio Farias, ajudou a enterrá-los no mesmo local onde foram encontrados carbonizados. Durante os procedimentos de identificação do local de sepultamento, Zé Vaqueiro foi consultado. As tentativas de localização dos corpos, no entanto, não obtiveram sucesso. A CNV convocou José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro para depor, no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 2014. O oficial, porém, se recusou a comparecer. Ele prestaria esclarecimentos sobre os desaparecimentos de Nego Fuba e Pedro Fazendeiro. Até a presente data, João Alfredo Dias permanece desaparecido (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, S.d.).